



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA**

FELIPE FARIAS DA SILVA

**ENTRE A TERRA E A TELA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E DISPUTAS
SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO DO MST EMÍLIA MARIA EM SÃO
CRISTÓVÃO/SE**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026**

FELIPE FARIAS DA SILVA

**ENTRE A TERRA E A TELA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E DISPUTAS
SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO DO MST EMÍLIA MARIA EM SÃO
CRISTÓVÃO/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Memórias, Saberes, Práticas Performativas e Patrimônio

Orientador: Prof.º Dr.º Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Felipe Farias da
Entre a terra e a tela: práticas comunicacionais e disputas
simbólicas no acampamento Emília Maria / Felipe Farias da
Silva ; orientador Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia. –
São Cristóvão, SE, 2026.
249 f.; il.

Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade
Federal de Sergipe, 2026.

1. Antropologia. 2. Antropologia Social. 3. Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - São Cristóvão (SE).
4. Comunicação. 5. Etnografia. 6. Instagram (Rede social on-line)
I. Correia, Luiz Gustavo Pereira de Souza, orient. II. Título.

CDU 572:070(813.7)

FELIPE FARIAS DA SILVA

**ENTRE A TERRA E A TELA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E DISPUTAS
SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO DO MST EMÍLIA MARIA EM SÃO
CRISTÓVÃO/SE**

Exame de Defesa realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em 04 de agosto de 2026.

Felipe Farias da Silva
Mestrando

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (Presidente da Banca)
Universidade Federal de Sergipe – (PPGA/UFS)

Prof. Dr. João Mouzart de Oliveira Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe – (PPGA/UFS)

Prof.^a Dr.^a Laila Thaíse Batista de Oliveira (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Bahia – (UFBA)

Ao povo do Assentamento Emília Maria, cuja luta,
resistência e generosidade tornaram esta
pesquisa possível. Que este trabalho honre suas
histórias, memórias e a permanente defesa da
terra, da dignidade e da justiça social.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Hashem, o Eterno D'us, por ter percorrido comigo esse árduo caminho, conduzindo-me com toda segurança pelas mais diversas estradas da vida que percorri – e não foram poucas.

À minha rainha e guerreira mãe, Marinalva Farias da Silva: ser admirável, mulher honrosa, respeitável, de fé inigualável, amante da ciência e do conhecimento. Responsável por plantar e nutrir em mim o desejo de sempre evoluir, nunca escondendo do seu filho caçula que toda essa jornada seria longa, cansativa, perigosa, às vezes difícil. Contudo, por mais complicada que fosse e/ou parecesse, eu poderia ter a certeza de que ela estaria caminhando comigo, lado a lado, independentemente da rota que eu escolhesse. Sempre torcendo, cuidando, aconselhando, patrocinando e muito mais.

Aos meus filhos, Lavínia Alves, de 15 anos, e Arthur Felipe, de 9 anos: sangue do meu sangue, primeiros do meu nome, razão do meu viver, inspiração diária, combustíveis necessários para minha engrenagem e locomoção em direção ao sucesso pessoal e coletivo – se é que tal palavra, condição e/ou status realmente existe. Ainda assim, continuarei lutando com todas as minhas forças, tanto por eles quanto por mim, sempre.

Respeitosamente, peço nesse momento um minuto de silêncio e de reflexão a quem estiver lendo estes agradecimentos, em singela homenagem ao maior homem que conheci: Antônio Santos da Silva, meu pai. Um homem que foi um grande guerreiro e herói; sendo que ele não vestiu capa, nem tampouco teve superpoderes, apenas transmitiu luz e sabedoria por onde passou. E, há mais de cinco anos, seu descanso já é eterno. Ele partiu em direção ao Reino, conforme está descrito no Evangelho de Yohanan, capítulo 11, versículos 11 a 14. Antes de partir, Tonho me disse: "No dia em que eu não estiver mais aqui, meu filho, olhe para as estrelas, contemple os céus, veja o mar, sinta a natureza, lembre-se das nossas conversas, proteja sua família e ore a Deus, sempre. Fazendo isso, tenha a certeza de que estaremos juntos, meu Lipe. Pois cada pessoa que amamos, ao partir desta vida, deixa um pedacinho de si dentro de nós. Dessa forma, quando chegar o dia em que você não me vir mais fisicamente aqui, seja as minhas pernas e os meus olhos, meu filho. Leve-me para onde for, independentemente do caminho que escolher. Lembre-

se de que seu pai estará torcendo por você, vendo tudo através dos seus olhos. Força, garra, fé e trabalho! Agindo assim, meu filho, você alcançará todos os seus objetivos, meu Lipe."

A todos aqueles que partiram deste plano e, definitivamente, entraram nas páginas da minha longa trajetória: meus avós paternos, Augusto e Regina; minha avó materna, Maria Demésio de Farias; meus tios, Jazom e Zezinho; e aos meus amigos pessoais, José das Neves Costa e Mário Jorge. Sei que, onde quer que vocês estejam, estarão torcendo por mim.

Aos meus irmãos mais velhos e experientes, Gustavo e Emilson Farias: bons filhos, maridos exemplares, excelentes pais, homens de palavra e coragem. Sempre me ajudando e incentivando a estudar. É uma honra dividir meus dias com vocês.

A Caio Emanuel, Julia Eloah e Ane Camilly, meus sobrinhos-filhos: jovens que diariamente me surpreendem com tamanhas inteligências e diversidades, carismas e forte dedicação em tudo o que fazem, sejam nos estudos, no lar, na igreja ou em outros espaços lúdicos e enriquecedores.

Às minhas cunhadas, Jane Cleide e Cláudia Matos Farias: esposas dedicadas, parceiras, amigas, mulheres aguerridas e inteligentes. Muito obrigado por fazerem parte da minha história nessas últimas duas décadas.

Aos meus camaradas do mestrado, incluindo professores e amigos pessoais – Gabriel Lopez; os professores Leonardo e Mariano; Lucas Alexsander; Ângelo; Marcos Rocha, Dr. José Aragão, Genivaldo Santos e Samuel Rabelo –, por todo o apoio acadêmico, pelas lições compartilhadas e pela empatia demonstrada ao longo destes últimos anos.

Ao professor Luiz Gustavo Pereira de Souza Correria, meu orientador, amigo e camarada de luta, que, com paciência e dedicação, nunca desistiu de mim. Pelo contrário, esteve sempre ao meu lado, abrindo portas, orientando-me e incentivando a realização desta pesquisa. Meu sincero agradecimento, mestre.

À família do Acampamento Emília Maria, sendo todos igualmente importantes, independentemente da sequência dos nomes citados a seguir: Max Welber, Cristian, Claudineide, Carlitos, Gorete – mãe de Emília Maria –, Eduarda Floro, Eva Marine, Ronaldo, André, Jânio, Anderson, as Andreias, Zé Roberto e tantos outros que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Tenham a certeza de

que vocês possuem uma parcela significativa nesta pesquisa. Meu muito obrigado! Coloco-me à disposição do Acampamento Emília Maria, do MST/SE.

A todas as vítimas do Movimento MST que, nos últimos 40 anos, lutaram por uma reforma agrária justa e igualitária e que, de alguma maneira, sofreram, foram espancados, torturados ou injustamente mortos. Que a justiça prevaleça, para que o sangue derramado de inúmeros trabalhadores rurais sem-terra não caia no esquecimento e nem fique impune.

E, por fim, a todos que, de alguma forma, torceram por mim, me ajudaram, ensinaram, aprenderam e se fizeram presentes, minha eterna gratidão.

RESUMO

A luta pela terra no Brasil ultrapassa a disputa pelo acesso ao território físico e estende-se à produção de narrativas, à construção de legitimidade e às disputas simbólicas em torno dos movimentos sociais. Inserida nesse contexto, esta dissertação teve como objetivo geral: compreender como as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), participam da produção do território, da construção de identidades coletivas e das disputas simbólicas em torno da luta pela terra no contexto contemporâneo. Fundamentada na Antropologia Social, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, desenvolvida entre 2023 e 2025, articulando observação participante, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, análise documental, fotoetnografia e etnografia digital. O estudo acompanhou tanto as experiências presenciais vivenciadas pelas famílias do acampamento quanto suas práticas comunicacionais em ambientes digitais, especialmente no *Instagram*, compreendido como espaço de autorrepresentação, produção de memória, construção de visibilidade pública e disputa de significados. Os resultados demonstram que a comunicação constitui uma dimensão estruturante da organização coletiva, articulando práticas realizadas nos contextos presencial e digital. As narrativas produzidas pelos próprios sujeitos fortalecem vínculos de pertencimento, preservam memórias da luta, ampliam redes de solidariedade e confrontam representações historicamente associadas à criminalização do MST. Conclui-se que as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria extrapolam a função instrumental das tecnologias digitais, constituindo formas de produção de território, reconhecimento e legitimidade social. Entre a terra e a tela, a comunicação revela-se uma prática política que integra a própria experiência da luta pela reforma agrária e evidencia que a disputa pelo território é também uma disputa pelo direito de produzir sentidos sobre sua existência coletiva.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Comunicação. Território. Etnografia digital. Instagram.

RESUMEN

La lucha por la tierra en Brasil trasciende la disputa por el acceso al territorio físico y se extiende a la producción de narrativas, la construcción de legitimidad y las disputas simbólicas en torno a los movimientos sociales. En este contexto, esta disertación tiene como objetivo comprender cómo las prácticas comunicacionales desarrolladas en el Campamento Emília Maria, vinculado al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), participan en la producción del territorio, la construcción de identidades colectivas y las disputas simbólicas en torno a la lucha por la tierra en el contexto contemporáneo. Fundamentada en la Antropología Social, la investigación adopta un enfoque cualitativo de inspiración etnográfica, desarrollado entre 2023 y 2025, articulando observación participante, entrevistas semiestructuradas, diario de campo, análisis documental, fotoetnografía y etnografía digital. El estudio acompañó tanto las experiencias presenciales vividas por las familias del campamento como sus prácticas comunicacionales en entornos digitales, especialmente en Instagram, entendido como un espacio de autorrepresentación, producción de memoria, construcción de visibilidad pública y disputa de significados. Los resultados demuestran que la comunicación constituye una dimensión estructurante de la organización colectiva, articulando prácticas desarrolladas en los contextos presencial y digital. Las narrativas producidas por los propios sujetos fortalecen los vínculos de pertenencia, preservan las memorias de la lucha, amplían las redes de solidaridad y confrontan representaciones históricamente asociadas a la criminalización del MST. Se concluye que las prácticas comunicacionales desarrolladas en el Campamento Emília Maria trascienden la función instrumental de las tecnologías digitales y constituyen formas de producción del territorio, reconocimiento y legitimidad social. Entre la tierra y la pantalla, la comunicación se revela como una práctica política que integra la propia experiencia de la lucha por la reforma agraria y pone de manifiesto que la disputa por el territorio es también una disputa por el derecho a producir significados sobre su propia existencia colectiva.

Palabras clave: Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Comunicación. Territorio. Etnografía digital. Instagram.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TODA TERRA CONTA HISTÓRIAS: FAZERES INTRODUTÓRIOS	17
---	----

CAPÍTULO II

COTIDIANOS DA LUTA: ORGANIZAÇÃO, MEMÓRIA E PRÁTICAS NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA	31
---	----

2.1 Território, memória e ação coletiva: contribuições da Antropologia para compreender o Acampamento Emília Maria	31
2.2 Território, comunicação e disputas simbólicas	35
2.3 O Acampamento Emília Maria	46
2.3.1 Conflitos fundiários e disputas territoriais na região de São Cristóvão	52
2.3.2 A Construção do Espaço Vivido: da chegada à instalação coletiva	61
2.4 Narrativas da madrugada: lembranças da ocupação	70
2.5 Transformações recentes e projetos de futuro no Emília Maria	97

CAPÍTULO III

DA CRIMINALIZAÇÃO À AUTORREPRESENTAÇÃO: A OFENSIVA CONSERVADORA, AS DISPUTAS DE NARRATIVAS E A EMERGÊNCIA DO INSTAGRAM COMO ARENA POLÍTICA	159
--	-----

3.1 A disputa pela opinião pública: conservadorismo, esfera pública e a criminalização do MST	159
3.2 Entre a mídia tradicional e as plataformas digitais: transformações das disputas simbólicas	164
3.3 O Instagram como território político: visibilidade, autorrepresentação e contra-narrativas	168

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA: O INSTAGRAM E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA	183
---	-----

4.1 Entre a terra e a tela: práticas comunicacionais no cotidiano do Assentamento Emília Maria	184
4.2 Entre imagens e territorialidades: fotografia, Instagram e a construção da representação social do Assentamento Emília Maria	189
4.3 Anotação de Campo: as redes digitais no cotidiano do Acampamento Emília Maria	201

CAPÍTULO V

DA AUTORREPRESENTAÇÃO À LEGITIMIDADE: COMUNICAÇÃO, RECONHECIMENTO E DISPUTAS SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA	220
--	------------

5.1 Autorrepresentação e produção de legitimidade social	220
5.2 As disputas simbólicas na sociedade em rede: potencialidades e limites da autorrepresentação	232

VI OCUPANDO A TERRA E A TELA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
---	------------

REFERÊNCIAS	241
--------------------------	------------

APÊNDICES	247
------------------------	------------

APÊNDICE A – Termo de Autorização para Uso de Imagem e Som	248
---	------------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Acampamento Emília Maria em São Cristóvão/SE	17
Figura 1 - Localização Geral das Áreas no entorno do AEM	47
Figura 2 - Localização do AEM	51
Imagem 2 - Entrevista etnográfica realizada com as lideranças Salgado e Nossa Senhora da Glória durante o trabalho de campo no Acampamento Emília Maria	53
Imagem 3 - Entrevista coletiva realizada com famílias acampadas durante o trabalho de campo no Acampamento Emília Maria	55
Figura 3 - Distância do Acampamento Emília Maria ao Conjunto Eduardo Gomes ..	57
Figura 4 – Distância do Acampamento Emília Maria ao Centro Histórico de São Cristóvão	59
Imagem 4 - Sr. Carira e sua casa	62
Imagem 5 - Trator utilizado na fazenda São José e no Emília Maria	64
Imagem 6 – Madeiras reunidas para a construção de um barraco no Emília Maria	72
Tabela 01 – Perfil dos grupos do acampamento Emília Maria (2024)	76
Quadro 01 – Coordenações e setores	77
Figura 5 - Mapa geral do AEM	79
Imagem 7 - Acampados na Horta Comunitária	80
Imagem 8 – Entrega de sementes de hortaliças às famílias do Emília Maria	82
Imagem 9 – Moradores com equipamento destinado à Horta Comunitária do Emília Maria	84
Imagem 10 - Roçado coletivo na horta comunitária do AEM	87
Imagem 11 - Acampados na casa de farinha	89
Imagem 12 - Mandioca descascada durante o processo coletivo de produção de farinha	90
Imagem 13 - Interação entre academia - mestrandos e doutorandos da UFS e agricultores do AEM	93
Imagem 14 - Mata atlântica do AEM	95

Imagem 15 - Barracos iniciais	98
Imagem 16 - Barracos atuais	100
Imagem 17 - Barraco com energia elétrica e internet	102
Imagem 18 - Manutenção na casa das geladeiras	105
Imagem 19 - Distribuição dos refrigeradores no barracão	106
Imagem 20 - Rodovia Carlos Pina	108
Imagem 21 – Bases para coleta do lixo coletivo	110
Imagem 22 – Bandeira do MST	112
Imagem 23 – Frente da ATRAEM	114
Imagem 24 – 8º Aniversário do Acampamento Emília Maria	116
Imagem 25 – Casa de Farinha do AEM	118
Imagem 26 – “Uma bota meia e o outro tira a meia”	119
Imagem 27 – “Equipamentos: Moedor, peneira e cocho”	120
Imagem 28 – Mexendo os grãos no forno a lenha	122
Imagem 29 – Trabalho coletivo na casa de farinha	123
Imagem 30 – Braço do Rio Pitanga	126
Imagem 31 – Barracão Central	128
Imagem 32 – Plenária do INCRA	131
Imagem 33 – Debate sobre a aquisição das terras	133
Imagem 34 – Capela Nossa Senhora das Dores	135
Imagem 35 – O Emília Maria na Romaria de Senhor dos Passos	137
Imagem 36 – Comercialização de alimentos na Romaria de Senhor dos Passos ...	139
Imagem 37 – Doação de comidas e bebidas na Romaria de Senhor dos Passos ...	141
Imagem 38 – Congregação Batista Betel	143
Imagem 39 – Poço Verde na produção de mel na Mata Nativa do AEM	145

Imagem 40 – Mel produzido no Emília Maria, acondicionado para comercialização	147
Imagem 41 – Barracão Cultural Mãe Maria	151
Imagem 42 – Roda de <i>Freestyle</i> no Barracão Cultural	154
Imagem 43 – Juventude no Barracão Cultural	156
Figura 6 – Print da página do Instagram do Acampamento Emília Maria	171
Figura 7 – Print da página do Instagram do Acampamento Emília Maria (2026)	172
Figura 8 – Curso de boas práticas em manuseio de alimentos realizado no Acampamento Emília Maria	174
Imagem 44 – Liderança do Acampamento Emília Maria utilizando o Instagram	176
Imagem 45 – Membro do Acampamento Emília Maria utilizando o Instagram	178
Figura 9 – Publicação sobre agroecologia e produção de mandioca	186
Figura 10 – Publicações sobre formação política no Assentamento Emília Maria ...	188
Imagem 46 – Barracos Atemporais	192
Imagem 47 – Assembleia Geral	194
Imagem 48 – Mística	196
Imagem 49 – A democracia como prática cotidiana	198
Imagem 50 – Coordenador-geral divulgando no Instagram a colheita realizada no Emília Maria	204
Imagem 51 – Coordenador-geral fotografando o milho colhido para publicação no Instagram	206
Imagem 52 – Produção do registro fotográfico do milho colhido no Emília Maria	209
Imagem 53 – Pesquisador dialogando com acampada do Emília Maria sobre as postagens publicadas no Instagram	211
Quadro 2 – Estratégias comunicacionais para fortalecimento da legitimidade social do Assentamento Emília Maria	230

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEM	Acampamento Emília Maria
ASMASE	Associação dos Meliponicultores e Apicultores de Sergipe
ATRAEM	Associação dos Trabalhadores Rurais do Acampamento Emília Maria
CDT	Centro de Desenvolvimento Tecnológico
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Emdagro	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
ESAM	Encontro Sergipano de Apicultores e Meliponicultores
FM	Frente de Massa
GEPEASE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MinC	Ministério da Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
SE	Sergipe
SP	São Paulo
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UTM	Universal Transverse Mercator

CAPÍTULO I

TODA TERRA CONTA HISTÓRIAS: FAZERES INTRODUTÓRIOS

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular.

*Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais
Sem Terra (MST)*

Imagem 1 - Acampamento Emília Maria em São Cristóvão/SE



Fonte: Gustavo Oliveira (2016)

A luta pela terra constitui uma das mais duradouras e complexas expressões das desigualdades sociais brasileiras. Desde a formação histórica do país, a concentração fundiária produziu não apenas profundas assimetrias no acesso à propriedade rural, mas também diferentes formas de exclusão política, econômica e simbólica que atravessam gerações de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Em torno da terra organizam-se conflitos, projetos de desenvolvimento, formas de produção da vida, identidades coletivas e distintas concepções de justiça social. Mais do que um bem econômico, a terra configura-se como território de existência,

memória, pertencimento e produção cultural, constituindo um espaço permanentemente disputado entre diferentes sujeitos, interesses e racionalidades.

Na contemporaneidade, entretanto, essas disputas extrapolam os limites materiais do território. Se durante grande parte do século XX os conflitos agrários eram travados predominantemente nos espaços físicos das fazendas, das ocupações, das marchas e das instituições estatais, o avanço das tecnologias digitais e das plataformas de comunicação ampliou significativamente os lugares onde esses conflitos se desenvolvem. A disputa pela terra tornou-se também uma disputa pela produção de narrativas, pela circulação de imagens, pela construção de legitimidades e pela conquista da opinião pública. Em outras palavras, os territórios da luta passaram igualmente a ser territórios de produção de sentidos.

Essa transformação não significa que o conflito agrário tenha migrado do campo para o ambiente digital, mas que passou a articular, simultaneamente, diferentes escalas de ação política. O território permanece sendo o espaço concreto onde famílias constroem moradias, cultivam alimentos, organizam formas coletivas de trabalho e reivindicam direitos historicamente negados. Contudo, a permanência nesses espaços depende também da capacidade de produzir reconhecimento social, disputar representações públicas e enfrentar processos históricos de estigmatização. Nesse contexto, os ambientes digitais deixam de ocupar uma posição periférica e passam a integrar o próprio repertório político dos movimentos sociais, funcionando como espaços nos quais identidades coletivas são continuamente narradas, negociadas e legitimadas.

Essa perspectiva exige deslocar o olhar sobre a comunicação. Em vez de compreendê-la apenas como instrumento técnico de divulgação ou transmissão de informações, esta pesquisa parte do entendimento de que comunicar constitui uma prática social profundamente atravessada por relações de poder, processos de identificação, disputas simbólicas e formas de ação coletiva. A comunicação não apenas informa sobre a luta; ela participa ativamente da produção dessa luta, organizando memórias, fortalecendo pertencimentos, produzindo visibilidades e disputando sentidos acerca da legitimidade dos sujeitos envolvidos. Assim, comunicar é também produzir território.

Essa compreensão aproxima-se da tradição antropológica que entende o território como uma construção simultaneamente material e simbólica. Longe de

representar apenas uma delimitação geográfica, o território corresponde a um espaço continuamente produzido pelas práticas cotidianas, pelas relações sociais, pelos afetos, pelas memórias e pelas representações construídas pelos grupos que o habitam. Conforme Henri Lefebvre (1991), o espaço é socialmente produzido, resultando da articulação entre práticas concretas, representações e experiências vividas. Arturo Escobar (2008), ao discutir as territorialidades latino-americanas, demonstra que os territórios constituem formas particulares de existência coletiva, nas quais cultura, natureza, política e identidade tornam-se inseparáveis. Sob essa perspectiva, compreender um acampamento do MST implica reconhecer que a luta ali desenvolvida não se restringe à ocupação física de uma área improdutiva, mas envolve igualmente a produção cotidiana de sentidos sobre quem são esses sujeitos, quais projetos de sociedade defendem e como desejam ser reconhecidos publicamente.

É justamente nesse horizonte que se insere o MST. Desde sua constituição, em 1984, o movimento consolidou-se como uma das principais organizações populares da América Latina, articulando reivindicações relacionadas à democratização do acesso à terra, à reforma agrária, à soberania alimentar e à construção de formas coletivas de organização social. Entretanto, sua trajetória também foi marcada por intensos processos de criminalização e por disputas permanentes em torno de sua representação pública. Ao mesmo tempo em que construiu experiências reconhecidas internacionalmente nas áreas da educação popular, da agroecologia e da organização comunitária, o MST tornou-se objeto recorrente de narrativas produzidas por diferentes agentes políticos, midiáticos e institucionais, frequentemente associadas à ilegalidade, à violência e à desordem social. Essa tensão evidencia que a luta pela terra é, simultaneamente, uma luta pelo reconhecimento, pela legitimidade e pela produção de representações sociais.

É nesse cenário que emerge o Acampamento Emília Maria¹ (AEM), localizado no município de São Cristóvão, Sergipe, campo empírico desta investigação. Constituído por aproximadamente 170 famílias vinculadas ao MST, o acampamento representa muito mais do que um espaço de reivindicação fundiária. Trata-se de um

¹ O Acampamento Emília Maria foi oficialmente transformado em Assentamento Emília Maria em 14 de março de 2025, após a imissão de posse da antiga Fazenda São José, localizada no município de São Cristóvão (SE). A medida assegurou a regularização fundiária de 167 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupavam a área desde 6 de agosto de 2016, consolidando uma importante conquista da luta pela reforma agrária em Sergipe.

território vivo, no qual se articulam práticas agrícolas, formas coletivas de trabalho, experiências educativas, celebrações religiosas, manifestações culturais, processos organizativos e redes de solidariedade que estruturam a vida cotidiana de seus moradores. Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que essas práticas extrapolam os limites físicos do acampamento, prolongando-se nos ambientes digitais por meio da produção de fotografias, vídeos, relatos, campanhas e narrativas compartilhadas, especialmente na plataforma Instagram. Nesses espaços, o acampamento continua sendo produzido, narrado e disputado, revelando que as fronteiras entre o território material e o território digital tornam-se cada vez mais porosas na experiência contemporânea da luta pela terra.

Contudo, reduzir essas práticas ao uso de tecnologias digitais significaria obscurecer seu significado antropológico mais profundo. O interesse desta pesquisa não reside em compreender como o Acampamento Emília Maria utiliza uma plataforma específica de rede social, mas em investigar de que maneira seus integrantes produzem representações sobre si mesmos, constroem visibilidade pública e disputam sentidos acerca de sua própria existência coletiva. Em outras palavras, interessa compreender como a comunicação participa da produção do território e da ação política, transformando-se em dimensão constitutiva da própria experiência social do acampamento.

Nas últimas décadas, a reconfiguração da esfera pública brasileira, marcada pela expansão das plataformas digitais, pela concentração dos meios de comunicação, pela intensificação dos processos de criminalização dos movimentos sociais e pelo fortalecimento de discursos conservadores, redefiniu as formas pelas quais conflitos sociais passam a ser narrados, disputados e legitimados no espaço público. Nesse contexto, movimentos historicamente vinculados às lutas por direitos, como o MST, passaram a enfrentar não apenas conflitos relacionados ao acesso à terra, mas também disputas permanentes em torno de sua representação pública. A luta pela reforma agrária passou a desenvolver-se simultaneamente no território material e no campo simbólico, onde imagens, narrativas e discursos tornaram-se elementos centrais na construção da legitimidade política dos movimentos sociais.

É nesse cenário que as práticas comunicacionais assumem uma centralidade inédita. O Instagram deixa de representar apenas uma plataforma de divulgação institucional para constituir-se como uma arena política de autorrepresentação, na

qual os sujeitos do Acampamento Emília Maria produzem visibilidade pública, confrontam representações historicamente cristalizadas acerca do MST e reivindicam o direito de narrar suas próprias experiências. Mais do que divulgar atividades, essas práticas comunicacionais participam da construção de identidades coletivas, da produção de memória e da disputa por reconhecimento, evidenciando que a comunicação integra os processos contemporâneos de resistência política e de produção do território.

É precisamente essa a tese que orienta esta dissertação: as práticas comunicacionais desenvolvidas pelos sujeitos do Acampamento Emília Maria não constituem um recurso complementar da luta pela terra, mas integram a própria produção do território, da identidade coletiva e da ação política. Ao ocupar os ambientes digitais, particularmente o Instagram, homens e mulheres vinculados ao MST não apenas divulgam atividades ou registram acontecimentos cotidianos; eles constroem autorrepresentações, disputam regimes de visibilidade, enfrentam estigmas historicamente associados ao movimento e produzem legitimidade pública para suas formas de existência e de organização social. Entre a terra e a tela não há ruptura, mas continuidade. O território ocupado prolonga-se simbolicamente nas narrativas, nas imagens e nas interações digitais, revelando novas configurações das lutas sociais no Brasil contemporâneo.

A questão que orienta esta investigação pode ser sintetizada nos seguintes termos: **como as práticas comunicacionais desenvolvidas pelas/os acampadas/os do Acampamento Emília Maria participam da produção do território, da construção de identidades coletivas e das disputas simbólicas em torno da luta pela terra no contexto contemporâneo?**

A formulação dessa questão desloca a investigação do campo estritamente tecnológico para o campo da Antropologia Social. Em vez de privilegiar a análise das plataformas digitais, a pesquisa concentra-se nos significados atribuídos pelos próprios sujeitos às práticas comunicacionais que desenvolvem em seu cotidiano, compreendendo-as como parte dos processos de produção do território, da memória coletiva e da ação política.

Diante dessas questões, estabeleceu-se como objetivo geral: **Compreender** como as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria participam da produção do território, da construção de identidades coletivas e das

disputas simbólicas em torno da luta pela terra no contexto contemporâneo. Mais do que identificar os usos de determinadas plataformas digitais, busca-se interpretar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos às formas de comunicação que produzem e mobilizam em seu cotidiano.

Como objetivos específicos, pretende-se: **1) Caracterizar** os processos de constituição do Acampamento Emília Maria, evidenciando sua organização coletiva, as memórias da ocupação e as práticas cotidianas que produzem o território como espaço de pertencimento e resistência; **2) Analisar** como a reconfiguração da esfera pública brasileira e os processos de criminalização dos movimentos sociais contribuíram para transformar as plataformas digitais em arenas de disputa política e autorrepresentação do MST; **3) Interpretar** as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria, compreendendo o Instagram como espaço de produção de memória, identidade coletiva e visibilidade pública; **4) Examinar** as disputas simbólicas em torno das representações do MST, evidenciando como as estratégias comunicacionais do Acampamento Emília Maria produzem legitimidade social e confrontam narrativas hegemônicas.

A compreensão de que os conflitos agrários também se desenvolvem no plano simbólico conduz ao problema central desta pesquisa. Embora exista uma produção consolidada acerca da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de suas formas organizativas, de suas estratégias de mobilização política e de suas contribuições para o debate sobre a reforma agrária, ainda são relativamente escassos os estudos antropológicos que analisam as práticas comunicacionais produzidas pelos próprios sujeitos do movimento enquanto formas de construção da realidade social. Grande parte das investigações sobre comunicação e movimentos sociais concentra-se na cobertura realizada pelos meios de comunicação tradicionais ou na capacidade das redes digitais de ampliar processos de mobilização coletiva. Ainda que essas contribuições sejam fundamentais, elas frequentemente atribuem à comunicação um papel instrumental, reduzindo-a à condição de ferramenta de divulgação, organização ou ativismo.

Esta dissertação parte de uma perspectiva distinta. Em vez de perguntar como o MST utiliza as redes sociais digitais, busca compreender como as práticas comunicacionais integram a própria experiência social da luta pela terra. Isso implica reconhecer que fotografias, vídeos, legendas, transmissões ao vivo, cartazes,

símbolos, bandeiras, celebrações, performances coletivas e narrativas produzidas pelos acampados não constituem simples registros documentais de acontecimentos previamente dados. Ao contrário, participam ativamente da produção de identidades coletivas, da elaboração de memórias compartilhadas e da construção de formas de reconhecimento público. Comunicar, nesse contexto, significa produzir relações sociais, afirmar pertencimentos e disputar significados sobre o território, sobre o movimento e sobre aqueles que dele fazem parte.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições da Antropologia Interpretativa, especialmente da compreensão de Clifford Geertz (2008) de que a cultura deve ser entendida como uma teia de significados produzida pelos próprios sujeitos e permanentemente interpretada em suas práticas cotidianas. As formas de comunicação desenvolvidas pelo Acampamento Emília Maria constituem, nesse sentido, sistemas simbólicos por meio dos quais seus integrantes organizam experiências, atribuem sentidos às suas trajetórias e comunicam determinadas interpretações sobre si mesmos e sobre o mundo social. As imagens compartilhadas, as narrativas produzidas e os eventos registrados não são apenas informações circulando em plataformas digitais; representam interpretações socialmente construídas acerca da vida coletiva, da reforma agrária e do próprio significado de ocupar uma terra.

Essa discussão também dialoga com Stuart Hall (2016), para quem os processos de representação não refletem simplesmente uma realidade objetiva, mas participam da sua constituição. As representações produzem efeitos concretos sobre a forma como indivíduos e grupos são percebidos, classificados e reconhecidos socialmente. Ao longo de sua história, o MST tornou-se objeto de intensas disputas representacionais. Diferentes agentes políticos, econômicos e midiáticos produziram imagens frequentemente marcadas pela criminalização do movimento, pela associação entre ocupação e ilegalidade ou pela construção de estereótipos relacionados à violência e à desordem. Simultaneamente, o próprio movimento desenvolveu formas de produzir narrativas alternativas, buscando disputar essas representações e afirmar outros sentidos para sua atuação política. É precisamente nesse espaço de tensão que a comunicação assume centralidade analítica.

Sob essa perspectiva, interessa menos identificar o conteúdo das mensagens divulgadas do que compreender os processos sociais por meio dos quais

determinadas práticas cotidianas passam a constituir representações públicas do movimento. As fotografias, vídeos e narrativas produzidos pelo Acampamento Emília Maria evidenciam formas específicas de apresentar o cotidiano da luta pela terra, conferindo visibilidade ao trabalho coletivo, às práticas produtivas, às atividades culturais, às assembleias e às experiências comunitárias. Mais do que ilustrar acontecimentos, essas representações participam da construção de identidades coletivas, fortalecem vínculos de pertencimento e produzem sentidos sobre o território e sobre o próprio MST. É nesse processo que a comunicação assume interesse antropológico, pois permite compreender como grupos sociais constroem formas de reconhecimento e legitimidade por meio da produção simbólica de sua própria experiência.

Essas questões evidenciam que a presente pesquisa não pretende investigar apenas a comunicação produzida por um movimento social. Seu interesse consiste em compreender como determinados processos comunicacionais produzem efeitos concretos sobre a organização da vida coletiva, sobre as formas de ocupação do território e sobre os modos pelos quais diferentes sujeitos negociam sua presença no espaço público. Trata-se, portanto, de uma investigação situada na interface entre Antropologia Social, Antropologia da Comunicação, Antropologia Visual e estudos sobre territorialidades contemporâneas, procurando compreender como diferentes linguagens participam da produção da realidade social.

A relevância desta pesquisa manifesta-se em diferentes níveis. Do ponto de vista antropológico, contribui para ampliar um campo de investigação ainda pouco explorado no Brasil ao articular etnografia presencial e etnografia digital na análise das práticas comunicacionais de um movimento social do campo. Embora as pesquisas sobre o MST possuam uma tradição consolidada nas áreas da Sociologia Rural, da Ciência Política, da Educação e da Geografia Agrária, permanecem relativamente escassas as investigações que analisam, a partir de uma perspectiva etnográfica, como os próprios sujeitos do movimento constroem autorrepresentações e disputam sentidos sobre sua existência coletiva por meio das imagens, das narrativas e das plataformas digitais. Ao privilegiar essa perspectiva, a dissertação amplia o diálogo entre a Antropologia e os estudos da comunicação, deslocando o foco das tecnologias para as práticas sociais que lhes atribuem significado.

Sob o ponto de vista político, o estudo contribui para compreender uma dimensão frequentemente secundarizada nas análises sobre os conflitos agrários: a disputa pela legitimidade pública. Em sociedades marcadas pela intensa circulação de imagens, discursos e informações, as disputas políticas não se restringem aos espaços institucionais ou aos territórios fisicamente ocupados. Elas ocorrem igualmente nas arenas simbólicas onde se constroem reputações, se produzem estigmas e se negociam formas de reconhecimento social. Analisar como o Acampamento Emília Maria produz narrativas sobre si mesmo significa compreender estratégias contemporâneas de resistência que ultrapassam o enfrentamento jurídico ou territorial, alcançando também o plano das representações sociais.

A **relevância empírica** da pesquisa decorre ainda da singularidade do campo investigado. Localizado no município de São Cristóvão, em Sergipe, o Acampamento Emília Maria constitui uma experiência relativamente recente no contexto das ocupações vinculadas ao MST, mas apresenta intensa dinâmica organizativa, envolvendo produção agrícola, educação popular, atividades culturais, celebrações religiosas, economia solidária e permanente mobilização política. Ao longo do trabalho de campo, observou-se que essas práticas não permanecem restritas ao espaço físico do acampamento, mas circulam continuamente por meio de fotografias, vídeos, registros audiovisuais e narrativas compartilhadas pelos próprios acampados, permitindo acompanhar a forma como o território é permanentemente reconstruído tanto na experiência cotidiana quanto nos ambientes digitais.

A escolha desse campo também dialoga com minha própria **trajetória acadêmica e intelectual**. O interesse pelas questões agrárias antecede esta pesquisa e encontra suas raízes nas experiências familiares vinculadas ao universo rural sergipano. Cresci ouvindo narrativas sobre trabalho agrícola, cultivo da terra, formas de cooperação comunitária e dificuldades enfrentadas por trabalhadores do campo. Posteriormente, já na condição de pesquisador em formação, essas experiências foram ressignificadas pelo encontro com a Antropologia Social, conduzindo-me à compreensão de que os conflitos fundiários não podem ser analisados apenas como disputas econômicas ou jurídicas, mas como fenômenos profundamente atravessados por dimensões culturais, simbólicas e políticas. A aproximação com o Acampamento Emília Maria resultou desse percurso e possibilitou construir uma investigação baseada na convivência prolongada, na escuta etnográfica

e na observação das práticas cotidianas desenvolvidas pelos interlocutores da pesquisa.

Ao privilegiar o Acampamento Emília Maria como campo etnográfico, esta pesquisa parte da compreensão de que os grandes processos sociais tornam-se particularmente inteligíveis quando observados a partir das experiências concretas vividas pelos sujeitos. A escolha desse acampamento não decorre apenas de sua relevância para a história recente do MST em Sergipe, mas principalmente da possibilidade de acompanhar, em escala local, a articulação entre território, comunicação e organização política. Ao longo do trabalho de campo, foi possível observar que a vida cotidiana do acampamento não se organiza apenas em torno das atividades produtivas ou das assembleias coletivas. Ela também se constitui por meio de fotografias compartilhadas entre famílias, registros audiovisuais de mutirões, transmissões de eventos políticos, divulgação de campanhas solidárias e produção contínua de narrativas sobre o próprio território. Essas práticas comunicacionais atravessam o cotidiano e tornam-se parte das formas pelas quais o acampamento existe socialmente.

Essa constatação levou ao deslocamento progressivo do objeto desta pesquisa. Inicialmente, a investigação buscava compreender os usos das redes sociais por um acampamento vinculado ao MST. O desenvolvimento da etnografia, entretanto, demonstrou que essa formulação era insuficiente para explicar o fenômeno observado. O que se revelava no campo não era simplesmente a utilização de uma plataforma digital, mas a constituição de um processo mais amplo de produção simbólica no qual as fronteiras entre presença física e presença digital tornavam-se continuamente atravessadas pelos próprios interlocutores. O Instagram não aparecia como um ambiente separado da vida cotidiana do acampamento; apresentava-se como uma extensão das práticas sociais, das formas de organização coletiva e das disputas políticas desenvolvidas no território ocupado.

Parte-se da compreensão de que o Instagram não constitui um espaço externo ao Acampamento Emília Maria, tampouco representa apenas um canal de divulgação institucional. Ao contrário, integra as formas contemporâneas de produção do território, funcionando como ambiente de autorrepresentação, construção de memória coletiva, fortalecimento identitário e disputa por legitimidade pública. As práticas comunicacionais observadas não apenas acompanham a luta pela terra; elas ajudam

a produzi-la, ampliando sua visibilidade, organizando redes de solidariedade e confrontando representações historicamente cristalizadas acerca do movimento.

Dessa maneira, esta pesquisa desloca a discussão da comunicação digital do campo estritamente tecnológico para o campo das relações sociais. O interesse não reside nas plataformas em si, nem nos algoritmos que organizam a circulação dos conteúdos, mas nos sujeitos que, por meio delas, produzem sentidos sobre sua própria existência coletiva. A comunicação é compreendida, portanto, como prática cultural, ação política e processo de produção simbólica, inseparável das formas pelas quais o território é vivido, narrado e permanentemente reconstruído pelos homens e mulheres que fazem do Acampamento Emília Maria um espaço de resistência, pertencimento e criação de futuros possíveis.

O **percurso metodológico** adotado dialoga diretamente com esses objetivos. Inserida no campo da Antropologia Social, esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, compreendendo a etnografia não apenas como técnica de investigação, mas como modo específico de produzir conhecimento. Conforme assinala Geertz (2008), a tarefa do antropólogo consiste em construir descrições densas capazes de interpretar os significados produzidos pelos próprios sujeitos em suas práticas cotidianas. Isso implica reconhecer que o conhecimento antropológico emerge da convivência prolongada, da observação participante e do diálogo contínuo entre pesquisador e interlocutores.

O trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2023 e 2025, período em que foram desenvolvidas sucessivas inserções no Acampamento Emília Maria. A permanência em campo possibilitou acompanhar diferentes momentos da vida coletiva, incluindo assembleias, mutirões de trabalho, atividades produtivas, celebrações religiosas, eventos culturais, reuniões políticas e práticas educativas. A observação participante constituiu o eixo central da pesquisa, permitindo compreender não apenas aquilo que os sujeitos diziam sobre suas experiências, mas também a maneira como essas experiências eram efetivamente vividas, compartilhadas e significadas no cotidiano.

Entretanto, a própria dinâmica do campo revelou que parte significativa dessas experiências extrapolava os limites físicos do acampamento. Fotografias produzidas durante os mutirões eram posteriormente compartilhadas nas redes sociais; transmissões ao vivo prolongavam assembleias para além da presença física dos

participantes; vídeos de atividades culturais alcançavam públicos externos ao movimento; campanhas solidárias articulavam apoiadores localizados em diferentes regiões do país. Diante dessa realidade, tornou-se necessário ampliar o próprio conceito de campo etnográfico, incorporando procedimentos de etnografia digital que permitissem acompanhar a circulação dessas práticas comunicacionais nos ambientes online.

Essa ampliação metodológica não significou abandonar a centralidade da etnografia presencial, mas reconhecer que, na contemporaneidade, a experiência social dos interlocutores se constitui simultaneamente em diferentes espacialidades. O território investigado não se encerrava nos limites geográficos do acampamento. Ele estendia-se às redes digitais, onde continuavam sendo produzidas narrativas, memórias, formas de pertencimento e disputas simbólicas. Assim, a etnografia digital foi incorporada como desdobramento da própria pesquisa de campo, e não como um procedimento metodológico independente.

Além da observação participante e da etnografia digital, a pesquisa dialoga com a tradição da **Antropologia Visual**, compreendendo as imagens não apenas como recursos ilustrativos, mas como documentos etnográficos capazes de produzir conhecimento sobre as relações sociais investigadas. As fotografias produzidas durante o trabalho de campo, bem como aquelas compartilhadas pelos próprios interlocutores no perfil do Acampamento Emília Maria no Instagram, foram analisadas como formas de representação social que expressam práticas, valores, memórias e modos de construir publicamente a experiência da luta pela terra. Nessa perspectiva, as imagens constituem artefatos culturais que não apenas registram acontecimentos, mas participam da produção de sentidos sobre o território, a identidade coletiva e a ação política.

A investigação também recorreu à **análise documental**, contemplando materiais institucionais produzidos pelo MST, documentos públicos relacionados ao acampamento, publicações em ambientes digitais, registros de eventos, materiais de divulgação e demais documentos que contribuíram para contextualizar historicamente o campo e compreender as práticas comunicacionais analisadas. A articulação entre observação participante, entrevistas, registros de campo, análise documental e Antropologia Visual permitiu construir uma interpretação que considera, de forma integrada, as dimensões materiais e simbólicas da vida social, reconhecendo que os

significados produzidos pelos sujeitos circulam simultaneamente por meio de narrativas, imagens, documentos e práticas cotidianas.

A dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos, estruturados de forma a acompanhar o percurso analítico que conduz da compreensão do território vivido às disputas contemporâneas por representação, reconhecimento e legitimidade pública, evidenciando como as práticas comunicacionais integram a produção do território e a ação política do MST.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, estruturados de modo a acompanhar o percurso analítico que conduz da apresentação da pesquisa às reflexões sobre as práticas comunicacionais e as disputas simbólicas em torno da luta pela terra. O **primeiro capítulo, "Toda terra conta histórias: fazeres introdutórios"**, corresponde à introdução da pesquisa. Nele são apresentados o problema de investigação, os objetivos, a justificativa, o percurso metodológico, os referenciais teóricos que sustentam a análise e a organização da dissertação, situando o leitor no universo empírico e analítico que orienta este estudo.

O **segundo capítulo, "Cotidianos da luta: organização, memória e práticas no Acampamento Emília Maria"**, apresenta o campo etnográfico da pesquisa, abordando a constituição do acampamento, os conflitos fundiários da região, a organização coletiva das famílias e as práticas cotidianas que produzem o território como espaço de pertencimento, sociabilidade e resistência.

O **terceiro capítulo, "Da criminalização à autorrepresentação: a ofensiva conservadora, as disputas de narrativas e a emergência do Instagram como arena política"**, discute as transformações da esfera pública brasileira e os processos de criminalização do MST, analisando como a expansão das plataformas digitais e as disputas narrativas contemporâneas transformaram o Instagram em um espaço estratégico de autorrepresentação e ação política.

O **quarto capítulo, "Comunicação como prática política: o Instagram e a representação social no Acampamento Emília Maria"**, analisa as práticas comunicacionais desenvolvidas pelos interlocutores da pesquisa, compreendendo o Instagram como um espaço de construção de memória, fortalecimento identitário e produção de visibilidade pública por meio das narrativas elaboradas pelos próprios acampados.

O quinto capítulo, **"Da autorrepresentação à legitimidade: comunicação, reconhecimento e disputas simbólicas no Acampamento Emília Maria"**, examina como as estratégias comunicacionais do acampamento produzem reconhecimento e legitimidade pública, enfrentando estigmas e disputando sentidos sobre a luta pela terra, a reforma agrária e o próprio MST. Ao final, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam as principais contribuições da pesquisa, seus limites e as possibilidades para investigações futuras.

Ao acompanhar as práticas comunicacionais produzidas no Acampamento Emília Maria, esta dissertação procura demonstrar que a luta pela terra ultrapassa os limites da ocupação física e estende-se aos processos contemporâneos de construção de representações, visibilidades e legitimidades. Entre a terra e a tela, o território permanece sendo continuamente produzido por homens e mulheres que, ao narrar suas próprias experiências, reivindicam não apenas o direito à terra, mas também o direito de representar a si mesmos, disputar reconhecimento público e afirmar sua legitimidade como sujeitos políticos na luta pela reforma agrária.

CAPÍTULO II

COTIDIANOS DA LUTA: ORGANIZAÇÃO, MEMÓRIA E PRÁTICAS NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA

Este capítulo tem como objetivo caracterizar os processos de constituição do Acampamento Emília Maria, analisando de que maneira sua organização coletiva, as memórias da ocupação e as práticas cotidianas produzem o território como espaço de pertencimento e resistência. Parte-se da compreensão de que o território não corresponde apenas a uma porção delimitada de terra, mas constitui uma construção social continuamente produzida pelas relações estabelecidas entre os sujeitos, pelos modos de organização coletiva e pelas experiências compartilhadas ao longo da luta pela reforma agrária. Nessa perspectiva, compreender o Acampamento Emília Maria exige acompanhar tanto sua constituição histórica quanto as práticas que, cotidianamente, conferem sentido à vida coletiva e sustentam a permanência das famílias no território.

2.1 Território, memória e ação coletiva: contribuições da Antropologia para compreender o Acampamento Emília Maria

A articulação entre território, memória e ação coletiva permite compreender que os acampamentos organizados pelo MST constituem experiências sociais cuja complexidade ultrapassa as interpretações centradas exclusivamente na distribuição da terra. Ainda que a reforma agrária permaneça como horizonte político da organização, a permanência das famílias sobre o território depende da construção cotidiana de formas de cooperação, reciprocidade e pertencimento capazes de sustentar a vida coletiva diante das incertezas produzidas pelos conflitos fundiários. Nesse sentido, a territorialização promovida pelo MST não representa apenas a ocupação física de uma propriedade, mas a constituição de uma comunidade política que produz continuamente novos modos de viver, trabalhar e compartilhar experiências.

A Antropologia contemporânea compreende o território para além de sua dimensão física ou jurídico-administrativa, entendendo-o como uma construção histórica e relacional produzida pelas experiências sociais, pelos processos de territorialização e pelas formas de organização coletiva. Conforme João Pacheco de

Oliveira (2016), os territórios constituem-se em situações históricas específicas, nas quais os sujeitos produzem relações de sociabilidade, identidade e pertencimento. Nessa perspectiva, as memórias compartilhadas, as práticas cotidianas e os conflitos em torno do acesso à terra evidenciam que o território é permanentemente produzido e ressignificado, tornando-se uma categoria central para compreender as dinâmicas dos movimentos de luta pela reforma agrária e seus processos de resistência.

Desse modo, o território revela-se como uma construção continuamente atualizada pelas práticas sociais, pelas experiências compartilhadas e pelos processos de organização coletiva que conferem sentido à vida em comum. No Acampamento Emília Maria, essa dinâmica manifesta-se nas relações de solidariedade, no trabalho coletivo, nas assembleias, nas celebrações e nas estratégias cotidianas de resistência, evidenciando que o território não é apenas o espaço onde a luta ocorre, mas uma dimensão constitutiva da própria luta, na qual se produzem pertencimentos, memórias e identidades coletivas.

Essa compreensão também dialoga com as reflexões de Victor Turner (1974) sobre os processos rituais e a constituição da *communitas*. Para o autor, os rituais não apenas expressam valores coletivos previamente estabelecidos, mas produzem formas intensificadas de solidariedade, pertencimento e reconhecimento entre aqueles que deles participam. É por meio dessas experiências compartilhadas que identidades coletivas são continuamente reafirmadas e compromissos comuns são renovados. Embora desenvolvidas em outro contexto etnográfico, suas contribuições permitem compreender que a vida coletiva nos acampamentos do MST é igualmente atravessada por práticas simbólicas e organizativas que fortalecem os vínculos entre seus integrantes e sustentam a permanência da ação coletiva.

Essa dimensão relacional do território manifesta-se nas inúmeras práticas que organizam o cotidiano dos acampamentos. Assembleias, mutirões, jornadas de trabalho coletivo, atividades educativas, celebrações, momentos de formação política e ações de solidariedade constituem espaços privilegiados de produção das relações sociais. Mais do que responder a necessidades práticas da vida cotidiana, essas atividades produzem reconhecimento entre os participantes, fortalecem vínculos afetivos e reafirmam continuamente o compromisso coletivo com a luta pela terra. O território passa, assim, a ser produzido não apenas pelo trabalho agrícola, mas pelas

relações sociais que tornam possível sua permanência enquanto espaço compartilhado.

Essa interpretação encontra respaldo nas análises de Christine Chaves (2022), para quem a organicidade do MST constitui um processo permanentemente alimentado por práticas de formação política, pela mística e pela participação cotidiana das famílias nas diferentes instâncias organizativas do movimento. Segundo a autora, a força política do MST não decorre exclusivamente de sua capacidade de mobilização, mas da produção cotidiana de sujeitos coletivos comprometidos com valores comuns, construídos por meio da convivência, da formação e da experiência compartilhada da luta. A ação coletiva deixa, portanto, de representar apenas um instrumento de reivindicação para converter-se em princípio organizador da própria vida social desenvolvida nos acampamentos.

Ao discutir os ritos presentes nas ocupações, Marcos Andrade Rocha (2021) demonstra que bandeiras, cantos, caminhadas, barracões e assembleias constituem dispositivos fundamentais para a produção de memória e pertencimento. Esses elementos não funcionam apenas como representações da identidade do movimento, mas participam ativamente da construção dessa identidade ao transformar experiências individuais em narrativas compartilhadas. Cada ritual reafirma uma história comum, produz reconhecimento entre os participantes e fortalece os vínculos necessários à continuidade da ação coletiva. A permanência do grupo no território depende, portanto, da constante atualização dessas referências simbólicas, que conferem estabilidade às relações sociais mesmo diante das adversidades enfrentadas pelos acampados.

A memória, nessa perspectiva, não corresponde ao armazenamento individual e integral de acontecimentos passados. Trata-se de um processo social de reconstrução, realizado a partir das relações, referências e demandas que atravessam os sujeitos no presente. Mesmo as lembranças aparentemente particulares são organizadas por quadros sociais que fornecem linguagens, lugares, temporalidades e vínculos por meio dos quais o passado pode ser reconhecido e narrado. A evocação individual encontra sustentação nas lembranças compartilhadas por outros integrantes do grupo, como explica Maurice Halbwachs:

se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa

evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

A formulação de Halbwachs permite compreender que recordar não significa recuperar de maneira intacta aquilo que aconteceu, mas reconstruir a experiência mediante referências socialmente compartilhadas. A lembrança adquire consistência quando encontra ressonância nas narrativas de outros sujeitos que participaram dos acontecimentos ou que integram os mesmos quadros de pertencimento. No contexto de uma ocupação, os relatos sobre a chegada à terra, a madrugada, a construção dos primeiros barracos e as dificuldades enfrentadas são continuamente retomados, confrontados e complementados, formando uma memória que ultrapassa as experiências individuais e passa a compor a história coletiva do grupo.

Essa reconstrução também participa da produção das identidades coletivas. Para Candau (2019), memória e identidade mantêm uma relação de constituição recíproca: as lembranças contribuem para que o grupo formule uma compreensão compartilhada sobre quem é, ao passo que as identidades assumidas no presente interferem na seleção e na interpretação do que será lembrado. A memória coletiva, contudo, não deve ser tomada como uma narrativa homogênea ou consensual. Ela é atravessada por diferentes posições, experiências e pertencimentos, fazendo com que certos acontecimentos sejam reiterados, enquanto outros podem ser silenciados, esquecidos ou reinterpretados. Importa, portanto, observar tanto aquilo que se preserva quanto as escolhas e tensões envolvidas na construção das narrativas sobre o passado.

No Emília Maria, a memória não se encontra somente nos relatos sobre a madrugada da ocupação. Ela também se materializa nos barracos, nas áreas cultivadas, nas bandeiras, nas ferramentas, nos alimentos produzidos e nos espaços coletivos construídos pelas famílias. Esses elementos funcionam como suportes materiais e simbólicos das experiências compartilhadas, pois evocam dificuldades, conquistas, formas de cooperação e projetos de futuro. O território, nesse sentido, não constitui apenas o cenário onde os acontecimentos se desenvolveram, mas participa da própria elaboração da memória, conservando marcas que permitem aos sujeitos narrar a ocupação e atribuir sentido à permanência na terra.

As fotografias e as práticas comunicacionais digitais acrescentam novos suportes a esse processo. Quando uma colheita, um mutirão, uma assembleia ou a

construção de um barraco são fotografados e compartilhados, o acontecimento deixa de permanecer restrito à memória daqueles que o presenciaram e passa a circular entre diferentes públicos e temporalidades. O Instagram pode ser compreendido, assim, como um arquivo vivo e seletivo, no qual os sujeitos do Emília Maria registram, organizam e tornam pública uma narrativa sobre sua trajetória. A passagem da memória oral e territorial para a memória fotografada e digital não substitui as experiências vividas no assentamento, mas amplia seus circuitos de circulação e oferece novas condições para sua preservação, atualização e disputa.

Essa compreensão permite interpretar o Acampamento Emília Maria para além das categorias tradicionalmente utilizadas nos estudos sobre reforma agrária. Mais do que um espaço ocupado em disputa judicial, o acampamento configura-se como um território socialmente produzido, onde práticas de cooperação, memórias compartilhadas, formas de organização coletiva e relações de solidariedade constituem elementos fundamentais da experiência cotidiana. O território deixa de representar apenas a base material da luta para tornar-se o próprio resultado das relações estabelecidas entre seus moradores, continuamente reconstruído pelas ações, pelos afetos e pelos projetos coletivos que orientam a vida no acampamento.

2.2 Território, comunicação e disputas simbólicas

Em sua extensão mais recente, Ed Soja (1996) desenvolveu a ideia de “*Thirdspace*” (terceiro espaço) um locus híbrido em que o material e o simbólico se entrelaçam, o institucional e o vivencial se sobrepõem, e as fronteiras entre o real e o imaginário se diluem. No *Thirdspace*, o território se revela ao mesmo tempo como objeto de dominação e arena de resistência, pois aciona representações oficiais de soberania e, simultaneamente, sedimenta os imaginários dos grupos subalternos. Aplicado ao Acampamento Emília Maria, esse referencial permite compreender o lugar não apenas como extensão de terra ocupada, mas também como palco de memórias ancestrais, de celebrações coletivas, de rituais agrícolas e de performatividades políticas que se desdobram tanto “no chão” na construção de barracas, no cultivo de roças e na organização de assembleias quanto “na nuvem” por meio de transmissões ao vivo, fotografias e publicações Instagram.

A disputa simbólica que caracteriza esse processo está diretamente vinculada à tensão entre agentes hegemônicos o estado, grandes proprietários rurais, mídia corporativa e o movimento sem-terra, que reivindica legitimidade social e jurídica para a ocupação agrária. Arturo Escobar (2008) analisa como, na América Latina, diferentes formas de territorialidade se sobrepõem: o território estatal, concebido como unidade administrativa e instância de soberania; o território mercantil, entendido como objeto de exploração econômica; e o território comunitário, que emerge das práticas de cuidado, sociabilidade e sentido de pertencimento. No caso de Emília Maria, há um evidente conflito entre o interesse mercantil dos latifundiários que deixaram 6.300 hectares “improdutivos” à mercê de dívidas e o projeto social dos acampados, que redefine esse solo como recurso vital para subsistência e experimentação de agroecologia.

A materialização dessa disputa inicia-se, em primeiro lugar, no próprio ato de acampar e ocupar. Mais do que estratégias de reivindicação política, essas práticas constituem processos de territorialização pelos quais uma área antes destinada à lógica da concentração fundiária passa a ser apropriada, habitada e ressignificada coletivamente. O levantamento das barracas de pau a pique e barro, a demarcação dos lotes, o cultivo de mandioca, feijão e cana-de-açúcar e a criação de abelhas africanizadas para a produção de mel expressam a transformação do espaço em território vivido, onde o trabalho, a convivência e a organização cotidiana produzem novas formas de pertencimento. Esse processo também encontra respaldo na ordem constitucional brasileira, que estabelece que "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social" (BRASIL, 1988, art. 184, § 1º), evidenciando que a luta pela terra mobiliza, simultaneamente, práticas sociais e um repertório jurídico que fundamenta a reivindicação do direito à reforma agrária.

O ato de ocupar, contudo, não se restringe à apropriação material da terra, mas inaugura um processo de territorialização por meio do qual o espaço é transformado em território vivido. Ao erguer barracos, organizar os espaços de convivência, cultivar a terra e instituir formas coletivas de trabalho, decisão e solidariedade, as famílias produzem novas relações de pertencimento e atribuem sentidos compartilhados ao lugar. A ocupação, nesse contexto, ultrapassa a dimensão de uma estratégia de acesso à terra para constituir-se como uma prática política que confronta a

concentração fundiária e materializa, no cotidiano, a resistência camponesa. Como afirma Bernardo Mançano Fernandes,

A luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É uma luta contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (Fernandes, 2000, p. 280)

Nessa perspectiva, a ocupação não representa apenas a conquista de um território, mas a construção de um projeto coletivo de sociedade. A atuação do MST articula a luta pela reforma agrária a diferentes dimensões da vida social, como educação, agroecologia, produção cooperada e formação política. Nesse processo, conforme interpreta Roseli Salete Caldart (2012), constitui-se o sujeito coletivo Sem Terra, cuja identidade é produzida nas experiências compartilhadas da luta e nas práticas cotidianas que desafiam as formas hegemônicas de organização social. No Acampamento Emília Maria, essa identidade manifesta-se nas assembleias, nos mutirões, nas celebrações, bem como nas bandeiras, murais e faixas que inscrevem na paisagem a memória da luta e reafirmam o território como espaço de resistência e pertencimento.

Em segundo lugar, a disputa simbólica ganha forma discursiva nas representações públicas e midiáticas. O MST/SE, inscrito no debate público por meio de reportagens jornalísticas, boletins internos, postagens em redes sociais e entrevistas acadêmicas, constrói narrativas que articulam identidade camponesa, princípios de justiça agrária derivados de leituras marxistas e direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º). Essas narrativas contestam a criminalização promovida por cinco CPIs infrutíferas e pelos discursos de setores conservadores, evidenciando como o território sem-terra se institui também no campo das ideias e das leis.

O campesinato brasileiro emergiu historicamente sob a sombra de um sistema latifundiário excludente, que concentrou terras e poder na mão de uma elite agrária desde o período colonial. Ao longo do século XX, esse segmento social foi se organizando em fóruns locais e regionais para reivindicar o direito à terra e às condições mínimas de subsistência, dando origem a diversos movimentos camponeses (Fernandes, 2005). A ditadura militar (1964–1985) radicalizou a luta, ao mesmo tempo em que criminalizava as reivindicações fundiárias, impulsionando a

formação de organizações que articulavam resistências no campo e solidariedades metropolitanas.

O campesinato brasileiro não constitui uma categoria homogênea, mas um universo social formado por diferentes trajetórias históricas, formas de organização do trabalho, modos de ocupação do território e experiências de relação com a terra. A questão agrária, nesse sentido, não se restringe à distribuição fundiária ou aos conflitos pela propriedade, mas expressa um conjunto de relações sociais construídas historicamente em torno da posse, do uso e da apropriação do território. Conforme assinala João Pedro Stedile (2012), compreender a questão agrária implica considerar sua complexidade econômica, política, geográfica e histórica, reconhecendo que o campo brasileiro é constituído por sujeitos diversos, cujas experiências revelam as múltiplas contradições da formação social brasileira.

Essa pluralidade de experiências, entretanto, não impede a constituição de projetos coletivos. Ao contrário, é justamente nas situações de conflito, nas práticas de cooperação e na construção cotidiana de estratégias de resistência que diferentes sujeitos passam a compartilhar referências comuns de pertencimento e ação política. Trabalhadores sem terra, agricultores familiares, posseiros, parceiros e assalariados rurais articulam-se em torno da defesa da reforma agrária popular, produzindo uma identidade coletiva que não decorre exclusivamente da condição de acesso à terra, mas da participação em um processo contínuo de organização, formação política e luta social. A identidade Sem Terra, portanto, constitui-se como uma construção histórica permanentemente atualizada pelas experiências compartilhadas e pelas formas de sociabilidade desenvolvidas nos territórios de resistência.

No Acampamento Emília Maria, essa dinâmica manifesta-se nas assembleias, nos mutirões, nas atividades produtivas, nas celebrações e nos demais espaços de convivência que estruturam o cotidiano das famílias. É por meio dessas práticas que vínculos de solidariedade, reciprocidade e pertencimento são continuamente produzidos, transformando a ocupação da terra em um espaço de construção coletiva da vida social. O território, assim, deixa de representar apenas a base material da produção agrícola para constituir-se como um lugar de memória, de identidade e de reprodução de valores compartilhados, no qual a luta pela terra também se afirma como uma luta pela dignidade, pelo reconhecimento e pela permanência de modos de vida historicamente marginalizados.

A construção das identidades coletivas não se restringe aos limites físicos dos acampamentos e assentamentos, mas é continuamente produzida em diferentes espaços de sociabilidade, circulação de saberes e ação política. Assembleias, cooperativas, feiras agroecológicas, universidades, organizações da sociedade civil e meios alternativos de comunicação constituem ambientes nos quais se fortalecem vínculos de pertencimento e se elaboram narrativas compartilhadas sobre a luta pela terra. Esses espaços conectam sujeitos, experiências e memórias, ampliando a capacidade de mobilização coletiva e de afirmação política do movimento.

A emergência e a consolidação das mídias digitais transformaram profundamente as formas de organização, comunicação e visibilidade dos movimentos sociais. A internet, especialmente por meio das plataformas de redes sociais, modificou não apenas os fluxos de circulação da informação, mas também as possibilidades de construção de públicos, compartilhamento de experiências e enunciação política. Nesse contexto, Manuel Castells (2009) desenvolve o conceito de **autocomunicação de massa** para explicar a capacidade de indivíduos e coletivos produzirem, difundirem e compartilharem conteúdos em redes horizontais de comunicação, reduzindo a dependência dos meios tradicionais e ampliando sua participação na disputa pelos sentidos do espaço público.

No âmbito do MST, essas tecnologias passaram a integrar as próprias estratégias de mobilização, organização e fortalecimento da identidade coletiva. Plataformas como *Instagram*, *Facebook* e *YouTube* deixaram de exercer apenas a função de divulgação institucional para constituírem espaços de produção de narrativas, circulação de memórias e disputa simbólica em torno da reforma agrária. Por meio dessas redes, o movimento amplia sua capacidade de comunicar diretamente suas experiências, confrontar representações estigmatizantes e construir repertórios discursivos que reafirmam sua legitimidade política.

No Acampamento Emília Maria, esse processo manifesta-se na publicação de fotografias, vídeos, transmissões ao vivo de assembleias, registros das atividades produtivas e narrativas sobre o cotidiano das famílias. Essas práticas comunicacionais extrapolam o registro documental, convertendo-se em mecanismos de produção de memória, fortalecimento do pertencimento e ampliação das redes de solidariedade. As plataformas digitais passam, assim, a integrar a própria dinâmica de territorialização, permitindo que as experiências vividas no acampamento circulem

para além de seus limites geográficos e reafirmem o território como um espaço continuamente produzido tanto pelas relações sociais presenciais quanto pelas interações estabelecidas no ambiente digital.

No contexto brasileiro, o MST incorporou essas possibilidades desde meados da década de 2010, ampliando seu repertório de ações políticas do terreno para o virtual. Plataformas como Instagram, Facebook e YouTube deixaram de ser simples canais de divulgação para se tornarem arenas de disputa simbólica, onde se travam batalhas narrativas em tempo real. Videoclipes curtos exibindo a rotina de cultivo agroecológico, transmissões ao vivo de assembleias e ocupações, stories com depoimentos emocionais de famílias acampadas e memes satíricos que ironizam discursos de opositores circulam com grande velocidade e alcance, suscitando debates públicos e repercussões midiáticas que muitas vezes extrapolam o próprio meio digital.

Compreender as práticas comunicacionais do Acampamento Emília Maria exige superar a concepção da comunicação como simples transmissão de informações. As narrativas produzidas pelos sujeitos não apenas descrevem acontecimentos, mas participam ativamente da constituição da realidade social, organizando experiências, produzindo sentidos compartilhados e fortalecendo formas de pertencimento. Nessa direção, Nick Couldry e Andreas Hepp (2017) defendem que o mundo social é continuamente construído por processos comunicativos mediados, nos quais as interações sociais e os diferentes meios de comunicação deixam de ser elementos externos à vida coletiva para integrar a própria constituição da realidade social.

Essa compreensão permite reconhecer que fotografias, vídeos, legendas e demais conteúdos produzidos pelos próprios acampados não constituem apenas registros documentais da vida cotidiana. Ao circularem pelas plataformas digitais, esses materiais convertem-se em práticas comunicacionais que produzem memória, reafirmam identidades coletivas e tornam visíveis experiências frequentemente invisibilizadas pelos discursos hegemônicos. Para Couldry e Hepp (2017), a comunicação mediada não representa uma dimensão acessória da vida social, mas um dos processos por meio dos quais a realidade é continuamente construída, compartilhada e reinterpretada pelos diferentes sujeitos.

No Acampamento Emília Maria, a comunicação digital assume, portanto, uma dimensão constitutiva da territorialização. As narrativas compartilhadas nas redes sociais ampliam a circulação das experiências vividas, fortalecem vínculos entre os próprios sujeitos da luta e possibilitam que diferentes públicos estabeleçam novas formas de reconhecimento em relação ao movimento. As plataformas digitais deixam de funcionar apenas como espaços de divulgação para converterem-se em ambientes de produção de memória, construção de legitimidade e disputa simbólica, nos quais o território também é continuamente produzido, interpretado e ressignificado pelas práticas comunicacionais desenvolvidas pelas famílias assentadas.

Esse movimento de autocomunicação e de produção de narrativas digitais está diretamente relacionado às possibilidades de ação oferecidas pelas plataformas tecnológicas. O conceito de *affordances*, desenvolvido por James J. Gibson (1979), parte da compreensão de que os ambientes não são neutros, mas oferecem diferentes possibilidades de ação aos sujeitos que com eles interagem. As *affordances* não constituem propriedades inerentes aos objetos nem resultam exclusivamente das capacidades dos indivíduos. Elas emergem da relação entre o sujeito e o ambiente, tornando possível compreender como determinadas configurações tecnológicas favorecem práticas específicas de interação, comunicação e organização coletiva.

Essa perspectiva permite compreender que as plataformas digitais também estruturam formas particulares de participação social. Recursos como publicação de fotografias, vídeos, transmissões ao vivo, comentários, compartilhamentos, *hashtags* e marcações geográficas ampliam as possibilidades de circulação de narrativas produzidas pelos próprios movimentos sociais. As plataformas, portanto, não funcionam apenas como suportes para divulgação de conteúdos, mas configuram ambientes que favorecem determinadas formas de visibilidade, interação e engajamento político, influenciando a maneira como identidades coletivas são produzidas e reconhecidas.

No Acampamento Emília Maria, essas possibilidades são apropriadas como parte das estratégias de territorialização e de comunicação da luta pela terra. Fotografias das áreas cultivadas, registros das assembleias, vídeos dos mutirões, celebrações comunitárias e denúncias de violações de direitos ultrapassam a função documental e passam a integrar processos de construção de memória, fortalecimento do pertencimento e afirmação política. As *affordances* das plataformas digitais tornam-

se, assim, recursos socioculturais mobilizados pelas famílias assentadas para ampliar a circulação de suas narrativas, disputar representações sobre a reforma agrária e fortalecer redes de solidariedade que conectam o território vivido a diferentes públicos e espaços de mobilização.

Conforme José Van Dijck (2013), as plataformas digitais são estruturadas por arquiteturas sociotécnicas que condicionam diferentes formas de interação e visibilidade, favorecendo determinadas práticas comunicacionais em detrimento de outras. Nesse contexto, o Instagram, ao privilegiar conteúdos visuais e formatos como *stories* e *reels*, estimula o compartilhamento de experiências cotidianas e afetivas, favorecendo a circulação de fotografias de rostos, paisagens agrícolas e símbolos da identidade camponesa, como bandeiras, faixas e manifestações de arte popular. Em contraste, plataformas como o X (antigo *Twitter*) organizam a comunicação em torno da velocidade da informação, das menções e do compartilhamento de publicações, características que potencializam a difusão de protestos, campanhas de mobilização e debates públicos em tempo real. Nessa dinâmica, as plataformas não apenas hospedam conteúdos, mas influenciam os modos pelos quais os movimentos sociais produzem visibilidade, constroem narrativas e articulam redes de solidariedade

Adicionalmente, a arquitetura das plataformas digitais e os mecanismos algorítmicos influenciam diretamente a circulação e a visibilidade das narrativas produzidas pelos movimentos sociais. Conforme argumenta Siva Vaidhyanathan (2018), essas plataformas organizam os fluxos informacionais a partir de lógicas de engajamento, privilegiando conteúdos capazes de gerar maior interação, compartilhamento e permanência dos usuários. No contexto do MST, essa dinâmica orienta estratégias comunicacionais que envolvem o uso planejado de hashtags, recursos audiovisuais e horários de publicação, ampliando o alcance das pautas da reforma agrária e fortalecendo redes de solidariedade. Assim, as plataformas digitais tornam-se também espaços de disputa política e simbólica, nos quais diferentes narrativas competem por visibilidade e reconhecimento social.

Essa convergência entre tecnologia, estética e repertórios políticos produz um ecossistema comunicacional híbrido, no qual as práticas off-line e on-line se retroalimentam. As imagens capturadas nas ocupações filmagens de tratores desembarcando em áreas de posse, cerimônias de assentamento de famílias, mutirões de cercamento tornam-se conteúdo multimídia que circulam

simultaneamente no campo (através de faixas, panfletos e projeções em paredes de galpões improvisados) e na rede (em vídeos verticais, transmissões ao vivo e galerias do Instagram). Esse duplo circuito potencializa o impacto político do movimento, pois amplia sua visibilidade e consolida sua legitimidade discursiva diante de públicos diversificados.

A fotografia e o vídeo ocupam lugar central na construção das narrativas do Acampamento Emília Maria. Para David Freedberg (1989), as imagens possuem eficácia social porque despertam emoções, mobilizam comportamentos e produzem significados que ultrapassam a simples representação da realidade. Nessa perspectiva, as fotografias publicadas no perfil do Instagram do Acampamento Emília Maria, que atualmente reúne cerca de 1572 seguidores e 265 publicações, não apenas registram cenas de plantio, assembleias e celebrações, mas também constroem visualmente a memória da luta, fortalecem o sentimento de pertencimento coletivo e reafirmam a legitimidade política do movimento. O uso das *hashtags* **#ReformaAgráriaPopular** e **#MSTemAção** amplia a circulação dessas imagens e discursos, conectando o acampamento a redes mais amplas de solidariedade e projetando a disputa simbólica para além dos limites territoriais de Sergipe.

Ademais, as performances coletivas constituem uma dimensão fundamental da produção do território e da identidade Sem Terra. Na perspectiva do antropólogo Victor Turner (1969), essas performances são práticas sociais por meio das quais os grupos produzem e reafirmam identidades, atualizam memórias compartilhadas e comunicam publicamente seus valores e projetos coletivos. No Acampamento Emília Maria, mutirões de construção, celebrações de colheita, assembleias, vigílias políticas e demais mobilizações configuram momentos privilegiados de afirmação territorial e fortalecimento dos vínculos comunitários. Registradas em fotografias, vídeos e transmissões ao vivo, essas ações ampliam sua circulação para além do acampamento, projetando a luta pela terra nas plataformas digitais e convertendo o território em um espaço de visibilidade, memória e ação política.

A pesquisa etnográfica digital do Acampamento Emília Maria revelou práticas comunicacionais que articulam testemunho, educação política e convocação. Depoimentos de acampados sobre experiências de violência ou de superação são editados em clipes curtos, acompanhados de legendas explicativas e chamadas para ações de apoio, como doações de sementes, participação em eventos on-line e

assinatura de petições. Vídeos de oficinas agroecológicas e de rodas de conversa são veiculados como conteúdos educativos, contribuindo para a formação política de públicos urbanos e de jovens que, muitas vezes, nunca tiveram contato direto com a realidade dos acampamentos. As transmissões ao vivo de assembleias, debates e atividades coletivas ampliam a circulação dessas experiências, aproximando pesquisadores, lideranças sociais, representantes institucionais e demais apoiadores. Desse modo, as plataformas digitais tornam-se espaços de compartilhamento de saberes, fortalecimento de vínculos e ampliação das redes de solidariedade que sustentam a luta pela terra para além dos limites do território físico.

Na intersecção entre as materialidades do cultivo e as virtualidades do ciberespaço, o conceito de *Thirdspace* mostra-se especialmente frutífero. Ao produzir e difundir imagens do cotidiano camponês, os sujeitos do Acampamento Emília Maria não apenas reivindicam a posse da terra, mas também narram sua experiência histórica de luta. Sob essa ótica, o território se converte em enunciado coletivo, uma síntese de práticas produtivas, narrativas discursivas e mediações simbólicas que colocam em xeque as representações dominantes de “terra improdutiva” e “movimento ilegal”.

Compreender o território como objeto de estudo neste trabalho implica analisá-lo de forma integrada em suas dimensões material, simbólica e virtual. No Acampamento Emília Maria, a ocupação da terra não se limita à apropriação de uma área física, mas constitui um processo contínuo de produção de sentidos, no qual o espaço é transformado pelas práticas cotidianas, pelas relações de pertencimento e pelas formas de organização coletiva. Assim, as experiências vividas pelas famílias extrapolam os limites do acampamento e passam a circular também nos ambientes digitais, ampliando a visibilidade da luta pela terra.

Compreendemos que o espaço é uma totalidade conceitual e ilimitada que, ao ser apreendida e apropriada, é organizada em parcelas que se diferenciam pela estrutura, organização e dinâmica (Fragoso; Rebs; Barth, 2011, p. 212).

Nessa perspectiva, o Acampamento Emília Maria constitui uma territorialidade produzida simultaneamente pelas práticas de acampar, cultivar, celebrar e resistir, bem como pelas narrativas visuais que circulam nas redes sociais. Barracos de barro, bandeiras vermelhas, produção agroecológica e registros fotográficos compartilhados no *Instagram* integram um mesmo processo de territorialização, por meio do qual o

território é continuamente apropriado, significado e projetado para além de seus limites geográficos, ampliando a dimensão política e simbólica da luta pela reforma agrária.

Essa articulação entre ocupação concreta e mobilização política cria, simultaneamente, territórios de esperança e de disputa simbólica, abrindo espaço para que distintos sujeitos rurais – agricultores familiares, assentados, sem-terra e trabalhadores assalariados – se reconheçam parte de uma mesma luta. Ao construir acampamentos produtivos e, ao mesmo tempo, ocupar as ruas de Brasília, o MST tensiona a lógica fundiária dominante enquanto consolida um senso de pertencimento coletivo. É justamente essa capacidade de unir práticas agrícolas no campo, redes de solidariedade em feiras e assembleias, e narrativas visuais e discursivas nos meios de comunicação que torna o campesinato brasileiro um ator político plural e em constante reconfiguração.

A comunicação política desenvolvida pelo MST articula autocomunicação de massa, performances coletivas e o uso estratégico das plataformas digitais para produzir visibilidade, fortalecer identidades coletivas e ampliar redes de solidariedade em torno da reforma agrária popular. As mídias digitais deixam de constituir apenas instrumentos de divulgação para integrar os próprios processos de territorialização, tornando-se espaços nos quais memórias, experiências e narrativas da luta pela terra são continuamente produzidas, compartilhadas e ressignificadas. Desse modo, compreender as práticas comunicacionais do movimento exige reconhecer que a disputa pela terra também se realiza no plano simbólico, por meio da circulação de imagens, discursos e representações que reafirmam o território como espaço de pertencimento, resistência e ação política.

É nesse contexto que se insere o Acampamento Emília Maria, cujas experiências cotidianas de organização, produção da vida social e práticas comunicacionais constituem o objeto da análise apresentada na seção seguinte. A partir de sua trajetória histórica e das narrativas produzidas pelas próprias famílias acampadas, busca-se compreender como o território é continuamente construído e ressignificado pelas relações sociais, pelas memórias compartilhadas e pelas formas de comunicação que sustentam a luta pela terra.

2.3 O Acampamento Emília Maria

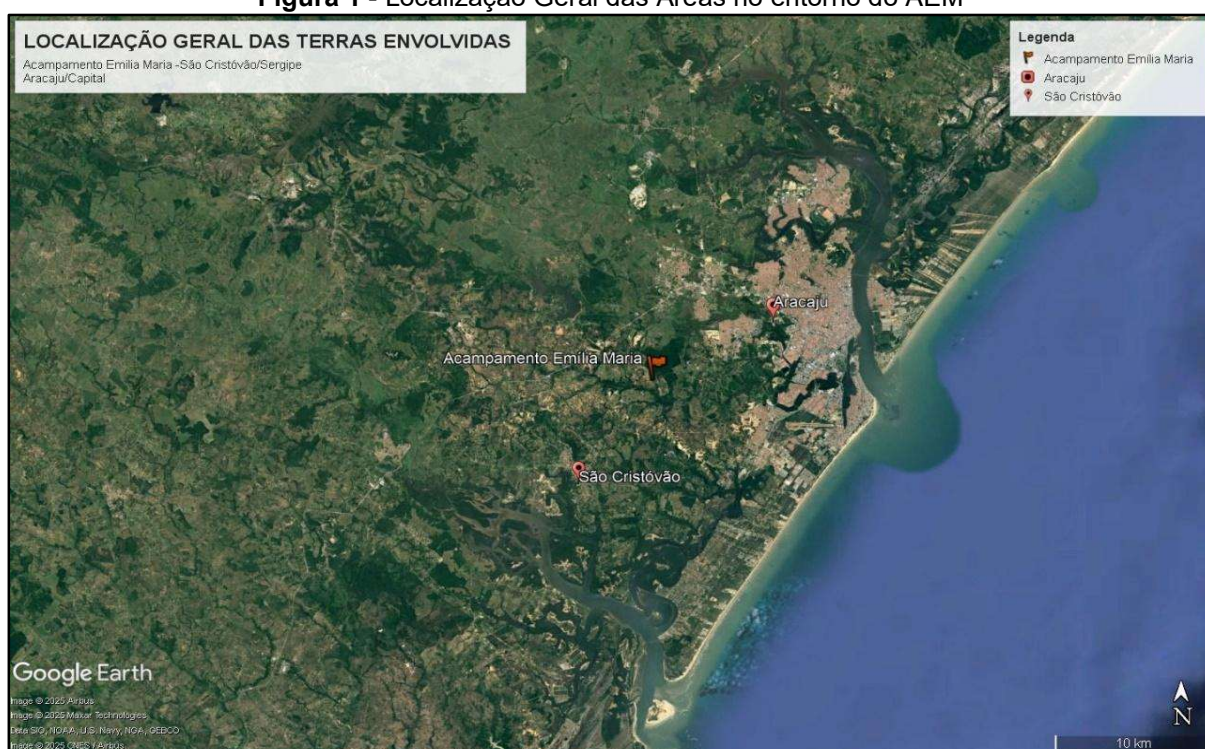
Na esteira desse processo, surgiram organizações dedicadas à denúncia da violência rural, à organização coletiva das comunidades camponesas e à defesa jurídica de posseiros e trabalhadores sem terra. Essas experiências articularam-se a pastorais, sindicatos e comissões de direitos humanos, ampliando a visibilidade dos conflitos agrários e fortalecendo redes de solidariedade entre o campo e a cidade. Para o sociólogo, historiador e fotógrafo, José de Souza Martins (1984), a violência no meio rural não constitui um fenômeno episódico, mas uma expressão das contradições históricas da estrutura fundiária brasileira e dos mecanismos de exclusão que sustentam a concentração da terra. Nesse contexto, a criação do MST, em 1984, representou a organização nacional dessas lutas, reunindo diferentes experiências de resistência em torno da reforma agrária e da defesa dos direitos das populações do campo.

O MST inovou ao articular a ocupação de terras com uma estratégia de organização política e de projeção nacional da luta pela reforma agrária. Além de constituir acampamentos em diferentes regiões do país, o movimento mobilizou seus militantes em marchas, manifestações públicas e ações de comunicação, ampliando a visibilidade de suas reivindicações e fortalecendo sua capacidade de incidência política. Nesse contexto, a ocupação deixa de ser compreendida apenas como um mecanismo de acesso à terra para constituir-se em "um processo socioespacial e político complexo que precisa ser compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação" (Fernandes, 2000, p. 281). Sob essa perspectiva, a ocupação configura-se como uma prática coletiva de produção do território, por meio da qual os trabalhadores rurais reivindicam direitos historicamente negados, fortalecem identidades compartilhadas e constroem novas formas de organização social.

O acampamento Emília Maria está localizado em São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil e a primeira capital do estado sergipano, carregando atualmente o slogan político de "Cidade Mãe de Sergipe". Fundada em 1590, ela completou 435 anos no ano de 2025. Sua população está estimada em mais de 95 mil habitantes (IBGE, 2022). Ressaltamos que esse município carrega grande parte da história, cultura, memória e identidade do povo sergipano, além de se demonstrar

recentemente como cidade de futuro promissor, estando em pleno desenvolvimento social e econômico. Entretanto, embora São Cristóvão esteja localizada já na região metropolitana, no leste do estado, ela possui uma posição geográfica privilegiada, situando-se aproximadamente apenas a 22 quilômetros da capital. Aracaju, por sua vez, pode ser considerada uma cidade jovem, com 170 anos de existência e uma população estimada em pouco mais de 602.757 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1 - Localização Geral das Áreas no entorno do AEM



Fonte: Adaptado *Google Earth* por Felipe Farias (2025).

A Figura 1 evidencia a localização estratégica do Acampamento Emília Maria no município de São Cristóvão, integrante da Região Metropolitana de Aracaju, inserido em uma área marcada pela coexistência entre espaços rurais e a expansão urbana. Sua proximidade com a capital sergipana intensifica a valorização imobiliária e os conflitos fundiários, colocando em disputa projetos distintos de uso do território. De um lado, prevalece a lógica da especulação e da mercantilização da terra; de outro, a proposta de reforma agrária popular defendida pelo MST, que ressignifica esse espaço como território de produção, organização coletiva e resistência. Assim, a localização do acampamento evidencia que a luta pela terra também é uma disputa geográfica, política e simbólica em uma região estratégica do estado de Sergipe.

Essas terras sempre foram valorizadas, não somente por sua história e riquezas naturais aqui encontradas, mas também pela recente especulação imobiliária. Aracaju, mesmo tendo 170 anos, ainda está em fase de expansão territorial. Esse crescimento pode ser observado pelos grandes números de condomínios, resorts e bairros habitacionais que são constantemente construídos nos municípios que fazem limites com a capital do estado, como a Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e a própria São Cristóvão. Dentro deste contexto, tais processos de expansão e valorização territorial impactam diretamente a área de estudo: o Acampamento Emília Maria. Os conflitos agrários e as especulações imobiliárias nestas áreas têm gerado constantes disputas por terras são-cristóvenses, como pode ser evidenciado pelo último leilão judicial da 14ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, realizado recentemente em 27 de novembro de 2024. Neste evento, organizado pela empresa LANCESE, foi leiloado o Lote 001 – Imóvel Rural com 944,11 hectares – a Fazenda São José – São Cristóvão/SE (LANCE JUDICIAL. *Leilão 7290 – Lotes*. 2024).

Antes da ocupação pelas famílias Sem Terra, a área correspondente à Fazenda São José encontrava-se marcada por um longo período de improdutividade, tornando-se objeto recorrente de disputas judiciais e processos de execução patrimonial. Embora situada em uma região de crescente valorização imobiliária, sua função social permanecia comprometida, aspecto que contribuiu para sua inserção no debate sobre a reforma agrária e para sua posterior aquisição pelo INCRA. Essa condição evidencia que o conflito em torno do território antecede a chegada das famílias acampadas e integra uma dinâmica histórica de concentração fundiária na região.

Recentemente, a consolidação do Assentamento Emília Maria foi destacada pelo superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe (INCRA), André Milanez, em publicação divulgada nas redes sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao comentar a imissão na posse da área correspondente ao lote 001 da Fazenda São José, o gestor ressaltou a importância da conquista para as 167 famílias que permaneceram organizadas durante oito anos de luta, destacando o potencial produtivo e agroecológico do assentamento:

Conseguimos a imissão na posse de uma área que foi arrematada no leilão o ano passado. Aqui existem 167 famílias que lutam há oito anos e já

produzem agroecologicamente produtos como mel, frutas e verduras, preservando o ambiente. Aqui, sem dúvida, vai ser um modelo de assentamento com a nova visão, a visão da agroecologia e de alimentos saudáveis para a sociedade" (Milanez, 2025, *apud* Torres, Díjina; Luiz Fernando, 2025).

A declaração de André Milanez pode ser compreendida como um importante ato de reconhecimento institucional da territorialidade construída pelas famílias do Acampamento Emília Maria. Ao enfatizar a permanência na terra, a produção agroecológica e a organização coletiva, o gestor desloca a narrativa da mera aquisição patrimonial para o reconhecimento de um território já socialmente produzido. Nessa perspectiva, a ação do INCRA não inaugura a existência do acampamento, mas formaliza uma realidade construída ao longo de anos pelas práticas cotidianas de trabalho, cooperação e resistência. A fala do superintendente revela, portanto, que a legitimidade do território não decorre exclusivamente do direito de propriedade, mas também da capacidade dos sujeitos de produzir pertencimento, identidade e novas formas de uso social da terra.

Em entrevista realizada em 27 de janeiro de 2025, Salgado², coordenador de base do Acampamento Emília Maria, relatou que acompanhou de perto as negociações e os desdobramentos do leilão judicial da Fazenda São José. Segundo o interlocutor, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SE) arrematou o lote 001 pelo valor de R\$ 5.160.000,00, superando a proposta apresentada pela empresa TIGUAN, que teria ofertado aproximadamente R\$ 5.103.000,00. Para Salgado, esse processo representou um momento decisivo na consolidação da luta das famílias acampadas pela permanência no território.

Durante a mesma entrevista, Salgado afirmou que a empresa TIGUAN pretendia adquirir a área para a implantação de um condomínio de chácaras, evidenciando que o conflito em torno da Fazenda São José extrapolava a disputa fundiária e envolvia distintos projetos de ocupação e uso do território. Em seu relato, destacou ainda que a aquisição da área pelo INCRA representou uma importante conquista para cerca de 170 famílias que permaneciam acampadas havia mais de oito anos às margens da Rodovia João Bebe Água. Segundo o entrevistado, a destinação do imóvel, registrado sob a matrícula nº 2.827, para a reforma agrária popular

² Com o objetivo de preservar o anonimato dos(as) interlocutores(as) e assegurar o rigor ético da pesquisa, todos os nomes pessoais utilizados nesta dissertação foram substituídos por pseudônimos inspirados em municípios do estado de Sergipe.

fortaleceu as perspectivas de permanência das famílias na terra, ampliando as condições para a produção de alimentos e para a consolidação do projeto coletivo desenvolvido pelo MST.

Os relatos iniciais produzidos durante o trabalho de campo revelam que a disputa pela Fazenda São José não envolvia apenas diferentes interessados na aquisição da propriedade, mas projetos distintos de apropriação do território. Enquanto empresas privadas projetavam novos empreendimentos imobiliários, as famílias organizadas pelo MST reivindicavam a destinação social da área para fins de reforma agrária. A controvérsia evidencia que o conflito fundiário extrapola a dimensão econômica da terra e envolve diferentes concepções sobre seu uso, sua função social e seu significado político.

Os depoimentos coletados revelam que a ocupação do Acampamento Emília Maria foi deflagrada a partir de uma provocação lançada pelo dirigente nacional do MST, Muribeca, com o aval da direção estadual do movimento em Sergipe recentemente reconhecido pela Organização das Nações Unidas como o maior movimento social da América Latina. Conforme relataram, em entrevistas realizadas em 2025, a liderança Itabaianinha:

Os jovens sempre desejaram um espaço para chamar de seu [...]; nada melhor, então, do que destinar uma área bem localizada para treinar, formar e conscientizar seus militantes.

Atendendo a esse chamado, Lagarto e Estância mobilizaram a juventude sem-terra para ocupar a Fazenda São José, propriedade da família Indiaroba que permaneceu improdutiva por mais de treze anos localizada no município de São Cristóvão/SE, nas coordenadas geográficas 24L 700985 E e 8788020 N. Essa ação inaugural não apenas consolidou o Acampamento Emília Maria, mas também firmou o compromisso de formação política e organização coletiva que ainda hoje sustenta o projeto comunitário.

Figura 2 - Localização do AEM



Fonte: Adaptado *Google Earth* por Felipe Farias (2025).

A Figura 2 aproxima o olhar sobre o campo etnográfico ao evidenciar a organização espacial do Acampamento Emília Maria e sua inserção na paisagem rural de São Cristóvão. A disposição das moradias, dos lotes cultivados, das áreas de uso comum e das vias internas revela que o acampamento ultrapassa a condição de espaço destinado à produção agrícola, configurando-se como um território de convivência, circulação e organização coletiva. A proximidade com a Rodovia João Bebe Água evidencia, ainda, a permanente interação entre o acampamento e seu entorno, reforçando que a territorialização também se produz nas relações estabelecidas para além de seus limites físicos.

Ao percorrer o acampamento durante o trabalho de campo, foi possível observar que a organização do Acampamento Emília Maria não se restringe à distribuição dos lotes ou às atividades produtivas. As moradias, os espaços destinados às assembleias, as áreas de cultivo e os locais de convivência conformam uma paisagem social continuamente produzida pelas práticas de cooperação, reciprocidade e participação política. Percorrer o acampamento significa acompanhar a circulação de pessoas, saberes e experiências compartilhadas que materializam, no cotidiano, o projeto coletivo construído pelo MST.

A constituição do Acampamento Emília Maria evidencia que sua existência resulta da articulação entre processos históricos de organização camponesa, disputas pelo acesso à terra e estratégias coletivas de resistência desenvolvidas pelo MST.

Mais do que um espaço de ocupação, o acampamento configura-se como um território socialmente produzido, no qual diferentes projetos de uso da terra disputam legitimidade e reconhecimento. É nesse contexto que se inserem os conflitos fundiários que atravessam a região de São Cristóvão, tema desenvolvido na seção seguinte, dedicada à análise das disputas territoriais, da função social da propriedade e dos processos de consolidação da reforma agrária.

2.3.1 Conflitos fundiários e disputas territoriais na região de São Cristóvão

Na perspectiva da Antropologia e da Geografia Agrária, os conflitos fundiários ultrapassam a dimensão jurídica da propriedade e não podem ser compreendidos apenas como disputas pela posse da terra. Eles expressam o confronto entre diferentes territorialidades, isto é, entre distintas formas de produzir, ocupar e atribuir sentidos ao território. Conforme argumenta José de Souza Martins (1991), a violência no campo brasileiro constitui uma manifestação das contradições históricas da estrutura fundiária e dos mecanismos de expropriação que sustentam a concentração da propriedade rural. Nessa perspectiva, os conflitos agrários não representam acontecimentos isolados, mas processos sociais que evidenciam a coexistência de projetos antagônicos de desenvolvimento, nos quais a terra assume significados distintos para os diferentes sujeitos envolvidos.

Em diálogo com essa interpretação, Fernandes (2000) compreende a ocupação da terra como um processo de territorialização por meio do qual os trabalhadores rurais produzem novas formas de organização do espaço e de resistência política. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Rogério Haesbaert (2004), para quem o território é uma construção simultaneamente material e simbólica, constituída por relações de poder e pela coexistência de múltiplas territorialidades em permanente disputa.

Assim, os conflitos fundiários observados na região de São Cristóvão podem ser interpretados como disputas entre projetos territoriais concorrentes: de um lado, a lógica da valorização imobiliária e da mercantilização da terra; de outro, a territorialidade construída pelas famílias organizadas no MST, fundamentada na função social da propriedade, na produção agroecológica e na construção coletiva de modos de vida. Sob essa perspectiva, o conflito não se restringe ao controle de uma

área física, mas envolve a disputa por legitimidade, reconhecimento e diferentes concepções sobre o uso e o significado do território.

Embora a aquisição da Fazenda São José pelo INCRA represente um importante avanço para a consolidação da reforma agrária na região, ela não elimina as tensões que historicamente marcam esse território. Inserido em uma área de intensa valorização imobiliária e expansão urbana, o Acampamento Emília Maria permanece atravessado por interesses econômicos, políticos e sociais que disputam diferentes projetos de uso da terra.

As entrevistas realizadas com Nossa Senhora da Glória, Salgado e Feira Nova revelam que um dos principais receios das famílias não está relacionado apenas à permanência imediata na terra, mas à possibilidade de sua futura reconcentração. Segundo os interlocutores, após a distribuição definitiva dos lotes, empresas privadas poderão voltar a negociar diretamente com os assentados, adquirindo progressivamente parcelas da área e comprometendo a continuidade do projeto coletivo construído ao longo de anos de organização política. Para os entrevistados, essa possibilidade representa não apenas a perda de terras, mas o enfraquecimento da territorialidade construída pelo MST, baseada na cooperação, na produção agroecológica e na permanência coletiva.

Imagem 2 - Entrevista etnográfica realizada com as lideranças Salgado e Nossa Senhora da Glória durante o trabalho de campo no Acampamento Emília Maria.



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 2 registrou um dos momentos do trabalho de campo realizado no Acampamento Emília Maria, durante entrevista com as lideranças Salgado e Nossa Senhora da Glória. O encontro ocorreu em um espaço de convivência da própria comunidade, distante de ambientes institucionais e inserido na dinâmica cotidiana do acampamento. A disposição dos interlocutores em torno da mesma mesa, em um ambiente aberto e integrado à paisagem local, evidenciou uma situação de diálogo construída no próprio território investigado. À frente das lideranças, conduzi a entrevista com o caderno de campo sobre a mesa e os óculos presos à camisa, elementos que remetem ao caráter cotidiano e prolongado da inserção etnográfica, na qual observar, ouvir e registrar constituíram práticas inseparáveis da pesquisa.

Ao longo da conversa, percebeu-se que as narrativas extrapolaram o roteiro inicialmente previsto, sendo constantemente atravessadas por lembranças da ocupação, reflexões sobre a organização coletiva e preocupações com o futuro do acampamento. Em diversos momentos, os interlocutores recorreram às próprias experiências para reconstruir acontecimentos, interpretar conflitos e explicar as estratégias adotadas pelo movimento para garantir a permanência das famílias na terra. Assim, a entrevista deixou de representar apenas um procedimento metodológico para transformar-se em um espaço de interlocução, no qual pesquisador e participantes produziram, conjuntamente, interpretações sobre o território e sobre os processos sociais que o constituem.

As falas de Salgado e Nossa Senhora da Glória evidenciaram que a principal preocupação das lideranças não se limitava à conquista jurídica da Fazenda São José. Os interlocutores expressaram o receio de que a crescente valorização imobiliária da região pudesse favorecer, no futuro, novas investidas do mercado sobre a área destinada à reforma agrária, estimulando a aquisição gradual dos lotes e comprometendo o projeto coletivo construído ao longo de mais de oito anos de ocupação. A fotografia, nesse sentido, registra mais do que uma entrevista: documenta um momento em que memória, experiência e análise foram produzidas de forma compartilhada, revelando como os conflitos fundiários são vividos, interpretados e narrados pelos próprios sujeitos que constroem cotidianamente a territorialidade do Acampamento Emília Maria.

Imagem 3 - Entrevista coletiva realizada com famílias acampadas durante o trabalho de campo no Acampamento Emília Maria.



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 3 evidenciou uma dimensão distinta do trabalho etnográfico: a produção coletiva das narrativas sobre o Acampamento Emília Maria. Diferentemente das entrevistas realizadas com as lideranças, a interlocução reuniu homens e mulheres em frente às próprias moradias, em um espaço onde a vida cotidiana permaneceu acontecendo enquanto a pesquisa se desenvolvia. As cadeiras dispostas lado a lado, a circulação de moradores e a proximidade física entre pesquisador e interlocutores demonstraram que a conversa foi incorporada à rotina da comunidade, sem romper a dinâmica social do acampamento. O território investigado deixou de constituir apenas o cenário da pesquisa para tornar-se o próprio contexto de produção do conhecimento antropológico.

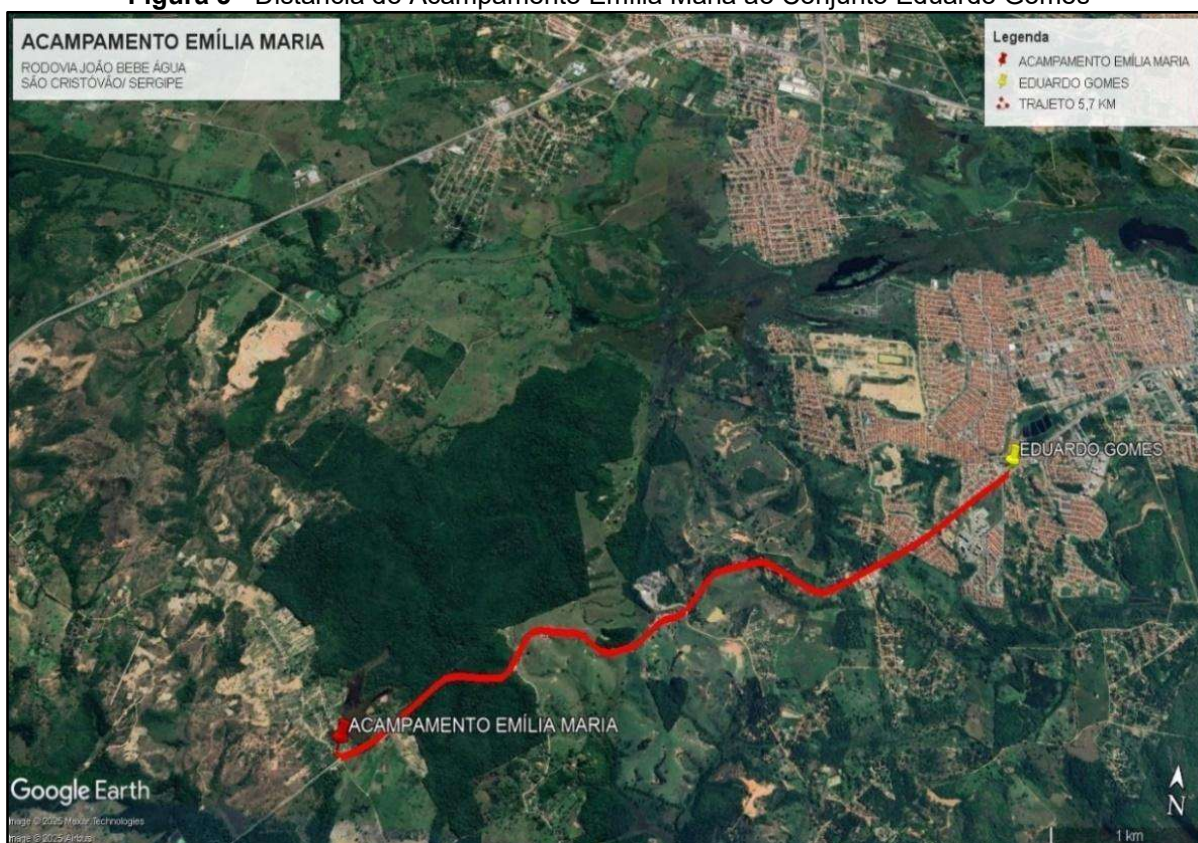
Ao longo da conversa, tornou-se evidente que as lembranças não pertenciam a um único interlocutor. Cada narrativa era complementada, corrigida ou ampliada pelos demais participantes, produzindo um exercício permanente de construção compartilhada da memória da ocupação. Em diferentes momentos, acontecimentos relacionados aos primeiros dias do acampamento, às dificuldades enfrentadas pelas famílias, às jornadas de trabalho coletivo e às negociações com órgãos públicos foram

reconstruídos coletivamente, revelando que a história do Emília Maria é vivida como patrimônio comum. As falas raramente assumiram um caráter individual; ao contrário, eram constantemente atravessadas por expressões como "nós", "a comunidade" e "as famílias", indicando que a própria experiência da luta é compreendida como uma trajetória coletiva.

A observação desse momento permitiu compreender que os conflitos fundiários assumem, para os acampados, significados que ultrapassam a dimensão da propriedade da terra. Durante a interlocução, emergiram preocupações relacionadas à continuidade da vida comunitária, à preservação das relações de solidariedade e ao futuro das novas gerações que cresceram naquele território. O receio de que a valorização imobiliária estimulasse novas disputas sobre a área era frequentemente associado à possibilidade de ruptura dos vínculos sociais construídos ao longo dos anos de ocupação.

A localização do Acampamento Emília Maria constitui um elemento central para compreender os conflitos fundiários observados durante o trabalho de campo em relação aos bairros mais próximos de São Cristóvão. Como principal referência de localização, podemos afirmar que o acampamento está situado a aproximadamente 5,7 quilômetros do bairro Eduardo Gomes. De acordo com dados do IBGE (2022), esse bairro, que foi elevado à categoria recentemente, conta com cerca de 16 mil habitantes e tem passado por um acelerado processo de urbanização. Nos últimos anos, a área tem se transformado em um grande complexo de residências e condomínios, destacando-se também por sua proximidade com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), localizada no amplo bairro do Rosa Elze. Essa dinâmica evidencia o crescimento urbano da região e sua inter-relação com o acampamento, o que pode influenciar tanto nas disputas fundiárias quanto nas interações sociais e econômicas entre os moradores do entorno.

Figura 3 - Distância do Acampamento Emília Maria ao Conjunto Eduardo Gomes



Fonte: Adaptado *Google Earth* por Felipe Farias (2025).

A Figura 3 evidencia a reduzida distância entre o Acampamento Emília Maria e o bairro Eduardo Gomes, um dos principais vetores de expansão urbana do município de São Cristóvão. Mais do que indicar um percurso de aproximadamente 5,7 quilômetros, a imagem revela a crescente aproximação entre duas territorialidades distintas: de um lado, a territorialidade camponesa construída pelas famílias organizadas no MST; de outro, a territorialidade urbana impulsionada pela expansão imobiliária da Região Metropolitana de Aracaju. Observa-se que, ao longo desse trajeto, as áreas de vegetação e produção agrícola passam a coexistir com loteamentos, conjuntos habitacionais e novos empreendimentos urbanos, evidenciando um processo contínuo de transformação da paisagem.

Nesse sentido, essa proximidade espacial torna-se também uma proximidade política, econômica e simbólica, pois amplia a pressão exercida pelo mercado imobiliário sobre terras historicamente destinadas à produção rural. O território deixa, assim, de representar apenas um espaço de cultivo para tornar-se objeto de disputa entre projetos distintos de desenvolvimento, nos quais a lógica da mercantilização da

terra confronta a territorialidade construída pelo MST, fundamentada na função social da propriedade, na produção agroecológica e na permanência das famílias no campo.

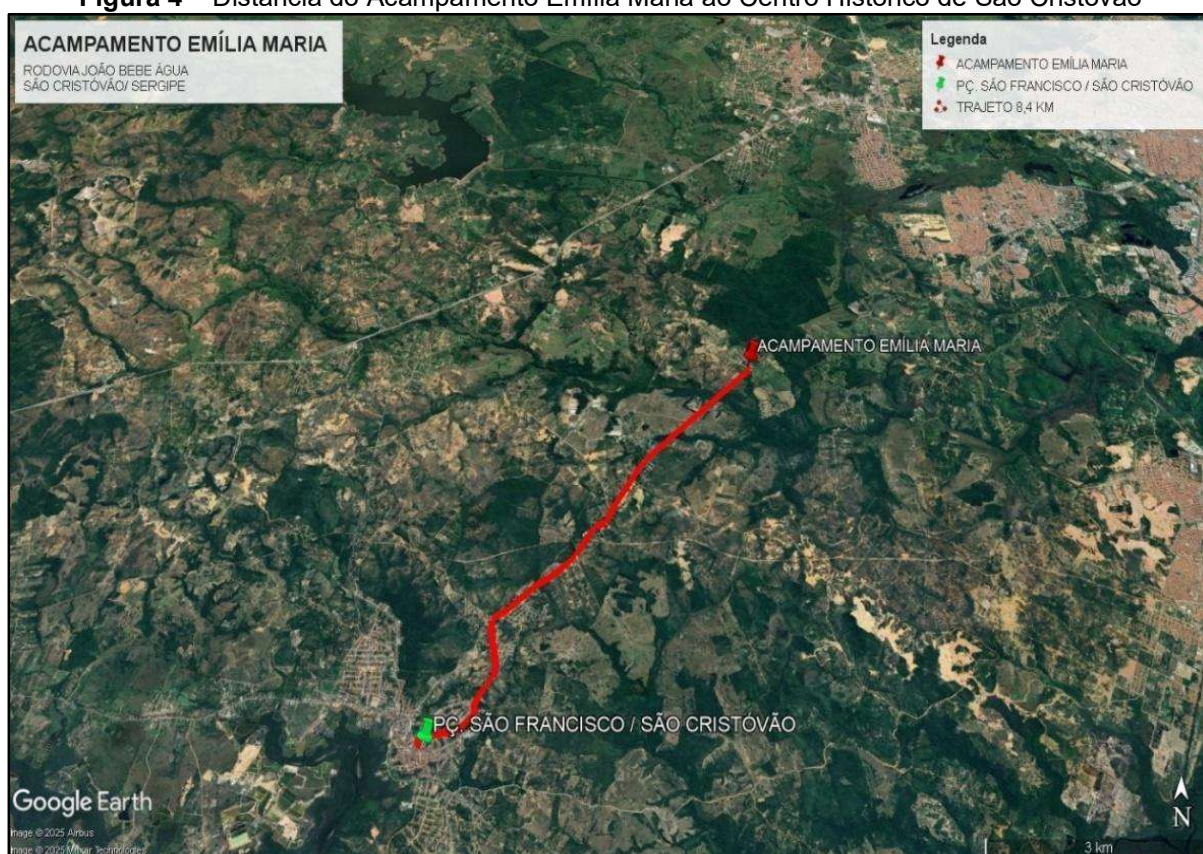
Durante as entrevistas, essa proximidade com o bairro Eduardo Gomes foi frequentemente mencionada pelos interlocutores como um dos fatores que alimentam as preocupações em relação ao futuro do acampamento. Para as lideranças e famílias entrevistadas, o avanço da urbanização representa mais do que o crescimento físico da cidade: simboliza a aproximação de interesses econômicos que tendem a atribuir à terra um valor predominantemente mercantil. Nesse sentido, a expansão urbana é percebida como um processo que amplia a vulnerabilidade do território conquistado, reforçando o receio de que a valorização imobiliária incentive futuras tentativas de aquisição dos lotes e fragmente o projeto coletivo da reforma agrária.

A proximidade com o bairro Eduardo Gomes demonstra que o Acampamento Emília Maria não ocupa uma periferia geográfica, mas uma fronteira territorial em permanente transformação. Trata-se de um espaço liminar, onde diferentes racionalidades sobre o uso da terra coexistem e entram em tensão. Enquanto a expansão urbana projeta novos empreendimentos residenciais e intensifica a valorização fundiária, as famílias organizadas pelo MST produzem uma territorialidade orientada pela agricultura, pela cooperação e pela permanência coletiva. Essa condição fronteira contribui para compreender por que os conflitos fundiários observados na pesquisa extrapolam a disputa jurídica pela propriedade e assumem a forma de disputas permanentes entre projetos de território e modos distintos de produzir e habitar o espaço.

Outra referência espacial importante é a proximidade entre o Acampamento Emília Maria e a Praça São Francisco, localizada no Centro Histórico de São Cristóvão, distante aproximadamente 8,4 quilômetros. Reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO, a praça constitui o principal símbolo histórico e cultural do município, destacando-se por seu conjunto arquitetônico de matriz colonial portuguesa, o que lhe confere elevado valor patrimonial e turístico.

Foi justamente por possuir tais características arquitetônicas amplamente conservadas, resultantes da junção do estilo colonial português com a influência espanhola, que a Praça São Francisco foi submetida à candidatura de patrimônio mundial da humanidade, obtendo êxito na candidatura em 2010, completando neste ano de 2025, 15 anos de tombamento.

Figura 4 – Distância do Acampamento Emília Maria ao Centro Histórico de São Cristóvão



Fonte: Adaptado *Google Earth* por Felipe Farias (2025).

A Figura 4 evidenciou que o Acampamento Emília Maria não se encontra à margem das dinâmicas históricas, políticas e econômicas que conformam o município de São Cristóvão. Sua proximidade com o Centro Histórico, onde se localiza a Praça São Francisco, reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO, revelou que a experiência cotidiana das famílias acampadas é produzida em um território onde diferentes temporalidades e projetos de ocupação coexistem. De um lado, o centro histórico materializa uma memória oficial, institucionalizada pelo Estado e legitimada pelos organismos internacionais de preservação patrimonial; de outro, o acampamento representa uma memória construída pelas famílias na experiência da luta pela terra, continuamente atualizada pelo trabalho, pela organização coletiva e pela permanência no território.

A leitura etnográfica dessa configuração espacial permitiu compreender que a curta distância entre esses dois espaços extrapola uma simples referência cartográfica. Durante o trabalho de campo, tornou-se evidente que a valorização histórica e turística de São Cristóvão repercutia diretamente nas preocupações manifestadas pelos interlocutores. A expansão urbana, os investimentos públicos, o

fortalecimento da atividade turística e o crescente interesse do mercado imobiliário eram frequentemente associados pelos acampados às incertezas sobre a permanência das famílias na terra. Dessa maneira, o território investigado revelou-se atravessado por diferentes racionalidades de ocupação, nas quais patrimônio, turismo, especulação imobiliária e reforma agrária coexistem em permanente tensão.

A proximidade entre o Acampamento Emília Maria e o Centro Histórico revelou, ainda, que o conflito fundiário não se restringe ao acesso ou à propriedade da terra. A etnografia demonstrou que estão em disputa diferentes formas de produzir, habitar e atribuir significado ao território. Enquanto o patrimônio histórico é reconhecido por seu valor arquitetônico, turístico e econômico, a territorialidade construída pelas famílias do MST fundamenta-se na experiência cotidiana da produção agroecológica, da cooperação comunitária e da reprodução social da vida no campo. O confronto entre essas distintas formas de valorização do espaço evidencia que as disputas territoriais observadas em São Cristóvão envolvem, simultaneamente, dimensões materiais, políticas, simbólicas e afetivas, tornando o Acampamento Emília Maria um território permanentemente negociado e reivindicado por diferentes projetos de sociedade.

As evidências produzidas durante o trabalho de campo demonstraram que os conflitos fundiários na região de São Cristóvão extrapolam a disputa pela propriedade da terra e expressam o confronto entre diferentes territorialidades e projetos de ocupação do espaço. A valorização imobiliária, a expansão urbana e os interesses econômicos que incidem sobre a região tensionam permanentemente a permanência das famílias organizadas pelo MST, revelando que a conquista jurídica da terra não representa o encerramento da luta, mas uma etapa de um processo contínuo de construção e defesa do território.

Entretanto, compreender o Acampamento Emília Maria exige ir além da análise dessas disputas estruturais. É necessário voltar o olhar para a experiência vivida pelas famílias, reconstruindo o percurso que transformou uma área ocupada em um espaço de convivência, trabalho, memória e organização coletiva. É nesse movimento, marcado pela chegada dos primeiros acampados, pela instalação das moradias e pela constituição de vínculos sociais e políticos, que se produz o território como experiência compartilhada, aspecto que orienta a discussão da seção seguinte.

2.3.2 A construção do espaço vivido: da chegada à instalação coletiva

A reconstrução da chegada das primeiras famílias ao Acampamento Emília Maria exigiu recorrer às narrativas daqueles que acompanharam as profundas transformações ocorridas na Fazenda São José ao longo das últimas décadas. Entre os interlocutores da pesquisa, Carlitos destacou-se como uma das principais referências da memória local. Morador da área há mais de quarenta anos, sua trajetória confunde-se com a própria história da fazenda, permitindo-lhe testemunhar diferentes formas de ocupação, uso da terra e relações de trabalho que antecederam a chegada do MST. Mais do que relatar acontecimentos, suas narrativas possibilitaram compreender as continuidades e rupturas que marcaram a transformação daquele espaço em território de reforma agrária.

A entrevista, realizada em 12 de fevereiro de 2025, ultrapassou a dimensão de um simples registro oral. Ao longo do trabalho de campo, Carlitos tornou-se um interlocutor recorrente, frequentemente procurado para esclarecer acontecimentos, reconstruir trajetórias e contextualizar as mudanças observadas na paisagem local. Sua condição de morador antigo permitiu articular lembranças pessoais às transformações históricas da Fazenda São José, evidenciando como memória e experiência constituem importantes formas de produção do conhecimento antropológico sobre o território.

As memórias compartilhadas por Carira não se restringiam ao relato oral. Durante o trabalho de campo, tornou-se evidente que sua trajetória permanecia profundamente vinculada ao território, uma vez que continuava residindo na mesma área onde testemunhou as diferentes transformações da Fazenda São José. Sua casa, localizada nas proximidades do Acampamento Emília Maria, constituiu um importante lugar de memória, a partir do qual reconstruía acontecimentos, identificava antigos espaços de trabalho e atribuía novos significados à paisagem que acompanhou por mais de quatro décadas.

Eu moro aqui faz muitos anos, sabe? Já vi muita coisa acontecer nesse lugar. Antigamente era só a fazenda dos patrão. Depois veio o acampamento, o sofrimento, a luta... Hoje a gente vê o assentamento acontecendo. Às vez eu fico aqui sentado na frente de casa só olhando e lembrando das coisa. (Carira, entrevista concedida ao autor, 2025).

A fala de Carira evidencia que suas memórias são indissociáveis do território, revelando que a terra é vivida não apenas como espaço de trabalho ou moradia, mas como um lugar onde experiências, afetos e transformações históricas permanecem inscritos. Ao reconstruir as mudanças da antiga Fazenda São José e acompanhar a constituição do Acampamento Emília Maria, o interlocutor reafirma seu pertencimento ao lugar e demonstra como a memória é continuamente atualizada pela permanência no espaço vivido.

A fotografia apresentada a seguir sintetiza essa estreita relação entre memória, moradia e território, registrando o interlocutor no espaço a partir do qual suas lembranças são continuamente produzidas e atualizadas.

Imagem 4 - Sr. Carira e sua casa



Fonte: Compilação do autor (2025)

Mais do que registrar o interlocutor, a imagem documenta o lugar a partir do qual sua memória é continuamente produzida e atualizada. Ao longo do trabalho de campo, a residência deixou de representar apenas um espaço doméstico para

constituir-se em um importante ponto de observação etnográfica. Foi ali, entre pausas da conversa, gestos direcionados à paisagem e referências a elementos ainda presentes no entorno, que Carira reconstituiu antigas cercas, currais, pastagens, caminhos percorridos pelos trabalhadores e os diferentes usos da terra que antecederam a ocupação promovida pelo MST. A narrativa era construída em constante diálogo com o espaço, fazendo da paisagem um suporte vivo da memória.

A permanência do interlocutor nesse mesmo território conferiu singularidade às suas narrativas. Enquanto descrevia as mudanças ocorridas na Fazenda São José, suas lembranças permaneciam ancoradas em elementos materiais que resistiram às transformações da área, evidenciando que espaço e memória constituem dimensões inseparáveis da experiência social. A casa, construída décadas antes da formação do acampamento, converteu-se em um marco das continuidades e rupturas que caracterizam aquele território, permitindo compreender que a ocupação realizada pelo MST não se estabeleceu sobre um vazio histórico, mas sobre uma paisagem social previamente habitada e produzida por distintas relações de trabalho, moradia e pertencimento.

A convivência com Carira revelou que compreender a história do Acampamento Emília Maria implicou, igualmente, compreender aqueles que permaneceram no território e acompanharam suas sucessivas transformações. Sua residência tornou-se um lugar privilegiado da interlocução etnográfica, onde memória, paisagem e experiência se entrelaçavam na reconstrução da história local. As narrativas produzidas nesse contexto permitiram compreender que o território não corresponde apenas a uma delimitação física da terra, mas a uma construção social continuamente atualizada pelas lembranças, pelos vínculos estabelecidos com o lugar e pelas diferentes formas de habitar e significar o espaço ao longo do tempo.

Ao longo das caminhadas realizadas pela antiga Fazenda São José, tornou-se evidente que a memória da ocupação não permanecia apenas nas narrativas dos interlocutores. Ela também se encontrava inscrita nos objetos, nas máquinas agrícolas, nas cercas, nas construções e nos caminhos que resistiram às transformações da paisagem. Esses vestígios materiais permitiram compreender que diferentes temporalidades continuavam coexistindo naquele território, conforme evidenciado na Imagem 5.

Imagem 5 - Trator utilizado na fazenda São José e no Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Imagem 5 registra um dos tratores que integraram as atividades produtivas da antiga Fazenda São José e que permaneceu no território mesmo após a ocupação realizada pelo MST. Embora silenciosa e marcada pela ação do tempo, a máquina permanece inserida na paisagem como um vestígio material das diferentes formas de uso da terra que coexistiram naquele espaço. Sua presença evidencia que a transformação da fazenda em acampamento não significou o apagamento da história anterior, mas a resignificação de objetos, práticas e memórias que continuaram compondo a experiência cotidiana das famílias. Nesse sentido, o trator deixa de ser apenas um equipamento agrícola para constituir-se como um artefato biográfico do território, capaz de conectar distintas temporalidades e tornar visíveis as continuidades entre o passado da propriedade privada e o presente da luta pela reforma agrária.

Carira trabalhou para a família Indiaroba durante 36 anos de sua história, exercendo com grande paixão a profissão de tratorista. Até hoje sua carteira de trabalho continua assinada, nela não foi dado baixa, uma vez que a empresa entrou

em falência e as terras passaram a ser administradas pelo grupo Massa Falida, e com isso, quase que todos os assuntos referentes a fazenda, foram abandonados. O fato é que foi montado em um trator do modelo “Massey Ferguson 275”, fabricado em 1982, que Carira sempre ganhou a vida por essas terras, trabalhando arduamente.

Tais fatos assim são importantes de conhecer, pois, Estância e Lagarto, coordenadores iniciais do Emília Maria, abordaram o Sr. Carira na casa que ele reside até hoje em meados de 2016, e perguntaram se ele não queria se juntar à ocupação do MST. Sr. Carira, de imediato disse que sim, pois estava cansado de ver aquelas terras abandonadas, sem utilidade, servindo até de local para desova de carros roubados. Um pedaço de terra foi dado a Carira, e ele ficou por 3 anos, mas depois Estância, já como coordenador de base, disse que ele se quisesse, poderia voltar a morar na casa lá em cima, antes da área ocupada, uma vez que, como morador mais antigo, quando o INCRA adquirisse essas terras e as destinasse ao MST, o lote de Sr. Carira já estaria garantido.

A constituição do Acampamento Emília Maria não foi resultado de uma ação espontânea. Conforme relataram os coordenadores entrevistados, a ocupação foi antecedida por aproximadamente seis meses de planejamento conduzido pela Frente de Massa, setor responsável pela organização das famílias, pelo reconhecimento do território e pela definição das estratégias necessárias para a instalação coletiva.

As narrativas de Carira permitiram compreender o território antes da ocupação e evidenciaram as continuidades entre a antiga Fazenda São José e o espaço posteriormente constituído pelo Acampamento Emília Maria. Entretanto, reconstruir a formação desse território exigiu também deslocar o olhar da memória individual para a ação coletiva, acompanhando o modo como o MST planejou a chegada das primeiras famílias e organizou politicamente o processo de ocupação.

No âmbito do MST, a ocupação constitui uma prática coletiva cuidadosamente planejada, resultado de processos de formação política, reconhecimento prévio do território e mobilização de famílias dispostas a reivindicar o cumprimento da função social da terra. Longe de representar uma ação improvisada, cada ocupação envolve estratégias logísticas, definições organizativas e mecanismos de segurança construídos ao longo de meses de preparação. A constituição do Acampamento Emília Maria insere-se nessa dinâmica, tendo sido antecedida por aproximadamente

seis meses de estudos, reuniões e visitas à área, conduzidos principalmente pela Frente de Massa (FM).

Ao entrevistar alguns coordenadores do Emília Maria, soubemos, recentemente, que os militantes do setor FM não devem aparecer nas mídias digitais abertas realizando atividades. Isso se dá por questões de segurança e pelo sigilo que deve ser mantido por meio de conversas realizadas nas reuniões fechadas desse setor durante a realização de eventos e congressos do movimento social MST. Além de não aparecerem atuando nas mídias digitais abertas, como Instagram, *Facebook* e *YouTube*, existe também um silêncio que deve ser mantido sobre o que é discutido dentro dos grupos de *WhatsApp* do Acampamento Emília Maria, não sendo permitida a utilização de outras redes sociais para a comunicação. Quem for pego descumprindo esse voto de silêncio pode ser penalizado com a expulsão do MST.

Segundo a Coordenadora Estadual da Frente de Massa, a Srta. Santa Luzia do Itanhy, em entrevista realizada no dia 08/02/2025:

Os companheiros da Frente de Massa estão cientes de que devemos atuar nas sombras, sem chamar a atenção dos holofotes, sem registros fotográficos nem qualquer exposição desnecessária, pois muitos que aqui atuam estão sob ameaças. Mesmo assim, este setor se faz presente no antes, no agora e no depois de qualquer acampamento e assentamento organizado pelo MST. (Santa Luzia do Itanhy, entrevista concedida ao autor, 2025).

A descrição apresentada por Santa Luzia do Itanhy evidencia que a Frente de Massa opera segundo uma lógica marcada pela discrição, pela confiança mútua e pela proteção coletiva dos militantes. O silêncio, a ausência de registros fotográficos e o controle das informações não constituem apenas procedimentos organizativos, mas estratégias produzidas em resposta aos históricos conflitos fundiários e às situações de violência enfrentadas pelos movimentos sociais no campo. Nesse contexto, a preparação da ocupação revela-se tão importante quanto o próprio ato de ocupar, demonstrando que a construção do território começa muito antes da instalação física das primeiras barracas.

Ao realizar entrevista com Estância, em 15 de janeiro de 2025, ele afirmou que, antes da ocupação do Acampamento Emília Maria, foi realizada uma ampla mobilização envolvendo jovens militantes e integrantes da Frente de Massa.

Ninguém chega numa ocupação sem saber o que tá fazendo. Antes da gente entrar na fazenda, passamos meses estudando a área, olhando por onde dava pra entrar, onde

tinha água, onde podia montar os barracos e quais eram os risco que a gente podia encontrar. A gente caminhava por ali em horários diferentes, conhecia o terreno e conversava muito entre nós. Tudo era pensado porque a responsabilidade era grande. Não era só ocupar uma terra, era garantir que as famílias chegassem com segurança e conseguissem permanecer ali desde o primeiro dia (Estância, entrevista concedida ao autor, 2025).

A narrativa de Estância evidencia que a ocupação da Fazenda São José foi resultado de um processo de planejamento coletivo construído muito antes da entrada das famílias no território. A realização de visitas prévias, o reconhecimento da paisagem, a identificação de fontes de água, dos acessos e dos possíveis riscos revelam que ocupar a terra constituiu uma prática fundamentada no conhecimento acumulado pelo movimento e na experiência de seus militantes. Sob essa perspectiva, a ocupação deixa de ser compreendida como um ato espontâneo e passa a configurar um processo de territorialização, no qual a produção do espaço começa antes mesmo da instalação das primeiras barracas, articulando organização política, leitura do território e estratégias voltadas à permanência coletiva.

As informações compartilhadas por Estância evidenciam que a chegada das famílias ao território envolveu muito mais do que coragem ou disposição para ocupar a terra. Cada decisão relativa ao dia, ao horário e à forma de ingresso na propriedade fazia parte de uma estratégia construída coletivamente, resultado da experiência acumulada pelo MST em diferentes ocupações realizadas no país. Nesse contexto, a escolha do período noturno, especialmente entre a sexta-feira e o sábado, não possuía apenas um caráter logístico, mas também constituía uma medida voltada à proteção das famílias e à consolidação da ocupação durante suas primeiras horas.

A adoção dessas estratégias relaciona-se, entre outros fatores, às possibilidades jurídicas existentes logo após uma ocupação. Conforme dispõe o artigo 1.210 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), o possuidor pode exercer o chamado desforço imediato, buscando restituir a posse por meios próprios, desde que a reação ocorra imediatamente e dentro dos limites legais.

Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

§ 1º O possuidor turbado ou esbulhado poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, desde que o faça imediatamente; os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

§ 2º Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa” (BRASIL, 2002).

Na prática, o instituto do desforço imediato influencia diretamente a dinâmica das ocupações de terra. Caso o proprietário tome conhecimento da ocupação logo em suas primeiras horas, poderá mobilizar medidas administrativas e judiciais destinadas à retomada da posse, inclusive com apoio das forças policiais, desde que observados os limites estabelecidos pela legislação. Essa possibilidade ajuda a compreender por que o planejamento das ocupações promovidas pelo MST envolve estratégias relacionadas ao horário de ingresso, ao reconhecimento prévio do terreno e à rápida organização das famílias no espaço ocupado. As narrativas produzidas pelos interlocutores evidenciaram que a consolidação da ocupação durante as primeiras horas constitui um elemento fundamental para reduzir os riscos de desmobilização imediata do grupo.

Embora existam mecanismos jurídicos destinados à proteção da posse, a atuação do MST fundamenta-se igualmente na Constituição Federal de 1988. Os artigos 3º, 184 e 186 estabelecem princípios relacionados à justiça social, à função social da propriedade e à desapropriação de imóveis rurais que não cumprem sua finalidade constitucional. Esses dispositivos são regulamentados pela Lei nº 8.629/1993, que disciplina a política nacional de reforma agrária. Sob essa perspectiva, o movimento compreende as ocupações como instrumentos de reivindicação política voltados a exigir que o Estado cumpra os próprios preceitos constitucionais relativos à democratização do acesso à terra.

O entendimento de que as ocupações promovidas pelo MST podem constituir formas legítimas de reivindicação social também encontrou respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No julgamento do *Habeas Corpus* n.º 5.574/SP, o Tribunal afirmou que:

Movimento popular visando a implantar a reforma agrária não caracteriza crime contra o patrimônio. Configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando a implantar programa constante da Constituição da República. A pressão popular é própria do Estado de Direito Democrático (BRASIL, 1997).

A decisão do STJ representa um importante marco jurídico ao reconhecer que as ocupações de terra promovidas pelo MST não podem ser reduzidas a conflitos possessórios ou patrimoniais. Ao qualificá-las como expressão da cidadania e

instrumento de efetivação de um programa previsto na própria Constituição Federal, o Tribunal desloca o debate para o campo dos direitos coletivos e da função social da propriedade. Essa compreensão dialoga diretamente com as narrativas produzidas pelos interlocutores desta pesquisa, para os quais a ocupação da antiga Fazenda São José significou a reivindicação concreta de um direito historicamente negligenciado pelo Estado.

Uma vez ciente desse entendimento jurídico, o MST reafirma que sua luta, ao longo de mais de quatro décadas, não se restringe ao aumento da produtividade da terra, mas à efetivação de sua função social. Essa concepção compreende o uso produtivo do imóvel rural, o respeito à legislação ambiental e trabalhista e a democratização do acesso à terra, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 8.629/1993.

Sob essa perspectiva, o movimento denuncia que a histórica concentração fundiária brasileira decorre, em grande medida, do descumprimento dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Para seus militantes, a permanência dessa estrutura favorece os grandes proprietários rurais e contribui para a reprodução das desigualdades sociais no campo, ao mesmo tempo em que viola direitos fundamentais de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A permanência dessas disputas pode ser observada em episódios emblemáticos da história recente brasileira, como o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, quando dezenove trabalhadores rurais foram assassinados durante uma ação policial no estado do Pará. Para além de um episódio histórico, Eldorado permanece como um marco da violência estrutural presente nos conflitos fundiários e ocupa lugar central na memória coletiva do MST, reafirmando que a luta pela reforma agrária continua sendo atravessada por profundas tensões políticas, jurídicas e sociais.

2.4 Narrativas da madrugada: lembranças da ocupação

E foi justamente na madrugada fria e chuvosa do dia 6 de agosto de 2016 que ocorreu o reencontro entre sem-terra experientes, como Lagarto, que, à época, atuava como dirigente do Setor Frente de Massa no biênio 2015/2016, e jovens lideranças como Estância, coordenador de base por mais de quatro anos no acampamento. Também participaram da ocupação as jovens Itabaiana, Propriá e Simão Dias, juntamente com a companheira Laranjeiras, dirigente da Brigada Metropolitana, além dos senhores Capela, Neópolis e Maruim. Naquela noite, cercas foram ultrapassadas, não derrubadas; cantos foram entoados, palavras de ordem foram proclamadas e, com cerca de 30 a 50 pessoas reunidas, realizou-se a ocupação que deu origem ao Acampamento Emília Maria, situado na coordenada UTM 24 L 700985 / 8788020.

Ao entrar na Fazenda São José, a primeira ação dos ocupantes foi hastear a bandeira vermelha do MST, posicionando-a em local de destaque como símbolo da presença do movimento e da reivindicação daquele território. Em seguida, foram entoados os tradicionais gritos de ordem:

"MST, a luta é pra valer!"

"MST, a luta é pra valer!"

"MST, a luta é pra valer!" (3x)

Conforme relataram os interlocutores, logo depois uma grande fogueira foi acesa, em torno da qual as famílias passaram a se reunir. Na sequência, foi entoado o hino do movimento e realizada a primeira assembleia do Acampamento Emília Maria, ocasião em que foram registrados os presentes e elaborada a ata inaugural da ocupação. Essa sucessão de acontecimentos — o hasteamento da bandeira, os gritos de ordem, o acendimento da fogueira, a execução do hino e a realização da primeira reunião coletiva — constitui um conjunto de práticas recorrentes nas ocupações organizadas pelo MST em diferentes regiões do país. Mais do que procedimentos organizativos, esses rituais inauguram simbolicamente o território, fortalecem os vínculos de pertencimento entre os participantes e reafirmam os princípios políticos que orientam a luta pela reforma agrária.

HINO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy C. de Oliveira

Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Braços Erguidos ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular

Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular.

As horas foram passando, músicas foram lembradas e entoadas, enquanto os militantes conversavam e discutiam as primeiras estratégias de organização coletiva. Ao amanhecer, iniciou-se a mobilização para a construção dos primeiros barracos e para a distribuição inicial dos lotes. As primeiras horas de uma ocupação constituem momentos de grande expectativa, tanto para as lideranças quanto para os demais acampados. Afinal, embora todo o planejamento tenha sido realizado meses antes, nunca se sabe quantas pessoas aderirão ao movimento ou permanecerão na área durante os primeiros dias.

As narrativas sobre a madrugada da ocupação não se restringem à evocação oral dos acontecimentos vividos naquele momento. Elas encontram correspondência nas práticas e materialidades que continuaram sendo produzidas no território ao longo dos anos. A construção de um barraco, por exemplo, envolve mais do que a montagem técnica de uma estrutura destinada à moradia. Antes que paredes, cobertura e divisões sejam erguidas, é necessário reunir os materiais, avaliar suas possibilidades de uso e transformar fragmentos de madeira em um projeto de abrigo.

Nesse processo, aquilo que inicialmente se apresenta como matéria dispersa passa a integrar a produção social do território.

A fotografia a seguir, produzida durante o trabalho de campo, não retrata os primeiros barracos erguidos na madrugada da ocupação. Ela registra um momento posterior da trajetória do Emília Maria, no qual madeiras reunidas seriam utilizadas em uma nova construção. Sua inserção nesta seção permite compreender a permanência de uma prática que acompanha a história da comunidade: produzir condições de existência a partir dos materiais disponíveis, convertendo precariedade, trabalho e expectativa em formas concretas de permanência.

Imagem 6 – Madeiras reunidas para a construção de um barraco no Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2025).

A Imagem 6 apresenta madeiras empilhadas diante de uma estrutura ainda incompleta. A ausência de pessoas no enquadramento não significa ausência de ação social. Os cortes, o alinhamento, a disposição dos materiais e a armação já iniciada constituem vestígios do trabalho realizado e anunciam aquele que ainda será necessário. A fotografia registra, assim, um intervalo entre reunir e construir, no qual o barraco ainda não está inteiramente erguido, mas já existe como intenção, planejamento e possibilidade de moradia.

Antropologicamente, essa materialidade permite compreender que o território não antecede as práticas dos sujeitos, como se estivesse pronto para ser

simplesmente ocupado. Ele é produzido por meio de ações cotidianas que transformam a terra em lugar habitável. Ao serem selecionadas, transportadas, agrupadas e incorporadas à construção, as madeiras deixam de constituir materiais isolados e passam a compor uma rede de relações que envolve trabalho, conhecimentos práticos, disponibilidade de recursos e expectativas de permanência. A construção do barraco participa, desse modo, do processo de territorialização.

A cena também condensa a tensão entre precariedade e permanência que atravessa a experiência dos acampamentos. A madeira reaproveitada evidencia os limites materiais enfrentados pelas famílias, mas não deve ser interpretada somente como sinal de carência. Sua reunião demonstra capacidade de mobilizar recursos e de produzir respostas concretas diante das condições existentes. Sem romantizar a precariedade, a imagem permite reconhecer a agência dos sujeitos na construção cotidiana de suas moradias e na sustentação da vida coletiva.

Antes de existir como construção concluída, o barraco existe como projeto social de permanência. As madeiras reunidas materializam uma expectativa de futuro: permanecer na terra, constituir moradia e consolidar vínculos com o território. O barraco, portanto, não funciona apenas como abrigo físico. Ele delimita espaços de convivência, organiza relações familiares, acolhe objetos, histórias e afetos e inscreve a presença dos sujeitos em uma terra submetida a disputas. Construí-lo significa afirmar materialmente que aquele espaço será vivido.

A fotografia também pode ser compreendida como suporte de memória. Embora produzida anos depois da madrugada da ocupação, ela atualiza experiências narradas pelos interlocutores acerca da reunião de materiais e da construção dos primeiros abrigos. O presente fotografado não reproduz exatamente o passado, mas oferece elementos por meio dos quais ele pode ser evocado e reinterpretado. A materialidade das madeiras estabelece, assim, uma ligação entre temporalidades distintas: remete às condições iniciais da ocupação, documenta uma prática observada durante a pesquisa e projeta uma moradia ainda por construir.

Nesse sentido, a memória da ocupação não permanece fixada em um acontecimento inaugural. Ela é continuamente atualizada quando novos barracos são construídos, estruturas são modificadas e materiais voltam a ser reunidos. Cada construção reinscreve no território conhecimentos, dificuldades e formas de cooperação produzidos ao longo da trajetória comunitária. As madeiras apresentadas

na imagem constituem, portanto, simultaneamente, vestígios materiais do trabalho, suportes de memória e componentes de um projeto de futuro.

Lagarto e Estância relataram que foi surpreendente observar a chegada de inúmeras famílias nas primeiras horas da manhã. Agricultores, ex-agricultores, trabalhadores urbanos, convidados, militantes de diferentes setores do MST e moradores das comunidades vizinhas passaram a compor o novo coletivo. Segundo os interlocutores, predominava um clima festivo, marcado pela presença de instrumentos musicais, conversas e demonstrações de solidariedade, acompanhando o nascimento do mais novo acampamento instalado às margens da Rodovia João Bebe Água, no município de São Cristóvão. Conforme os relatos de Estância, Itabaianinha, Laranjeiras e Boquim, o Acampamento Emília Maria chegou a reunir mais de 360 famílias distribuídas em uma faixa territorial que não ultrapassa um quilômetro de extensão.

A construção do barracão central — também denominado plenária — constitui uma prática recorrente nas ocupações organizadas pelo MST, funcionando como espaço destinado às assembleias, aos debates e às decisões coletivas. Entretanto, a experiência do Acampamento Emília Maria demonstra que cada ocupação desenvolve soluções próprias, de acordo com suas condições materiais e necessidades imediatas. Nos primeiros meses, inexistia um barracão. As assembleias aconteciam sob a sombra de uma das poucas árvores existentes na área. Em entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2025, Itabaianinha, coordenador da Frente de Massa, recordou:

Houve um pé de pau que foi romantizado e carinhosamente chamado de Maria Farinha, professor (Itabaianinha, entrevista concedida ao autor, 2025).

Ante a árvore conhecida como Maria Farinha foram tomadas as decisões mais importantes dos primeiros dias de ocupação. Somente cerca de dois meses depois foi concluída a construção do Barracão Central, que permanece, até hoje, como principal espaço de reuniões do acampamento.

No que se refere à organicidade do acampamento, Lagarto e Estância, primeiras lideranças atuantes na ocupação, estabeleceram inicialmente que cada família teria o prazo de três dias para concluir a construção de seu barraco. Contudo, a exigência mostrou-se incompatível com a realidade enfrentada por muitas famílias, levando a coordenação a ampliar o prazo para até trinta dias. Ainda assim, algumas pessoas foram desligadas do coletivo por descumprirem as deliberações

estabelecidas em assembleia. Desde os primeiros dias, tornou-se evidente que a permanência no acampamento pressupunha não apenas o acesso à terra, mas também o compromisso com as normas coletivamente construídas.

A adaptação a essa dinâmica organizativa representou um desafio para parte dos recém-chegados. Muitos provinham de contextos urbanos ou periurbanos e possuíam pouco contato com a forma de organização desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em entrevista realizada em 8 de fevereiro de 2025, Laranjeiras afirmou:

Muitas pessoas abandonaram o barco, se assim pode dizer, professor. Nessa fase inicial, diversas famílias não cumpriam com as regras básicas, que existem justamente para manter um coletivo convivendo diariamente na mesma área. Aqui tudo é decidido em conjunto, e essas regras servem para garantir a organização e a harmonia do movimento (Laranjeiras, entrevista concedida ao autor, 2025).

O relato evidencia que a organicidade do MST não se reduz ao cumprimento de normas disciplinares. Trata-se de um modo de organização política fundamentado na corresponsabilidade entre os sujeitos, na participação coletiva e na construção permanente da vida em comum. As regras que orientam o cotidiano do acampamento constituem mecanismos de fortalecimento da coletividade, permitindo que centenas de famílias compartilhem o mesmo território sem que os interesses individuais prevaleçam sobre as decisões coletivas.

Outro fator que contribuiu tanto para o desligamento quanto para a desistência de algumas famílias foi a precariedade das condições materiais encontradas na área ocupada. Em 2016, predominavam extensas plantações de eucalipto, grandes áreas cobertas por gramíneas e vegetação espontânea, enquanto a água do rio localizado nas proximidades não era apropriada para o consumo humano. Durante os primeiros meses, os acampados precisavam adquirir seus próprios alimentos e buscar água potável em diferentes localidades da Grande São Cristóvão, evidenciando que ocupar a terra significava também enfrentar inúmeras dificuldades relacionadas à própria reprodução da vida cotidiana.

Inicialmente, o Acampamento Emília Maria foi organizado em nove grupos. Entretanto, à medida que algumas famílias desistiram da ocupação, esse número foi reduzido para sete. Cada grupo reúne um conjunto de famílias e possui dois coordenadores responsáveis, respeitando o princípio da paridade de gênero, sempre

representados por um homem e uma mulher. Também foram estabelecidas duas categorias de participação. Os acampados que residem permanentemente na área são denominados moradores, enquanto aqueles que permanecem no acampamento por, no mínimo, setenta e duas horas semanais recebem a denominação de permanentes. A organização dos grupos existentes durante o trabalho de campo é apresentada na Tabela 2.

Tabela 1 – Perfil dos grupos do acampamento Emília Maria (2024).

GRUPOS	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	COORDENADORES	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
Grupo 01	24 L 700978 8788112	Aquidabã e Canindé de São Francisco	16 famílias
Grupo 02	24 L 700874 8788129	Cedro de São João e Carmópolis	17 famílias
Grupo 03	24 L 700904 8788201	Riachão do Dantas e Pacatuba	25 famílias
Grupo 04	24 L 700702 8788220	Poço Redondo	28 famílias
Grupo 05	24 L 700644 8788420	Rosário do Catete e Nossa Senhora das Dores	29 famílias
Grupo 06	24 L 700488 8788561	Tomar do Geru e Japarutuba	30 famílias
Grupo 07	24 L 700349 8788720	Umbaúba e Campo do Brito	22 famílias

Fonte: Elaborada pelo autor.

A divisão em grupos evidencia que o território do Acampamento Emília Maria não é administrado de forma centralizada. Ao contrário, a distribuição das famílias em núcleos menores favorece o acompanhamento cotidiano das demandas locais, amplia a participação política e fortalece as relações de solidariedade entre os acampados. Essa forma de organização permite que as decisões coletivas sejam construídas de maneira mais próxima da realidade vivenciada por cada grupo, ao mesmo tempo em que reforça o princípio da gestão compartilhada característico do MST.

A cada dois anos são realizadas eleições internas para a renovação das coordenações. Entretanto, a democracia construída no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apresenta características próprias, diferenciando-se dos modelos representativos convencionais. A escolha das lideranças não depende exclusivamente da votação, mas também do reconhecimento conquistado ao longo do cotidiano, da capacidade de diálogo, do compromisso político e da participação efetiva nas atividades do acampamento. Busca-se, desse modo, assegurar que as coordenações expressem os princípios da coletividade, da participação e da horizontalidade que orientam historicamente o movimento.

Mensalmente, realizam-se duas reuniões de coordenação destinadas ao acompanhamento das demandas do coletivo. Conforme as necessidades do acampamento, novos encontros podem ser convocados. Já as reuniões dos grupos não obedecem a um calendário fixo, sendo organizadas sempre que surgem demandas específicas ou questões que exigem deliberação imediata.

Em entrevista realizada em 27 de janeiro de 2025, Nossa Senhora da Glória, coordenadora de base do Acampamento Emília Maria, explicou o funcionamento desse processo:

Cada coordenador ou coordenadora é eleito para um mandato de dois anos. Mas, se ao final desse período não surgir outra pessoa para disputar a coordenação, o mandato pode ser renovado automaticamente (Nossa Senhora da Glória, entrevista concedida ao autor, 2025).

Seu relato demonstra que a permanência de determinadas lideranças decorre menos da ausência de eleições e mais do reconhecimento obtido junto ao coletivo. A legitimidade política, nesse contexto, é construída cotidianamente por meio da confiança depositada pelos próprios acampados naqueles que exercem funções de coordenação.

Conforme explicado por Nossa Senhora da Glória, a atuação das lideranças ocorre de maneira articulada entre diferentes escalas organizativas, envolvendo coordenações de base, dirigentes políticos, dirigentes estaduais e dirigentes nacionais. Essa estrutura permite que as demandas locais sejam continuamente articuladas às decisões tomadas pelo movimento em âmbito estadual e nacional, fortalecendo a unidade política do MST sem comprometer a autonomia organizativa dos acampamentos. A composição das coordenações existentes no Acampamento Emília Maria durante o período da pesquisa é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Coordenações e setores

SETOR	COORDENADOR	COORDENAÇÃO
Dirigente nacional	Muribeca	Dirigente nacional
Dirigente nacional / Dirigente estadual	Nossa Senhora do Socorro	Saúde
Dirigente nacional / Dirigente estadual	Laranjeiras	Frente de Massa
Dirigente nacional / Dirigente estadual	Tobias Barreto	Juventude
Coordenação de base	Salgado e Nossa Senhora da Glória	Coordenação de base
Dirigentes políticos	São Cristóvão e Divina Pastora	Coordenação de base
Acampamento Emília Maria	Itabaianinha e Pirambu	Frente de Massa

Acampamento Emília Maria	Aracaju	Formação
Acampamento Emília Maria	Tomar do Geru	Finanças
Acampamento Emília Maria	Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes	Juventude
Acampamento Emília Maria	Brejo Grande e Nossa Senhora do Socorro	Saúde
Acampamento Emília Maria	Monte Alegre de Sergipe e São Cristóvão	Comunicação
Acampamento Emília Maria	Moita Bonita	Educação
Acampamento Emília Maria	Feira Nova, Santana do São Francisco e Graccho Cardoso	Produção

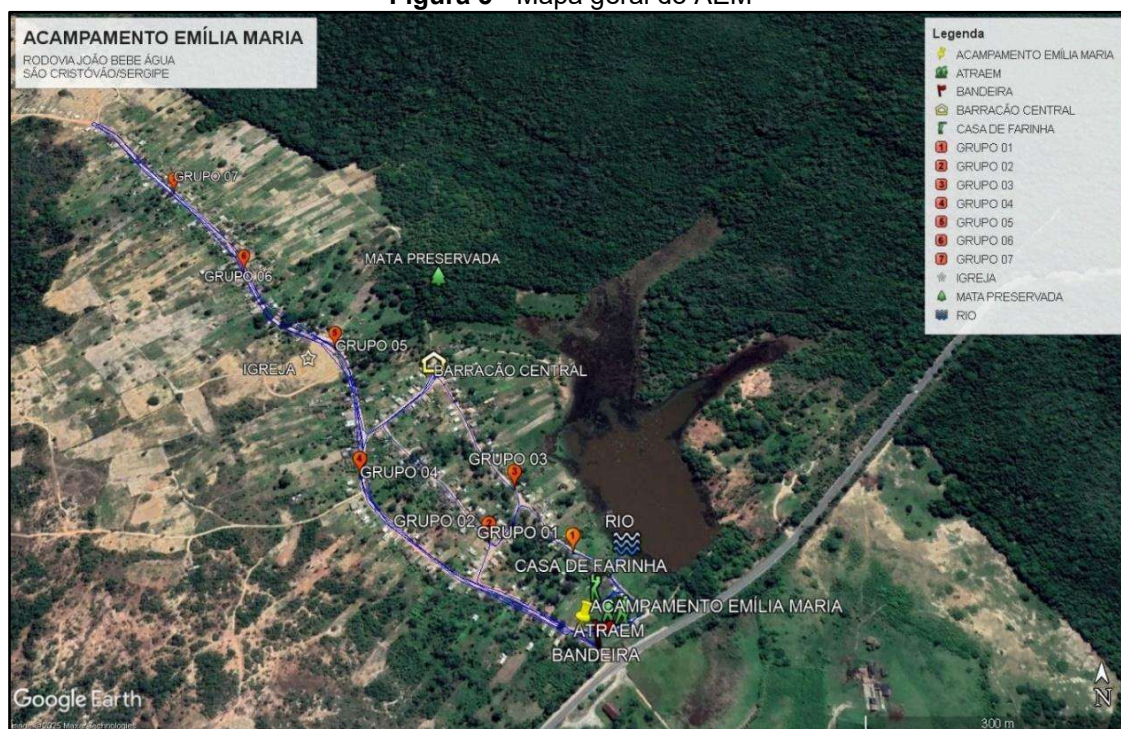
Fonte: Trabalho de campo no acampamento Emília Maria. Elaborado pelo autor.

Dessa maneira, a estrutura organizativa do Acampamento Emília Maria é composta por 31 lideranças, distribuídas entre os diferentes setores apresentados ao longo desta pesquisa. Mais do que uma divisão administrativa, essa configuração expressa um modelo de gestão coletiva no qual as responsabilidades são compartilhadas entre coordenações e setores específicos, assegurando a condução das atividades cotidianas, a mediação de conflitos e o planejamento político do acampamento. A descentralização das funções fortalece a participação coletiva, mas também exige permanente articulação entre as lideranças, uma vez que dificuldades na condução de determinado setor repercutem sobre o conjunto da vida comunitária.

No que se refere à sustentação financeira do acampamento, Tobias Barreto, coordenadora estadual da Juventude e secretária da sede do MST em Sergipe, relatou, em entrevista realizada em 17 de janeiro de 2025, a existência de uma "caixinha geral", alimentada por uma contribuição mensal de R\$ 10,00 de cada família, após sua inserção nos respectivos grupos de base. Segundo a interlocutora, os recursos arrecadados destinam-se à manutenção das atividades coletivas e às demandas cotidianas do acampamento, constituindo um mecanismo de solidariedade e corresponsabilidade entre as famílias acampadas.

A Figura 5 apresenta o mapa geral do Acampamento Emília Maria, possibilitando visualizar a distribuição territorial dos grupos, dos principais espaços coletivos e da organização socioespacial construída pelas famílias ao longo do processo de territorialização.

Figura 5 - Mapa geral do AEM



Fonte: Adaptado *Google Earth* por Felipe Farias (2025).

Neste mapa, é possível observar a distribuição espacial dos símbolos do MST, dos grupos de base e das principais estruturas coletivas do Acampamento Emília Maria, identificadas na legenda da imagem. Longe de representar apenas uma organização física, essa configuração territorial expressa a forma como o espaço é continuamente produzido pelas práticas cotidianas das famílias acampadas. Barracão central, casa de farinha, igreja, áreas de preservação e grupos de moradia constituem lugares de encontro, trabalho, tomada de decisões e fortalecimento dos vínculos comunitários, revelando que o território é permanentemente construído pelas relações sociais que nele se estabelecem.

A dimensão produtiva também se evidencia na paisagem. A agricultura familiar manifesta-se por meio do cultivo de macaxeira, milho, feijão, hortaliças, bananeiras, mangueiras, coqueiros, maracujazeiros, aceroleiras, pitangueiras e abacateiros, além da criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves e, mais recentemente, da implantação de meliponicultura em lotes específicos. Ao receber seu lote, cada família assume a responsabilidade pela produção de alimentos destinados tanto ao autoconsumo quanto à comercialização, fortalecendo estratégias de reprodução

social e geração de renda. Paralelamente, diversas mulheres produzem doces de batata, leite e abóbora, fabricam caldo de cana e desenvolvem trabalhos artesanais, demonstrando que o trabalho coletivo ultrapassa a produção agrícola e constitui importante dimensão da economia e da sociabilidade no acampamento.

A organização produtiva do território também se materializa em espaços de uso comum, onde o trabalho coletivo se converte em estratégia de fortalecimento da comunidade e de construção da soberania alimentar. Entre esses espaços destaca-se a horta comunitária, apresentada na Imagem 7 cuja dinâmica evidencia que o cultivo da terra, além de assegurar a produção de alimentos, constitui uma prática cotidiana de cooperação, aprendizagem e partilha entre as famílias acampadas.

Imagem 7 - Acampados na Horta Comunitária



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 7 registra um mutirão na horta comunitária do Acampamento Emília Maria, reunindo homens e mulheres em uma atividade coletiva de plantio de hortaliças. A cena evidencia que a produção de alimentos ultrapassa a dimensão econômica, constituindo uma prática social capaz de fortalecer vínculos de solidariedade, reciprocidade e pertencimento entre as famílias acampadas. O trabalho

é realizado de forma cooperativa, compartilhando conhecimentos sobre preparo do solo, espaçamento das mudas, manejo e cultivo, reafirmando a centralidade do trabalho coletivo como princípio organizativo do MST.

A horta comunitária também representa uma importante estratégia de promoção da soberania e da segurança alimentar, uma vez que parte da produção é destinada ao consumo das famílias e outra parcela pode ser comercializada em feiras e mercados locais. Nesse processo, o cultivo da terra converte-se em um espaço permanente de aprendizagem, no qual saberes tradicionais e experiências adquiridas ao longo da luta pela terra são continuamente transmitidos entre diferentes gerações. Mais do que produzir alimentos, a horta produz relações sociais, reafirma o compromisso coletivo com a permanência no território e materializa, no cotidiano, o projeto de Reforma Agrária Popular defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A continuidade da Horta Comunitária depende não apenas do trabalho realizado pelos moradores, mas também do acesso a instrumentos, sementes e outros recursos necessários ao cultivo. Parte desses recursos pode ser obtida pela própria organização comunitária, por meio de trocas entre agricultores e do reaproveitamento de sementes; outra parte chega ao território mediante relações estabelecidas com instituições, organizações parceiras e agentes do poder público. Essas diferentes formas de acesso revelam que a produção agrícola se constrói por meio de redes que atravessam os limites físicos do Emília Maria.

Entre as ações registradas durante a pesquisa, encontra-se a entrega de sementes variadas de hortaliças realizada pelo prefeito de São Cristóvão às famílias da comunidade. Não foi possível recuperar informações precisas sobre a data da atividade, as variedades distribuídas ou sua vinculação a um programa público específico. Por essa razão, a cena será analisada a partir daquilo que o registro fotográfico permite observar dos significados que assume no contexto das relações entre a organização comunitária, a produção agrícola e o poder municipal.

Imagem 8 – Entrega de sementes de hortaliças às famílias do Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 8 registra o momento em que o vice-prefeito de São Cristóvão, Júlio Nascimento Junior, atual prefeito do município, entrega sementes a um integrante do Emília Maria. Ao redor deles, moradores, lideranças e outros participantes acompanham a ação. O gesto da entrega ocupa o centro da fotografia, enquanto a presença coletiva impede que a cena seja compreendida exclusivamente como um encontro entre duas pessoas. O que se torna visível é uma relação entre a comunidade organizada e um representante do poder público municipal.

As sementes possuem uma finalidade material: serão incorporadas ao cultivo e poderão contribuir para a continuidade das atividades desenvolvidas na Horta Comunitária. Entretanto, sua presença na fotografia também adquire uma dimensão simbólica. Ao entrar no território e participar publicamente da entrega, o representante municipal reconhece, ainda que de maneira circunstancial, a existência de uma comunidade que trabalha a terra, produz alimentos e estabelece demandas diante do Estado. A cena contrasta, portanto, com representações que associam os territórios do MST à improdutividade ou à ausência de organização.

Esse reconhecimento institucional não deve ser interpretado como concessão pessoal ou gesto de benevolência do agente político. Apresentar a atividade apenas

como uma “ajuda” do prefeito reduziria os moradores à posição de beneficiários passivos e apagaria a trajetória coletiva que tornou possível a existência da horta. As famílias já produzem o território por meio do trabalho agrícola, dos mutirões, da circulação de conhecimentos e da organização comunitária. As sementes recebidas ingressam em um processo produtivo que existia anteriormente e que continuará dependendo da atuação dos próprios moradores.

A fotografia também não permite concluir que a entrega tenha integrado uma política pública contínua de apoio à agricultura. Na ausência de informações sobre sua periodicidade, seus critérios e sua vinculação institucional, ela deve ser compreendida como uma ação pontual. Essa distinção é importante porque o reconhecimento público de uma comunidade não se esgota em visitas ou entregas ocasionais. Ele pressupõe acesso permanente a assistência técnica, instrumentos de produção, crédito, abastecimento de água e outras condições indispensáveis à continuidade do trabalho agrícola.

A relação com o poder público apresenta, assim, uma dimensão ambivalente. Por um lado, a entrega das sementes evidencia uma aproximação institucional e pode ampliar as condições de cultivo. Por outro, sua natureza aparentemente episódica revela os limites de ações que não estejam articuladas a políticas duradouras. A imagem permite observar uma abertura ao diálogo, mas também provoca uma questão antropológica e política: em que medida o reconhecimento manifestado na cena se transforma em compromisso público continuado com as necessidades das famílias?

Os moradores, por sua vez, não recebem apenas um recurso pronto e acabado. As sementes somente adquirirão sentido produtivo quando forem plantadas, cuidadas e incorporadas às práticas coletivas da horta. Entre sua entrega e a produção das hortaliças existe um conjunto de conhecimentos, decisões e trabalhos realizados pela comunidade. É essa apropriação que impede compreender a relação institucional como simples dependência: os recursos externos são integrados a projetos e práticas conduzidos pelos sujeitos do território.

Como objetos ainda voltados para o porvir, as sementes também materializam uma expectativa de continuidade. Diferentemente do alimento pronto para consumo, elas guardam uma possibilidade que depende da ação humana, das condições ambientais e do trabalho coletivo para se realizar. Na sequência visual da dissertação,

a entrega das sementes antecede a imagem do roçado e permite acompanhar a passagem entre recurso, cultivo e produção. O que chega ao território como possibilidade é transformado pelos moradores em prática agrícola concreta.

As sementes, embora fundamentais para o início do cultivo, não são suficientes para garantir a continuidade da Horta Comunitária. A transformação da terra em espaço produtivo também exige ferramentas, equipamentos, disponibilidade de água, conhecimentos agrícolas e participação dos moradores nas diferentes etapas do trabalho. Esses elementos integram uma infraestrutura produtiva que não se limita aos objetos empregados, pois depende das formas coletivas pelas quais os recursos são obtidos, organizados e colocados em uso.

Durante o trabalho de campo, foi registrada a presença de um equipamento motorizado destinado ao preparo e ao manejo da área cultivada. Na ocasião, moradores do Emília Maria reuniram-se ao redor do equipamento, compondo uma cena que articula recurso técnico, organização comunitária e expectativa de ampliação do trabalho desenvolvido na horta.

Imagem 9 – Moradores com equipamento destinado à Horta Comunitária do Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 9 apresenta um grupo de moradores reunido em uma área externa do Emília Maria. Os participantes posicionam-se lado a lado e dirigem o olhar para a câmera, enquanto o equipamento destinado à Horta Comunitária ocupa a parte frontal

do enquadramento. Ao fundo, a vegetação e as árvores situam a cena no território e aproximam visualmente os sujeitos, o instrumento e o espaço em que o trabalho agrícola será realizado. A disposição dos corpos confere ao registro o caráter de uma apresentação coletiva.

O equipamento ocupa uma posição de destaque, mas não aparece isolado. Sua localização diante do grupo indica que sua importância não reside apenas em suas características técnicas, mas na relação que será estabelecida entre o instrumento e os sujeitos responsáveis por utilizá-lo. A fotografia não apresenta uma máquina separada do contexto social; ela registra um recurso integrado a uma coletividade. São os moradores reunidos ao seu redor que tornam visível sua finalidade comunitária.

A cena evidencia que os meios de produção somente adquirem sentido quando incorporados às práticas e aos projetos construídos no território. O equipamento pode reduzir parte do esforço físico, ampliar a área preparada para o cultivo ou contribuir para a realização de determinadas tarefas. Contudo, sua presença não substitui o trabalho humano, os conhecimentos agrícolas ou as decisões coletivas. Ao contrário, introduz novas demandas relacionadas ao aprendizado de seu funcionamento, à definição das formas de uso, à manutenção e à distribuição das responsabilidades.

A reunião dos moradores em torno do equipamento comunica preparação. O registro ocorre antes ou à margem de sua utilização direta e, por isso, apresenta menos o trabalho em execução do que as condições que poderão torná-lo possível. O instrumento aparece como potencialidade: ainda precisa ser acionado, conduzido e articulado às necessidades da horta. Entre sua presença física e os resultados esperados existe um processo de apropriação coletiva que envolve organização, planejamento e conhecimento técnico.

A fotografia também expressa capacidade organizativa. A formação do grupo diante da câmera transforma a chegada ou a apresentação do equipamento em um acontecimento digno de registro. Esse gesto indica que o acesso aos instrumentos de trabalho é percebido como parte da trajetória coletiva da comunidade. Fotografar o grupo com o equipamento significa documentar uma conquista, preservar sua memória e comunicar que a produção agrícola não decorre do acaso, mas de recursos mobilizados e esforços socialmente coordenados.

Nesse contexto, o equipamento não deve ser compreendido como uma solução autônoma para as necessidades produtivas. A tecnologia não age independentemente das relações sociais que definem onde, quando, por quem e para qual finalidade será utilizada. Seu funcionamento depende da organização dos moradores, das condições do solo, da disponibilidade de combustível ou energia, da manutenção e do acesso a outros recursos indispensáveis ao cultivo. A fotografia permite, portanto, compreender a técnica como parte de uma rede mais ampla de pessoas, saberes, materiais e decisões.

A composição visual também produz uma narrativa sobre a relação entre sujeitos e tecnologia. Em vez de apresentar os moradores como pessoas situadas fora dos processos técnicos de produção, a imagem os coloca ao lado do equipamento, reivindicando sua participação na condução das atividades agrícolas. O recurso técnico não aparece como elemento externo que determina o trabalho, mas como instrumento que poderá ser apropriado segundo as necessidades e os projetos da comunidade.

Essa apropriação relaciona-se à busca por soberania alimentar. A possibilidade de preparar o solo, plantar e produzir hortaliças contribui para o acesso das famílias a alimentos cultivados no próprio território. A soberania alimentar, entretanto, não se reduz à disponibilidade de máquinas ou insumos. Ela envolve a capacidade dos sujeitos de participar das decisões sobre o que plantar, como produzir, de que maneira distribuir os alimentos e quais relações estabelecer com o ambiente. O equipamento constitui um meio concreto para esse projeto, mas sua direção permanece vinculada às escolhas coletivas.

A imagem também aponta para uma temporalidade voltada ao futuro. O instrumento situado à frente do grupo anuncia trabalhos que ainda serão realizados, áreas que poderão ser preparadas e alimentos que poderão ser produzidos. A fotografia registra, assim, um momento de expectativa. Mais do que celebrar a posse de um objeto, os moradores apresentam uma possibilidade de continuidade e fortalecimento das atividades desenvolvidas na Horta Comunitária.

Ao mesmo tempo, o registro permite problematizar as condições necessárias à permanência das famílias na terra. O acesso ao território não encerra as demandas da reforma agrária. Permanecer exige infraestrutura, recursos produtivos, assistência técnica, água, instrumentos adequados e condições para que o trabalho agrícola seja

desenvolvido de maneira continuada. O equipamento torna visível uma dessas condições e evidencia que a territorialização depende tanto da conquista da terra quanto da possibilidade concreta de produzir nela.

Reunidos em torno do instrumento, os moradores fazem aparecer a dimensão coletiva do trabalho antes mesmo de sua execução. A Imagem 9 comunica organização, preparação e projeção de futuro. O equipamento constitui um meio material de produção, mas também concentra expectativas relacionadas à cooperação, ao fortalecimento da horta e à permanência no território. Seu significado antropológico não está somente no que a máquina pode realizar, mas nas relações, decisões e projetos coletivos que tornam seu uso socialmente possível.

A passagem do equipamento disponível para o terreno efetivamente cultivado depende, portanto, do trabalho dos moradores. As ferramentas e os recursos obtidos não produzem autonomamente a Horta Comunitária; eles são incorporados a práticas de preparação do solo, plantio, cuidado e colheita. É no roçado coletivo, apresentado na imagem seguinte, que a infraestrutura produtiva se encontra com a ação cotidiana dos sujeitos e se transforma em cultivo concreto.

Imagem 10 - Roçado coletivo na horta comunitária do AEM



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 10 registra outro momento do mutirão na horta comunitária, desta vez durante o preparo dos canteiros para o cultivo. A imagem evidencia que o trabalho agrícola é realizado de forma articulada, reunindo diferentes pessoas em tarefas complementares, como revolver a terra, nivelar os canteiros e preparar o solo para o recebimento das mudas. Essa divisão das atividades não corresponde a uma fragmentação do trabalho, mas a uma prática de cooperação na qual cada participante contribui segundo suas possibilidades, compartilhando esforços e responsabilidades.

Sob uma perspectiva antropológica, o mutirão constitui mais do que uma estratégia de organização do trabalho. Trata-se de uma prática social que fortalece laços de reciprocidade, produz pertencimento e atualiza valores historicamente construídos no interior do campesinato, como a ajuda mútua, a solidariedade e a coletividade. O trabalho compartilhado transforma o cultivo da terra em um espaço de convivência, aprendizagem e circulação de saberes, no qual técnicas agrícolas, experiências de vida e formas de organização política são continuamente transmitidas entre os participantes.

Ao mesmo tempo, o mutirão materializa um dos princípios centrais da Reforma Agrária Popular: a compreensão de que a terra deve cumprir uma função social voltada à produção de alimentos, à cooperação e à reprodução da vida coletiva. Nesse sentido, preparar o solo representa também preparar o território para a permanência das famílias, reafirmando que o espaço conquistado pela luta se consolida por meio do trabalho cotidiano e das relações sociais nele produzidas.

As práticas de cooperação observadas na horta comunitária estendem-se igualmente a outras atividades produtivas do acampamento, como o beneficiamento da mandioca na casa de farinha, espaço que articula trabalho, sociabilidade e memória coletiva, apresentado na Imagem 11.

Imagem 11 - Acampados na casa de farinha



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Imagem 11 retrata uma atividade coletiva na casa de farinha do Acampamento Emília Maria, durante o processo de descascamento da mandioca que antecede a produção da farinha. Reunidos em torno de uma grande quantidade de raízes, homens e mulheres compartilham o trabalho, dividem tarefas e conversam enquanto executam as atividades. A imagem evidencia que o beneficiamento da mandioca extrapola a dimensão produtiva, constituindo também um importante espaço de convivência e fortalecimento das relações sociais entre as famílias acampadas.

Depois de descascadas, as raízes são reunidas em recipientes e preparadas para as etapas seguintes da produção da farinha. Esse momento intermediário pode parecer apenas uma passagem entre a retirada da casca e o processamento da mandioca, mas concentra uma parte significativa do trabalho realizado na Casa de Farinha. Cada raiz acumulada resulta de gestos repetidos, conhecimentos práticos e formas de coordenação entre as pessoas envolvidas na atividade. A disposição do

produto permite perceber que o beneficiamento não ocorre por ações isoladas, mas por uma sequência interdependente de tarefas.

Imagem 12 - Mandioca descascada durante o processo coletivo de produção de farinha



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Imagem 12 apresenta raízes de mandioca já descascadas, reunidas em recipientes e prontas para seguir às etapas posteriores do beneficiamento. O enquadramento aproxima o olhar do produto e exclui quase inteiramente o espaço mais amplo da Casa de Farinha. Também não aparecem as pessoas que realizaram a raspagem. Essa ausência, contudo, não esvazia a dimensão social da fotografia. Os cortes nas extremidades, as diferenças de tamanho, as superfícies recém-expostas e o volume acumulado das raízes constituem marcas visíveis de uma atividade anteriormente realizada.

A mandioca descascada contém os gestos que a imagem não mostra integralmente. Antes de ser depositada nos recipientes, cada raiz foi colhida, transportada, separada, manuseada e raspada. O resultado apresentado pela

fotografia depende de uma sucessão de movimentos corporais e de uma divisão de tarefas na qual diferentes pessoas participam de momentos específicos do processo. Embora o enquadramento concentre-se no alimento, aquilo que se observa é o produto material de uma rede de cooperação.

Essa rede não se organiza apenas pela execução mecânica de tarefas. O descascamento mobiliza conhecimentos incorporados sobre como segurar a raiz, manejar o instrumento, retirar a casca sem desperdiçar a parte aproveitável e evitar que a mandioca já limpa volte a entrar em contato com resíduos. São saberes frequentemente aprendidos pela observação e pela participação no trabalho, transmitidos entre pessoas mais experientes e aquelas que se aproximam da atividade. A técnica, nesse sentido, não se separa das relações sociais pelas quais é ensinada, corrigida e compartilhada.

Ao redor da raspagem, também circulam palavras, lembranças e informações. Enquanto as mãos executam movimentos sucessivos, as pessoas conversam sobre acontecimentos cotidianos, organizam outras atividades, atualizam vínculos e compartilham experiências. O trabalho realizado na Casa de Farinha produz, simultaneamente, alimento e sociabilidade. Por isso, a mandioca acumulada não representa somente uma quantidade de raízes pronta para o processamento; ela materializa o tempo compartilhado e as relações construídas durante sua preparação.

A fotografia permite ainda reconhecer a temporalidade própria do beneficiamento. As raízes reunidas registram um momento transitório: já não se encontram como foram retiradas da terra, mas ainda não foram transformadas em farinha. Situadas entre a colheita e o produto final, elas evidenciam que a produção depende de etapas sucessivas e articuladas. Cada fase pressupõe a anterior e prepara a seguinte, fazendo da Casa de Farinha um espaço no qual corpos, instrumentos, matérias-primas e conhecimentos atuam de maneira coordenada.

O acúmulo das raízes também torna perceptível a escala coletiva da atividade. A quantidade apresentada dificilmente poderia ser beneficiada apenas por uma pessoa sem considerável dispêndio de tempo e esforço. O volume permite inferir a mobilização necessária para que a mandioca chegasse àquele estágio, revelando a importância da cooperação na organização do trabalho. Essa leitura, entretanto, não pretende apagar possíveis desigualdades ou diferentes níveis de participação, mas evidenciar que o resultado depende da articulação entre diversas tarefas e sujeitos.

Desse modo, a Imagem 12 não deve ser compreendida como simples ilustração da mandioca descascada. Ela registra uma transformação material produzida socialmente. Nas raízes limpas permanecem inscritas as ações de quem plantou, colheu, transportou e raspou, bem como os saberes e as relações mobilizados durante o processo. Aquilo que aparece como alimento preparado constitui, ao mesmo tempo, trabalho acumulado, técnica compartilhada e expressão da vida coletiva desenvolvida no Emília Maria.

A partir desse estágio, a mandioca prossegue por outras operações até sua transformação em farinha. As etapas seguintes não representam procedimentos independentes, mas a continuidade do processo coletivo evidenciado na fotografia, no qual cada gesto participa da produção do alimento e da reprodução das relações sociais organizadas em torno da Casa de Farinha.

A casa de farinha configura-se como um lugar de memória e sociabilidade, onde práticas tradicionais são continuamente recriadas no cotidiano do acampamento. O trabalho coletivo favorece a circulação de conhecimentos sobre o cultivo, o processamento da mandioca e o manejo dos equipamentos, ao mesmo tempo em que promove encontros, narrativas e experiências compartilhadas entre diferentes gerações. Enquanto as mãos transformam a mandioca em alimento, histórias de vida, lembranças da luta pela terra e projetos para o futuro também são narrados, fazendo da casa de farinha um espaço privilegiado de produção de vínculos comunitários.

Esse ambiente expressa a indissociabilidade entre trabalho e vida social que caracteriza a organização do MST. A produção da farinha não se limita à geração de renda ou ao abastecimento alimentar das famílias; ela reafirma valores como cooperação, reciprocidade e pertencimento, fortalecendo a permanência das famílias no território conquistado. A casa de farinha torna-se, assim, um espaço onde a produção material e a reprodução da vida coletiva caminham conjuntamente, evidenciando que a territorialização não se consolida apenas pela ocupação física da terra, mas pela construção cotidiana de relações sociais, saberes e identidades compartilhadas.

As práticas de cooperação observadas nos espaços produtivos também se estendem às ações de formação desenvolvidas em parceria com instituições de ensino superior. Essas articulações ampliam o diálogo entre saberes acadêmicos e

conhecimentos construídos na experiência camponesa, conforme ilustra a Imagem 13.

Imagem 13 - Interação entre academia - mestrandos e doutorandos da UFS e agricultores do AEM



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 13 registra uma atividade de campo realizada no Acampamento Emília Maria, reunindo agricultores, docentes, mestrandos e doutorandos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A visita integrou as atividades da disciplina Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS), no período letivo de 2024.2, sob a coordenação do professor Dr. José Aloizio, do Departamento de Geografia da UFS. Na ocasião, estudantes dos programas de pós-graduação em Geografia, Economia e Antropologia percorreram diferentes áreas do acampamento, dialogando com os agricultores sobre produção agrícola, organização territorial e preservação ambiental.

Durante o caminhamento realizado em 4 de setembro de 2024, tornou-se evidente a preocupação das famílias acampadas com a conservação da extensa área de Mata Atlântica existente na propriedade. Ao longo da visita, agricultores que trabalhavam em seus lotes apresentaram, com evidente satisfação, tanto as áreas preservadas quanto os espaços reflorestados, explicando as práticas adotadas para

garantir sua conservação. Entre elas destacam-se o descarte de resíduos exclusivamente nos pontos de coleta definidos pela comunidade, a prevenção de incêndios durante o manejo das áreas de vegetação seca, a proteção do rio que atravessa o acampamento e a proibição da derrubada de árvores nativas. Essas práticas demonstram que a permanência no território é acompanhada por um compromisso cotidiano com a preservação dos recursos naturais que sustentam a reprodução da vida coletiva.

A imagem também evidencia que a relação entre universidade e acampamento ultrapassa a realização de visitas técnicas. As lideranças do Emília Maria mantêm parcerias frequentes com instituições como a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), promovendo cursos, palestras, oficinas e atividades de campo voltadas ao fortalecimento da produção agrícola, da educação ambiental e da formação política das famílias. Nesse processo, pesquisadores e agricultores compartilham conhecimentos produzidos em diferentes contextos, estabelecendo uma relação de aprendizagem mútua na qual os saberes acadêmicos dialogam com as experiências construídas no cotidiano da luta pela terra.

Minha participação na atividade, registrada à direita da fotografia, insere-se nesse processo de observação participante desenvolvido ao longo da pesquisa. Mais do que acompanhar uma visita institucional, tive a oportunidade de vivenciar momentos de diálogo entre universidade e comunidade, observando como as discussões sobre território, meio ambiente e desenvolvimento emergiam das próprias experiências dos agricultores. Essa inserção ampliou a compreensão das formas pelas quais o Acampamento Emília Maria articula produção, preservação ambiental e formação coletiva, evidenciando que a construção do território envolve não apenas o cultivo da terra, mas também a produção compartilhada de conhecimentos.

As práticas de conservação ambiental observadas durante essa atividade refletem-se diretamente na paisagem do acampamento e na proteção dos recursos naturais que sustentam a vida das famílias, aspecto que será aprofundado na Imagem 14.

Imagem 14 - Mata atlântica do AEM



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 14 registra um dos momentos do caminhamento realizado na área de preservação do Acampamento Emília Maria. A fotografia reúne agricultores, estudantes e pesquisadores diante da paisagem que articula áreas produtivas, remanescentes de Mata Atlântica e recursos hídricos presentes na propriedade. Mais do que uma contemplação do ambiente, aquele percurso constituiu um momento de leitura coletiva do território, no qual os agricultores apresentavam a história da ocupação, identificavam áreas reflorestadas, delimitavam espaços de preservação permanente e compartilhavam conhecimentos construídos a partir da convivência cotidiana com a terra.

Durante o caminhamento, tornou-se evidente que a paisagem era compreendida pelos interlocutores como um espaço vivo, continuamente transformado pelas relações entre trabalho, memória e natureza. Cada trecho percorrido despertava narrativas sobre antigos usos da fazenda, as estratégias de recuperação ambiental implementadas após a ocupação e os desafios de conciliar produção agrícola e conservação dos recursos naturais. A experiência acumulada pelas famílias permitia uma leitura minuciosa do território, construída pela observação dos ciclos das chuvas, da fertilidade do solo, do comportamento das espécies vegetais e da dinâmica das nascentes, revelando conhecimentos produzidos na prática cotidiana e constantemente atualizados pelo trabalho coletivo.

A caminhada também evidenciou que a preservação ambiental ocupa lugar central na organização política do acampamento. Os agricultores destacavam, com orgulho, a manutenção da extensa área de Mata Atlântica, o reflorestamento de espaços anteriormente degradados, a proteção do rio que atravessa a propriedade e a proibição da derrubada de árvores nativas. Essas práticas eram apresentadas não apenas como medidas de conservação ambiental, mas como parte do compromisso assumido pelas famílias com a permanência no território e com a responsabilidade de garantir às futuras gerações condições de reprodução da vida.

O deslocamento pelo território transformou-se, simultaneamente, em um processo de produção compartilhada de conhecimentos. As perguntas formuladas pelos estudantes eram respondidas pelos próprios agricultores, que identificavam espécies, explicavam técnicas de manejo, narravam experiências de cultivo e discutiam formas de conservação ambiental. O território convertia-se, assim, em um espaço pedagógico no qual saberes acadêmicos e conhecimentos produzidos na experiência dialogavam horizontalmente, reafirmando que a construção do conhecimento também ocorre na caminhada, na observação e na escuta dos sujeitos que habitam e produzem aquele espaço.

As experiências vivenciadas durante o trabalho de campo demonstraram que, no Acampamento Emília Maria, a preservação ambiental não constitui uma prática isolada, mas integra o próprio projeto político do MST. A produção agrícola é orientada por princípios da agroecologia e do manejo sustentável, rejeitando práticas consideradas prejudiciais ao equilíbrio ecológico, como o uso indiscriminado de agrotóxicos, a contaminação dos recursos hídricos e as queimadas como técnica de preparo do solo. Em diferentes momentos, os interlocutores estabeleceram um contraste entre esse modelo de produção e aquele que denominavam "agrofascismo", expressão utilizada para criticar formas de exploração da terra orientadas prioritariamente pela maximização do lucro, em detrimento da preservação ambiental, da biodiversidade e da saúde das populações.

Em oposição a essa lógica, o MST compreende a terra como um bem coletivo, cuja função social ultrapassa a produção de mercadorias e envolve a garantia da vida, da soberania alimentar e da conservação dos bens naturais. Nesse sentido, a agroecologia não é percebida apenas como uma técnica de cultivo, mas como uma orientação ética e política que articula produção, cooperação e responsabilidade

socioambiental. As práticas observadas durante o trabalho de campo evidenciam que o território do Acampamento Emília Maria é continuamente produzido pelas relações estabelecidas entre seus moradores, pelas formas de organização coletiva e pelos projetos construídos para assegurar sua permanência. Contudo, essa realidade permanece em constante transformação, acompanhando as mudanças vivenciadas pelas famílias, as conquistas alcançadas ao longo da luta pela terra e os novos desafios que se apresentam para a consolidação do assentamento. É justamente sobre essas transformações recentes e sobre as perspectivas construídas coletivamente para o futuro do Emília Maria que se debruça a próxima discussão.

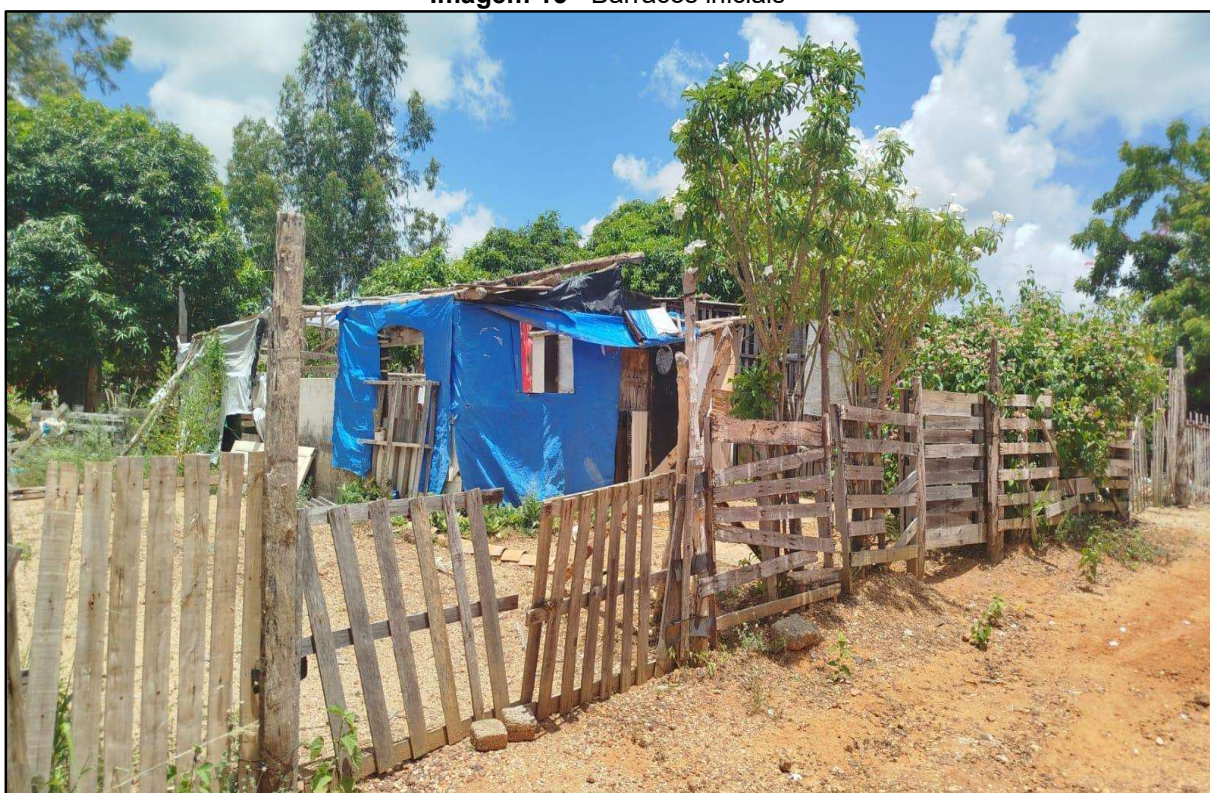
2.5 Transformações recentes e projetos de futuro no Emília Maria

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que o Acampamento Emília Maria não pode ser compreendido como uma realidade estática. Desde a ocupação da antiga Fazenda São José, em agosto de 2016, o território vem sendo continuamente produzido pelas práticas cotidianas de seus moradores, pelas conquistas políticas alcançadas e pelos diferentes modos de habitar e transformar o espaço. As mudanças observadas ao longo dos últimos anos extrapolam a dimensão material das construções e da infraestrutura, alcançando formas de organização coletiva, produção agrícola, circulação de conhecimentos e elaboração de projetos voltados à permanência das famílias na terra.

As narrativas compartilhadas pelos interlocutores revelam que a memória do acampamento é frequentemente organizada a partir da comparação entre o "tempo da lona" e o presente. O primeiro remete aos anos iniciais da ocupação, marcados pela precariedade das moradias, pela ausência de água potável, energia elétrica, coleta de resíduos, acesso regular ao transporte e demais serviços públicos. O segundo corresponde ao período mais recente, caracterizado por melhorias graduais na infraestrutura, ampliação das áreas produtivas, fortalecimento das parcerias institucionais e consolidação de espaços coletivos destinados à produção, formação política, educação, cultura e lazer. Essa distinção temporal, constantemente evocada pelos moradores, demonstra que o território é também uma construção da memória, na qual passado e presente permanecem em permanente diálogo.

Ao revisitarem os primeiros anos da ocupação, os acampados frequentemente recorrem às fotografias produzidas naquele período para narrar as dificuldades enfrentadas durante a consolidação do acampamento. Mais do que registros documentais, essas imagens constituem artefatos de memória que permitem reconstruir visualmente as etapas da territorialização, evidenciando como o espaço foi sendo transformado pelo trabalho coletivo, pela resistência e pela permanência das famílias. É nesse contexto que a Figura 15 adquire relevância analítica, ao registrar uma das primeiras configurações materiais do Acampamento Emília Maria.

Imagem 15 - Barracos iniciais



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 15 registra uma das primeiras configurações habitacionais do Acampamento Emília Maria, permitindo compreender como as famílias materializaram sua permanência sobre a terra recém-ocupada. A fotografia evidencia uma construção erguida com lona plástica azul, paletes de madeira, estacas de eucalipto e materiais reaproveitados, cercada por um cercamento igualmente improvisado. À primeira vista, a imagem pode sugerir precariedade; contudo, uma observação etnográfica mais atenta revela um conjunto de escolhas técnicas e sociais que expressam o início da territorialização. Cada estaca fincada no solo, cada pedaço de madeira reutilizado e

cada remendo da cobertura representam formas concretas de transformar uma área anteriormente improdutiva em espaço de moradia, trabalho e reprodução da vida.

A composição visual também evidencia que a construção do barraco não ocorreu de maneira isolada. Os cercados delimitam o lote familiar, enquanto as árvores preservadas e a vegetação ao redor revelam que a ocupação foi sendo realizada em diálogo com a paisagem existente, sem eliminar integralmente os elementos naturais do terreno. A própria disposição dos materiais demonstra uma arquitetura construída progressivamente, adaptando-se às condições econômicas das famílias e à disponibilidade de recursos obtidos ao longo dos anos. Mais do que abrigos provisórios, esses barracos constituíram as primeiras marcas visíveis da apropriação coletiva do território, tornando perceptível aquilo que dificilmente aparece nos documentos oficiais: a transformação da terra por meio do trabalho cotidiano.

Sob a perspectiva da antropologia visual, a fotografia deixa de cumprir apenas uma função ilustrativa e passa a operar como um documento etnográfico da memória material da ocupação. Como observa Elizabeth Edwards (2001), as fotografias não apenas registram acontecimentos, mas preservam relações sociais, experiências e temporalidades inscritas nos próprios objetos fotografados. Nesse sentido, a lona, a madeira envelhecida, o portão improvisado e o solo ainda exposto funcionam como vestígios de um período marcado pela incerteza, mas também pela esperança compartilhada de permanecer na terra. A imagem condensa um momento em que o direito à moradia ainda era construído diariamente pelas próprias mãos dos acampados.

Ao revisitar essa fotografia durante as entrevistas, diversos interlocutores estabeleceram comparações entre aquele período inicial e as condições atualmente existentes no Emília Maria. As narrativas ressaltavam que, nos primeiros anos, o objetivo principal não era construir casas definitivas, mas garantir um abrigo mínimo que possibilitasse permanecer na ocupação e iniciar imediatamente o cultivo da terra. Produzir alimentos significava demonstrar, na prática, que aquela área possuía função social e que poderia sustentar dezenas de famílias. A moradia e a produção agrícola surgiam, portanto, como processos inseparáveis de uma mesma estratégia de resistência.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando comparada às transformações observadas nos anos seguintes. Se a Figura 15 registra a fase inicial

da ocupação, marcada pela improvisação e pela urgência da permanência, as imagens seguintes revelam como essas estruturas foram sendo gradativamente substituídas por construções mais elaboradas, refletindo não apenas melhorias materiais, mas a consolidação do próprio território enquanto espaço de vida coletiva.

As imagens produzidas em diferentes momentos do trabalho de campo permitem acompanhar, visualmente, as transformações ocorridas no Acampamento Emília Maria ao longo dos anos. Se a fotografia anterior registrava o momento em que a permanência na terra era sustentada pela improvisação e pela urgência de construir um abrigo mínimo, a Imagem 16 evidencia uma nova etapa desse processo. A paisagem já não é marcada exclusivamente pela provisoriedade; ela revela um território progressivamente estabilizado, onde as intervenções realizadas pelas próprias famílias passam a expressar projetos de permanência e perspectivas de futuro.

Imagem 16 - Barracos atuais



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia registra uma moradia cuja configuração difere significativamente daquela observada nos primeiros anos da ocupação. A lona que caracterizava os abrigos iniciais dá lugar a paredes revestidas, cobertura reforçada, portas e janelas permanentes, revelando que a casa deixou de cumprir apenas a função de abrigo

emergencial para tornar-se um espaço pensado para o cotidiano familiar. Em primeiro plano, o cercamento construído com madeira delimita o lote e organiza a circulação entre o espaço doméstico e as áreas coletivas do acampamento. As árvores que envolvem a residência permanecem integradas ao quintal, produzindo sombra, conforto térmico e continuidade entre a moradia e a paisagem, evidenciando que a ocupação não suprimiu completamente os elementos naturais existentes, mas passou a incorporá-los à vida cotidiana.

Cada elemento presente na imagem registra o tempo inscrito sobre o território. As paredes mais resistentes, o portão cuidadosamente construído, a organização do quintal e os recipientes de água posicionados diante da residência revelam sucessivas pequenas conquistas acumuladas pelas famílias ao longo dos anos. A fotografia evidencia que habitar não consiste apenas em ocupar um espaço físico, mas em transformá-lo continuamente por meio do trabalho, do cuidado e da permanência. A antiga estrutura provisória converte-se, pouco a pouco, em uma casa; o lote deixa de representar apenas uma parcela de terra conquistada e passa a constituir um lugar onde relações familiares, memórias e projetos de vida são produzidos diariamente.

Os galões de água dispostos à frente da residência, aparentemente discretos na composição da fotografia, condensam parte importante dessa trajetória. Durante as entrevistas, diferentes interlocutores recordaram que, nos primeiros anos da ocupação, conseguir água potável exigia longos deslocamentos, improvisações constantes e, muitas vezes, a compra de água transportada de outras localidades. Hoje, sua presença diante da casa deixa de representar escassez para tornar-se um sinal das melhorias gradativamente incorporadas ao acampamento. A imagem registra, assim, uma transformação silenciosa, mas profundamente significativa: a conquista de condições mínimas para a reprodução cotidiana da vida.

Mais do que comparar materiais construtivos, as Imagens 11 e 12 revelam duas temporalidades distintas do Emília Maria. Na primeira, predominavam a urgência da ocupação e a necessidade imediata de permanecer na terra; na segunda, observa-se um território que começa a adquirir estabilidade, permitindo que as famílias invistam na ampliação das moradias, na organização dos quintais e na melhoria das condições de vida. Essas mudanças, contudo, não se limitaram às habitações. A chegada da energia elétrica e das tecnologias de comunicação ampliou ainda mais as possibilidades de permanência, alterando práticas cotidianas, formas de sociabilidade

e modos de relação com o mundo exterior, aspectos que podem ser observados na Imagem 17.

Imagem 17 - Barraco com energia elétrica e internet



Fonte: Compilação do autor (2025)

As melhorias observadas nas moradias não ocorreram de maneira isolada. Paralelamente às transformações das construções, outras mudanças passaram a modificar profundamente a experiência cotidiana das famílias, sobretudo aquelas relacionadas ao acesso à infraestrutura básica. Entre elas, a chegada da energia elétrica representou um dos acontecimentos mais frequentemente lembrados pelos interlocutores durante o trabalho de campo, sendo descrita como um divisor de águas na história recente do Acampamento Emília Maria. A eletrificação não alterou apenas a paisagem física do território, mas também as formas de trabalhar, comunicar-se, estudar e organizar a vida doméstica.

A fotografia registra uma paisagem bastante distinta daquela observada nos primeiros anos da ocupação. Os postes e a rede elétrica atravessam o enquadramento da imagem, tornando visível uma infraestrutura que, embora frequentemente naturalizada nos espaços urbanos, adquire aqui um profundo significado social. As residências apresentam dimensões maiores, os cercamentos

delimitam os lotes familiares e as árvores permanecem integradas ao cotidiano da comunidade, compondo uma paisagem que articula infraestrutura, produção agrícola e habitação. O território já não comunica a transitoriedade dos primeiros barracos, mas evidencia uma ocupação consolidada, onde o investimento nas moradias acompanha a expectativa concreta de permanência.

A presença da rede elétrica transforma silenciosamente toda a organização da vida cotidiana. Durante as entrevistas, diversos moradores relataram que, antes da eletrificação, as noites eram marcadas pela iluminação de lampiões, lanternas ou pequenas fontes improvisadas de energia, limitando atividades domésticas, encontros comunitários e momentos de estudo. A chegada da eletricidade ampliou o tempo social do acampamento, permitindo que reuniões, cursos de formação, atividades escolares, celebrações religiosas e tarefas domésticas passassem a ocupar também o período noturno. O dia deixou de terminar com o pôr do sol, produzindo novas temporalidades no interior do território.

A imagem também revela a incorporação gradual das tecnologias de comunicação ao cotidiano das famílias. O acesso à internet, ainda que limitado em diferentes pontos do acampamento, modificou práticas sociais anteriormente inviáveis. Crianças passaram a desenvolver atividades escolares mediadas por plataformas digitais; agricultores ampliaram formas de comercialização de seus produtos; lideranças fortaleceram a comunicação com outros acampamentos e setores do movimento; jovens passaram a circular por diferentes redes digitais sem romper completamente seus vínculos com o território. A conectividade, portanto, não substituiu a vida comunitária, mas passou a integrar novas formas de sociabilidade, produção de conhecimento e articulação política.

Ao mesmo tempo, a fotografia preserva elementos que impedem qualquer leitura linear de progresso. As árvores continuam ocupando posição central na paisagem, os quintais permanecem como espaços de convivência, circulação e produção, enquanto os cercamentos mantêm a organização construída coletivamente desde os primeiros anos da ocupação. O que a imagem revela não é a substituição de um modo de vida por outro, mas a incorporação de novas infraestruturas sem romper as relações que historicamente constituíram aquele território. Permanência e transformação coexistem na mesma paisagem, evidenciando que o desenvolvimento

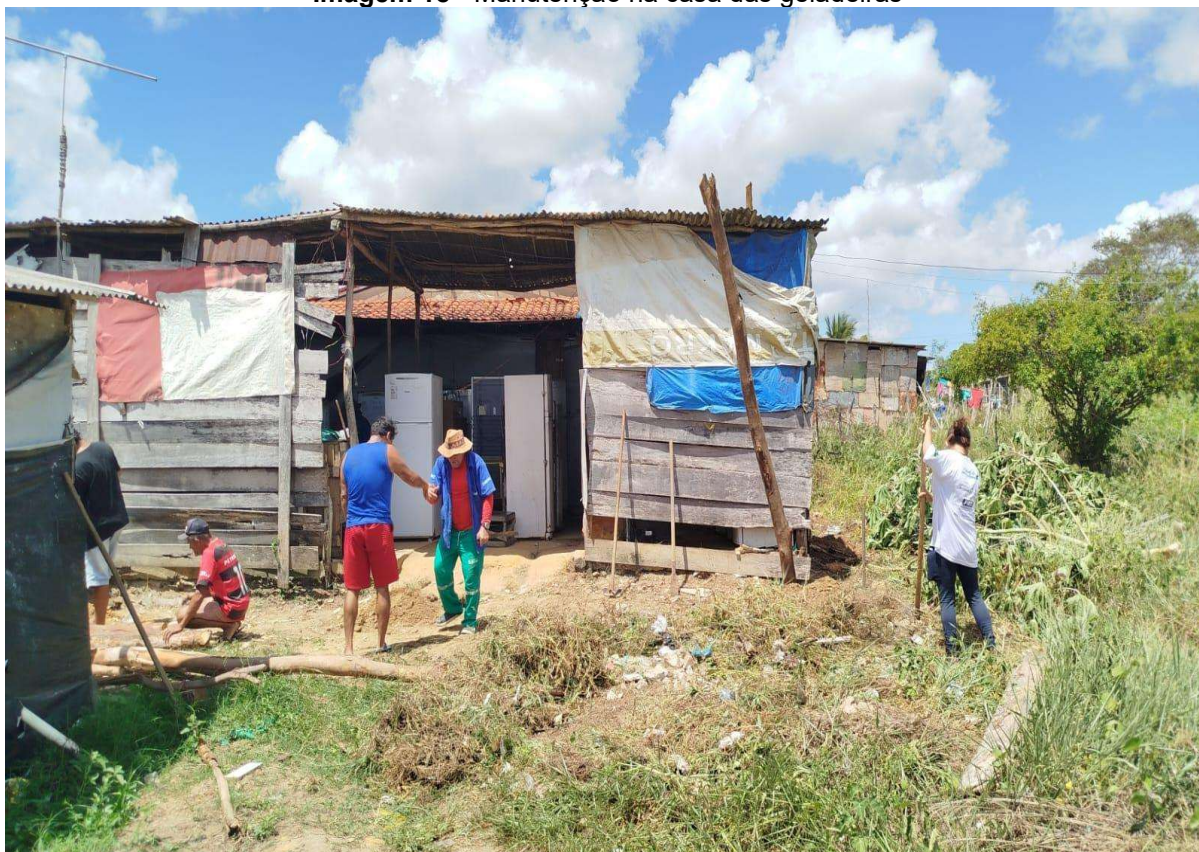
do Acampamento Emília Maria resulta de sucessivas negociações entre inovação, trabalho coletivo e memória.

Essas transformações não se restringiram ao espaço doméstico. A consolidação da infraestrutura também alcançou equipamentos de uso coletivo, criados para responder às necessidades compartilhadas da comunidade. Entre eles, destaca-se a denominada Casa das Geladeiras (Imagem 18), cuja organização evidencia como as melhorias materiais foram sendo apropriadas coletivamente e convertidas em formas de fortalecimento da vida comunitária, tema abordado nas próximas imagens.

As transformações observadas nas moradias encontram correspondência em mudanças mais amplas que atravessam todo o Acampamento Emília Maria. Ao longo de pouco mais de oito anos de ocupação, a paisagem foi sendo continuamente remodelada pelo trabalho das famílias, pelas conquistas obtidas junto aos órgãos públicos e pela capacidade organizativa do movimento. Os antigos barracos provisórios deram lugar a moradias mais estruturadas, as primeiras roças expandiram-se para sistemas produtivos diversificados e novos equipamentos coletivos passaram a integrar o cotidiano da comunidade. Expressões como **"Ocupar, Resistir e Colher"**, **"Se o campo não planta, a cidade não janta"** e **"Lutar, construir Reforma Agrária Popular"** deixaram de ocupar apenas bandeiras e discursos para materializarem-se na própria paisagem do acampamento.

Ao longo da observação participante, tornou-se evidente que essas transformações eram compreendidas pelos moradores como conquistas coletivas. Em diferentes momentos do trabalho de campo, acompanhei mutirões destinados à manutenção de espaços compartilhados, entre eles a reconstrução do barracão utilizado para abrigar os refrigeradores das famílias. A divisão das tarefas, a circulação de saberes práticos e a participação voluntária dos acampados revelavam que a infraestrutura do território continua sendo produzida cotidianamente pelo trabalho coletivo.

Imagem 18 - Manutenção na casa das geladeiras



Fonte: Compilação do autor (2025)

A imagem registra um momento de manutenção da denominada Casa das Geladeiras, realizada em regime de mutirão pelos próprios moradores do Acampamento Emília Maria. Longe de representar apenas uma atividade de reparo estrutural, a fotografia revela uma prática cotidiana por meio da qual o território continua sendo permanentemente construído e reconstruído. Enquanto alguns companheiros reorganizam o espaço interno do barracão, outros removem a vegetação ao redor, transportam materiais ou acompanham o andamento do trabalho, evidenciando uma divisão de tarefas construída coletivamente e baseada na cooperação entre os moradores.

A disposição dos corpos no espaço permite perceber que o trabalho acontece de maneira simultânea e compartilhada. Não há uma centralização rígida das atividades, mas uma dinâmica na qual diferentes pessoas assumem responsabilidades conforme suas possibilidades e conhecimentos. O barracão permanece aberto durante a manutenção, permitindo visualizar os refrigeradores já instalados em seu interior, elemento que antecipa sua função coletiva. Ao mesmo tempo, a vegetação parcialmente roçada, os materiais construtivos aparentes e a

simplicidade da edificação revelam que a infraestrutura do acampamento permanece em constante transformação, acompanhando as necessidades produzidas pela própria vida comunitária.

Mais do que reparar uma construção, o mutirão reafirma uma forma específica de produzir o território. O espaço coletivo não surge como resultado exclusivo de investimentos externos, mas do trabalho cotidiano realizado pelos próprios acampados, que compartilham tempo, força de trabalho e conhecimentos práticos. A fotografia documenta esse processo em pleno acontecimento, registrando um território que não está pronto, mas que continua sendo produzido pelas relações de solidariedade estabelecidas entre seus moradores. O barracão deixa de ser apenas uma estrutura física e passa a materializar a própria organização coletiva que sustenta a permanência das famílias no Emília Maria. Isso pode ser percebido no interior da Casa das Geladeiras, exposto na Imagem 19.

Imagem 19 - Distribuição dos refrigeradores no barracão



Fonte: Compilação do autor (2025)

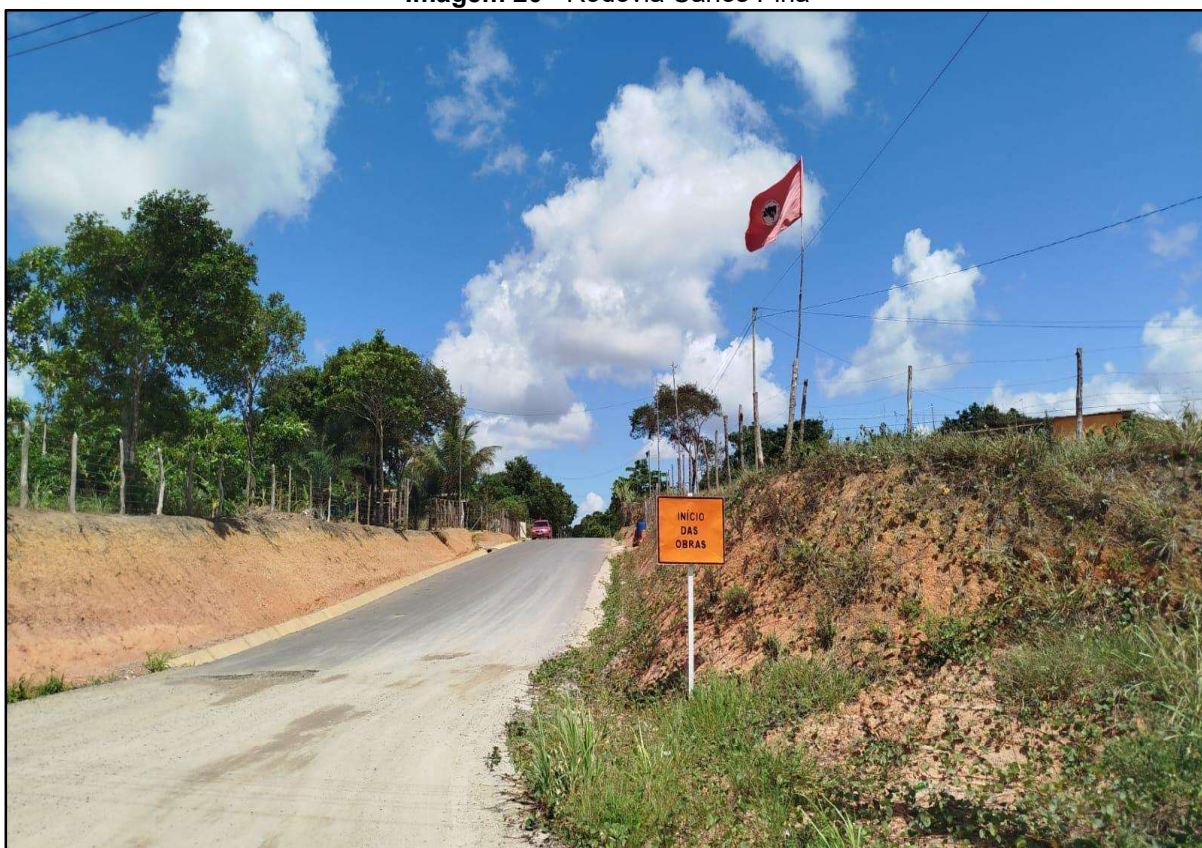
A parte interna da Casa das Geladeiras evidencia outra dimensão da organização coletiva do Acampamento Emília Maria. Os refrigeradores encontram-se

distribuídos em um espaço compartilhado, sendo cada equipamento identificado com o nome do responsável, o grupo ao qual pertence e o número do barraco. Esse sistema de identificação ultrapassa uma simples organização patrimonial, funcionando como um mecanismo de responsabilidade coletiva que permite às famílias compartilhar a infraestrutura elétrica sem comprometer a autonomia de cada unidade doméstica. O funcionamento cotidiano desse espaço depende menos da tecnologia disponível do que dos acordos estabelecidos entre os moradores, do respeito às normas construídas coletivamente e da confiança que sustenta a convivência comunitária.

A fotografia também permite compreender como soluções técnicas são produzidas a partir das próprias condições do território. A Casa das Geladeiras foi estrategicamente construída nas proximidades da Associação dos Trabalhadores Rurais do Acampamento Emília Maria (ATRAEM) e da casa de farinha, em um ponto que possibilita melhor aproveitamento da rede elétrica proveniente dos postes instalados às margens da rodovia. A concentração dos refrigeradores em um único barracão reduz custos, facilita a manutenção da infraestrutura e demonstra como as famílias organizam coletivamente recursos considerados essenciais à reprodução da vida cotidiana. Mais do que conservar alimentos perecíveis, esse espaço materializa formas de cooperação que transformam uma necessidade doméstica em uma solução comunitária.

As melhorias observadas nesse equipamento coletivo dialogam diretamente com outras transformações ocorridas na infraestrutura do Acampamento Emília Maria. Entre elas, destaca-se a pavimentação da antiga estrada vicinal que dá acesso ao território, atualmente denominada Rodovia Carlos Pina. Localizada à direita de quem segue pela Avenida João Bebe Água em direção à Cidade Mãe de São Cristóvão, a via foi recentemente asfaltada pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão, parceira do MST em diferentes ações desenvolvidas no acampamento. A recuperação dessa estrada modificou significativamente a mobilidade das famílias, estabelecendo uma ligação mais eficiente entre o Emília Maria e os acessos leste e oeste da BR-101. A fotografia seguinte evidencia como essa transformação passou a integrar a paisagem e a reorganizar os deslocamentos, o acesso aos serviços públicos e a circulação cotidiana dos moradores.

Imagem 20 - Rodovia Carlos Pina



Fonte: Compilação do autor (2025)

As melhorias observadas na infraestrutura coletiva do Acampamento Emília Maria extrapolaram os limites internos da ocupação e passaram a modificar também sua relação com a cidade. Entre as transformações mais frequentemente mencionadas pelos interlocutores destaca-se a pavimentação da antiga estrada vicinal, atualmente denominada Rodovia Carlos Pina, responsável por conectar o acampamento aos principais acessos do município de São Cristóvão e à BR-101.

A fotografia registra esse novo cenário. A estrada asfaltada conduz o olhar para o interior do território, enquanto a placa que anuncia o início das obras e a bandeira do MST hasteada às margens da via revelam que essa transformação resulta do encontro entre mobilização social e atuação do poder público. A imagem evidencia que o acesso ao acampamento deixou de ser apenas um percurso físico para tornar-se também um símbolo das conquistas alcançadas ao longo dos anos de permanência na terra. A paisagem revela, simultaneamente, a presença do Estado e a permanência da identidade política do movimento, materializada na bandeira vermelha que continua ocupando posição de destaque na entrada do território.

As mudanças produzidas pela pavimentação passaram a reorganizar diferentes dimensões da vida cotidiana. O novo acesso facilitou a entrada dos ônibus escolares responsáveis pelo transporte diário das crianças e adolescentes para escolas municipais, estaduais e institutos federais da região. Também possibilitou a circulação regular do caminhão de coleta de resíduos sólidos, que passou a atender pontos estratégicos distribuídos pelo acampamento, contribuindo para melhores condições sanitárias. Da mesma forma, motoristas de aplicativos passaram a acessar o território com maior frequência, ampliando as possibilidades de deslocamento dos moradores para atividades de trabalho, estudo, serviços de saúde e lazer.

Durante as entrevistas, entretanto, a rodovia era constantemente comparada à antiga estrada de barro existente nos primeiros anos da ocupação. Os moradores que permanecem no Emília Maria desde 2016 recordavam que, durante o período chuvoso, a lama tornava praticamente impossível a circulação de veículos, enquanto, nos meses de estiagem, a poeira e os inúmeros buracos dificultavam os deslocamentos cotidianos. Um dos interlocutores sintetizou essa experiência ao afirmar que viviam "entre o céu e o inferno": estavam a poucos metros da Avenida João Bebe Água, completamente asfaltada, mas permaneciam isolados pelas condições precárias da antiga estrada vicinal.

A fotografia, portanto, não registra apenas uma obra de infraestrutura. Ela documenta a superação de uma condição histórica de isolamento que marcou os primeiros anos da ocupação e evidencia como pequenas intervenções na paisagem alteram profundamente as formas de mobilidade, acesso a direitos e permanência no território.

Imagem 21 – Bases para coleta do lixo coletivo



Fonte: Compilação do autor (2025)

A pavimentação da Rodovia Carlos Pina também possibilitou a incorporação de novos serviços públicos ao cotidiano do Acampamento Emília Maria. Entre eles, destaca-se a implantação de pontos destinados à coleta coletiva de resíduos sólidos, distribuídos estrategicamente ao longo da comunidade. A fotografia registra uma dessas bases, instalada às margens da rodovia, evidenciando que pequenas intervenções na paisagem produzem mudanças significativas nas condições de vida das famílias.

Os tambores metálico e de plástico apoiados sobre uma estrutura de madeira constituem muito mais do que simples recipientes para descarte de resíduos. Sua localização, ao lado da via de acesso, permite que o caminhão responsável pela coleta municipal realize o recolhimento sem a necessidade de percorrer toda a área interna do acampamento. Essa solução, construída a partir do diálogo entre o movimento e o poder público, contribuiu para melhores condições sanitárias, redução do descarte inadequado de resíduos e fortalecimento das práticas coletivas de cuidado com o território.

A fotografia também revela que a infraestrutura incorporada ao Emília Maria não rompe com a organização construída pelas próprias famílias. As cercas, a vegetação preservada e as moradias ao fundo continuam compondo a paisagem, enquanto o equipamento destinado à coleta de resíduos passa a integrar esse espaço sem descaracterizar suas formas de ocupação. Assim como ocorreu com a eletrificação, o abastecimento de água e a melhoria da mobilidade, a coleta regular de lixo representa mais uma etapa da consolidação do acampamento, evidenciando que o acesso a políticas públicas também se manifesta em transformações aparentemente discretas do cotidiano.

Entretanto, antes mesmo dessas conquistas infraestruturais, outro elemento já ocupava posição central na entrada do Acampamento Emília Maria, funcionando como referência para moradores e visitantes. Hasteada logo no início da ocupação, a bandeira vermelha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra anuncia que aquele território não corresponde apenas a um conjunto de moradias ou unidades produtivas, mas a um espaço politicamente constituído pela luta coletiva em defesa da Reforma Agrária Popular.

A consolidação da infraestrutura modificou profundamente as condições materiais de vida no Acampamento Emília Maria. Entretanto, antes mesmo da chegada da energia elétrica, da pavimentação da rodovia ou da implantação de equipamentos coletivos, um elemento já anunciava a presença do movimento naquele território. Localizada logo na entrada do acampamento, sob as coordenadas 24 L 701012 E e 8787994 N, a bandeira vermelha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra permanece hasteada desde os primeiros anos da ocupação, tornando-se um dos principais referenciais visuais para moradores e visitantes.

Imagem 22 – Bandeira do MST



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia concentra o olhar sobre a bandeira hasteada no ponto mais elevado da entrada do Acampamento Emília Maria. Destacando-se sobre a linha do horizonte, o estandarte vermelho anuncia que aquele espaço ultrapassa a condição de uma simples ocupação rural. Sua presença comunica a existência de um território produzido pela luta coletiva, no qual a identidade política se manifesta antes mesmo do contato direto com seus moradores. Ao atravessar esse marco simbólico, o visitante ingressa em um espaço organizado por princípios compartilhados, formas próprias de organização e um projeto coletivo de Reforma Agrária Popular.

O vermelho da bandeira remete às históricas lutas dos trabalhadores do campo, enquanto o mapa do Brasil, o casal de trabalhadores e os instrumentos agrícolas sintetizam um projeto político que extrapola os limites do Emília Maria. A iconografia afirma que a luta pela terra não se restringe à conquista de uma propriedade específica, mas integra um movimento nacional comprometido com a democratização do acesso à terra, a produção de alimentos e a justiça social. Para os interlocutores, sua permanência hasteada desde os primeiros anos da ocupação representa

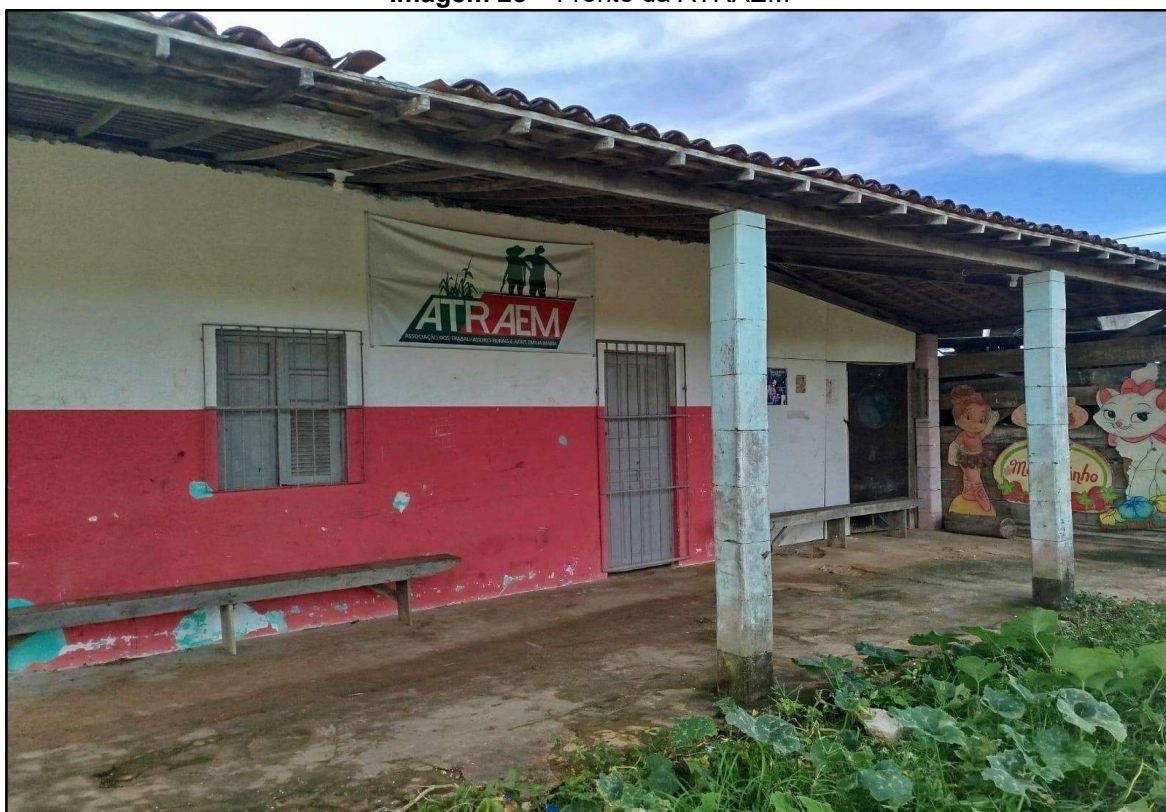
memória, pertencimento e resistência, reafirmando diariamente a identidade coletiva construída pelas famílias acampadas.

Ao lado desse marco simbólico encontra-se a ATRAEM, localizada sob as coordenadas 24 L 701029 E e 8788022. A proximidade física entre a bandeira e a associação não é casual. Enquanto o estandarte materializa a identidade política do movimento, a ATRAEM representa sua dimensão organizativa, constituindo o principal espaço de planejamento, deliberação e articulação das atividades desenvolvidas no acampamento. Idealizada pela companheira Laranjeiras, atual presidente da associação e militante da Frente de Massa, juntamente com o senhor Itaporanga D'Ajuda (*in memoriam*) e outros acampados que participaram da consolidação do território, a associação foi fundada em fevereiro de 2018 e oficialmente reconhecida em outubro do mesmo ano. Desde então, tornou-se um dos principais espaços de gestão coletiva da vida comunitária.

É na ATRAEM que são realizadas assembleias, reuniões, cursos de formação, treinamentos, palestras, festividades, capacitações e diferentes atividades voltadas ao fortalecimento da organização interna. O espaço também funciona como importante ponto de articulação entre o acampamento e diversas instituições parceiras, entre elas a Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Instituto Federal de Sergipe (IFS), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Essas parcerias ampliam o acesso às políticas públicas e às ações de formação desenvolvidas no território, demonstrando que a consolidação do Emília Maria resulta tanto da organização construída pelas próprias famílias quanto das redes institucionais estabelecidas ao longo dos anos. A fotografia seguinte permite compreender como esse espaço se tornou um dos principais centros de sociabilidade, formação política e gestão coletiva do acampamento.

Imagem 23 – Frente da ATRAEM



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia evidencia a materialização de um dos principais espaços políticos e educativos do Acampamento Emília Maria. Mais do que uma sede administrativa, a ATRAEM constitui um lugar de encontro, formação e tomada de decisões coletivas, onde a organização cotidiana da comunidade se articula à construção de conhecimentos voltados à permanência na terra. Sua centralidade não decorre apenas da infraestrutura física, mas da intensa circulação de pessoas, ideias e instituições que fazem desse espaço um importante ponto de convergência da vida coletiva.

Ao longo do trabalho de campo, foi possível acompanhar diferentes atividades desenvolvidas na associação, demonstrando que sua atuação ultrapassa as demandas administrativas do acampamento. Em parceria com universidades, órgãos públicos e instituições de ensino, a ATRAEM tornou-se um espaço permanente de formação técnica, política e profissional. Entre as iniciativas realizadas destacam-se os cursos **"Aspectos Legais da Proteção de Área de Preservação Permanente e Reserva Legal em Assentamentos Rurais"**, promovido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em parceria com o IBAMA; **"Agricultor Orgânico e Agricultura Agroecológica"**, ofertado pelo Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de

Sergipe (IFS); "Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas", desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão; oficinas de crochê, organizadas pelas próprias acampadas; atividades de Alfabetização no Campo, conduzidas pela professora acampada General Maynard; além das ações promovidas pelo Barracão Cultural Mãe Maria, recentemente reconhecido pelo Ministério da Cultura (MinC), que desenvolve exposições de filmes, curtas-metragens, mostras audiovisuais e outras atividades culturais abertas à comunidade.

A diversidade dessas iniciativas revela que a ATRAEM funciona como uma ponte entre o território e as políticas públicas, aproximando instituições externas das demandas construídas pelas famílias acampadas. A circulação de professores, pesquisadores, técnicos e extensionistas transforma esse espaço em um ambiente permanente de produção e compartilhamento de conhecimentos, onde saberes acadêmicos dialogam com experiências construídas no cotidiano da luta pela terra. A associação deixa, assim, de representar apenas uma estrutura organizativa do movimento para consolidar-se como um espaço de formação cidadã, fortalecimento comunitário e construção coletiva de projetos voltados ao futuro do Acampamento Emília Maria.

As atividades desenvolvidas na ATRAEM também extrapolam os momentos de formação técnica e política. O espaço constitui um importante lugar de celebração da memória coletiva, reunindo as famílias em eventos que reafirmam sua trajetória de resistência e fortalecem os vínculos construídos desde a ocupação da antiga Fazenda São José. Entre essas celebrações, destaca-se a comemoração do aniversário do Acampamento Emília Maria, registrada na Imagem 24.

Imagem 24 – 8º Aniversário do Acampamento Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

A fotografia registra a comemoração do oitavo aniversário do Acampamento Emília Maria, realizada em frente à sede da ATRAEM. O espaço que, durante grande parte do ano, é destinado às assembleias, reuniões e atividades de formação, transforma-se em um lugar de celebração coletiva. Enquanto artistas se apresentam no palco, moradores conversam, casais dançam e crianças ocupam livremente a área central da festa, produzindo uma paisagem marcada pela convivência entre diferentes gerações.

Entre os diversos elementos presentes na imagem, chamou-me a atenção a presença de crianças utilizando patins sobre um terreno de chão batido. Diferentemente das pistas lisas normalmente associadas a essa prática, elas deslizavam sobre uma superfície irregular, marcada por terra, pequenas pedras e desníveis. Longe de representar um obstáculo, essas características eram incorporadas às brincadeiras, revelando a capacidade das crianças de reinventar o espaço a partir de suas próprias experiências. O solo do acampamento deixava de ser apenas o lugar da circulação cotidiana ou do trabalho agrícola para converter-se,

ainda que temporariamente, em um território de lazer, imaginação e sociabilidade infantil.

Essa cena evidencia que o território não é produzido apenas pelas relações políticas ou pelo trabalho coletivo. Ele também é construído por meio das experiências sensíveis vividas no cotidiano. Ao patinarem sobre um chão que não foi projetado para essa finalidade, as crianças atribuem novos sentidos à paisagem e demonstram que habitar um lugar significa, igualmente, reinventar continuamente seus usos. A festa torna-se, assim, um momento privilegiado em que o espaço da organização política se converte em espaço de convivência, brincadeira e produção de memórias compartilhadas.

Ao longo do trabalho de campo, percebi que essas celebrações constituem importantes mecanismos de fortalecimento dos vínculos comunitários. Em diferentes conversas, os moradores recordavam os primeiros anos da ocupação, rememoravam companheiros já falecidos ou que deixaram o acampamento e celebravam as conquistas alcançadas desde 2016. O aniversário do Emília Maria ultrapassa, portanto, a dimensão comemorativa: funciona como um ritual de atualização da memória coletiva, reafirmando que o território é continuamente produzido tanto pelo trabalho e pela luta quanto pelos afetos, pelas brincadeiras e pelos encontros que renovam o sentimento de pertencimento entre as famílias.

As atividades de formação, celebração e organização política desenvolvidas na ATRAEM articulam-se a outros espaços igualmente importantes para a reprodução da vida cotidiana no Acampamento Emília Maria. Localizada logo atrás da associação, no interior do Grupo 01 e sob as coordenadas 24 L 701008 E e 8788051 N, encontra-se a Casa de Farinha, espaço que ocupa posição central na produção agrícola, na circulação de conhecimentos tradicionais e na convivência entre as famílias. Mais do que um local destinado ao beneficiamento da mandioca, trata-se de um ambiente onde trabalho, memória e sociabilidade permanecem profundamente entrelaçados.

Imagem 25 – Casa de Farinha do AEM



Fonte: Compilação do autor (2025)

Com a mandioca transportada para a Casa de Farinha, inicia-se uma sequência de procedimentos cuidadosamente ordenados, aprendidos e reproduzidos entre gerações. A fabricação da farinha segue uma cronologia compartilhada pelos participantes, na qual cada etapa depende da anterior. A raspagem constitui o primeiro momento desse processo e mobiliza vários trabalhadores simultaneamente, transformando a Casa de Farinha em um espaço de intensa cooperação.

Imagem 26 – “Uma bota meia e o outro tira a meia”



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia registra uma prática denominada pelos próprios acampados de **"uma bota meia e o outro tira meia"**. Sentados lado a lado, dois companheiros dividem a mesma raiz de mandioca: enquanto um realiza a raspagem da primeira metade, o outro recebe a raiz exatamente do ponto onde o trabalho foi interrompido e conclui a limpeza. Ao questionar o companheiro Canhoba sobre o motivo desse procedimento, ele explicou que a técnica impede que a mandioca fique suja. Segundo ele, as mãos de quem inicia a raspagem acumulam resíduos da casca e da terra aderida às raízes; ao passar a mandioca para outra pessoa, evita-se que a parte já limpa volte a entrar em contato com essas impurezas.

Essa explicação revela que os conhecimentos produzidos na Casa de Farinha não se restringem às técnicas de beneficiamento da mandioca, mas envolvem formas próprias de compreender higiene, qualidade e cuidado com o alimento. O gesto de transferir a raiz de uma pessoa para outra não busca apenas agilizar o trabalho; ele expressa um saber construído pela experiência, continuamente validado na prática e transmitido entre aqueles que participam das farinhadas. Não há manuais escritos ou

instruções formais. Aprende-se observando os mais velhos, repetindo gestos, ouvindo explicações e compartilhando o trabalho.

Ao longo da observação participante, tornou-se evidente que esses conhecimentos circulam simultaneamente às conversas que preenchem o ambiente. Enquanto as mãos trabalham quase automaticamente, histórias familiares, lembranças da infância, experiências de trabalho, debates sobre a produção agrícola e acontecimentos recentes do acampamento atravessam a jornada. A farinhada produz, ao mesmo tempo, alimento, memória e relações sociais, fazendo da Casa de Farinha um espaço privilegiado de transmissão de saberes e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Após a raspagem, a mandioca percorre sucessivas etapas até transformar-se em farinha. As raízes são conduzidas ao moedor elétrico, onde são trituradas até formar uma massa homogênea. Em seguida, essa massa é transferida para a prensa, permanecendo sob forte compressão durante aproximadamente uma hora para a retirada do excesso de umidade. Posteriormente, passa pela peneiração, segue para o forno a lenha, onde é constantemente revolvida com rodos de madeira, e, por fim, é depositada no cocho para resfriamento. Somente após uma nova peneiração a farinha adquire a textura considerada ideal para ser ensacada e comercializada.

Imagem 27 – “Equipamentos: Moedor, peneira e cocho”



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia reúne alguns dos principais equipamentos utilizados durante a farinhada: o moedor elétrico, a prensa, a peneira e o cocho. À primeira vista, esses instrumentos podem sugerir uma mecanização completa do processo produtivo. Entretanto, a observação participante demonstrou que as máquinas não substituem o conhecimento dos trabalhadores. Elas apenas auxiliam determinadas etapas da produção, permanecendo dependentes da experiência acumulada pelos agricultores para definir o tempo de moagem, o ponto da prensagem, a textura da massa e o momento adequado de levá-la ao forno.

A coexistência entre equipamentos elétricos e utensílios tradicionais revela que a produção da farinha no Acampamento Emília Maria não representa uma ruptura com os saberes herdados das gerações anteriores. O moedor reduz o esforço físico, mas o controle da qualidade continua sendo realizado pelas mãos, pelos olhos e pela experiência daqueles que dominam o ofício. O cocho de madeira, os rodos utilizados para revolver a farinha e as peneiras permanecem indispensáveis, demonstrando que a técnica incorpora novos instrumentos sem abandonar os conhecimentos historicamente produzidos nas comunidades rurais.

Durante o trabalho de campo, os próprios participantes repetiam que "a máquina ajuda, mas não faz farinha sozinha". A expressão sintetiza a compreensão compartilhada de que o alimento resulta da articulação entre equipamentos, experiência e trabalho humano. O moedor, a prensa e a peneira apenas preparam a massa para a etapa considerada mais delicada de toda a farinhada: a torração. É diante do forno a lenha que a técnica acumulada ao longo dos anos se torna mais evidente, pois exige atenção permanente, força física e sensibilidade para reconhecer, pela textura, pela cor e pelo cheiro, o momento exato em que a farinha atinge o ponto ideal. A Imagem 28 registra justamente esse momento, em que os grãos são continuamente revolvidos sobre o calor do forno, revelando que o domínio desse saber permanece inscrito muito mais nos gestos dos trabalhadores do que nos equipamentos utilizados.

Imagem 28 – Mexendo os grãos no forno a lenha



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia registra aquele que os próprios participantes consideram o momento mais delicado da produção da farinha: a torração da massa no forno a lenha. Enquanto um dos trabalhadores revolve continuamente os grãos com um rodo de madeira, o outro acompanha atentamente sua coloração, textura e comportamento sobre a superfície aquecida, intervindo sempre que necessário para que o calor seja distribuído de forma homogênea. Os movimentos são ritmados, contínuos e cuidadosamente coordenados, exigindo atenção permanente, resistência física e experiência acumulada ao longo de muitos anos de prática.

Mais do que uma técnica de beneficiamento da mandioca, a cena revela aquilo que Marcel Mauss (2003), em *As técnicas do corpo*, compreende como formas socialmente aprendidas de utilizar o corpo. Os gestos observados durante a farinhada não resultam de disposições naturais, mas de aprendizagens construídas na convivência cotidiana entre diferentes gerações. A maneira de segurar o rodo, a postura adotada diante do forno, a intensidade dos movimentos e até o momento de interromper a torração constituem conhecimentos incorporados progressivamente pelos trabalhadores, tornando o próprio corpo um instrumento técnico indispensável à produção da farinha.

Ao longo do trabalho de campo, percebi que esses saberes dificilmente são ensinados por meio de instruções formais. Os mais jovens aprendem observando os mais experientes, repetindo gestos, corrigindo movimentos e participando sucessivamente das farinhadas até que o domínio da técnica seja incorporado ao corpo. Como argumenta Mauss (2003), cada sociedade ensina maneiras particulares de caminhar, trabalhar e utilizar o corpo. Na Casa de Farinha do Acampamento Emília Maria, essas técnicas manifestam-se na coordenação entre os trabalhadores, na economia dos movimentos e na sensibilidade desenvolvida para reconhecer, pela textura, pela cor e pelo cheiro, o ponto ideal da farinha.

A fotografia também evidencia que o conhecimento produzido nesse espaço permanece inseparável da experiência coletiva. Enquanto os corpos acompanham o ritmo da torração, conversas, lembranças e histórias atravessam o ambiente, fazendo da farinhada um momento em que trabalho, aprendizagem e sociabilidade se desenvolvem simultaneamente. Ao mesmo tempo em que a farinha é preparada, são compartilhadas experiências de vida, técnicas de cultivo e memórias da luta pela terra, reforçando vínculos construídos muito antes da própria ocupação da Fazenda São José. Quando a torração é concluída, outras pessoas passam a integrar as etapas seguintes do beneficiamento, revelando que a produção da farinha não depende de um único trabalhador, mas da articulação contínua entre diferentes participantes.

A Imagem 29 evidencia justamente essa dimensão cooperativa da farinhada, na qual homens e mulheres compartilham tarefas, conhecimentos e responsabilidades, reafirmando que o alimento produzido resulta tanto do domínio técnico quanto da solidariedade que sustenta a vida comunitária no Acampamento Emília Maria.

Imagem 29 – Trabalho coletivo na casa de farinha



Fonte: Compilação do autor (2025)

A fotografia evidencia que a Casa de Farinha é muito mais do que um espaço destinado ao beneficiamento da mandioca. A disposição dos participantes ao redor da grande pilha de raízes cria uma configuração que favorece tanto o trabalho quanto a convivência. Cada pessoa ocupa um lugar específico na raspagem, mas permanece integrada à dinâmica coletiva por meio das conversas que atravessam continuamente o ambiente. A mandioca acumulada no centro organiza a circulação dos corpos, enquanto as cadeiras, os utensílios e os instrumentos distribuídos ao redor revelam um espaço preparado para jornadas que podem se estender por muitas horas.

Os pequenos detalhes da imagem também comunicam aspectos importantes da experiência vivida naquele dia. As garrafas e recipientes térmicos de água, posicionados próximos aos trabalhadores, revelam a necessidade constante de hidratação diante do calor produzido pelo forno e do esforço repetitivo da raspagem. Bonés e toucas protegem a cabeça da poeira da mandioca e das altas temperaturas, enquanto as cascas espalhadas pelo chão testemunham o avanço do trabalho ao longo das horas. Não há pressa. O ritmo da farinhada é determinado pela quantidade de mandioca ainda por beneficiar e pelas pausas necessárias para descansar, beber água e retomar as conversas.

Durante toda a observação participante, chamou-me atenção que o silêncio praticamente não existia naquele espaço. Enquanto as mãos raspavam a mandioca quase automaticamente, colocavam-se em dia assuntos relacionados à política interna do movimento, à produção agrícola, à comercialização dos alimentos, à chegada de novas famílias, à separação de outras, às dificuldades enfrentadas pelas lideranças e aos acontecimentos mais recentes do acampamento. Paralelamente, lembranças da infância e histórias familiares eram constantemente evocadas, transformando a Casa de Farinha em um lugar privilegiado de circulação de memórias.

Em uma dessas conversas, o companheiro Areia Branca, conhecido entre os moradores pelo apelido de "Calango Azul", recordou sua infância no interior sergipano. Contou que, quando criança, as farinhadas podiam durar quase um mês inteiro devido à elevada produção de mandioca existente na comunidade onde vivia. Recordava, sobretudo, das noites em que seus avós narravam histórias de lobisomens, assombrações, maçons e outras figuras do imaginário rural para divertir os adultos à custa do medo das crianças. Ao reconstruir essas lembranças, sua fala ultrapassava a simples narrativa de acontecimentos passados e revelava a saudade dos avós e dos pais já falecidos, demonstrando que a farinhada continua sendo um espaço onde as memórias familiares permanecem vivas por meio da oralidade.

A companheira Siriri, uma das moradoras mais antigas do Acampamento Emília Maria, manifestou preocupação com a continuidade dessa tradição. Segundo ela, muitos jovens já não demonstram interesse em aprender a produzir farinha, por considerarem a atividade pesada e cansativa. Em sua percepção, boa parte deles prefere permanecer conectada aos smartphones, chegando, inclusive, a improvisar extensões elétricas para manter os aparelhos carregados durante o trabalho. Sua reflexão não representava uma rejeição às novas tecnologias, mas expressava o receio de que formas tradicionais de aprendizagem, convivência e transmissão de conhecimentos sejam gradativamente substituídas por outras formas de interação.

A fotografia registra, portanto, um momento em que diferentes gerações compartilham o mesmo espaço, mas estabelecem relações distintas com o tempo, o trabalho e a memória. Enquanto os mais velhos reafirmam saberes construídos ao longo de décadas de convivência com a farinhada, as transformações contemporâneas introduzem novas práticas e interesses que desafiam a continuidade

dessa tradição. Ao deixar a Casa de Farinha, os percursos cotidianos dos moradores frequentemente seguem em direção a um braço do Rio Pitanga, localizado nas coordenadas 24 L 701044 E e 8788108 N. Se o interior da farinheira constitui um espaço de trabalho, aprendizagem e memória, as margens do rio representam outro importante cenário da vida comunitária, dedicado ao lazer, à pesca e aos banhos compartilhados entre crianças, jovens e adultos, apresentados na próxima imagem.

Imagem 30 – Braço do Rio Pitanga



Autor: Felipe Farias, 2025

A fotografia apresenta um dos braços do Rio Pitanga, que margeia grande parte do Acampamento Emília Maria e constitui um dos elementos naturais mais importantes da paisagem local. Cercado por vegetação nativa e alimentado por uma nascente localizada na mata adjacente, esse curso d'água integra o cotidiano dos moradores muito além de sua dimensão geográfica. Sua presença organiza práticas produtivas, momentos de lazer e diferentes formas de interação social, tornando-se parte constitutiva da experiência de habitar o território.

Ao longo do trabalho de campo, observei que o rio é apropriado de maneiras diversas pelos acampados. Suas águas são utilizadas na irrigação das plantações, na limpeza dos criadouros de animais, na pesca artesanal e, sobretudo, como espaço de

encontro. Nos intervalos das atividades agrícolas, pequenos grupos reúnem-se às suas margens para conversar, descansar e compartilhar acontecimentos do cotidiano. O rio deixa de ser apenas um recurso hídrico e passa a constituir um lugar de sociabilidade, onde o tempo do trabalho cede espaço às conversas, às brincadeiras e à construção de vínculos comunitários.

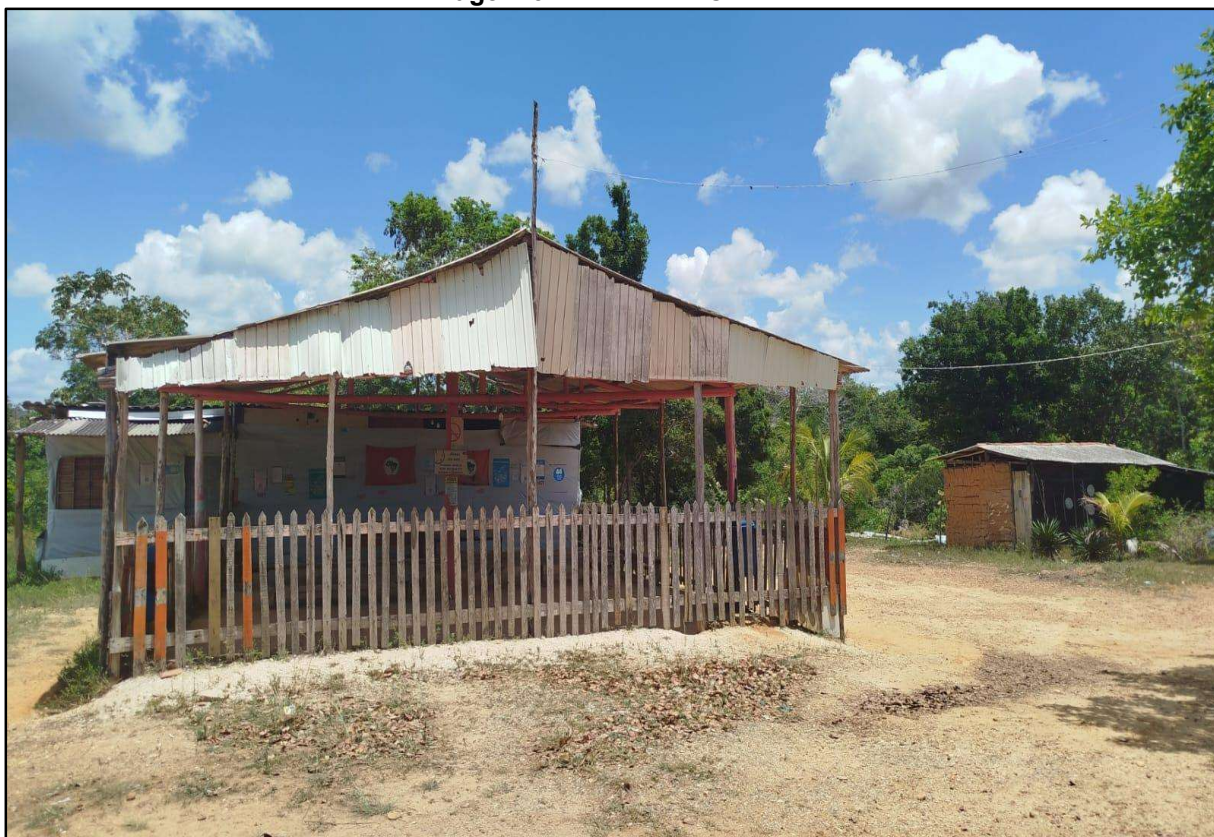
A paisagem aparentemente tranquila registrada na fotografia também guarda memórias de um período marcado por profundas dificuldades. Durante as entrevistas, diversos interlocutores recordaram que, nos primeiros anos da ocupação, a ausência de abastecimento regular de água obrigava algumas famílias a recorrerem ao próprio Rio Pitanga, mesmo reconhecendo que suas águas não eram apropriadas para o consumo humano. Outros relatavam longos deslocamentos até as fontes localizadas na comunidade de Ribeirópolis, distante aproximadamente dez quilômetros do acampamento, para buscar água potável. Em algumas ocasiões, segundo narraram, essa água era revendida a preços elevados por pessoas que se aproveitavam da situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias recém-acampadas.

Essas narrativas revelam que a água, no Acampamento Emília Maria, nunca representou apenas um recurso natural. Ela também expressou disputas, desigualdades e estratégias coletivas de sobrevivência durante os primeiros anos da ocupação. A presença do braço do Rio Pitanga contribuiu para reduzir parte dessas dificuldades, assegurando condições mínimas para a produção agrícola e para a permanência das famílias no território até que outras políticas públicas fossem gradualmente implementadas. Assim, a fotografia não documenta apenas uma paisagem natural, mas um espaço que concentra memórias de escassez, solidariedade e resistência cotidiana.

Ao mesmo tempo, o rio continua desempenhando um papel fundamental na reprodução da vida comunitária. Suas margens permanecem sendo ocupadas por crianças, jovens e adultos em momentos de pesca, banho e lazer, demonstrando que o território é produzido tanto pelo trabalho quanto pelas relações construídas em torno de seus elementos naturais. A convivência cotidiana com o Rio Pitanga reafirma que natureza e vida social não constituem dimensões separadas no Acampamento Emília Maria, mas elementos que se entrelaçam continuamente na construção das experiências, memórias e formas de permanência na terra.

As diferentes estruturas apresentadas até aqui evidenciam que o Acampamento Emília Maria é constituído por espaços especializados que se articulam entre si na reprodução da vida coletiva. A Casa de Farinha concentra a produção e a transmissão de saberes tradicionais; o Rio Pitanga organiza práticas de lazer, abastecimento e convivência; a ATRAEM reúne ações formativas e institucionais. Entretanto, existe um espaço que sintetiza todas essas dimensões, pois é nele que são debatidas as decisões capazes de orientar os rumos do acampamento. Trata-se do Barracão Central, localizado entre os Grupos 04 e 05, sob as coordenadas 24 L 700786 E e 8788375 N, considerado pelos moradores como o principal lugar de encontro, deliberação e construção política da comunidade.

Imagem 31 – Barracão Central



Autor: Felipe Farias, 2024

A fotografia evidencia que o Barracão Central ocupa uma posição estratégica na organização espacial do Acampamento Emília Maria. Localizado em uma área aberta e de fácil acesso, sua arquitetura privilegia a circulação das pessoas e a realização de atividades coletivas. A estrutura ampla, parcialmente aberta e cercada por uma cerca de madeira permite que moradores, visitantes e parceiros institucionais

compartilhem o mesmo espaço, evidenciando que o barracão foi concebido para acolher encontros e não para restringir acessos.

A simplicidade da construção contrasta com a complexidade das funções que ali se desenvolvem. As bandeiras e os símbolos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fixados em seu interior revelam que o espaço constitui uma extensão material da identidade política do acampamento. É nesse local que se realizam assembleias, debates, cursos de formação, encontros com universidades, recepção de autoridades, apresentações culturais e celebrações comunitárias. Cada atividade reafirma o barracão como um espaço de deliberação coletiva, onde decisões são construídas por meio do diálogo e da participação dos próprios acampados.

A própria disposição da paisagem amplia essa dimensão política. Ao fundo da fotografia, observa-se um remanescente de Mata Atlântica que permanece preservado desde a ocupação da antiga Fazenda São José. A proximidade entre o barracão e a vegetação nativa não constitui um elemento meramente paisagístico. Durante o trabalho de campo, tornou-se recorrente a afirmação de que qualquer intervenção sobre a fauna ou a flora depende da autorização das lideranças e da discussão coletiva. A preservação ambiental integra, portanto, as decisões tomadas nesse espaço, fazendo com que a gestão do território envolva simultaneamente organização política, produção agrícola e responsabilidade ecológica.

Outro aspecto revelado pela fotografia é a forma como o barracão articula diferentes escalas da vida comunitária. Durante a semana, abriga reuniões internas, planejamentos e atividades formativas; em outros momentos, transforma-se em espaço de festas, encontros religiosos, apresentações culturais e recepção de pesquisadores, estudantes e representantes de instituições públicas. Essa capacidade de assumir múltiplas funções faz com que o barracão ultrapasse a condição de equipamento comunitário, tornando-se um verdadeiro centro organizador da vida social do acampamento.

Mais do que uma construção física, o Barracão Central materializa a própria experiência coletiva do Emília Maria. Sua arquitetura aberta, sua localização central e os símbolos que abriga expressam uma forma específica de produzir o território, na qual as decisões não permanecem restritas às lideranças, mas são continuamente discutidas, negociadas e compartilhadas entre aqueles que constroem cotidianamente a vida no acampamento. A fotografia documenta, assim, um espaço onde política,

memória, formação, cultura e preservação ambiental deixam de constituir dimensões separadas para compor uma mesma experiência coletiva de permanência e resistência na terra.

Ao longo da pesquisa de campo, compreendi que o Barracão Central não constitui apenas um local destinado às assembleias periódicas do movimento. É nesse espaço que as principais decisões relacionadas ao presente e ao futuro do Acampamento Emília Maria são discutidas coletivamente, tornando-o um lugar privilegiado de negociação, escuta e construção de consensos. Questões referentes à produção agrícola, às parcerias institucionais, às políticas públicas, aos conflitos internos e aos encaminhamentos do processo de reforma agrária passam, invariavelmente, por esse espaço, onde diferentes expectativas e interesses são colocados em debate.

Foi nesse contexto que acompanhei, em 2 de dezembro de 2024, uma das reuniões mais aguardadas pelas famílias desde o início da ocupação. A plenária reuniu representantes do INCRA, dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dezenas de acampados para discutir o processo de aquisição da antiga Fazenda São José e os critérios que orientariam a futura seleção das famílias beneficiadas com os lotes. O ambiente era marcado por expectativa, esperança e, ao mesmo tempo, por incertezas, pois as informações apresentadas naquela reunião poderiam redefinir os rumos da luta construída coletivamente desde 2016.

Imagem 32 – Plenária do INCRA



Fonte: Compilação do autor (2024)

A plenária constitui um dos momentos em que a vida política do Acampamento Emília Maria se manifesta de forma mais intensa. É nesse espaço que as diferenças de opinião, as expectativas individuais e os interesses coletivos deixam de circular apenas nas conversas cotidianas para serem confrontados publicamente. A disposição dos participantes em torno do barracão evidencia o reconhecimento desse espaço como instância legítima de escuta, negociação e tomada de decisões, reafirmando que a organização do movimento se sustenta na participação permanente das famílias.

A reunião realizada em 2 de dezembro de 2024 marcou um dos momentos de maior expectativa observados durante o trabalho de campo. Na ocasião, o dirigente nacional do MST, Muribeca, apresentou informações sobre a aquisição da antiga Fazenda São José pelo INCRA/Sergipe e sobre a elaboração do edital que disciplinaria a distribuição dos futuros lotes. Até então, a desapropriação da área permanecia como uma reivindicação histórica; naquele encontro, pela primeira vez,

ela assumia contornos concretos, aproximando uma possibilidade aguardada desde a ocupação iniciada em 2016.

Sobre esse processo, Muribeca afirmou:

Companheiros, eu sei que esse momento mexe com o coração de todo mundo. Foram muitos anos debaixo da lona, enfrentando chuva, sol e muita dificuldade. Agora a terra foi comprada pelo INCRA, mas ainda existe um caminho até o assentamento acontecer. O edital está sendo construído junto com o movimento e nosso compromisso é lutar para que esse processo seja o mais justo possível. Eu sei que muita gente aqui se preocupa com quem vai ser contemplado, porque cada família conhece o peso da resistência desde 2016. Essa preocupação é legítima. Mas a Reforma Agrária Popular sempre foi construída pensando no coletivo. O desafio agora é reconhecer a história de quem resistiu aqui sem perder de vista que essa luta pertence a todos os trabalhadores e trabalhadoras sem terra (Muribeca, fala durante a plenária, 2024).

As palavras de Muribeca evidenciam uma tensão que atravessou toda a plenária. Enquanto a direção nacional reafirmava a Reforma Agrária Popular como um projeto coletivo, muitos moradores interpretavam aquele momento a partir de suas próprias trajetórias de permanência no Emília Maria. Durante as conversas realizadas após a reunião, tornou-se recorrente a percepção de que a conquista da terra deveria reconhecer prioritariamente aqueles que permaneceram no acampamento durante quase uma década de incertezas. Não se tratava de uma oposição ao ingresso de outras famílias sem terra, mas da reivindicação de que o tempo de resistência, os mutirões, a construção da infraestrutura coletiva e a participação cotidiana na vida do acampamento constituíssem critérios legítimos de reconhecimento.

Esse episódio evidenciou que a luta pela terra não se encerra com a possibilidade de desapropriação do imóvel. Ao contrário, inaugura novas disputas em torno da definição de quem pertence ao território e de quais trajetórias serão reconhecidas como constitutivas daquela conquista coletiva. A permanência prolongada no acampamento converte-se, assim, em um capital moral construído na experiência cotidiana da resistência. Os anos vividos sob lonas, as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água, a construção das moradias, os mutirões, a abertura das estradas, a organização dos grupos e a participação contínua nas atividades do movimento passam a compor uma memória compartilhada que fundamenta as reivindicações por justiça entre os próprios acampados.

A plenária revelou, portanto, que o território não é constituído apenas por seus limites físicos ou pelo reconhecimento jurídico da propriedade. Ele é continuamente

produzido por relações sociais, negociações políticas, expectativas e conflitos que acompanham o próprio processo de consolidação da Reforma Agrária Popular. Mais do que decidir sobre a distribuição futura da terra, aquele encontro tornou visível que pertencer ao Emília Maria significa compartilhar uma história coletiva de luta, cuja legitimidade é permanentemente construída, disputada e reafirmada pelos próprios sujeitos que a protagonizam.

As assembleias constituem uma dimensão central da organização política do Acampamento Emília Maria. Mais do que espaços destinados à transmissão de informações, elas funcionam como momentos privilegiados de construção coletiva das decisões que orientam a vida no território. É nelas que diferentes posições são apresentadas, dúvidas são compartilhadas, conflitos são negociados e encaminhamentos passam a integrar a dinâmica cotidiana do movimento. Durante o trabalho de campo, acompanhei diversas reuniões realizadas no Barracão Central, sendo uma das mais significativas aquela dedicada ao debate sobre a aquisição definitiva da antiga Fazenda São José pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), momento que mobilizou praticamente todas as famílias residentes no acampamento.

Imagem 33 – Debate sobre a aquisição das terras



Fonte: Compilação do autor (2025)

A assembleia evidencia que a política, no interior do Acampamento Emília Maria, é construída como uma prática cotidiana de participação coletiva. A disposição dos participantes diante da coordenação do movimento não representa uma relação passiva entre quem fala e quem escuta, mas expressa um espaço de negociação permanente no qual decisões de interesse comum são compartilhadas, discutidas e legitimadas pelos próprios sujeitos envolvidos. O barracão transforma-se, assim, em uma arena política onde a luta pela terra deixa de ser apenas uma reivindicação jurídica para constituir uma experiência social continuamente produzida pelas interações entre os acampados.

A composição do encontro também evidencia a diversidade de sujeitos que constroem o movimento. Homens, mulheres, idosos, jovens e crianças participam do mesmo espaço deliberativo, indicando que a Reforma Agrária Popular ultrapassa a dimensão produtiva da terra para envolver formas de organização da vida coletiva. A presença simultânea de diferentes gerações demonstra que a permanência no território produz pertencimento e fortalece vínculos sociais que extrapolam a dimensão econômica da luta.

As bandeiras do MST posicionadas ao fundo do barracão reforçam a dimensão simbólica daquele espaço. Mais do que elementos decorativos, elas marcam a identidade coletiva e situam a assembleia como parte de um projeto político mais amplo, articulado nacionalmente. Ao mesmo tempo em que os participantes discutiam os encaminhamentos relacionados à aquisição da Fazenda São José, reafirmavam publicamente sua vinculação ao movimento e aos princípios que orientam a Reforma Agrária Popular.

Durante os debates, observou-se que a expectativa pela consolidação do assentamento era constantemente atravessada por preocupações relacionadas aos critérios de distribuição dos futuros lotes. As falas dos participantes revelavam que a terra não era percebida apenas como um bem material, mas como o reconhecimento de uma trajetória construída ao longo de anos de permanência, trabalho coletivo e resistência. Nesse contexto, o pertencimento ao Emília Maria deixava de ser definido exclusivamente pela residência no território e passava a ser continuamente produzido pela participação nas assembleias, nos mutirões, nas mobilizações e nas diferentes formas de engajamento que sustentaram a ocupação desde 2016.

Após percorrer os espaços dedicados à organização política, ao trabalho coletivo e à produção agrícola, torna-se necessário compreender outra dimensão constitutiva da vida no Acampamento Emília Maria: a religiosidade. Longe de representar uma prática isolada da luta pela terra, a experiência religiosa integra o cotidiano das famílias, articulando devoção, solidariedade e pertencimento. Entre os grupos 05 e 06 localiza-se a Capela Nossa Senhora das Dores, situada ao sul do acampamento (24 L 700609 e 8788394), construída há mais de sete anos pelos próprios moradores e preservada como um dos principais espaços de encontro da comunidade.

Imagem 34 – Capela Nossa Senhora das Dores



Fonte: Compilação do autor (2024)

A construção da Capela Nossa Senhora das Dores revela que a religiosidade também participa da produção social do território. Ao erguerem um espaço permanente destinado às celebrações católicas, os moradores conferiram visibilidade material a uma prática religiosa compartilhada por parte significativa da comunidade. A capela deixa de ser apenas um lugar de culto para tornar-se um marco da paisagem

do acampamento, incorporando a fé ao processo de territorialização e à memória coletiva construída desde a ocupação da antiga Fazenda São José.

Durante o trabalho de campo, observou-se que as celebrações católicas ocupavam lugar de destaque na dinâmica comunitária. Missas, novenas e festividades integravam o calendário social do acampamento e mobilizavam um número expressivo de famílias, aproximando moradores, visitantes e representantes da Arquidiocese de São Cristóvão. A própria Romaria do Senhor dos Passos evidencia essa inserção do Emília Maria em circuitos religiosos que extrapolam os limites do território ocupado, fortalecendo vínculos entre o movimento social e a população da região.

Entretanto, a existência de um templo católico também suscita reflexões sobre as distintas formas pelas quais as experiências religiosas se materializam no território. Enquanto o catolicismo dispõe de um espaço coletivo permanente, outras formas de religiosidade presentes entre os moradores não necessariamente se expressam por meio de edificações ou símbolos públicos. Durante a pesquisa, identificou-se a presença de acampados vinculados a diferentes tradições cristãs, bem como referências a práticas religiosas vivenciadas no âmbito doméstico ou familiar. Nesses casos, a experiência da fé desloca-se para o interior das moradias, para encontros privados ou para deslocamentos a templos localizados fora do acampamento, produzindo formas distintas de viver o sagrado.

Essa diferença evidencia que o território não distribui igualmente visibilidade às diversas manifestações religiosas. Alguns grupos conseguem inscrever suas crenças na paisagem por meio de edificações, cruzeiros e celebrações públicas; outros constroem sua espiritualidade em espaços menos visíveis, sem que isso implique menor intensidade da experiência religiosa. A paisagem do Emília Maria, portanto, também expressa relações de poder, reconhecimento e legitimidade que atravessam o campo religioso, revelando que a territorialização não ocorre apenas sobre a terra, mas igualmente sobre as formas socialmente reconhecidas de professar a fé.

A presença da Capela Nossa Senhora das Dores não esgota as formas pelas quais a religiosidade se manifesta no Acampamento Emília Maria. As práticas de fé também extrapolam os limites físicos do território e inserem os moradores em celebrações religiosas tradicionais do município de São Cristóvão. Entre essas manifestações, destaca-se a participação anual na Romaria do Senhor dos Passos,

ocasião em que as famílias organizam coletivamente uma estrutura de apoio aos milhares de peregrinos que percorrem o trajeto entre Aracaju e o centro histórico da cidade.

Imagem 35 – O Emília Maria na Romaria de Senhor dos Passos



Fonte: Compilação do autor (2024)

A participação do Acampamento Emília Maria na Romaria do Senhor dos Passos evidencia que a religiosidade também constitui uma forma de inserção social e política no território. Ao organizar uma estrutura de acolhimento aos romeiros, os moradores deixam de ocupar a posição de meros participantes da celebração para assumirem um papel ativo na realização de um dos principais eventos religiosos de Sergipe. A prestação de apoio aos peregrinos transforma a romaria em uma experiência de hospitalidade, reciprocidade e trabalho coletivo.

O espaço organizado pelo acampamento torna-se um ponto de encontro entre diferentes sujeitos sociais. Peregrinos, moradores de São Cristóvão, visitantes e acampados compartilham o mesmo ambiente, produzindo interações que ultrapassam a dimensão estritamente religiosa. Enquanto alimentos e bebidas são comercializados ou distribuídos, histórias são narradas, vínculos são estabelecidos e o próprio

movimento social passa a ser conhecido por pessoas que, muitas vezes, mantêm pouco contato com a realidade da luta pela terra.

A faixa instalada na entrada sintetiza essa articulação entre identidade política e prática religiosa. Ao apresentar o lema **"Ocupar, Produzir e Resistir: Reforma Agrária Já!"**, o acampamento reafirma publicamente os princípios que orientam sua organização, sem dissociá-los da participação na festividade católica. A romaria converte-se, assim, em um espaço onde fé e militância não aparecem como experiências antagônicas, mas como dimensões que coexistem na construção da vida coletiva.

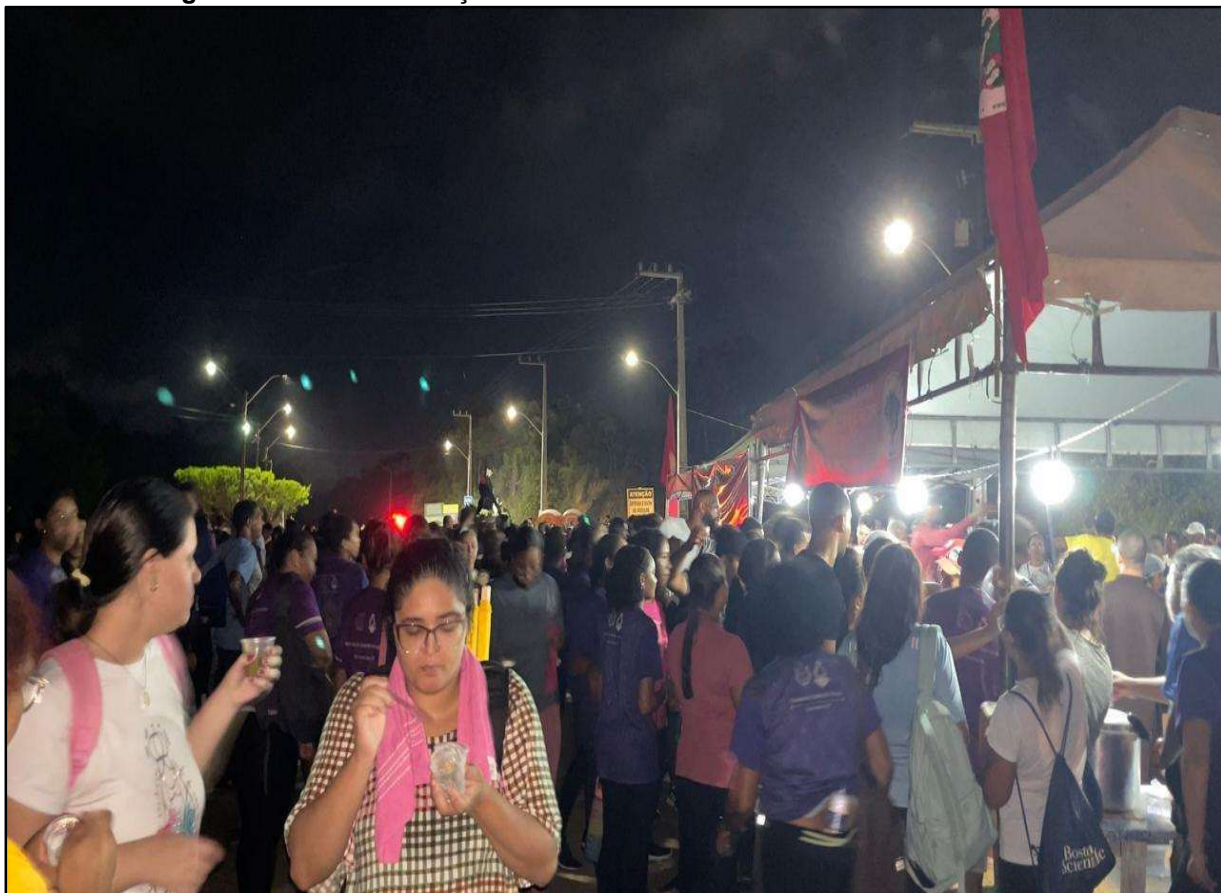
Sob essa perspectiva, a participação na Romaria do Senhor dos Passos também amplia a visibilidade pública do Emília Maria. Em vez de permanecer restrito à condição de ocupação rural, o acampamento insere-se em uma celebração que mobiliza milhares de pessoas todos os anos, tornando-se reconhecido como parte da dinâmica social, cultural e religiosa do município. A presença dos acampados nesse evento demonstra que o território produzido pela Reforma Agrária Popular não se limita aos marcos físicos da antiga Fazenda São José, mas se expande por meio das relações sociais, das redes de solidariedade e das práticas coletivas que conectam o movimento à sociedade sergipana.

Essa participação reafirma que a territorialização não se restringe à conquista da terra. Ela envolve, igualmente, a construção de reconhecimento social, a ocupação de espaços públicos e a produção de vínculos com instituições e tradições locais, permitindo que o Acampamento Emília Maria seja compreendido não apenas como um lugar de resistência, mas também como um sujeito coletivo que participa ativamente da vida cultural e religiosa de São Cristóvão.

Ao longo dos anos, a celebração também passou a constituir uma importante estratégia de fortalecimento da economia das famílias acampadas. Aproveitando o intenso fluxo de peregrinos, homens e, sobretudo, mulheres organizam coletivamente a produção, o preparo e a comercialização de alimentos, mobilizando produtos cultivados no próprio acampamento e receitas transmitidas entre gerações. A romaria transforma-se, assim, em uma oportunidade de geração de renda, valorização da agricultura familiar e ampliação das relações de troca entre o território conquistado pela luta e a população que participa da festividade. A figura 36 evidencia como a

devoção religiosa, o trabalho coletivo e a produção agrícola se articulam na construção das estratégias de reprodução social das famílias do Emília Maria.

Imagem 36 – Comercialização de alimentos na Romaria de Senhor dos Passos



Fonte: Compilação do autor (2024)

A comercialização de alimentos durante a Romaria do Senhor dos Passos evidencia que as estratégias de reprodução social das famílias do Acampamento Emília Maria articulam trabalho, religiosidade e organização coletiva. A intensa circulação de peregrinos transforma a estrutura montada às margens da rodovia em um espaço de encontro entre o território conquistado pela luta e a sociedade sergipana, criando oportunidades para a geração de renda sem romper com os princípios da agricultura familiar e da economia solidária que orientam o cotidiano do acampamento.

Grande parte dos alimentos ofertados resulta do trabalho desenvolvido pelas próprias famílias. Bolos, tortas, mungunzá, arroz-doce, caldos, espetinhos, cafés, sucos e outros produtos são preparados coletivamente, mobilizando ingredientes cultivados no território sempre que possível e conhecimentos culinários transmitidos

entre diferentes gerações. O processo de produção envolve uma ampla rede de colaboração, desde o cultivo dos alimentos e a aquisição dos insumos até o preparo, o transporte, a organização das barracas e o atendimento aos romeiros, demonstrando que a renda obtida durante a festividade é resultado de um esforço coletivo que se inicia muito antes da abertura das tendas.

Observou-se, ainda, uma expressiva participação das mulheres na coordenação dessas atividades. São elas que, em grande medida, organizam a produção dos alimentos, administram as vendas e distribuem as tarefas entre familiares e vizinhos, reafirmando seu protagonismo não apenas na reprodução da vida doméstica, mas também na sustentabilidade econômica do acampamento. O trabalho realizado durante a romaria amplia as possibilidades de complementação da renda familiar e evidencia que a economia do Emília Maria não depende exclusivamente da produção agrícola, sendo continuamente fortalecida por estratégias coletivas construídas a partir das oportunidades oferecidas pelo próprio território.

Mais do que um espaço de comercialização, a barraca constitui uma extensão do acampamento. Ao consumir os alimentos produzidos pelas famílias, os peregrinos estabelecem contato com sujeitos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados nos debates públicos sobre a reforma agrária. Cada refeição servida, cada conversa estabelecida e cada produto comercializado aproximam diferentes universos sociais, permitindo que o movimento seja reconhecido não apenas por sua dimensão política, mas também pela capacidade de produzir alimentos, acolher visitantes e participar ativamente da vida cultural e religiosa do município.

A participação do Acampamento Emília Maria na Romaria do Senhor dos Passos revela que a luta pela terra extrapola a produção agrícola e incorpora estratégias de geração de renda, sociabilidade e inserção na vida cultural do município. Ela envolve igualmente a construção de alternativas econômicas capazes de garantir a permanência das famílias no campo, valorizando o trabalho coletivo, a agricultura familiar e os circuitos locais de comercialização. A renda obtida durante a festividade converte-se, assim, em mais uma expressão da capacidade organizativa do Acampamento Emília Maria, onde produzir, resistir e compartilhar constituem práticas inseparáveis da experiência cotidiana da Reforma Agrária Popular.

Embora a comercialização dos alimentos constitua uma importante estratégia de complementação da renda das famílias acampadas, as práticas desenvolvidas durante a Romaria do Senhor dos Passos não se limitam às relações mercantis. Ao lado da venda de produtos, os moradores também organizam a distribuição gratuita de comidas e bebidas aos peregrinos, incorporando à festividade princípios de solidariedade, acolhimento e cuidado que atravessam a vida coletiva do Acampamento Emília Maria. A figura a seguir registra esse momento de preparação e oferta dos alimentos aos participantes da romaria.

Imagem 37 – Doação de comidas e bebidas na Romaria de Senhor dos Passos



Fonte: Compilação do autor (2024)

A preparação e a distribuição gratuita de alimentos aos romeiros revelam que a participação do Acampamento Emília Maria na Romaria do Senhor dos Passos não se organiza exclusivamente sob a lógica da comercialização. Paralelamente à venda de produtos, os acampados mobilizam trabalho, tempo e alimentos para acolher gratuitamente os peregrinos, produzindo relações que extrapolam o valor econômico daquilo que é oferecido. A refeição compartilhada converte-se em uma forma de reconhecimento mútuo entre quem acolhe e quem é acolhido.

A organização dessa atividade envolve dezenas de moradores, que dividem tarefas relacionadas ao preparo dos alimentos, ao transporte dos insumos, ao atendimento dos romeiros e à limpeza do espaço. Mais do que uma divisão funcional do trabalho, observa-se uma prática construída sobre a cooperação, característica presente em diferentes momentos da vida cotidiana do acampamento. A comida preparada coletivamente torna-se resultado de uma cadeia de relações que se inicia na produção agrícola, passa pelo trabalho doméstico e comunitário e culmina no compartilhamento com pessoas externas ao território.

Essa prática aproxima-se daquilo que Marcel Mauss (2003), em seu Ensaio sobre a Dádiva, compreende como sistemas de reciprocidade. Para o autor, a dádiva não consiste em uma oferta desinteressada, mas em um ato social capaz de produzir vínculos, obrigações morais e reconhecimento entre aqueles que dão, recebem e retribuem. No contexto do Emília Maria, a doação de alimentos aos peregrinos ultrapassa o gesto da caridade. Ao oferecer comida, água e acolhimento, os acampados também compartilham sua própria história de luta, aproximando pessoas que, muitas vezes, desconhecem a realidade da Reforma Agrária Popular.

Durante o trabalho de campo, observou-se que muitos romeiros, após receberem os alimentos, permaneciam na barraca conversando com os moradores, perguntando sobre a produção agrícola, sobre a origem dos produtos e sobre a trajetória do acampamento. A dádiva, nesse contexto, não produz apenas a circulação de alimentos, mas também de narrativas, afetos e experiências. A refeição compartilhada estabelece uma relação de proximidade que dificilmente seria construída apenas por meio da comercialização, permitindo que o encontro religioso também se transforme em um espaço de diálogo entre diferentes sujeitos sociais.

Comercializar e doar não constituem práticas antagônicas, mas dimensões complementares da reprodução social do Acampamento Emília Maria. Enquanto a venda dos alimentos fortalece a economia das famílias e valoriza a agricultura familiar, a distribuição gratuita reafirma princípios de solidariedade, reciprocidade e compromisso coletivo que estruturam a vida comunitária. A Romaria do Senhor dos Passos torna-se, assim, um espaço onde trabalho, religiosidade e dádiva se entrelaçam, evidenciando que a produção da vida no território também se realiza por meio da circulação de bens materiais, mas, sobretudo, da construção de relações sociais duradouras.

Embora a Capela Nossa Senhora das Dores concentre parte significativa das celebrações religiosas do Acampamento Emília Maria, ela não constitui a única expressão de fé presente no território. Entre os moradores também se encontram famílias vinculadas a diferentes denominações evangélicas, que organizam suas próprias práticas religiosas e espaços de culto. Nesse contexto, destaca-se a Congregação Batista Betel, construída pelos próprios fiéis e localizada em uma das áreas residenciais do acampamento. Atualmente, a congregação reúne pouco mais de vinte participantes em cultos realizados às terças-feiras, quintas-feiras e domingos, sempre no período noturno. As celebrações são conduzidas pelo pastor Manoel Messias, morador do município de São Cristóvão, que se desloca regularmente até o acampamento para acompanhar a comunidade religiosa.

Imagem 38 – Congregação Batista Betel



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Congregação Batista Betel evidencia que a diversidade religiosa também integra a experiência cotidiana do Acampamento Emília Maria. Diferentemente da capela católica, localizada em uma posição de maior destaque na paisagem, o templo protestante encontra-se inserido entre as moradias, compartilhando a mesma lógica construtiva observada nas demais edificações do território. Essa proximidade reforça

que a experiência religiosa se desenvolve integrada ao cotidiano das famílias, dissolvendo fronteiras rígidas entre o espaço doméstico, o trabalho e a prática da fé.

O fato de o pastor responsável residir em São Cristóvão revela que a vida religiosa da congregação é sustentada por redes que ultrapassam os limites físicos do acampamento. A realização periódica dos cultos depende da circulação de pessoas, saberes e vínculos estabelecidos entre a comunidade acampada e atores externos, demonstrando que o território não se constitui como um espaço isolado, mas como parte de uma rede mais ampla de relações sociais, religiosas e institucionais.

Durante o trabalho de campo, observou-se que os cultos assumiam funções que extrapolavam a dimensão litúrgica. Além das orações e leituras bíblicas, o templo constituía um espaço de acolhimento, aconselhamento e fortalecimento dos vínculos entre os participantes. As narrativas compartilhadas durante os encontros frequentemente abordavam desafios relacionados ao trabalho, à espera pela regularização fundiária, às dificuldades familiares e às expectativas em torno da consolidação do assentamento, evidenciando que a fé também opera como um importante recurso para interpretar e enfrentar as incertezas da vida cotidiana.

A coexistência da Capela Nossa Senhora das Dores e da Congregação Batista Betel demonstra que o Acampamento Emília Maria é marcado por um pluralismo religioso construído na convivência cotidiana. Católicos e evangélicos compartilham o mesmo território, participam de mutirões, assembleias e atividades comunitárias, revelando que as diferenças confessionais não impedem a construção de um projeto coletivo orientado pela luta pela terra. Nesse contexto, a religiosidade deixa de ser apenas uma experiência individual para constituir mais uma das dimensões por meio das quais o território é continuamente produzido e vivido.

Além da produção agrícola tradicional, o Acampamento Emília Maria desenvolve atividades econômicas diretamente vinculadas à conservação da Mata Atlântica presente em seu território. Entre elas destacam-se a apicultura e a meliponicultura, práticas que, embora frequentemente tratadas como sinônimas, apresentam diferenças importantes. Enquanto a apicultura refere-se à criação de abelhas do gênero *Apis*, especialmente a *Apis mellifera*, introduzida no Brasil e amplamente utilizada para a produção comercial de mel, a meliponicultura dedica-se ao manejo de abelhas nativas sem ferrão, pertencentes à tribo *Meliponini*, cuja criação

desempenha papel fundamental na polinização das espécies vegetais e na conservação da biodiversidade.

Essas atividades são desenvolvidas em parceria com a Associação dos Meliponicultores e Apicultores de Sergipe (ASMASE). No Acampamento Emília Maria, destacam-se pelo trabalho realizado por Poço Verde, conhecido pelos moradores como **"Poço Verde das Abelhas"**, integrante do Grupo 4. Sua produção abastece o próprio acampamento, o Armazém do Campo do MST, feiras livres e eventos agroecológicos realizados em Sergipe. Em 2024, seu mel conquistou o segundo lugar no **II Encontro Sergipano de Apicultores e Meliponicultores (ESAM)**, realizado na Universidade Federal de Sergipe, reconhecimento que evidencia a qualidade do produto desenvolvido no território.

Imagem 39 – Poço Verde na produção de mel na Mata Nativa do AEM



Fonte: Compilação do autor (2025)

A produção de mel desenvolvida no Acampamento Emília Maria evidencia que a relação entre os acampados e a Mata Atlântica é construída a partir de uma lógica de coexistência, e não de substituição da floresta por áreas produtivas. Tanto a

apicultura quanto a meliponicultura dependem da manutenção da cobertura vegetal e da diversidade de espécies florais, fazendo da preservação ambiental uma condição indispensável para a continuidade da atividade econômica. Nesse contexto, a mata deixa de representar um limite à produção para converter-se em um elemento constitutivo da própria reprodução social das famílias.

A distinção entre apicultura e meliponicultura também revela diferentes formas de interação entre seres humanos e natureza. Enquanto a criação de abelhas africanizadas (*Apis mellifera*) está voltada para uma produção em maior escala e maior produtividade de mel, a meliponicultura envolve espécies nativas sem ferrão, fundamentais para a polinização da flora local e para a manutenção dos ecossistemas da Mata Atlântica. Assim, produzir mel significa igualmente conservar a biodiversidade, reforçando a interdependência entre atividade econômica e equilíbrio ecológico.

A disposição das colmeias no interior da mata demonstra que a atividade produtiva exige intervenções mínimas sobre a paisagem. Em vez de eliminar a vegetação para ampliar áreas de cultivo, os apicultores dependem da integridade da floresta para garantir alimento às abelhas e qualidade ao mel produzido. O trabalho cotidiano, portanto, é orientado por uma compreensão prática de que a permanência da floresta assegura também a permanência da produção.

A trajetória de Poço Verde evidencia ainda como saberes locais e conhecimentos técnicos circulam entre organizações sociais, instituições de pesquisa e agricultores familiares. A parceria estabelecida com a ASMASE amplia o acesso à formação continuada, ao aperfeiçoamento das técnicas de manejo e aos circuitos de comercialização, permitindo que um produto originado em um acampamento da reforma agrária alcance reconhecimento em eventos científicos e técnicos de âmbito estadual. A premiação obtida no II Encontro Sergipano de Apicultores e Meliponicultores (ESAM) extrapola o reconhecimento individual do produtor e projeta o próprio Acampamento Emília Maria como território de inovação, qualidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, a produção de mel desafia representações historicamente construídas sobre os acampamentos da reforma agrária como espaços de degradação ambiental ou de baixa produtividade. Ao contrário, demonstra que a territorialização promovida pelo MST pode favorecer práticas econômicas compatíveis

com a conservação dos ecossistemas, articulando geração de renda, valorização da agricultura familiar e proteção da biodiversidade. O mel produzido no Emília Maria materializa, assim, uma forma de habitar o território em que produzir e preservar não constituem práticas opostas, mas dimensões inseparáveis de um mesmo projeto de vida no campo.

A produção do mel não se encerra no manejo das colmeias ou na retirada do produto. Para que possa circular para além do local em que foi produzido, ele precisa ser acondicionado, identificado e apresentado aos possíveis consumidores. Esse momento acrescenta novas etapas ao trabalho do apicultor e transforma o mel em um produto comercializável. A passagem da colmeia para a garrafa articula conhecimentos sobre criação e manejo das abelhas a práticas de armazenamento, conservação, apresentação e venda.

Durante o trabalho de campo, o mel produzido no Emília Maria também foi registrado depois de acondicionado para comercialização. A fotografia apresentada a seguir complementa a cena anterior do apicultor na Mata Nativa. Se a primeira imagem evidencia o sujeito, o ambiente e parte do processo produtivo, a segunda mostra o resultado desse trabalho preparado para circular. Não foi possível determinar apenas pela fotografia se os recipientes contêm mel proveniente de abelhas africanizadas ou de abelhas nativas sem ferrão; por isso, a imagem é analisada como registro do mel produzido na comunidade, sem atribuição a uma modalidade específica.

Imagem 40 – Mel produzido no Emília Maria, acondicionado para comercialização



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Imagem 40 apresenta três garrafas transparentes contendo mel, dispostas lado a lado. A tonalidade ambarina do produto permanece visível através dos recipientes, enquanto as tampas amarelas e os rótulos diferenciam o conteúdo de um líquido armazenado sem identificação. Duas garrafas exibem a parte frontal dos rótulos, ao passo que a terceira apresenta informações localizadas no verso. A disposição dos recipientes produz uma composição voltada à apresentação do produto, e não apenas ao seu armazenamento.

Ao fundo, encontra-se uma bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Suas cores e símbolos ocupam parte significativa do enquadramento, estabelecendo uma relação visual entre o mel e a identidade política da comunidade em que ele foi produzido. A bandeira não aparece como elemento casual: sua presença oferece uma moldura simbólica ao produto e indica que aquelas garrafas devem ser reconhecidas como resultado do trabalho desenvolvido em um território organizado pelo MST.

A fotografia articula, desse modo, produto, território e pertencimento político. O mel não é apresentado como mercadoria de origem indeterminada. Ainda que possa circular para fora do Emília Maria, sua imagem permanece vinculada ao lugar, aos sujeitos e às práticas que tornaram sua produção possível. A bandeira funciona como marcador de procedência política e territorial, associando o alimento a uma experiência coletiva de luta pela terra, organização comunitária e produção agrícola.

As garrafas também tornam visível uma mudança na condição material do mel. Antes de ser acondicionado, o produto encontra-se inserido diretamente no processo de manejo, retirada e preparação. Quando colocado nos recipientes e identificado por rótulos, passa a adquirir uma forma adequada à circulação comercial. A embalagem permite transportá-lo, conservá-lo, expô-lo e entregá-lo ao consumidor. O acondicionamento constitui, portanto, uma etapa do trabalho produtivo, e não uma operação exterior ou meramente decorativa.

Os rótulos cumprem igualmente uma função de mediação. Eles apresentam o produto a pessoas que não acompanharam seu processo de produção e oferecem elementos para que sua origem e suas características possam ser reconhecidas. Entre o apicultor e o consumidor existe uma distância que a embalagem procura atravessar. Ao identificar o mel, o rótulo transforma parte da história de sua produção em informação capaz de acompanhar o alimento durante sua circulação.

Entretanto, o mel não transporta apenas informações comerciais. Sua circulação também carrega uma narrativa sobre o território em que foi produzido. Quando chega a feiras, eventos ou consumidores, o produto torna visível a capacidade das famílias de produzir, beneficiar e comercializar alimentos. Cada garrafa confronta, materialmente, representações que associam os territórios do MST à improdutividade. O alimento apresenta uma resposta concreta: a terra ocupada e organizada também constitui espaço de trabalho, conhecimento e produção.

A presença da bandeira amplia esse sentido. Ao aproximar o produto do símbolo do movimento, a fotografia não separa a atividade econômica da trajetória política que permitiu sua existência. O mel resulta de conhecimentos específicos do apicultor, mas sua produção ocorre em um território cuja permanência foi assegurada pela ação coletiva. Dessa maneira, o reconhecimento do trabalho individual não apaga as condições comunitárias e políticas que o sustentam.

A relação com a Mata Nativa acrescenta uma dimensão ambiental à imagem. A produção do mel depende da presença das abelhas, da disponibilidade de floradas e das condições ecológicas necessárias à manutenção desses ciclos. A conservação da vegetação não aparece apenas como princípio abstrato, mas como condição concreta da atividade produtiva. Produzir mel e preservar a biodiversidade tornam-se práticas relacionadas, embora essa relação deva ser compreendida a partir das modalidades específicas de manejo empregadas pelo apicultor.

O valor atribuído ao mel não decorre, portanto, somente de sua transformação em mercadoria. Ele reúne trabalho, conhecimento sobre as abelhas, tempo de manejo, condições ambientais, formas de acondicionamento e estratégias de comercialização. A garrafa concentra uma extensa cadeia de relações que não permanece imediatamente visível no produto final. A fotografia contribui para reconstruir essa cadeia ao ser colocada depois da imagem do apicultor, conectando o alimento acondicionado ao sujeito e ao território de sua produção.

A comercialização também amplia as relações do Emília Maria com públicos externos. Ao circular, o mel pode aproximar consumidores, apoiadores e visitantes das práticas produtivas desenvolvidas na comunidade. A troca econômica passa a constituir igualmente uma forma de comunicação: por meio do produto, circulam referências à reforma agrária, ao trabalho das famílias e à possibilidade de produzir alimentos em territórios conquistados pela organização coletiva.

Isso não significa que a mercadoria represente integralmente a experiência social de sua produção. A embalagem seleciona determinadas informações e não consegue tornar visíveis todas as relações, dificuldades e conhecimentos envolvidos. A análise antropológica precisa, por isso, recompor aquilo que a garrafa tende a condensar: o trabalho do apicultor, o comportamento das abelhas, a Mata Nativa, os instrumentos empregados, o tempo dedicado ao manejo e as redes de comercialização.

Vista em conjunto com a fotografia anterior, a Imagem 40 completa uma narrativa visual. A primeira cena situa o apicultor no ambiente em que parte do trabalho se desenvolve; a segunda apresenta o mel acondicionado e pronto para circular. Entre ambas existe um processo que passa pelo manejo das abelhas, pela retirada do produto, por sua preparação e pela organização da venda. A sequência impede que a garrafa seja percebida como objeto sem história e permite relacioná-la às práticas sociais que antecederam sua apresentação.

O mel produzido no Emília Maria não circula, assim, apenas como mercadoria. Ele transporta uma narrativa sobre trabalho, território, preservação ambiental e reforma agrária. A disposição das garrafas diante da bandeira associa a qualidade e a procedência do produto à comunidade que tornou sua produção possível. Mais do que encerrar a cadeia produtiva, a comercialização amplia os espaços nos quais o Emília Maria se torna visível, reconhecido e capaz de narrar sua própria existência.

Outro espaço destinado ao lazer, à educação e à inclusão social é o Barracão Cultural Mãe Maria, idealizado por Malhador e mais cinco jovens artistas, que participaram da criação desse projeto em 2021, período ainda marcado pelos impactos da pandemia de Covid-19. Mesmo diante das restrições sanitárias vigentes, as atividades do Barracão Cultural foram desenvolvidas em conformidade com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), consolidando-se como um importante espaço de formação, expressão artística e convivência comunitária. Ao longo dos anos, parte dos integrantes iniciais deixou de participar do projeto.

Imagem 41 – Barracão Cultural Mãe Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

A criação do Barracão Cultural Mãe Maria evidencia que a produção do território no Acampamento Emília Maria também ocorre por meio da cultura. Mais do que um espaço destinado ao lazer, sua existência expressa o entendimento de que a luta pela terra envolve igualmente a formação política, a produção de conhecimentos e a valorização das identidades coletivas. Conforme relatou Malhador, idealizador do projeto, o barracão nasceu em 2021, em meio às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, como uma iniciativa voltada à juventude do acampamento, reunindo inicialmente seis jovens comprometidos com atividades culturais, educativas e artísticas.

O Barracão Cultural constitui um espaço onde educação, arte e militância são continuamente articuladas. As atividades desenvolvidas incluem exibição de filmes, curtas-metragens, rodas de conversa, oficinas, saraus, apresentações musicais e batalhas de *freestyle*, linguagem artística que ocupa lugar de destaque entre os jovens participantes. A improvisação característica do rap transforma-se em instrumento de elaboração de experiências individuais e coletivas, permitindo que questões

relacionadas à juventude, à desigualdade social, ao racismo, aos direitos humanos e à Reforma Agrária Popular sejam apropriadas por meio da produção cultural.

Ao privilegiar metodologias participativas, o barracão rompe com formas tradicionais de transmissão do conhecimento e aproxima-se das concepções de educação popular que historicamente orientam os processos formativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A cultura deixa de ocupar um lugar secundário para constituir uma prática educativa capaz de produzir pertencimento, fortalecer identidades e ampliar a participação política das novas gerações. Nesse sentido, assistir a um filme, participar de uma batalha de rimas ou de uma roda de conversa representa também um exercício de leitura crítica da realidade.

Durante a conversa realizada com Malhador, o interlocutor relatou que a consolidação do projeto foi marcada por conflitos internos e pelo afastamento de parte dos jovens que participaram de sua criação.

Quando a gente começou o Barracão Cultural, a ideia era fazer um espaço pros meninos e pras meninas do acampamento terem acesso à cultura, ao cinema, à música, ao debate, sabe? No começo era um grupo de seis jovens, todo mundo muito animado. Mas nem todo mundo entendia a importância desse trabalho. Teve muita resistência, muita gente dizendo que aquilo não era prioridade. Vieram divergências políticas, alguns companheiros acabaram se afastando e o projeto ficou mais pesado pra quem permaneceu. Mesmo assim, a gente decidiu continuar. Porque a cultura também é uma forma de luta. Se a gente luta pela terra, também precisa lutar pelo direito de pensar, de criar, de contar nossa própria história. O barracão continua de pé porque muita gente acredita que a revolução também passa pela educação e pela cultura (Malhador, entrevista concedida ao autor, 5 mar. 2025).

As narrativas de Malhador evidenciam que a produção cultural não ocupa um lugar periférico na vida do Acampamento Emília Maria. Ao contrário, ela constitui um campo de disputas acerca das prioridades políticas, dos investimentos coletivos e dos sentidos atribuídos à própria luta pela terra. As dificuldades enfrentadas durante a consolidação do Barracão Cultural revelam que o território é continuamente produzido por consensos, tensões e negociações, demonstrando que a cultura, assim como a educação e a organização política, também integra os processos de territorialização desenvolvidos pelo MST. A permanência do projeto, apesar do afastamento de parte de seus idealizadores, expressa a capacidade de ressignificar conflitos e reafirmar a cultura como dimensão constitutiva da Reforma Agrária Popular.

Outro aspecto recorrente nas atividades do Barracão Cultural Mãe Maria refere-se à valorização da cultura afro-brasileira e da memória das populações

historicamente marginalizadas. As ações desenvolvidas buscam fortalecer o reconhecimento das identidades negras, promover debates sobre racismo estrutural e ampliar a compreensão dos jovens acerca das desigualdades que atravessam a sociedade brasileira. Dessa maneira, o espaço amplia a própria concepção de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST, compreendendo que democratizar o acesso à terra também implica democratizar o acesso à cultura, à educação e às diferentes formas de produção do conhecimento.

O Barracão Cultural Mãe Maria ultrapassa a condição de equipamento comunitário para constituir um espaço de formação política e produção de subjetividades. Assim como a escola, a assembleia, a casa de farinha e a capela, ele participa da construção cotidiana do território, demonstrando que a permanência no campo também depende da produção de referências culturais capazes de fortalecer os vínculos coletivos, preservar memórias e formar novas gerações comprometidas com a continuidade da luta pela terra.

A materialidade do Barracão Cultural Mãe Maria ganha sentido a partir das práticas desenvolvidas em seu interior. É nesse espaço que jovens, crianças e adultos se reúnem para atividades educativas, exposições audiovisuais, rodas de conversa e manifestações artísticas que articulam cultura, formação política e convivência comunitária. Entre essas atividades, as batalhas de *freestyle* ocupam lugar de destaque, reunindo participantes em torno da improvisação poética, da música e da reflexão sobre questões que atravessam o cotidiano da juventude rural.

Imagem 42 – Roda de *Freestyle* no Barracão Cultural



Fonte: Compilação do autor (2025)

A roda de *freestyle* transforma o Barracão Cultural Mãe Maria em um espaço privilegiado de produção da palavra, da memória e da formação política. Diferentemente de apresentações previamente roteirizadas, a improvisação exige escuta, criatividade e elaboração imediata das experiências vividas. As rimas produzidas pelos jovens convertem acontecimentos cotidianos, desigualdades sociais, expectativas e conflitos em narrativas compartilhadas, permitindo que a oralidade se constitua como uma linguagem de interpretação crítica da realidade.

A disposição dos participantes em círculo reforça essa dimensão coletiva. Crianças, adolescentes, jovens e adultos ocupam o mesmo espaço, dissolvendo fronteiras entre quem ensina, quem aprende e quem observa. Essa configuração aproxima-se da concepção de educação dialógica defendida por Paulo Freire (1987), para quem o conhecimento não é transmitido verticalmente, mas construído no encontro entre sujeitos que problematizam conjuntamente o mundo em que vivem. Nesse contexto, a roda deixa de ser apenas um formato de apresentação artística para tornar-se um exercício permanente de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento.

Essa experiência também dialoga com a proposta pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Conforme argumenta Roseli Caldart (2012), a educação no MST ultrapassa os limites da escola formal e se realiza nos diferentes espaços de organização da vida coletiva, onde trabalho, cultura, memória e luta política constituem dimensões inseparáveis do processo educativo. O Barracão Cultural materializa essa concepção ao transformar manifestações artísticas, exposições de filmes, debates e batalhas de freestyle em práticas de formação humana comprometidas com a emancipação dos sujeitos do campo e com a valorização de suas identidades.

Sob a perspectiva antropológica, as batalhas de freestyle também podem ser compreendidas como performances sociais. Para Victor Turner (1982), as performances constituem momentos privilegiados em que grupos sociais representam, reinterpretem e negociam publicamente seus valores, conflitos e formas de pertencimento. As rimas improvisadas não produzem apenas entretenimento; elas atualizam experiências compartilhadas, reafirmam identidades coletivas e fortalecem vínculos comunitários. O barracão converte-se, assim, em um palco onde a juventude rural elabora simbolicamente sua própria condição social, produzindo sentidos sobre o território, a Reforma Agrária Popular e o futuro da comunidade.

Durante a entrevista realizada em 5 de março de 2025, Malhador destacou que a continuidade do Barracão Cultural permanece condicionada ao esforço voluntário dos organizadores e à colaboração da própria comunidade. Segundo o interlocutor:

O maior desafio hoje é manter o barracão funcionando. A gente quase não tem apoio financeiro, tudo é feito na base da parceria e da vontade de quem acredita no projeto. Às vezes falta equipamento, falta recurso pra trazer oficinas, pra fazer mais atividades com a juventude. Mesmo assim, a gente não para. Se depender da gente, esse espaço vai continuar vivo, porque aqui a cultura também ensina, acolhe e mostra pros meninos e pras meninas que eles podem sonhar sem precisar sair do campo (Malhador, entrevista concedida ao autor, 5 mar. 2025).

A narrativa evidencia que a produção cultural também constitui um campo de disputas e permanências. A insuficiência de recursos financeiros limita a ampliação das atividades, mas não interrompe a construção cotidiana do projeto. Ao contrário, reafirma que sua continuidade depende da mobilização coletiva e do compromisso político daqueles que reconhecem a cultura como dimensão constitutiva da luta pela terra. O Barracão Cultural Mãe Maria demonstra, portanto, que a territorialização

promovida pelo MST não se realiza apenas pela ocupação física da terra, mas igualmente pela produção de espaços onde arte, educação e performance fortalecem a formação política, preservam memórias coletivas e projetam novas possibilidades de existência para as juventudes do campo.

Antes das imagens, procurei compreender o Acampamento Emília Maria a partir de seus espaços de organização política, trabalho, religiosidade, educação, cultura e produção da vida cotidiana. Entretanto, o território também se constitui por aqueles que o ocupam, especialmente pelas novas gerações que participam ativamente da construção de sua identidade coletiva. A imagem a seguir sintetiza esse protagonismo juvenil, reunindo crianças, adolescentes e jovens em uma atividade do Barracão Cultural Mãe Maria.

Imagem 43 – Juventude no Barracão Cultural



Fonte: Compilação do autor (2025)

A presença da juventude no Barracão Cultural evidencia que a continuidade do Acampamento Emília Maria depende igualmente da formação de sujeitos capazes de produzir novas leituras sobre o território. As crianças e os jovens reunidos na atividade não aparecem apenas como espectadores das práticas desenvolvidas pelos adultos, mas como participantes ativos da construção da memória, da cultura e das formas de organização coletiva que sustentam a vida no acampamento.

Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que o Barracão Cultural ocupa uma função que ultrapassa a oferta de atividades recreativas. As oficinas, exposições de filmes, batalhas de *freestyle*, rodas de conversa e demais ações desenvolvidas constituem oportunidades para que as novas gerações compartilhem experiências, construam vínculos comunitários e elaborem narrativas sobre si mesmas e sobre a realidade em que vivem. Nesse processo, a cultura transforma-se em uma prática cotidiana de pertencimento, permitindo que o território seja continuamente apropriado também por meio da arte, da linguagem e da convivência.

A imagem também sintetiza um aspecto recorrente observado durante a pesquisa: o Acampamento Emília Maria não pode ser compreendido apenas como um espaço de reivindicação por terra. Ao longo deste capítulo, verificou-se que o território é permanentemente produzido pelas assembleias, pelos mutirões, pela casa de farinha, pelas celebrações religiosas, pela produção agroecológica, pelas práticas educativas e pelas manifestações culturais. Cada um desses espaços participa da construção de uma experiência coletiva que articula trabalho, memória, solidariedade e identidade.

Ao longo deste capítulo demonstrou-se que o Acampamento Emília Maria não pode ser compreendido apenas como resultado da ocupação de uma propriedade rural. Sua constituição decorre da produção cotidiana de relações de cooperação, trabalho, religiosidade, cultura, educação, memória e organização política, por meio das quais o território é continuamente produzido e ressignificado pelas famílias que nele vivem. A territorialização observada durante o trabalho de campo evidencia que a luta pela terra ultrapassa a reivindicação fundiária, constituindo igualmente uma luta pela produção de pertencimentos, identidades e modos coletivos de existência.

Entretanto, se o território é produzido por essas práticas, ele também depende da maneira como passa a ser narrado. Durante o trabalho de campo, observou-se que

grande parte dessas atividades era registrada pelos próprios moradores por meio de fotografias, vídeos e publicações nas redes sociais. As imagens produzidas no Barracão Cultural, nas assembleias, nos mutirões, nas romarias e nas atividades produtivas deixavam de constituir apenas registros documentais para integrar uma estratégia permanente de comunicação do movimento.

Essa constatação conduz ao capítulo seguinte. Se, até aqui, o objetivo foi compreender como o Acampamento Emília Maria produz cotidianamente seu território, o próximo passo consiste em analisar como esse mesmo território é apresentado, disputado e ressignificado no ambiente digital. Entre discursos de criminalização historicamente dirigidos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as estratégias de comunicação desenvolvidas pelos próprios acampados, o *Instagram* emerge como uma arena política de produção de narrativas, visibilidade e autorrepresentação. É sobre essas disputas em torno das imagens, dos discursos e das formas de representar o Emília Maria que se debruça o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

DA CRIMINALIZAÇÃO À AUTORREPRESENTAÇÃO: A OFENSIVA CONSERVADORA, AS DISPUTAS DE NARRATIVAS E A EMERGÊNCIA DO INSTAGRAM COMO ARENA POLÍTICA

3.1 A disputa pela opinião pública: conservadorismo, esfera pública e a criminalização do MST

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é inseparável da história das disputas em torno da produção de sentidos sobre a reforma agrária no Brasil. Desde sua fundação, em 1984, o movimento não enfrentou apenas conflitos fundiários, despejos e violência contra trabalhadores rurais, mas também uma permanente batalha simbólica acerca da legitimidade de sua existência. A ocupação de terras, entendida pelo movimento como estratégia política de reivindicação do cumprimento da função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988, passou a ser frequentemente enquadrada, por setores conservadores, como sinônimo de desordem, ilegalidade e ameaça à propriedade privada. Essa disputa extrapola o campo jurídico, constituindo-se como uma disputa antropológica acerca das formas socialmente legítimas de existir, ocupar territórios e reivindicar direitos.

A criminalização do MST não pode ser compreendida como resultado exclusivo da atuação das instituições jurídicas ou policiais. Trata-se de um processo social mais amplo, sustentado pela articulação entre agentes políticos, setores do agronegócio, meios de comunicação e parcelas do sistema de justiça que contribuem para produzir determinadas interpretações sobre o movimento. Conforme demonstram Martins (1991), a criminalização constitui um processo de construção simbólica no qual práticas políticas são reinterpretadas como condutas desviantes, deslocando o debate sobre direitos sociais para uma narrativa centrada na ordem pública e na repressão.

Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender que nenhuma representação social emerge espontaneamente. Conforme argumenta Stuart Hall (2016), os significados são continuamente produzidos por sistemas culturais que disputam a interpretação legítima da realidade. Representar não significa

simplesmente refletir o mundo, mas organizar sentidos, estabelecer classificações e definir quem ocupa posições de legitimidade ou marginalidade. Assim, quando determinados discursos insistem em associar o MST à violência, às invasões ou ao atraso econômico, não estão apenas descrevendo acontecimentos, mas produzindo regimes de verdade capazes de orientar percepções sociais sobre o movimento.

Essas disputas narrativas adquirem especial relevância quando observadas à luz da constituição da esfera pública brasileira nas últimas décadas. A democratização do país ampliou os espaços institucionais de participação política, mas não eliminou as profundas assimetrias na capacidade de produzir discursos públicos. Historicamente, grupos empresariais vinculados à comunicação ocuparam posição privilegiada na definição das agendas políticas nacionais, influenciando a seleção dos acontecimentos considerados relevantes e os enquadramentos interpretativos atribuídos a eles. A esfera pública, portanto, permanece atravessada por relações desiguais de poder que condicionam quem fala, quem é ouvido e quem permanece silenciado.

Sob esse aspecto, Pierre Bourdieu (1997) demonstra que os meios de comunicação não apenas difundem informações, mas participam da produção do poder simbólico. O reconhecimento social de determinadas versões dos fatos decorre da autoridade conferida a certos agentes capazes de definir aquilo que será percebido como verdadeiro ou legítimo. A violência simbólica manifesta-se precisamente quando interpretações particulares passam a ser naturalizadas como se fossem descrições objetivas da realidade. No caso do MST, essa dinâmica contribuiu para consolidar imagens estigmatizantes que obscurecem a diversidade das experiências vividas nos acampamentos e assentamentos.

A produção desses estigmas acompanha transformações históricas do próprio conservadorismo brasileiro. Longe de constituir apenas resistência abstrata às mudanças, o pensamento conservador organiza uma concepção específica da ordem social, fundada na valorização da tradição, da estabilidade institucional e da preservação das hierarquias historicamente constituídas. Conforme observa Gahyva (2017), o conservadorismo moderno emerge como reação às rupturas promovidas pela Revolução Francesa, desenvolvendo profunda desconfiança diante de projetos políticos orientados pela igualdade social e pela transformação estrutural das relações existentes.

Essa perspectiva ajuda a compreender por que movimentos sociais voltados à redistribuição da terra frequentemente são percebidos como ameaças à ordem. A reforma agrária questiona não apenas formas específicas de propriedade, mas estruturas históricas de concentração fundiária que atravessam a formação social brasileira desde o período colonial. A defesa incondicional da propriedade privada converte-se, nesse contexto, em elemento central dos discursos conservadores, frequentemente desconsiderando que a própria Constituição condiciona esse direito ao cumprimento de sua função social.

Norberto Bobbio observa que o conservadorismo político caracteriza-se pela valorização da continuidade institucional diante das transformações sociais aceleradas. Essa orientação não implica necessariamente oposição absoluta às mudanças, mas pressupõe que elas ocorram de maneira gradual, preservando estruturas consideradas fundamentais para a estabilidade da sociedade (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998). No caso brasileiro, entretanto, a histórica concentração fundiária faz com que essa defesa da continuidade frequentemente corresponda à preservação de profundas desigualdades no acesso à terra.

Nas últimas décadas, a emergência de novas direitas e o fortalecimento de agendas ultraconservadoras intensificaram essas disputas. Conforme analisa Flávia Biroli (2018), a ofensiva conservadora contemporânea não se restringe às pautas morais, articulando também projetos econômicos neoliberais, restrição de direitos sociais e deslegitimação de movimentos populares. Trata-se de um processo de fechamento democrático no qual diferentes atores passam a ser representados como inimigos internos responsáveis pela suposta instabilidade nacional.

Nesse cenário, o MST converte-se em um dos principais alvos dessa construção discursiva. A associação recorrente entre ocupações de terra e criminalidade produz um deslocamento do debate público. Em vez de discutir as desigualdades estruturais do campo brasileiro, as narrativas concentram-se na repressão às ocupações, invisibilizando os conflitos agrários, a improdutividade de grandes propriedades e a violência historicamente dirigida contra trabalhadores rurais.

Marina Mendes Fikota (2025) argumenta que essa criminalização constitui estratégia política voltada à deslegitimação dos sujeitos coletivos que reivindicam direitos sociais. Ao transformar conflitos distributivos em problemas de segurança pública, desloca-se o foco das desigualdades estruturais para a responsabilização dos

próprios movimentos sociais. O resultado consiste na naturalização da repressão estatal como resposta legítima às mobilizações populares.

Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando observada sob a perspectiva antropológica. As categorias "invasor", "baderneiro" ou "terrorista" não descrevem simplesmente indivíduos; elas operam classificações morais que reorganizam fronteiras entre pertencimento e exclusão. Como toda classificação social, produzem efeitos concretos sobre a maneira como determinados grupos passam a ser percebidos, tratados e reconhecidos institucionalmente. Criminalizar, portanto, significa também produzir identidades políticas negativas.

Entretanto, a pesquisa etnográfica realizada no Acampamento Emília Maria revela uma realidade bastante distinta daquela frequentemente difundida pelos discursos criminalizantes. Ao longo do trabalho de campo, observou-se que a vida cotidiana do acampamento organiza-se em torno de atividades coletivas, mutirões, assembleias, produção agrícola, práticas educativas e redes permanentes de solidariedade. Muito distante da imagem de permanente conflito, o território revela-se espaço de construção cotidiana da vida social, da memória coletiva e da organização política.

Essas observações permitem compreender que existe uma profunda distância entre as representações produzidas externamente sobre o MST e as experiências efetivamente vividas pelos sujeitos que integram o movimento. A etnografia evidencia precisamente essa tensão entre narrativas públicas e práticas sociais, demonstrando que os significados atribuídos ao território não podem ser reduzidos aos enquadramentos produzidos pelos discursos hegemônicos.

Nesse sentido, Clifford Geertz (2008) lembra que a tarefa da antropologia consiste em produzir descrições densas capazes de interpretar os sistemas de significação elaborados pelos próprios sujeitos sociais. Mais do que verificar a veracidade de discursos externos, interessa compreender como homens e mulheres atribuem sentidos às suas práticas, constroem pertencimentos e elaboram interpretações sobre suas próprias trajetórias. Essa perspectiva desloca o olhar da criminalização para os processos cotidianos de produção de significado.

É justamente nessa dimensão que a comunicação assume centralidade política. Se a criminalização opera por meio da produção de narrativas, a resistência também passa necessariamente pela disputa dos significados públicos. Não se trata

apenas de responder às acusações dirigidas ao movimento, mas de construir formas próprias de apresentar sua história, suas práticas e seus projetos políticos. A comunicação deixa, assim, de desempenhar função exclusivamente informativa para converter-se em dimensão constitutiva da própria ação coletiva.

Roseli Caldart (2012) observa que o MST produz processos educativos que articulam memória, formação política e organização coletiva, constituindo aquilo que denomina Pedagogia do Movimento. Nessa perspectiva, comunicar não representa atividade secundária, mas parte do próprio processo de formação de sujeitos capazes de compreender criticamente sua inserção nas lutas sociais.

Ao mesmo tempo, as transformações tecnológicas ocorridas nas duas primeiras décadas do século XXI modificaram profundamente os mecanismos de circulação dessas narrativas. A expansão das plataformas digitais reduziu parcialmente a dependência dos movimentos sociais em relação aos grandes conglomerados midiáticos, permitindo a construção de canais próprios de comunicação. Essa mudança não eliminou as desigualdades existentes, mas inaugurou novas arenas nas quais diferentes atores passaram a disputar atenção, legitimidade e reconhecimento público.

As redes digitais reorganizaram os processos contemporâneos de comunicação política ao descentralizar, ainda que parcialmente, a produção discursiva. Nesse contexto, Castells (2013) sustenta que os movimentos sociais passaram a construir formas inéditas de visibilidade, produzindo conteúdos, narrativas e estratégias de mobilização diretamente voltadas aos públicos conectados. Embora persistam importantes assimetrias de alcance e recursos, o poder comunicacional assume um papel estratégico nas disputas políticas contemporâneas.

É nesse contexto que o Instagram emerge como um espaço privilegiado para compreender as novas formas de atuação política desenvolvidas pelo MST e, particularmente, pelo Acampamento Emília Maria. Se durante décadas a imagem pública do movimento foi fortemente condicionada pelos enquadramentos produzidos pela mídia tradicional, as plataformas digitais passam a possibilitar processos de autorrepresentação nos quais os próprios sujeitos constroem narrativas sobre suas experiências, seus territórios e suas formas de resistência. É precisamente essa transformação das disputas simbólicas, marcada pela passagem da representação

produzida pelos outros para a produção autônoma de visibilidades, que orientará a discussão da próxima seção do capítulo.

A reconfiguração da esfera pública brasileira, marcada pela ampliação das plataformas digitais e pela fragmentação dos monopólios tradicionais da informação, não eliminou os processos de criminalização dirigidos ao MST. Ao contrário, deslocou parte dessas disputas para novos ambientes comunicacionais, nos quais a legitimidade política passou a ser continuamente negociada. Nesse contexto, as plataformas digitais deixam de representar apenas canais de divulgação institucional para constituírem arenas estratégicas de disputa simbólica. A comunicação transforma-se em dimensão constitutiva da ação política, permitindo ao movimento enfrentar narrativas criminalizantes por meio da produção de suas próprias imagens, memórias e interpretações acerca da luta pela reforma agrária.

3.2 Entre a mídia tradicional e as plataformas digitais: transformações das disputas simbólicas

As disputas em torno da imagem pública do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sofreram profundas transformações ao longo das últimas décadas. Se durante grande parte do século XX os grandes veículos de comunicação concentravam quase exclusivamente a produção e circulação das narrativas políticas, a expansão das plataformas digitais alterou significativamente a arquitetura comunicacional contemporânea. Mais do que uma inovação tecnológica, essa transformação corresponde a uma reconfiguração da própria esfera pública brasileira. A circulação das narrativas deixa de depender exclusivamente dos grandes meios de comunicação e passa a ocorrer em ambientes digitais caracterizados pela descentralização relativa da produção de conteúdos, pela interação permanente entre usuários e pela disputa contínua por visibilidade. A esfera pública torna-se progressivamente plataformizada, deslocando parte das disputas políticas para espaços mediados por algoritmos e redes digitais.

Durante muito tempo, a mídia tradicional exerceu papel central na definição das imagens socialmente compartilhadas acerca dos conflitos agrários brasileiros. Ao selecionar determinados acontecimentos, estabelecer enquadramentos específicos e privilegiar certas fontes em detrimento de outras, os meios de comunicação

participaram ativamente da construção das interpretações públicas sobre a reforma agrária. Conforme observa Douglas Kellner (2001), a cultura da mídia constitui um dos principais espaços de produção das identidades contemporâneas, uma vez que organiza narrativas capazes de definir quem ocupa posições de legitimidade, autoridade ou desvio. As representações midiáticas, portanto, não apenas refletem acontecimentos sociais, mas produzem sentidos sobre eles.

Nesse processo, a notícia deixa de ser compreendida como simples descrição objetiva dos fatos para assumir caráter performativo. A seleção das imagens, a escolha das palavras, a hierarquização das informações e a construção das manchetes participam da elaboração de determinadas interpretações da realidade. Stuart Hall (2016) argumenta que toda representação envolve processos de codificação por meio dos quais acontecimentos são organizados segundo repertórios culturais específicos. Não existe neutralidade absoluta na produção das narrativas, mas disputas permanentes pela definição dos significados socialmente legítimos.

No caso do MST, essa dinâmica tornou-se particularmente evidente ao longo da consolidação do movimento enquanto ator político nacional. Em diversos momentos históricos, as ocupações de terra foram enquadradas predominantemente como episódios de conflito, violência ou ameaça à ordem pública, enquanto as condições estruturais da concentração fundiária brasileira permaneciam frequentemente secundarizadas. O foco deslocava-se da desigualdade social para a criminalização das estratégias de mobilização, contribuindo para reforçar estigmas já historicamente associados aos trabalhadores rurais organizados.

A cobertura jornalística participa ativamente da produção social da violência ao selecionar determinados acontecimentos, atribuir centralidade a certos personagens e construir enquadramentos específicos sobre os conflitos sociais. Ao analisar o caso da Favela Naval, Rifiotis (1999) demonstra que a mídia não se limita a informar os acontecimentos, mas produz regimes de visibilidade capazes de influenciar a percepção pública acerca de determinados grupos sociais. Embora sua investigação esteja centrada na violência policial, suas reflexões contribuem para compreender que a circulação de imagens e discursos integra a própria dinâmica dos conflitos, interferindo nas formas pelas quais esses eventos são socialmente interpretados, legitimados ou contestados.

Essa observação permite compreender que a criminalização dos movimentos sociais não depende exclusivamente da atuação do sistema penal. Antes de alcançar o campo jurídico, ela frequentemente percorre processos de construção discursiva que naturalizam determinadas interpretações sobre os sujeitos envolvidos. As imagens reiteradas de confronto, desordem ou ilegalidade passam gradualmente a constituir um repertório compartilhado que orienta percepções coletivas, influenciando tanto a opinião pública quanto as respostas institucionais direcionadas aos movimentos populares.

Nessa perspectiva, Bertolini (2018) argumenta que os discursos midiáticos contemporâneos articulam mecanismos de biopoder que operam por meio da produção cotidiana de classificações, normalizações e hierarquizações sociais. Inspirado em Michel Foucault, o autor demonstra que a mídia participa da gestão simbólica das populações ao estabelecer parâmetros de normalidade e desvio, legitimando determinadas formas de vida enquanto outras passam a ser percebidas como perigosas, improdutivas ou indesejáveis. O poder comunicacional manifesta-se, assim, menos pela censura direta do que pela administração contínua das formas legítimas de existir no espaço público.

Sob esse aspecto, a representação do MST frequentemente extrapola o debate sobre a posse da terra para incidir sobre a legitimidade política dos próprios sujeitos que compõem o movimento. A figura do trabalhador rural organizado passa, em determinados discursos, a ser associada à ameaça, à ilegalidade ou à instabilidade social, produzindo fronteiras morais entre cidadãos considerados legítimos e sujeitos cuja participação política é permanentemente colocada sob suspeita. Trata-se de um processo que transforma conflitos distributivos em problemas de ordem pública, deslocando o foco das desigualdades estruturais para a responsabilização dos próprios movimentos sociais.

Entretanto, as transformações tecnológicas ocorridas a partir da expansão da internet e, posteriormente, das plataformas digitais, alteraram significativamente esse cenário. A emergência das redes sociais descentralizou parte dos processos de circulação da informação, permitindo que coletivos historicamente invisibilizados passassem a produzir e difundir suas próprias narrativas. Ainda que persistam importantes desigualdades relacionadas ao alcance, aos algoritmos e aos recursos disponíveis, abriu-se um novo espaço de disputa simbólica no qual diferentes atores

passaram a disputar atenção, reconhecimento e legitimidade sem depender exclusivamente dos meios tradicionais de comunicação.

Manuel Castells (2013) observa que a sociedade em rede reorganizou profundamente as formas contemporâneas de exercício do poder comunicacional. Se anteriormente os fluxos de informação eram predominantemente verticais, organizados por grandes instituições midiáticas, as plataformas digitais introduziram dinâmicas mais horizontais de circulação de conteúdos. Essa mudança não elimina as relações de dominação, mas amplia as possibilidades de intervenção dos movimentos sociais na construção das agendas públicas e das identidades políticas.

No caso do MST, essa transformação assume particular relevância porque o movimento ingressa nas plataformas digitais já marcado por décadas de criminalização produzida na esfera pública tradicional. O ingresso no Instagram, portanto, não decorre apenas da incorporação de novas tecnologias de comunicação, mas da necessidade política de disputar os significados historicamente atribuídos à luta pela terra. A plataforma converte-se em espaço de enfrentamento simbólico, onde representação e autorrepresentação passam a coexistir em permanente tensão.

Para o MST, essa transformação representa mais do que a adoção de novas tecnologias de comunicação. Trata-se da possibilidade de disputar diretamente as interpretações sobre sua própria existência. Ao produzir fotografias, vídeos, relatos cotidianos e registros das atividades desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos, o movimento deixa de ocupar exclusivamente a posição de objeto das narrativas jornalísticas para assumir o papel de produtor de discursos sobre si mesmo. A comunicação converte-se, portanto, em prática política de autorrepresentação.

A pesquisa etnográfica desenvolvida no Acampamento Emília Maria evidencia precisamente essa inflexão. Durante o trabalho de campo, observou-se que a utilização do Instagram não se restringe à divulgação de eventos ou comunicados institucionais. A plataforma constitui espaço de construção cotidiana da memória coletiva, de registro das práticas agrícolas, das assembleias, dos mutirões, das celebrações culturais e das experiências educativas vivenciadas pelos acampados. Cada publicação opera como afirmação pública da existência de um território frequentemente invisibilizado pelos discursos hegemônicos.

Essas práticas comunicacionais revelam que as plataformas digitais não funcionam apenas como instrumentos tecnológicos, mas como extensões das próprias formas de organização coletiva. A produção de imagens do plantio, da colheita, das reuniões comunitárias e das atividades formativas desloca o olhar do conflito para a vida cotidiana, permitindo que o movimento apresente dimensões frequentemente ausentes das representações construídas pela mídia tradicional. Em vez da excepcionalidade da violência, emerge a rotina da produção, da solidariedade e da construção do território.

Isso não significa afirmar que as plataformas digitais constituam espaços neutros ou plenamente democráticos. Seus algoritmos continuam organizando hierarquias de visibilidade, privilegiando determinados conteúdos, formatos e dinâmicas de interação. Como observa Kellner (2001), a cultura da mídia permanece atravessada por interesses econômicos, políticos e mercadológicos que condicionam a circulação das representações sociais. A diferença reside no fato de que os movimentos sociais passaram a ocupar esse espaço não apenas como objetos de cobertura jornalística, mas como sujeitos ativos da produção de significados.

Dessa maneira, a passagem da mídia tradicional para as plataformas digitais não representa uma ruptura absoluta, mas uma reconfiguração das disputas simbólicas que atravessam a luta pela terra. A criminalização permanece presente em diferentes circuitos comunicacionais, contudo passa a coexistir com estratégias de autorrepresentação elaboradas pelos próprios movimentos. É precisamente nessa tensão entre discursos hegemônicos e contra-narrativas digitais que o Instagram se consolida como uma arena política fundamental para o MST e para o Acampamento Emília Maria, permitindo que a comunicação deixe de ser apenas mediação da luta para tornar-se parte constitutiva das formas contemporâneas de resistência, reconhecimento e produção de legitimidade social.

3.3 O *Instagram* como território político: visibilidade, autorrepresentação e contra-narrativas

Se a criminalização do MST foi historicamente produzida na esfera pública por meio da construção de narrativas externas ao movimento, a emergência das plataformas digitais inaugura a possibilidade de inversão desse processo. O Instagram

passa a constituir uma arena política na qual o próprio movimento disputa a autoridade para narrar sua história, produzir memória e construir reconhecimento público.

Se anteriormente a visibilidade política dependia quase exclusivamente dos grandes meios de comunicação, a expansão das plataformas digitais inaugurou novas possibilidades de circulação de narrativas produzidas pelos próprios sujeitos coletivos. No caso do MST, essa mudança não representa apenas a adoção de uma nova ferramenta tecnológica, mas a constituição de um novo território de disputa simbólica, no qual memória, identidade, cotidiano e ação política passam a ser continuamente elaborados, compartilhados e ressignificados. O Instagram emerge, nesse contexto, como espaço privilegiado de autorrepresentação do Acampamento Emília Maria.

A compreensão desse processo exige superar abordagens instrumentais que reduzem as plataformas digitais a simples canais de divulgação de informações. Conforme argumenta Rifiotis (2012), as pesquisas antropológicas sobre o ciberespaço precisam abandonar a ideia de que as tecnologias constituem objetos externos às relações sociais. Inspirado na Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2012), o autor propõe compreender os ambientes digitais como redes sociotécnicas, nas quais humanos e artefatos tecnológicos participam conjuntamente da produção da ação social. O Instagram, portanto, não funciona apenas como suporte de comunicação, mas integra a própria dinâmica organizativa do movimento, reorganizando práticas, temporalidades e formas de interação.

Essa perspectiva permite deslocar a análise da pergunta sobre como o MST utiliza o Instagram para uma questão antropológicamente mais fecunda: como as práticas políticas do movimento são transformadas pela incorporação das plataformas digitais às suas rotinas organizativas. A produção de uma fotografia, a elaboração de uma legenda, a escolha de hashtags, o compartilhamento de um story ou a interação com seguidores constituem práticas sociais que extrapolam o universo tecnológico. Elas reorganizam modos de narrar o território, de construir pertencimentos e de disputar interpretações sobre a própria luta pela terra.

Nesse sentido, Pierre Lévy (2000) observa que o ciberespaço não deve ser compreendido apenas como infraestrutura técnica, mas como ambiente de produção da inteligência coletiva. As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de cooperação entre sujeitos dispersos espacialmente, permitindo a circulação permanente de conhecimentos, experiências e formas compartilhadas de resolução

de problemas. Mais do que um repositório de informações, o ambiente digital constitui espaço de elaboração coletiva de sentidos, fortalecendo redes de solidariedade e formas descentralizadas de organização política.

No Acampamento Emília Maria, essa inteligência coletiva manifesta-se na maneira pela qual o perfil institucional do Instagram deixa de representar apenas uma vitrine informativa para converter-se em espaço de produção contínua da memória do movimento. Cada publicação documenta acontecimentos cotidianos, registra conquistas, divulga parcerias institucionais, apresenta atividades formativas, valoriza a produção agrícola e evidencia sujeitos historicamente invisibilizados pelos discursos hegemônicos. O perfil transforma-se, assim, em um arquivo vivo da experiência coletiva do acampamento, onde a história deixa de ser narrada exclusivamente por agentes externos para ser construída pelos próprios protagonistas da luta.

A evolução da página institucional evidencia esse processo de fortalecimento comunicacional. Enquanto em 2025 o perfil apresentava 129 publicações e 722 seguidores, no ano de 2026 já contabilizava 265 publicações e 1.572 seguidores, mais do que dobrando sua audiência em aproximadamente um ano. Esse crescimento não deve ser interpretado apenas como aumento quantitativo de seguidores, mas como ampliação da capacidade do movimento de inserir suas próprias narrativas nos fluxos contemporâneos de circulação da informação. A consolidação do perfil demonstra que a disputa pela reforma agrária também passou a ocorrer no interior dos algoritmos, das redes de compartilhamento e das dinâmicas de engajamento próprias das plataformas digitais.

Figura 6 – Print da página do Instagram do Acampamento Emília Maria



Fonte: Instagram do Acampamento Emília Maria (2025)

A Figura 6 registra um momento inicial da consolidação da presença digital do Acampamento Emília Maria. A descrição do perfil — "Desde de 2016, 185 famílias lutando pela reforma agrária" — sintetiza uma importante estratégia narrativa: a identidade do acampamento é construída não pela condição de conflito frequentemente atribuída ao MST pela mídia tradicional, mas pela afirmação da coletividade, da permanência histórica da ocupação e da legitimidade da luta pela terra. A própria biografia do perfil opera como dispositivo político de apresentação pública, substituindo categorias criminalizantes por uma narrativa centrada na organização coletiva e na reivindicação constitucional da reforma agrária.

O *print* de perfil também assume papel simbólico relevante. As bandeiras do MST e do Brasil condensam visualmente duas escalas de pertencimento que atravessam a experiência dos acampados: de um lado, a inserção em um movimento nacional de luta pela terra; de outro, a vinculação ao território brasileiro onde essa experiência concreta se realiza. A imagem articula identidade política e territorialidade, evidenciando que a comunicação digital não rompe com o espaço físico do acampamento, mas amplia sua presença para novas arenas públicas de

reconhecimento. É justamente essa territorialização do espaço digital que será aprofundada pelas publicações analisadas na sequência.

A transformação observada entre 2025 e 2026 evidencia que o Instagram deixou de desempenhar uma função meramente complementar para assumir posição estratégica na comunicação do Acampamento Emília Maria. O aumento expressivo das publicações e da audiência revela a consolidação de uma política permanente de produção de conteúdo, marcada pela atualização frequente das atividades desenvolvidas no território. Mais do que ampliar indicadores quantitativos de engajamento, esse crescimento demonstra a capacidade do acampamento de estabelecer novos circuitos de circulação de suas narrativas, reduzindo parcialmente a dependência da mediação exercida pelos grandes veículos de comunicação.

Figura 7 – Print da página do Instagram do Acampamento Emília Maria (2026).



Fonte: Instagram do Acampamento Emília Maria (2026)

Comparativamente à Figura 6, a Figura 7 evidencia a expansão do perfil institucional e o fortalecimento de sua presença digital. Em aproximadamente um ano, o perfil passou de **722 para 1.572 seguidores** (crescimento superior a **117%**) e de **129 para 265 publicações**, indicando a consolidação do Instagram como espaço estratégico de visibilidade do Acampamento Emília Maria. Paralelamente, a alteração da descrição para "**A verdadeira história da luta pela reforma agrária**" constitui uma escolha discursiva carregada de significado político. Ao reivindicar a "verdadeira história", o perfil estabelece uma oposição explícita às narrativas historicamente produzidas por setores da mídia e por grupos contrários ao MST. Trata-se de uma estratégia de contra-narrativa que desloca o movimento da condição de objeto da

representação para a posição de sujeito que reivindica autoridade para narrar sua própria trajetória.

Essa mudança dialoga diretamente com Stuart Hall (2016), para quem as representações constituem campos permanentes de disputa pela produção dos significados sociais. Nenhuma narrativa é neutra ou definitiva; ao contrário, diferentes grupos competem para definir quais interpretações serão reconhecidas como legítimas. Ao afirmar que apresenta "a verdadeira história", o Acampamento Emília Maria não pretende apenas informar suas atividades, mas disputar o monopólio da produção simbólica acerca da reforma agrária, produzindo aquilo que Hall denomina política da representação.

Essa estratégia também se aproxima das categorias identificadas por Machado e Ronsoni (2022) ao analisarem campanhas políticas desenvolvidas no Instagram. Os autores demonstram que plataformas digitais possibilitam a construção simultânea de estratégias de visibilidade, legitimação, interação, persuasão e institucionalização, permitindo que organizações produzam sua própria imagem pública sem depender exclusivamente da cobertura jornalística tradicional. No caso do Acampamento Emília Maria, essas dimensões aparecem articuladas: o perfil amplia sua visibilidade, fortalece sua legitimidade institucional, estabelece diálogo constante com seguidores e consolida uma identidade comunicacional própria.

Mais do que um espaço destinado à divulgação de acontecimentos internos, o perfil converte-se em uma arena pública de produção de reconhecimento social. As publicações registram atividades produtivas, momentos de formação política, práticas educativas, celebrações culturais, visitas institucionais e parcerias acadêmicas, compondo uma narrativa cotidiana que contrasta com os enquadramentos tradicionalmente associados ao movimento. Em vez da excepcionalidade do conflito, evidencia-se a continuidade da vida coletiva. Em lugar da imagem do enfrentamento permanente, emerge um território marcado pelo trabalho, pela organização comunitária e pela produção de conhecimento.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente na publicação referente ao curso de boas práticas em manuseio de alimentos realizado em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE). A postagem documenta um momento de intercâmbio entre universidade e acampamento, evidenciando processos de formação

técnica, circulação de saberes e fortalecimento das redes institucionais construídas pelo movimento.

Figura 8 – Curso de boas práticas em manuseio de alimentos realizado no Acampamento Emília Maria.



Fonte: Instagram do Acampamento Emília Maria (2026)

A Figura 8 rompe de maneira significativa com os repertórios imagéticos que historicamente caracterizaram a cobertura jornalística do MST. A fotografia não registra ocupações, confrontos ou despejos — imagens frequentemente privilegiadas pela mídia tradicional —, mas um espaço de aprendizagem coletiva, no qual acampados, estudantes e professores compartilham conhecimentos sobre manipulação de alimentos. A legenda da publicação reforça essa dimensão ao agradecer publicamente aos docentes, discentes e parceiros institucionais envolvidos na atividade, produzindo uma narrativa baseada na cooperação e na construção coletiva do conhecimento.

Ante uma perspectiva antropológica, essa imagem evidencia que o Instagram opera como um dispositivo de visibilização do cotidiano, deslocando o foco da excepcionalidade do conflito para a rotina da vida social. O que se torna público não é apenas o acontecimento em si, mas uma determinada interpretação sobre o que

significa viver em um acampamento do MST. A plataforma permite que práticas frequentemente invisibilizadas — educação, extensão universitária, formação profissional, produção agrícola e organização comunitária — passem a integrar a memória pública do movimento.

Essa produção cotidiana de imagens constitui aquilo que Pierre Lévy (2000) denomina inteligência coletiva. As publicações deixam de representar simples registros documentais para atuar como mecanismos de compartilhamento de experiências, fortalecimento das redes de cooperação e circulação de conhecimentos produzidos no próprio território. O Instagram transforma-se, assim, em uma extensão comunicacional do acampamento, permitindo que o território físico continue produzindo relações sociais mesmo para além de seus limites geográficos.

É precisamente essa ampliação das formas de presença política que prepara a discussão das figuras seguintes, nas quais o foco desloca-se das publicações institucionais para os próprios sujeitos que produzem e consomem essas narrativas. Ao observar lideranças e membros do Acampamento Emília Maria utilizando o Instagram em seu cotidiano, torna-se possível compreender que a comunicação digital não constitui uma atividade externa à organização política, mas integra as práticas ordinárias por meio das quais o movimento constrói sua presença, fortalece vínculos e produz novas territorialidades no ciberespaço.

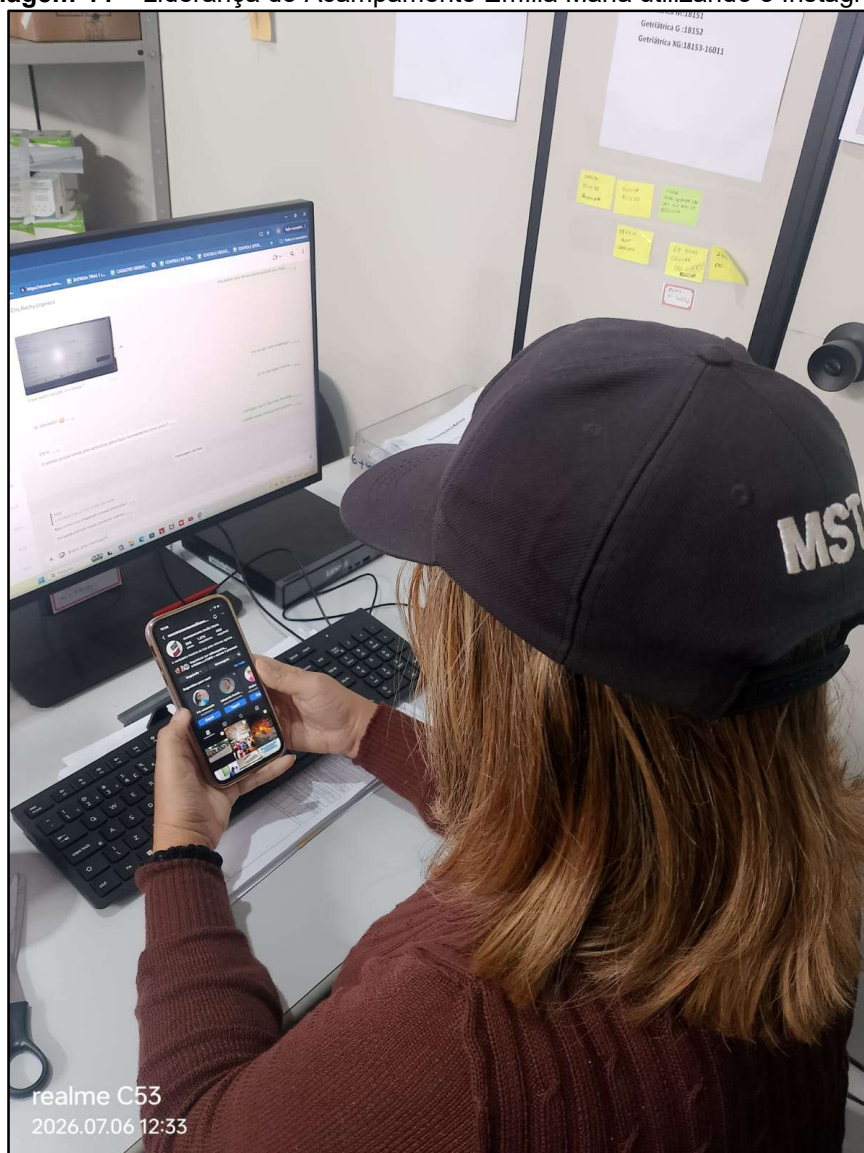
A incorporação do Instagram às práticas cotidianas do Acampamento Emília Maria torna-se ainda mais evidente quando se observa que a produção e a circulação das narrativas digitais não permanecem restritas à página institucional. As imagens produzidas durante o trabalho de campo revelam que lideranças e membros do acampamento acessam constantemente o perfil, acompanham publicações, interagem com seguidores e monitoram a repercussão das atividades desenvolvidas no território. A comunicação digital deixa, assim, de ser uma atividade especializada para integrar a rotina organizativa do movimento, constituindo uma prática ordinária de participação política.

Sob essa perspectiva, a técnica não pode ser compreendida como elemento externo às relações sociais. Conforme argumenta Rifiotis (2012), a antropologia do ciberespaço precisa abandonar a separação moderna entre sujeitos e objetos técnicos, reconhecendo que as tecnologias participam ativamente da produção das práticas sociais. Inspirado em Latour (2012), o autor demonstra que humanos e

artefatos constituem redes sociotécnicas nas quais a ação é permanentemente distribuída. O *smartphone*, portanto, não funciona apenas como instrumento utilizado pelos sujeitos; ele integra a própria rede de mediações que possibilita novas formas de organização, comunicação e construção da vida coletiva.

Essa perspectiva torna-se particularmente visível na fotografia apresentada a seguir. Nela, observa-se uma liderança do Acampamento Emília Maria utilizando simultaneamente computador e telefone celular para acessar o perfil institucional do Instagram. A cena evidencia que a produção das narrativas digitais ocorre em diálogo permanente com outras atividades organizativas do movimento, revelando uma prática comunicacional integrada ao cotidiano político do acampamento.

Imagem 44 – Liderança do Acampamento Emília Maria utilizando o Instagram.



Fonte: Compilação do autor (2025)

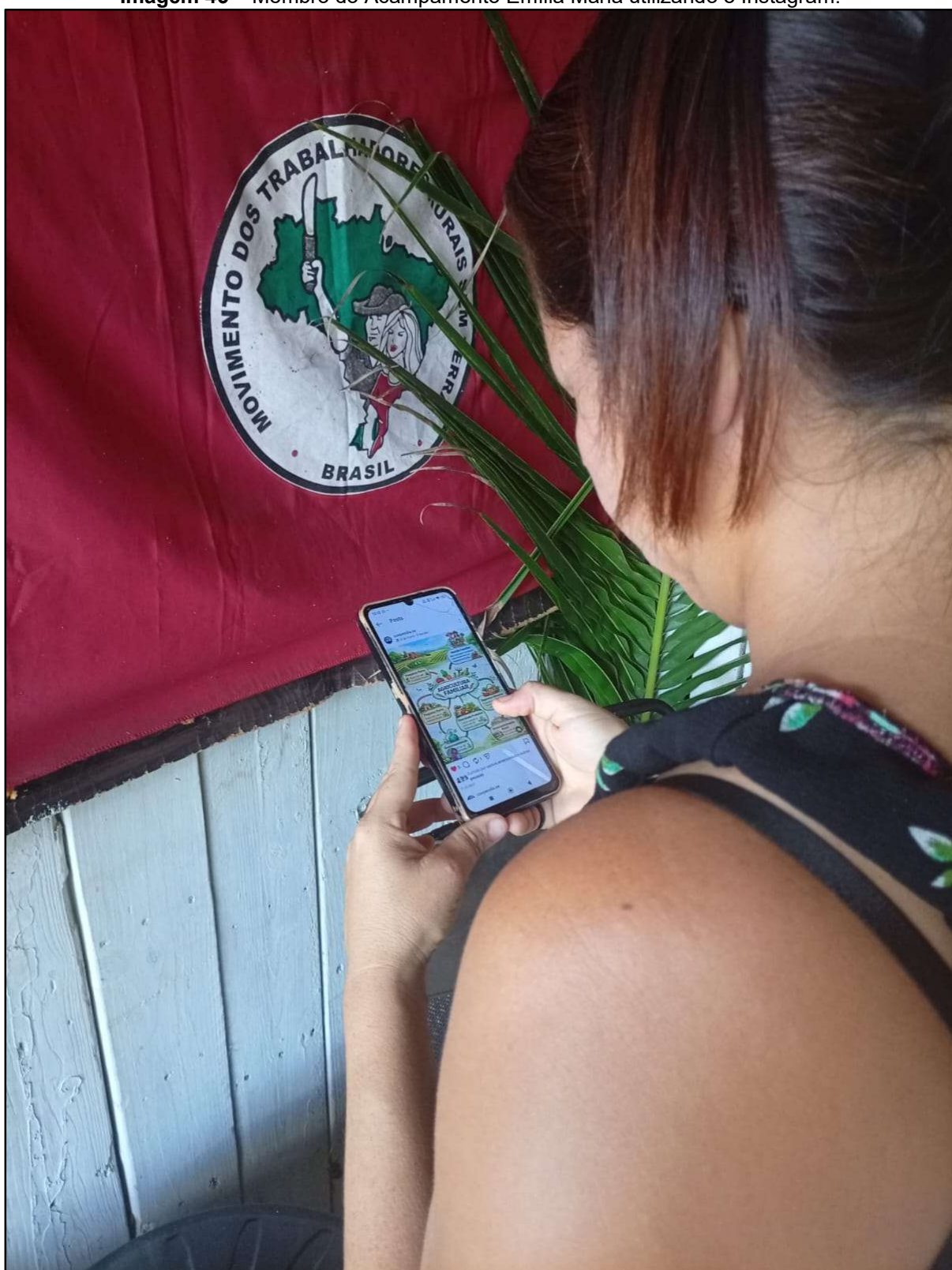
A composição da imagem revela uma série de elementos simbólicos que extrapolam o simples ato de navegar em uma rede social. O boné com a sigla do MST, o computador utilizado como suporte de trabalho e o celular exibindo o perfil oficial do acampamento constituem um conjunto de signos que articulam identidade política, tecnologia e organização coletiva. O enquadramento fotográfico registra um momento aparentemente ordinário, mas que sintetiza uma profunda transformação histórica: a luta pela terra passa também a envolver a gestão cotidiana da presença digital do movimento.

Do ponto de vista antropológico, essa fotografia permite compreender que o Instagram constitui uma extensão do próprio território político do acampamento. Se outrora a territorialização ocorria prioritariamente pela ocupação física da terra, hoje ela também se realiza por meio da ocupação dos espaços digitais de circulação da informação. A presença contínua nas plataformas não substitui a luta material pela reforma agrária, mas amplia suas possibilidades de visibilidade, permitindo que o território conquistado produza novas formas de existência no ciberespaço. O celular transforma-se, assim, em uma tecnologia de territorialização simbólica.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Pierre Lévy (2000), segundo as quais o ciberespaço constitui um ambiente capaz de potencializar processos de inteligência coletiva. A liderança que administra o perfil institucional não atua apenas como emissora de informações, mas como articuladora de uma rede de cooperação na qual fotografias, relatos, vídeos, comentários e compartilhamentos passam a integrar a memória coletiva do movimento. O conhecimento produzido no território físico circula, é reinterpretado e retorna ao acampamento enriquecido pelas interações estabelecidas com diferentes públicos.

Entretanto, essa dinâmica não permanece restrita às lideranças responsáveis pela administração da página institucional. A pesquisa etnográfica evidenciou que os próprios acampados incorporaram o acompanhamento das publicações às suas práticas cotidianas, estabelecendo novas formas de pertencimento e participação política mediadas pelas plataformas digitais. O Instagram deixa de representar apenas um canal oficial de comunicação para converter-se em espaço compartilhado de construção identitária.

Imagem 45 – Membro do Acampamento Emília Maria utilizando o Instagram.



Fonte: Compilação do autor (2025)

A Imagem 45 apresenta uma dimensão particularmente significativa desse processo. Diferentemente da imagem anterior, o registro mostra uma integrante do

acampamento acessando conteúdos do Instagram diante da bandeira oficial do MST. A composição visual estabelece um diálogo simbólico entre o território físico e o território digital. A bandeira, tradicionalmente reconhecida como um dos principais símbolos da identidade do movimento, permanece ao fundo, enquanto o telefone celular ocupa o centro da ação. A fotografia evidencia que ambas as dimensões coexistem e se reforçam mutuamente: a identidade construída historicamente pela luta coletiva passa a ser continuamente atualizada por meio das práticas comunicacionais desenvolvidas nas plataformas digitais.

Mais do que representar um indivíduo utilizando um aplicativo, a imagem documenta uma transformação nas formas contemporâneas de participação política. O pertencimento ao movimento deixa de manifestar-se exclusivamente nas assembleias, ocupações, mutirões ou atividades produtivas, incorporando também práticas cotidianas de produção, circulação e consumo de conteúdos digitais. A esfera política amplia seus espaços de atuação, alcançando o interior das rotinas comunicacionais dos próprios sujeitos envolvidos na luta pela terra.

Essa ampliação dialoga com a compreensão de Carlos Henrique Medeiros de Souza e Marco Aurélio Borges Costa (2005) de que o ciberespaço deve ser entendido como um lugar antropológico, e não como um "não-lugar". Longe de constituir uma realidade abstrata ou paralela, o ambiente digital produz relações sociais, pertencimentos e formas específicas de sociabilidade. O Instagram do Acampamento Emília Maria exemplifica esse processo ao transformar-se em espaço onde memórias são preservadas, identidades são negociadas e novas alianças políticas são continuamente produzidas.

Assim, a etnografia realizada permite sustentar que o Instagram não representa apenas uma inovação tecnológica incorporada pelo MST. A plataforma converte-se em um território político no qual se articulam memória, comunicação, identidade e ação coletiva. Ao produzir suas próprias imagens, narrativas e formas de visibilidade, o Acampamento Emília Maria rompe parcialmente com a condição histórica de objeto das representações produzidas por terceiros e assume o protagonismo na construção pública de sua própria história. É justamente nessa passagem da representação à autorrepresentação que se encontra uma das mais significativas transformações das disputas simbólicas contemporâneas envolvendo os movimentos sociais do campo brasileiro.

A análise das imagens e das observações produzidas durante o trabalho de campo permite avançar para além da ideia de que o Instagram constitui apenas uma ferramenta de comunicação institucional. A etnografia evidencia que a plataforma passou a integrar o próprio repertório de ação política do Acampamento Emília Maria. Fotografar uma assembleia, registrar uma colheita, divulgar uma atividade formativa ou compartilhar uma conquista coletiva deixam de ser ações secundárias para converter-se em práticas constitutivas da luta pela reforma agrária. O ato de comunicar transforma-se, ele próprio, em uma forma de ocupar espaços historicamente monopolizados por discursos externos ao movimento.

Essa constatação aproxima-se da compreensão de Manuel Castells (2013) acerca das redes como espaços de exercício do poder comunicacional. Para o autor, as disputas políticas contemporâneas não se desenvolvem apenas nas instituições tradicionais, mas também nos fluxos de informação que atravessam as redes digitais. Controlar a produção das narrativas significa disputar interpretações sobre a realidade, produzir legitimidade pública e construir formas de reconhecimento coletivo. No caso do Acampamento Emília Maria, a administração do perfil institucional representa precisamente essa tentativa de disputar os sentidos socialmente atribuídos ao MST, oferecendo aos seguidores uma narrativa construída a partir das experiências dos próprios sujeitos envolvidos na luta.

Ao longo da pesquisa, observou-se que grande parte das publicações privilegia acontecimentos ordinários do cotidiano do acampamento: mutirões, plantios, colheitas, atividades educativas, celebrações culturais, reuniões comunitárias e parcerias institucionais. Essa escolha editorial não parece aleatória. Em contraste com a lógica da mídia tradicional, frequentemente orientada pela excepcionalidade do conflito, o perfil do Acampamento Emília Maria produz uma narrativa centrada na permanência da vida social. A visibilidade deixa de ser construída pelo acontecimento extraordinário e passa a ser organizada pela continuidade das práticas coletivas que sustentam o território.

Essa inversão possui profundo significado antropológico. Como demonstra Geertz (2008), a compreensão das sociedades depende menos dos grandes acontecimentos do que da interpretação das práticas ordinárias pelas quais os sujeitos atribuem sentido ao mundo em que vivem. O Instagram, nesse contexto, funciona como um diário etnográfico produzido pelos próprios interlocutores da pesquisa. Cada

postagem registra fragmentos da experiência coletiva do acampamento, produzindo uma memória digital que documenta não apenas eventos específicos, mas formas de viver, trabalhar, celebrar e resistir.

Essa memória assume especial relevância diante dos processos históricos de invisibilização que marcaram os movimentos sociais do campo. Durante décadas, grande parte da documentação pública sobre ocupações, acampamentos e conflitos agrários foi produzida por agentes externos — jornalistas, policiais, órgãos estatais ou pesquisadores. As plataformas digitais alteram parcialmente essa lógica ao permitir que os próprios sujeitos produzam registros sobre suas experiências. O acervo fotográfico disponibilizado no Instagram converte-se, assim, em um arquivo comunitário construído a partir do olhar dos próprios acampados, deslocando as fronteiras tradicionais entre quem observa e quem é observado.

Esse movimento também reconfigura a própria posição do pesquisador em campo. Ao acessar o perfil institucional, acompanhar publicações, observar comentários e dialogar com os interlocutores acerca dos conteúdos compartilhados, a etnografia expande seus espaços de observação para além da presença física no acampamento. O trabalho de campo passa a ocorrer simultaneamente em diferentes territorialidades: na terra ocupada, nas assembleias, nos mutirões, mas também nos ambientes digitais onde essas experiências continuam produzindo interações, interpretações e novas formas de pertencimento. A fronteira entre o território físico e o território digital torna-se cada vez mais permeável.

Nessa perspectiva, a contribuição do presente estudo consiste em compreender o Instagram não apenas como instrumento tecnológico incorporado pelo MST, mas como parte do próprio processo de territorialização desenvolvido pelo Acampamento Emília Maria. Se a ocupação da terra constitui condição material para a reprodução da vida coletiva, a ocupação das plataformas digitais amplia a capacidade do movimento de disputar legitimidade, produzir memória e construir reconhecimento público. A territorialização deixa, portanto, de restringir-se ao espaço geográfico e passa a incluir também o ciberespaço como dimensão estratégica da ação política contemporânea.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Acampamento Emília Maria produz uma dupla ocupação. A primeira ocorre sobre a terra, materializando a reivindicação histórica pela reforma agrária e pela função social da propriedade. A segunda realiza-

se sobre os fluxos comunicacionais das plataformas digitais, onde imagens, narrativas e memórias passam a disputar interpretações acerca da própria luta. Ambas as dimensões são indissociáveis. O território físico fornece a experiência concreta que alimenta as narrativas digitais, enquanto o território digital amplia a visibilidade e a legitimidade das práticas desenvolvidas no espaço material.

A análise desenvolvida neste capítulo permite compreender que a emergência das plataformas digitais não representa apenas uma mudança tecnológica na comunicação do MST, mas uma transformação das próprias condições de produção da esfera pública contemporânea. A criminalização historicamente construída por agentes políticos, setores da mídia e discursos conservadores não desaparece com a expansão das redes sociais; ela se reorganiza em novos ambientes digitais, exigindo igualmente novas formas de resistência.

Nesse cenário, o Instagram deixa de funcionar como simples ferramenta de divulgação institucional para converter-se em uma arena política de disputa simbólica. Ao produzir suas próprias imagens, narrativas e registros cotidianos, o Acampamento Emília Maria desloca-se da condição histórica de objeto das representações para assumir o papel de sujeito da autorrepresentação. A comunicação passa a integrar a própria estratégia política do movimento, produzindo memória, reconhecimento e legitimidade pública diante de processos persistentes de estigmatização.

Assim, a reconfiguração da esfera pública brasileira produziu uma alteração significativa nas formas de atuação dos movimentos sociais. Se anteriormente a disputa pela legitimidade ocorria predominantemente por intermédio dos grandes meios de comunicação, hoje ela também se desenvolve nas plataformas digitais, onde imagens, algoritmos, interações e narrativas constituem novos territórios políticos. O Instagram do Acampamento Emília Maria evidencia precisamente essa transformação ao demonstrar que, na contemporaneidade, ocupar a terra e ocupar os espaços digitais tornaram-se dimensões complementares da luta pela reforma agrária.

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA: O INSTAGRAM E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA

As transformações comunicacionais impulsionadas pelas plataformas digitais modificaram profundamente as formas de organização, mobilização e representação dos movimentos sociais. Se, durante grande parte do século XX, a visibilidade pública desses movimentos esteve condicionada à mediação exercida pelos grandes veículos de comunicação, a expansão das redes sociais digitais possibilitou que grupos historicamente marginalizados passassem a produzir e difundir suas próprias narrativas. Essa mudança desloca parcialmente o monopólio da produção simbólica e inaugura novas arenas de disputa pelos significados sociais, permitindo que sujeitos coletivos assumam o protagonismo na construção de suas identidades públicas.

No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a comunicação nunca se restringiu à circulação de informações. Desde sua constituição, cartilhas, jornais, rádios comunitárias, músicas, místicas, bandeiras e produções audiovisuais constituíram importantes instrumentos de formação política e fortalecimento organizativo. Com a incorporação das plataformas digitais, essas práticas passaram a coexistir com novas formas de comunicação mediadas por algoritmos, imagens e redes de compartilhamento, ampliando significativamente o alcance das narrativas produzidas pelo movimento.

Essa incorporação das tecnologias digitais não representa uma ruptura com as formas tradicionais de organização política, mas uma ampliação do repertório comunicacional do MST. Conforme observa Castells (2013), os conflitos contemporâneos também se desenvolvem nos fluxos de comunicação, onde diferentes atores disputam visibilidade, legitimidade e reconhecimento. A circulação de imagens, vídeos e narrativas nas plataformas digitais passa a integrar as estratégias de ação coletiva, produzindo novas formas de participação política que articulam território, identidade e comunicação.

Sob essa perspectiva, o Instagram constitui um espaço privilegiado para compreender como os próprios acampados produzem representações sobre sua realidade. Diferentemente da cobertura frequentemente realizada pela mídia tradicional, centrada em ocupações, conflitos fundiários e confrontos, as publicações

produzidas pelo Acampamento Emília Maria privilegiam acontecimentos cotidianos, como mutirões, práticas agroecológicas, assembleias, atividades culturais, ações educativas e parcerias institucionais. Ao selecionar esses acontecimentos para compor sua narrativa pública, os interlocutores da pesquisa produzem uma representação do assentamento fundada na coletividade, na produção da vida e na permanência da luta pela reforma agrária.

Essa dinâmica evidencia que comunicar também constitui uma prática política. As imagens compartilhadas deixam de exercer função meramente ilustrativa para atuar como dispositivos de memória, reconhecimento e resistência simbólica. Cada fotografia publicada registra experiências coletivas, preserva acontecimentos cotidianos e produz uma memória social construída pelos próprios sujeitos envolvidos na luta. Trata-se de um movimento que desloca o Acampamento Emília Maria da posição historicamente ocupada de objeto das representações para a condição de produtor de discursos sobre si mesmo, disputando publicamente os significados atribuídos à reforma agrária, ao campesinato e ao próprio MST.

As práticas comunicacionais desenvolvidas pelo Assentamento Emília Maria extrapolam a função informativa normalmente atribuída às redes sociais. A produção cotidiana de fotografias, legendas, vídeos e registros institucionais constitui um processo contínuo de elaboração da memória coletiva, fortalecimento da identidade política e ampliação da visibilidade pública do movimento. Nesse sentido, o Instagram deixa de representar apenas um canal de comunicação para converter-se em um espaço social onde a comunidade interpreta a própria experiência, preserva sua trajetória e disputa reconhecimento na esfera pública.

4.1 Entre a terra e a tela: práticas comunicacionais no cotidiano do Assentamento Emília Maria

As práticas comunicacionais observadas no Assentamento Emília Maria não constituem atividades dissociadas da organização política do movimento. Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que fotografar uma assembleia, registrar um mutirão, divulgar uma feira agroecológica ou compartilhar uma atividade formativa integra o próprio cotidiano da luta pela reforma agrária. A produção de conteúdos para as redes sociais acompanha a dinâmica comunitária e passa a compor o repertório de

ações desenvolvidas pelos acampados, transformando a comunicação em uma dimensão constitutiva da vida coletiva.

Essa incorporação das tecnologias digitais também produz uma diferenciação funcional entre as plataformas utilizadas pela comunidade. Enquanto o WhatsApp organiza a comunicação interna, viabilizando encaminhamentos, reuniões, avisos e decisões cotidianas, o Instagram desempenha uma função voltada à comunicação pública, apresentando ao público externo uma narrativa construída pelos próprios moradores do assentamento. Essa distinção apareceu de forma recorrente durante as entrevistas realizadas com as lideranças.

Um dos coordenadores sintetizou essa diferença ao afirmar:

O WhatsApp é pra gente resolver as coisas daqui. É onde combina reunião, avisa das tarefas, organiza os grupos. O Instagram é diferente. É pra mostrar pra quem tá de fora como é a nossa vida aqui (Coordenador, entrevista concedida ao autor, 20 mar. 2025).

A fala evidencia que os interlocutores atribuem sentidos distintos às tecnologias digitais. O WhatsApp fortalece a organização interna da comunidade, enquanto o Instagram assume uma função política voltada à produção de visibilidade pública. Não se trata apenas de ferramentas com finalidades diferentes, mas de espaços sociais que articulam formas específicas de pertencimento, circulação da informação e construção da imagem institucional do assentamento.

Durante as observações etnográficas, também foi possível perceber que as publicações do Instagram não são produzidas de maneira espontânea. Existe um processo coletivo de seleção das fotografias, definição das legendas e escolha dos acontecimentos considerados relevantes para representar o cotidiano da comunidade. Ao contrário das mensagens efêmeras trocadas nos grupos de WhatsApp, as publicações do Instagram permanecem como registros permanentes da trajetória do assentamento, compondo um acervo público da memória coletiva.

Essa preocupação apareceu na fala de uma das lideranças:

A gente pensa antes de postar. Não é qualquer foto. Tem que mostrar o que a gente faz de verdade, porque é isso que o povo vai conhecer da gente (Entrevistado, entrevista concedida ao autor, 20 mar. 2025).

O depoimento revela que a produção das imagens constitui um exercício permanente de representação social. Publicar significa escolher quais acontecimentos serão preservados e quais aspectos da vida coletiva serão apresentados à sociedade. O Instagram deixa de operar como simples vitrine institucional para converter-se em espaço de elaboração narrativa, no qual os próprios acampados constroem uma imagem pública do movimento fundamentada no trabalho coletivo, na produção agroecológica, na formação política e na solidariedade comunitária.

Figura 9 – Publicação sobre agroecologia e produção de mandioca



Fonte: Instagram do Acampamento Emília Maria (2025)

A publicação apresentada na Figura 9 evidencia que o Instagram do Assentamento Emília Maria ultrapassa a função de divulgar a produção agrícola, constituindo-se como espaço de circulação de conhecimentos e fortalecimento da agricultura familiar. Ao registrar a visita ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), em Itabaiana, o perfil documenta a participação dos assentados em

atividades de capacitação voltadas ao cultivo da mandioca BRS 339, destacando características da variedade, técnicas de manejo e seus potenciais produtivos.

A legenda não se limita a informar a realização da visita, mas compartilha conhecimentos técnicos sobre a cultura agrícola, demonstrando que a comunicação produzida pelo assentamento também possui uma dimensão educativa e extensionista. Ao tornar público esse processo formativo, o perfil apresenta o MST como um movimento comprometido com a inovação tecnológica, a qualificação da produção e o fortalecimento da agricultura familiar, deslocando a atenção dos conflitos fundiários para práticas concretas de desenvolvimento rural.

Essa estratégia dialoga com as reflexões de Castells (2013), para quem as redes digitais constituem espaços privilegiados de produção e circulação de significados. A fotografia da lavoura experimental, associada à descrição das características da mandioca e à menção da parceria com a EMDAGRO, produz uma narrativa que associa a reforma agrária à produção de conhecimento, à pesquisa agrícola e à sustentabilidade. Ao compartilhar essas experiências, o Assentamento Emília Maria disputa representações historicamente construídas sobre o MST e reafirma que a luta pela terra também envolve acesso à ciência, à assistência técnica e à inovação, elementos fundamentais para garantir a permanência das famílias no campo e a função social da terra.

Uma jovem integrante do assentamento também destacou essa dimensão comunicacional:

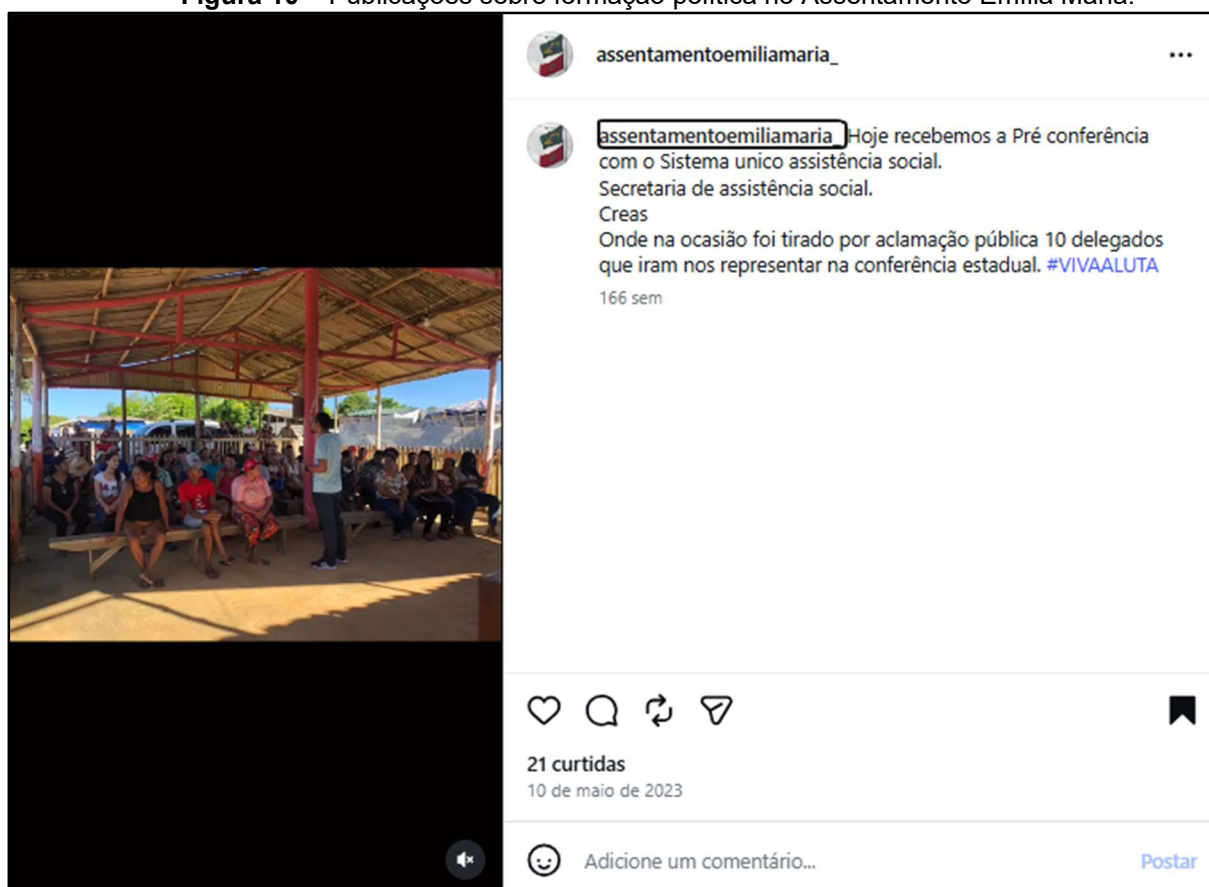
Quando tem mutirão, plantio ou alguma festa, todo mundo tira foto. Depois a gente manda pra página. Quando a publicação sai, parece que a nossa história fica guardada ali (Acampada, entrevista concedida ao autor, 21 mar. 2025).

Ao registrar experiências de formação, produção agrícola e cooperação comunitária, o Instagram não apenas preserva acontecimentos, mas contribui para consolidar uma identidade coletiva construída em torno da agroecologia, da solidariedade e da reforma agrária. A repetição desses conteúdos ao longo do tempo produz uma narrativa compartilhada por meio da qual o assentamento reconhece a si próprio e se apresenta ao público externo.

As observações realizadas durante o trabalho de campo permitem compreender que essas práticas comunicacionais não podem ser reduzidas ao

compartilhamento de conteúdos digitais. Elas constituem formas de organizar a memória social do assentamento, fortalecer o sentimento de pertencimento entre seus membros e ampliar a visibilidade pública de experiências frequentemente invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas. O Instagram participa, assim, da própria produção da vida coletiva, convertendo a comunicação em prática constitutiva da organização política do território.

Figura 10 – Publicações sobre formação política no Assentamento Emília Maria.



Fonte: Instagram do Acampamento Emília Maria (2023)

As publicações do perfil também evidenciam que a organização do Assentamento Emília Maria extrapola a produção agrícola e alcança diferentes espaços de participação política e controle social. A Figura 10 registra a realização da Pré-Conferência Municipal da Assistência Social no próprio assentamento, atividade promovida em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A legenda destaca a eleição, por aclamação pública, de dez delegados responsáveis por representar a comunidade na Conferência Estadual, demonstrando que o assentamento participa ativamente das

instâncias democráticas de formulação e acompanhamento das políticas públicas. Ao compartilhar esse momento, o Instagram documenta práticas de cidadania que raramente aparecem nas representações tradicionais sobre o MST.

A publicação revela que a luta pela reforma agrária não se restringe ao acesso à terra, mas envolve a construção cotidiana de mecanismos de participação política, fortalecimento comunitário e exercício da democracia. A fotografia do barracão comunitário ocupado pelos moradores durante a pré-conferência evidencia que esse espaço assume múltiplas funções: além de sediar assembleias e atividades coletivas, converte-se em ambiente de diálogo entre a comunidade e o poder público. Ao tornar pública essa experiência, o perfil institucional amplia a visibilidade de práticas participativas frequentemente invisibilizadas pelos meios de comunicação, produzindo uma narrativa que associa o MST à organização social, à cidadania e ao acesso às políticas públicas.

Como observa Castells (2013), as plataformas digitais constituem espaços privilegiados de produção de significados, permitindo que movimentos sociais disputem representações e construam novas formas de reconhecimento. Nesse caso, o Instagram do Assentamento Emília Maria transforma um momento de participação democrática em memória pública, reafirmando que a comunicação também constitui uma prática política e um instrumento de fortalecimento da cidadania.

4.2 Entre imagens e territorialidades: fotografia, Instagram e a construção da representação social do Assentamento Emília Maria

A fotografia ocupa um lugar singular na produção do conhecimento antropológico ao possibilitar a apreensão de experiências, relações e significados que frequentemente extrapolam a narrativa escrita. Longe de representar um registro neutro da realidade, ela participa da construção das interpretações produzidas pelo pesquisador, permitindo compreender práticas sociais, modos de habitar o território e formas de organização coletiva. Na fotoetnografia, a imagem não ilustra a análise; ela própria constitui parte da narrativa etnográfica (Achutti, 2004; Eckert; Rocha, 2020).

No Assentamento Emília Maria, as fotografias produzidas durante o trabalho de campo dialogam diretamente com aquelas compartilhadas no perfil oficial do Instagram. Embora pertençam a contextos distintos, ambas constroem

representações sobre o mesmo território. As imagens registradas pelo pesquisador evidenciam aspectos da experiência cotidiana observada em campo, enquanto aquelas publicadas pela comunidade expressam uma narrativa construída pelos próprios assentados sobre quem são, como vivem e quais sentidos atribuem à luta pela terra.

Essa aproximação permite compreender que o território não se limita ao espaço fisicamente ocupado. Ele também é produzido pelas imagens que circulam, pelas narrativas que são compartilhadas e pelas formas como o movimento escolhe tornar-se visível na esfera pública. A ocupação da terra passa, simultaneamente, pela construção material do assentamento e pela produção de uma presença comunicacional capaz de disputar representações historicamente associadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essa dinâmica aproxima-se da Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Bruno Latour (2012). Ao compreender que a vida social resulta das relações estabelecidas entre humanos e não humanos, a teoria permite analisar o assentamento como uma rede composta por sujeitos, terra, ferramentas agrícolas, documentos, fotografias, smartphones, plataformas digitais e diferentes artefatos que participam da organização cotidiana da comunidade. A agência deixa de estar concentrada exclusivamente nas pessoas e passa a ser compartilhada entre os diversos elementos que tornam possível a produção do território.

Entretanto, a adoção dessa perspectiva não elimina as desigualdades que estruturam a questão agrária brasileira. A terra continua sendo objeto de disputa política, marcada pela concentração fundiária e pelas assimetrias entre Estado, mercado e movimentos sociais. Assim, embora objetos e tecnologias participem da construção da vida cotidiana, eles atuam em contextos atravessados por relações históricas de poder que condicionam as possibilidades de ação dos diferentes atores envolvidos.

Durante o trabalho de campo, tornou-se evidente que as tecnologias digitais passaram a integrar essas redes de relações. O WhatsApp organiza assembleias, comunica mutirões, compartilha informações sobre produção agrícola e fortalece a articulação entre as famílias. O Instagram divulga cursos, feiras agroecológicas, atividades educativas e práticas comunitárias, ao mesmo tempo em que amplia a circulação das narrativas produzidas pelo próprio assentamento. Smartphones,

aplicativos e plataformas digitais deixam de ser instrumentos acessórios para se incorporarem ao cotidiano da luta pela terra.

Essa realidade foi sintetizada por um dos coordenadores entrevistados ao afirmar que o WhatsApp organiza reuniões, coordena a logística da produção agrícola e facilita a comunicação entre os moradores, enquanto o Instagram divulga as hortaliças produzidas, fortalece a feira agroecológica, aproxima consumidores e amplia a visibilidade da luta desenvolvida pelo assentamento. A fala demonstra que o território contemporâneo também é produzido pelas conexões estabelecidas entre práticas agrícolas, tecnologias digitais e formas de comunicação.

Essa experiência aproxima-se do que Marilyn Strathern (2014) denomina Efeito Etnográfico. A produção do conhecimento não ocorre de maneira externa ao campo, mas resulta das relações estabelecidas entre pesquisador, interlocutores, tecnologias e práticas observadas. As fotografias produzidas durante a pesquisa, assim como aquelas compartilhadas pelos assentados no Instagram, constituem narrativas construídas em contextos distintos, mas igualmente capazes de produzir interpretações sobre o território.

Ao mesmo tempo, as redes digitais modificam as formas de mobilização e visibilidade dos movimentos sociais. Para Castells (1999), a sociedade em rede amplia a capacidade dos sujeitos de produzir suas próprias narrativas e disputar reconhecimento público. No Assentamento Emília Maria, essa dinâmica torna-se evidente na circulação cotidiana de fotografias, vídeos e mensagens que conectam a vida no campo a diferentes públicos, rompendo os limites geográficos do território e ampliando sua presença na esfera digital.

As fotografias analisadas a seguir não foram organizadas apenas por sua sequência cronológica, mas por diferentes dimensões da experiência social vivida no assentamento. Em conjunto, elas revelam como o território é construído, governado, simbolizado, transformado e projetado para além de seus limites físicos, demonstrando que, na contemporaneidade, a luta pela terra também é uma disputa pela produção de imagens, memórias e representações.

Imagem 46 – Barracos Atemporais



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 46 apresenta um conjunto de moradias distribuídas ao longo do Assentamento Emília Maria. À primeira vista, a imagem evidencia construções simples, cercas de madeira, árvores e caminhos de terra. Entretanto, a paisagem registrada ultrapassa a dimensão material da habitação. Ela expressa um território continuamente produzido pelas práticas cotidianas das famílias, revelando que a permanência na terra é resultado de um processo permanente de construção social.

Habitar, nesse contexto, não significa apenas ocupar uma área destinada à moradia. Como observa Tim Ingold (2015), os seres humanos constroem o mundo ao mesmo tempo em que são transformados por ele. As casas, os quintais, as cercas e a vegetação não constituem elementos isolados, mas registros das relações estabelecidas entre trabalho, memória e território. Cada intervenção realizada pelas famílias modifica a paisagem e, simultaneamente, redefine a experiência de viver naquele espaço.

A fotografia permite perceber que a moradia não representa apenas uma necessidade material. Ela constitui uma afirmação concreta da permanência no território conquistado. Os barracos revelam uma etapa da luta pela terra

frequentemente invisibilizada nas análises sobre o MST: a transformação gradual da ocupação em lugar de vida. Antes da produção agrícola consolidada, das feiras e das atividades comunitárias, existe um cotidiano marcado pela construção das casas, pela organização dos quintais e pela adaptação contínua ao ambiente.

Essa dimensão raramente ocupa posição central nas publicações do Instagram do Assentamento Emília Maria. O perfil institucional privilegia imagens relacionadas às colheitas, assembleias, cursos de formação e atividades coletivas, projetando para a esfera pública um território organizado e produtivo. As moradias aparecem de forma pontual, indicando que a estratégia comunicacional do movimento busca enfatizar conquistas e formas de organização capazes de disputar narrativas historicamente negativas sobre a reforma agrária.

Essa escolha não representa ocultação da realidade, mas um processo de seleção de significados. Como afirma Hall (2016), toda representação resulta da produção cultural de sentidos. Ao priorizar determinadas imagens, o assentamento comunica aquilo que considera fundamental para sua identidade pública. A fotografia etnográfica, por sua vez, desloca o olhar para dimensões menos visíveis dessa narrativa, evidenciando os processos materiais que sustentam a permanência das famílias no território.

As duas imagens, portanto, não competem entre si. Enquanto o Instagram comunica o território já reconhecido por sua organização política e produtiva, a fotografia produzida durante o trabalho de campo evidencia o território em sua dimensão cotidiana, mostrando que a luta pela terra também se realiza na construção lenta das moradias, na organização dos espaços domésticos e na transformação contínua da paisagem. Juntas, essas narrativas ampliam a compreensão sobre o Assentamento Emília Maria ao revelar que sua existência é produzida tanto pelas práticas ordinárias de habitar quanto pelas imagens que circulam para além de seus limites geográficos.

Imagem 47 – Assembleia Geral



Fonte: Compilação do autor (2024)

Se a fotografia anterior evidenciava como o território é habitado, a Imagem 47 desloca o olhar para outra dimensão da vida no assentamento: sua organização política. A Assembleia Geral representa um dos principais espaços de deliberação coletiva do Emília Maria, reunindo moradores para discutir questões relacionadas à produção agrícola, às atividades comunitárias, às parcerias institucionais e aos rumos da própria organização do assentamento.

Mais do que um momento administrativo, a assembleia constitui um espaço de produção permanente da vida coletiva. É nesse ambiente que conflitos são discutidos, consensos são construídos e decisões passam a orientar o cotidiano das famílias. A fotografia registra exatamente esse processo, revelando que a gestão do território não se concentra em lideranças individuais, mas resulta da participação contínua dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade.

Determinados acontecimentos coletivos podem ser compreendidos como performances sociais, pois, conforme argumenta Victor Turner (1974), tornam publicamente visíveis valores, normas e estruturas simbólicas compartilhadas. Nessa perspectiva, a assembleia assume caráter performático ao reafirmar, diante de todos

os participantes, princípios como participação, corresponsabilidade e organização coletiva. Mais do que resolver questões práticas, a reunião produz, atualiza e renova continuamente a identidade política do assentamento.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que essas assembleias ultrapassam o momento registrado na fotografia. As pautas começam a circular dias antes pelos grupos de WhatsApp da comunidade, onde horários são definidos, informações são compartilhadas e encaminhamentos preliminares são discutidos. Quando os moradores ocupam o barracão, parte significativa da articulação política já percorreu diferentes dispositivos de comunicação. O espaço físico e o ambiente digital deixam de constituir dimensões separadas para integrar um mesmo processo organizativo.

Essa articulação evidencia que as tecnologias digitais não substituem os encontros presenciais, mas ampliam sua capacidade de organização. O WhatsApp fortalece a circulação das informações, aproxima famílias distribuídas pelo território e possibilita maior participação nas atividades coletivas. A assembleia permanece como centro da decisão política, enquanto as plataformas digitais tornam-se importantes mediadoras da comunicação cotidiana.

Ao analisar o perfil do Instagram do Assentamento Emília Maria, percebe-se que as assembleias aparecem frequentemente entre as publicações compartilhadas pela comunidade. Diferentemente da cobertura produzida por grande parte da mídia comercial, que historicamente associa o MST aos conflitos fundiários, as imagens divulgadas pelo próprio movimento destacam processos de organização, formação política e construção coletiva das decisões. A representação do assentamento desloca-se do conflito para a participação, evidenciando uma dimensão pouco conhecida da experiência cotidiana vivida pelas famílias.

A recorrência dessas imagens evidencia que o Instagram desempenha papel importante na produção de visibilidade pública da organização política do assentamento. Ao tornar públicas as assembleias, o perfil desloca o olhar da excepcionalidade do conflito para a normalidade da participação democrática, produzindo reconhecimento social acerca das formas coletivas de governança desenvolvidas pela comunidade.

Imagem 48 – Mística



Fonte: Compilação do autor (2024)

Se a assembleia organiza a vida política do assentamento, a mística fortalece sua dimensão simbólica. A Imagem 48 registra um momento no qual alimentos, sementes, bandeiras e outros objetos ocupam o centro do barracão, compondo uma cena cuidadosamente organizada pelos próprios participantes. A fotografia revela que esses elementos ultrapassam sua função material para constituírem uma linguagem por meio da qual o movimento narra sua história, reafirma seus valores e fortalece o sentimento de pertencimento coletivo.

A disposição dos objetos não é aleatória. Os alimentos remetem ao trabalho desenvolvido pelas famílias e à defesa da produção agroecológica; as sementes simbolizam continuidade, esperança e permanência; a bandeira do MST sintetiza décadas de organização política e luta pela reforma agrária. Reunidos em um mesmo espaço, esses elementos transformam o cotidiano em narrativa, permitindo que a história do assentamento seja continuamente atualizada por meio de práticas coletivas.

A mística pode ser interpretada como uma teia de significados produzida coletivamente, uma vez que, para Geertz (2008), a cultura é constituída pelos sentidos que os próprios sujeitos atribuem às suas práticas e experiências. Sob essa perspectiva, a mística organiza símbolos compartilhados capazes de comunicar pertencimento, memória e identidade. Não se trata apenas de um momento que antecede reuniões ou atividades formativas, mas de uma prática pedagógica que transmite valores às novas gerações e reafirma o compromisso coletivo com a luta pela terra.

Essa dimensão simbólica constitui um dos aspectos mais recorrentes nas publicações do Instagram do Assentamento Emília Maria. Fotografias de místicas aparecem em encontros de formação, celebrações, feiras e assembleias, demonstrando que esses momentos ocupam lugar importante na narrativa construída pelo próprio movimento. Diferentemente da fotografia etnográfica, contudo, as imagens divulgadas nas redes sociais costumam privilegiar o conjunto da cena, acompanhadas por legendas que destacam palavras como resistência, esperança, agroecologia e organização popular.

Essa diferença evidencia duas formas distintas de narrar um mesmo acontecimento. A fotografia produzida durante a pesquisa aproxima o olhar dos detalhes que estruturam a composição simbólica da mística, permitindo observar a disposição dos objetos, a relação entre os participantes e os elementos que constituem aquele espaço ritual. O Instagram, por sua vez, transforma esse momento em comunicação pública, ampliando sua circulação e aproximando pessoas que jamais participaram presencialmente daquela experiência.

A mística integra o processo formativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois, conforme destaca Roseli Caldart (2012), a formação política construída pelo MST ocorre por meio de práticas educativas que articulam trabalho, cultura e memória coletiva. Nesse contexto, a mística produz experiências capazes de fortalecer vínculos comunitários e transmitir valores compartilhados pelo movimento. Mais do que preservar lembranças, ela constitui identidades coletivas e reafirma, cotidianamente, o projeto político que sustenta a permanência das famílias na terra.

Ao circular pelas redes digitais, a mística deixa de constituir apenas uma prática interna do movimento para tornar-se referência pública da identidade coletiva do

Assentamento Emília Maria. O Instagram participa da atualização permanente dessa identidade ao reiterar símbolos, valores e narrativas que fortalecem o pertencimento dos próprios acampados e comunicam ao público externo os fundamentos culturais e políticos da luta pela terra.

Dessa forma, o Instagram não apenas registra símbolos compartilhados pelo movimento, mas participa ativamente da produção da identidade coletiva do assentamento ao selecionar, reiterar e difundir referências culturais que fortalecem o pertencimento ao MST.

Imagem 49 – A democracia como prática cotidiana



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 49 registra o momento em que os participantes da assembleia manifestam suas posições por meio da elevação das mãos. O gesto, aparentemente simples, sintetiza uma dimensão fundamental da organização do Assentamento Emília Maria: a construção coletiva das decisões. A fotografia não documenta apenas uma votação, mas evidencia uma prática política incorporada ao cotidiano da comunidade, na qual o território é continuamente produzido por processos participativos.

O ato de levantar as mãos ultrapassa a dimensão procedimental da assembleia. Ele expressa o reconhecimento de que as decisões relativas ao assentamento pertencem ao coletivo e não exclusivamente às suas coordenações. A legitimidade das ações desenvolvidas pelo movimento é construída pela participação dos moradores, tornando a democracia uma prática cotidiana que organiza desde questões produtivas até os encaminhamentos políticos da comunidade.

Essa dinâmica aproxima-se das reflexões de Judith Butler (2018) sobre a dimensão política dos corpos reunidos. Para a autora, a assembleia não representa apenas um espaço de fala, mas uma forma de ação coletiva em que a presença física dos sujeitos também comunica reivindicações e produz reconhecimento público. Na fotografia, os corpos reunidos afirmam a existência de uma comunidade politicamente organizada, capaz de deliberar sobre sua própria realidade e reivindicar o direito de participar das decisões que afetam sua vida cotidiana.

O trabalho de campo permitiu observar que esse exercício democrático não se restringe às reuniões formais. As discussões iniciam-se nos grupos de WhatsApp, continuam nas conversas entre vizinhos, são aprofundadas nas assembleias e permanecem nas atividades desenvolvidas ao longo da semana. A votação registrada na fotografia representa apenas um dos momentos de um processo mais amplo de construção coletiva, no qual diferentes espaços e formas de comunicação se articulam continuamente.

Esse processo também se reflete na comunicação produzida pelo assentamento. As publicações do Instagram frequentemente registram assembleias, encontros comunitários e atividades formativas, apresentando a participação como um dos elementos centrais da identidade do movimento. Não se trata apenas de divulgar acontecimentos, mas de comunicar uma determinada forma de organização social baseada na gestão coletiva do território e na participação direta das famílias.

Essa narrativa assume especial relevância quando comparada às representações historicamente produzidas sobre o MST. Enquanto parte da cobertura jornalística privilegia episódios de conflito e ocupações, o perfil do Assentamento Emília Maria enfatiza imagens que evidenciam diálogo, planejamento e organização comunitária. As fotografias compartilhadas passam a disputar sentidos sobre o movimento, apresentando-o como sujeito coletivo capaz de construir alternativas democráticas de organização da vida no campo.

Nesse sentido, a imagem produzida durante a pesquisa amplia a compreensão desse processo ao registrar não apenas a votação, mas as relações que a tornam possível. Os olhares atentos, a disposição dos participantes e a simultaneidade dos gestos revelam uma prática política construída pela convivência cotidiana. A fotografia permite compreender que a democracia, no Assentamento Emília Maria, não constitui apenas um princípio organizativo, mas uma experiência vivida, reiterada e compartilhada por aqueles que constroem diariamente o território.

A Imagem 49 evidencia, portanto, que a legitimidade do assentamento não decorre apenas do reconhecimento jurídico da terra conquistada. Ela é continuamente produzida pelas práticas coletivas que sustentam a vida comunitária. A participação nas decisões, materializada na assembleia e posteriormente compartilhada nas redes sociais, transforma-se em um dos principais elementos da representação pública do Assentamento Emília Maria, reafirmando que a luta pela terra também se constrói pela democratização das formas de governar o próprio território.

A circulação dessas imagens amplia significativamente a visibilidade pública do assentamento ao apresentar práticas democráticas raramente contempladas pelas representações produzidas sobre o MST. O Instagram transforma a experiência participativa em narrativa pública, reforçando a legitimidade política construída cotidianamente pela comunidade.

As análises desenvolvidas nesta seção evidenciam que as fotografias produzidas durante o trabalho de campo e aquelas compartilhadas no Instagram do Assentamento Emília Maria não constituem narrativas concorrentes, mas complementares. Enquanto a fotografia etnográfica aproxima o olhar das práticas cotidianas, dos gestos, dos espaços e das relações que estruturam a vida comunitária, as imagens publicadas pela própria comunidade organizam uma narrativa pública sobre o assentamento, selecionando acontecimentos, símbolos e experiências que projetam determinada identidade coletiva para além de seus limites territoriais.

Ao longo das imagens analisadas, observou-se que o território é continuamente produzido em diferentes dimensões. Ele é habitado pelas famílias que transformam a terra em lugar de vida; governado por práticas democráticas construídas nas assembleias; simbolizado por rituais, místicas e elementos que fortalecem a memória coletiva; legitimado pela participação política dos sujeitos; e materializado pelo trabalho cotidiano que modifica a paisagem e reafirma a função social da terra. Essas

dimensões não se desenvolvem de forma isolada, mas constituem processos interdependentes que conferem sentido à experiência social vivida no assentamento.

As plataformas digitais ampliam essas experiências ao permitir que elas circulem para públicos muito além da comunidade local. O Instagram deixa de funcionar apenas como espaço de divulgação institucional e passa a integrar as próprias estratégias de territorialização do movimento, produzindo visibilidade, fortalecendo vínculos sociais e disputando representações sobre a reforma agrária. Nesse contexto, comunicar não significa apenas informar acontecimentos, mas produzir reconhecimento, construir legitimidade social e enfrentar narrativas historicamente marcadas pela estigmatização dos movimentos sociais do campo.

A articulação entre fotoetnografia e comunicação digital demonstra que as imagens constituem importantes mediadoras das relações entre território, memória e identidade. Mais do que registrar acontecimentos, elas participam da produção de sentidos sobre o Assentamento Emília Maria, revelando que a luta pela terra também se desenvolve no plano simbólico, onde diferentes atores disputam quais narrativas serão reconhecidas como legítimas na esfera pública. A representação do assentamento deixa de depender exclusivamente dos meios tradicionais de comunicação e passa a ser produzida pelos próprios sujeitos que vivenciam cotidianamente essa experiência coletiva.

Até este momento, a análise concentrou-se nas imagens produzidas pelo perfil institucional e nas fotografias elaboradas durante a pesquisa. Entretanto, compreender as práticas comunicacionais do Assentamento Emília Maria exige também acompanhar a maneira como essas tecnologias são incorporadas ao cotidiano dos próprios interlocutores. A anotação de campo apresentada a seguir busca registrar precisamente essa dimensão vivida da comunicação.

4.3 Anotação de campo: as redes digitais no cotidiano do Acampamento Emília Maria

Ao longo da minha permanência no Acampamento Emília Maria, uma das questões que mais despertou minha atenção foi perceber que parte significativa da vida coletiva não se organizava apenas nos espaços físicos do território, mas também nas redes digitais. Antes mesmo de iniciar a pesquisa, imaginava que encontraria uma comunidade cuja comunicação estivesse centrada nas assembleias, nas reuniões

presenciais e nos encontros cotidianos entre as famílias. No entanto, à medida que fui me aproximando dos interlocutores, compreendi que o cotidiano do acampamento também era atravessado por smartphones, aplicativos de mensagens e redes sociais, incorporados de maneira natural às práticas organizativas e às relações construídas entre os moradores.

Essa percepção surgiu ainda nos primeiros dias de campo. Enquanto aguardava o início de uma assembleia, observei alguns coordenadores reunidos em pequenos grupos, cada um segurando o celular enquanto confirmavam informações recebidas pelo WhatsApp. Antes da chegada de todas as famílias, mensagens continuavam chegando, informando atrasos, comunicando mudanças de horário e esclarecendo dúvidas sobre a pauta da reunião. Aos poucos, compreendi que aquele encontro não começava quando as pessoas ocupavam o barracão, mas muito antes, nos grupos criados dentro do aplicativo.

Durante as conversas informais realizadas ao longo da pesquisa, fui entendendo melhor essa dinâmica. Os próprios moradores explicaram que existe um grupo geral do WhatsApp, destinado aos comunicados de interesse coletivo, além de outros grupos específicos das coordenações e das etapas que organizam territorialmente o acampamento. Nesses espaços circulam diariamente informações sobre mutirões, produção agrícola, reuniões, campanhas de arrecadação, avisos institucionais, pedidos de ajuda, ofertas de produtos, divulgação de cursos, mensagens de solidariedade e até comunicações relacionadas à saúde ou às necessidades emergenciais das famílias.

Em diversos momentos, tive a impressão de que o WhatsApp funcionava como uma espécie de praça comunitária virtual. Era por meio dele que muitas informações chegavam primeiro aos moradores, permitindo que decisões fossem rapidamente compartilhadas entre pessoas distribuídas pelos diferentes espaços do acampamento. Essa circulação permanente de mensagens fazia com que o território permanecesse conectado mesmo quando seus moradores estavam fisicamente distantes uns dos outros, trabalhando em seus lotes ou realizando atividades fora da comunidade.

Ao mesmo tempo em que observava essa intensa utilização do WhatsApp, comecei a acompanhar de maneira sistemática o perfil oficial do Acampamento Emília Maria no Instagram. Inicialmente, meu interesse era apenas identificar como o

movimento divulgava suas atividades. Entretanto, com o passar dos dias, percebi que aquela página constituía muito mais do que um simples espaço de divulgação institucional. Ela produzia uma narrativa própria sobre o acampamento, cuidadosamente construída pelos próprios assentados.

Passei, então, a comparar aquilo que observava presencialmente com aquilo que era posteriormente publicado na plataforma. Essa comparação revelou um aspecto extremamente interessante do trabalho de campo. Muitas das atividades que acompanhei presencialmente reapareciam dias depois no Instagram, porém organizadas em outra linguagem. As fotografias eram selecionadas, editadas e acompanhadas por legendas que contextualizavam as ações desenvolvidas, frequentemente relacionando acontecimentos locais às pautas mais amplas da reforma agrária, da agroecologia, da soberania alimentar e da defesa dos direitos humanos.

Chamou-me atenção o fato de que o perfil praticamente não reproduzia a imagem estigmatizada do MST frequentemente presente em parte da cobertura jornalística nacional. Ao contrário, o Instagram apresentava crianças brincando, famílias trabalhando na terra, hortaliças recém-colhidas, momentos de formação política, celebrações religiosas, místicas, assembleias, visitas institucionais, atividades culturais e feiras agroecológicas. Pouco a pouco fui compreendendo que aquelas escolhas não eram aleatórias. Elas constituíam uma forma de narrar o assentamento a partir da perspectiva de quem vive naquele território.

Em diferentes ocasiões, observei moradores registrando atividades com seus próprios celulares. Fotografavam os plantios, gravavam vídeos das reuniões, registravam a chegada de visitantes e compartilhavam imagens das colheitas. Muitas dessas fotografias reapareciam posteriormente no perfil oficial da comunidade. Esse processo fez com que eu deixasse de compreender o Instagram apenas como uma rede social. Passei a percebê-lo como um espaço de memória coletiva, onde acontecimentos cotidianos eram preservados, organizados e apresentados ao público externo como parte da história do próprio acampamento.

Durante uma dessas situações, acompanhei o coordenador-geral enquanto utilizava o celular para registrar e divulgar parte da colheita realizada no Emília Maria. A produção agrícola não foi apenas recolhida e destinada ao consumo ou à comercialização: tornou-se também objeto de uma prática comunicacional. Entre o

trabalho na terra e a publicação no Instagram, havia um conjunto de escolhas aparentemente simples, mas carregadas de significado: selecionar o que seria mostrado, aproximar-se do produto, experimentar enquadramentos e decidir qual imagem poderia representar publicamente aquela experiência. A cena permitiu observar, no próprio território, como a comunicação digital se encontra incorporada às rotinas produtivas e políticas da comunidade.

Imagem 50 – Coordenador-geral divulgando no Instagram a colheita realizada no Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

Na Imagem 50, o coordenador-geral aparece utilizando o celular enquanto se encontra em um dos espaços cotidianos do Emília Maria. O gesto corporal, a atenção dirigida à tela e a proximidade com os produtos colhidos demonstram que a circulação digital da produção ocorre a partir do próprio território. Não se trata de uma atividade realizada por um agente externo ou por uma equipe profissional de comunicação, mas de uma prática assumida por quem participa diretamente da organização comunitária e conhece os sentidos atribuídos àquilo que será publicado.

O celular deixa de funcionar apenas como objeto de uso pessoal e passa a integrar o repertório de ação coletiva. Por meio dele, o coordenador registra, seleciona e faz circular acontecimentos que poderiam permanecer restritos aos moradores presentes naquele momento. A publicação da colheita amplia sua temporalidade e seu alcance: aquilo que foi produzido na terra transforma-se em conteúdo capaz de chegar a consumidores, apoiadores, militantes, instituições e outros públicos conectados ao perfil. Assim, a imagem mostra que o trabalho comunicacional se desenvolve no interior das práticas ordinárias, articulando produção agrícola, organização política e visibilidade pública.

A produção da postagem, entretanto, não se limita ao momento em que o conteúdo é publicado. Antes de chegar ao Instagram, a narrativa é elaborada por meio de escolhas sobre o objeto fotografado, a posição do corpo, a distância, o ângulo e os elementos que devem permanecer visíveis. As duas imagens seguintes registram esse momento anterior à circulação digital, quando a colheita é convertida em uma representação visual do território.

Imagem 51 – Coordenador-geral fotografando o milho colhido para publicação no Instagram



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 51 registra não apenas o milho colhido, mas o próprio processo de construção de sua visibilidade. Ao posicionar o celular diante da plantação e

aproximar-se do alimento, o coordenador-geral transforma uma atividade cotidiana em acontecimento passível de registro e circulação. Seu gesto sugere que fotografar não consiste simplesmente em reproduzir aquilo que está diante da câmera. É necessário selecionar, recortar e hierarquizar elementos da experiência, definindo o que permanecerá visível e o que ficará fora do enquadramento. O milho passa, assim, de produto do trabalho agrícola a elemento central de uma narrativa sobre o território.

A cena apresenta ainda uma imagem sendo produzida no interior de outra imagem. Enquanto o coordenador enquadra o milho com seu celular, o registro etnográfico captura o coordenador no ato de fotografar. Essa sobreposição de olhares torna visível uma dimensão frequentemente apagada das publicações digitais: antes da fotografia compartilhada existe um sujeito que escolhe sua posição, ajusta o corpo, avalia distâncias e decide o que merece ser mostrado. A postagem final tende a ocultar esse processo, apresentando a imagem como se ela fosse uma expressão imediata da realidade. A fotografia etnográfica, ao contrário, permite observar o trabalho social que antecede sua circulação.

O corpo do coordenador participa ativamente dessa produção visual. A aproximação em relação ao milho e a posição assumida para realizar o registro demonstram que a fotografia resulta de uma relação corporal com o território. Não é apenas o aparelho que produz a imagem: ela emerge do encontro entre corpo, celular, plantação, alimento e intenção comunicacional. O dispositivo técnico amplia a capacidade de circulação da cena, mas são os conhecimentos e as escolhas do sujeito que definem aquilo que será convertido em narrativa pública.

O milho fotografado carrega uma trajetória que o enquadramento não apresenta integralmente. Antes de ser colhido, foi necessário preparar a terra, plantar, acompanhar o crescimento e mobilizar conhecimentos sobre o cultivo. A imagem concentra essa cadeia de ações em um elemento visualmente reconhecível, condensando temporalidades e trabalhos que permanecem parcialmente fora do campo da câmera. Aquilo que aparece como produto final contém relações de cooperação, saberes agrícolas, condições ambientais e expectativas construídas ao longo do processo produtivo.

A transformação do milho em imagem não elimina sua materialidade. É justamente porque foi cultivado e colhido no Emília Maria que o registro adquire força comunicacional. A fotografia não cria uma realidade desvinculada do cotidiano, mas

reorganiza fragmentos da experiência vivida para torná-los inteligíveis a outros públicos. O alimento deixa de circular apenas como objeto de consumo e passa a circular também como representação da produtividade, da permanência na terra e da capacidade de organização dos moradores.

Essa passagem da colheita para a tela constitui uma operação de mediação. Entre aquilo que aconteceu no território e aquilo que será visto no Instagram existem escolhas de ângulo, distância, composição e momento. O enquadramento estabelece uma fronteira simbólica: inclui determinados aspectos da experiência e exclui outros. A imagem produzida não corresponde à totalidade da vida agrícola, mas a uma interpretação situada, elaborada por alguém que participa do território e possui interesses específicos na forma como ele será publicamente apresentado.

O registro não se encerra em uma única tentativa. A mudança de posição e a busca por outra aproximação revelam que a fotografia é produzida por experimentação e seleção. Cada novo enquadramento reorganiza a relação entre o milho, a plantação e o olhar de quem futuramente verá a publicação. Esse movimento demonstra uma preocupação com a legibilidade da cena: tornar a colheita reconhecível para pessoas que não participaram do plantio nem estavam presentes naquele momento.

O coordenador-geral exerce, desse modo, uma forma de curadoria comunitária da visibilidade. Ao decidir o que fotografar e como apresentar a colheita, ele participa da construção de uma memória pública do Emília Maria. O milho deixa de ser apenas parte de uma atividade ordinária e passa a documentar uma conquista cotidiana. Sua imagem pode confrontar representações de improdutividade associadas ao MST e inscrever o território em outra narrativa, marcada pelo trabalho, pela produção de alimentos e pela continuidade da vida coletiva. Fotografar a colheita constitui, portanto, uma prática simultaneamente visual, memorial e política.

Imagem 52 – Produção do registro fotográfico do milho colhido no Emília Maria



Fonte: Compilação do autor (2024)

Na Imagem 52, a posição assumida pelo coordenador-geral revela o envolvimento corporal exigido pela produção do registro. Ao se abaixar e aproximar o celular do milho, ele procura reduzir a distância entre a câmera e o objeto fotografado,

atribuindo centralidade visual à colheita. O corpo ajusta-se à imagem pretendida, demonstrando que a fotografia não é um reflexo automático da realidade, mas o resultado de decisões acerca do que mostrar, de onde olhar e de como apresentar o território.

A sequência formada pelas Imagens 50, 51 e 52 permite compreender que a postagem não começa quando a fotografia aparece no Instagram. Sua produção tem início na terra, no reconhecimento de determinado acontecimento como digno de registro e nas escolhas que antecedem sua circulação. Colher, fotografar, selecionar e publicar constituem momentos articulados de uma mesma prática. O alimento produzido transforma-se em imagem, enquanto a imagem amplia a presença pública do trabalho realizado no Emília Maria.

Desse modo, o coordenador-geral não aparece simplesmente manuseando um celular. Ele realiza uma forma de curadoria comunitária da visibilidade, mediante a qual decide quais acontecimentos serão registrados, quais elementos receberão destaque e que imagem da comunidade será apresentada aos públicos externos. Essa curadoria participa da construção de uma narrativa centrada no trabalho, na produtividade e na capacidade organizativa dos sujeitos, contrapondo-se às representações que reduzem o MST ao conflito, à desordem ou à improdutividade.

O celular configura-se, assim, como um artefato simultaneamente técnico, social e político. Técnico porque possibilita registrar e publicar; social porque conecta o acontecimento aos diferentes públicos; e político porque participa da disputa pelos sentidos atribuídos ao território e aos sujeitos que nele vivem. Ao fazer circular a imagem da colheita, a prática comunicacional produz reconhecimento, documenta uma conquista cotidiana e inscreve o alimento no arquivo visual da comunidade.

A colheita fotografada também passa a integrar a memória coletiva do Emília Maria. Ao permanecer disponível na plataforma, sua imagem pode ser revisitada, compartilhada e reinterpretada em outros momentos, funcionando como registro de uma etapa da produção e da trajetória comunitária. O Instagram não apenas divulga aquilo que ocorreu, mas organiza fragmentos do cotidiano em uma narrativa duradoura sobre trabalho, resistência e permanência na terra. Entre o milho colhido e sua imagem publicada, produz-se, portanto, uma continuidade entre território, memória e comunicação.

Essa experiência também modificou meu próprio olhar enquanto pesquisador. Em vários momentos, ao fotografar determinada atividade, eu me perguntava quais imagens seriam posteriormente escolhidas pelos próprios assentados para representar aquele mesmo acontecimento. Percebi que minhas fotografias buscavam registrar detalhes, gestos, expressões, relações e aspectos que contribuíssem para a compreensão antropológica da vida cotidiana. Já as imagens publicadas no Instagram privilegiavam a construção de uma narrativa pública, destacando elementos capazes de comunicar resistência, organização coletiva, produção de alimentos e fortalecimento da identidade do movimento.

Essa diferença não foi estabelecida somente por meio da comparação individual entre as fotografias de campo e os conteúdos publicados. Em algumas ocasiões, conversei com os moradores sobre as postagens, procurando compreender por que determinadas imagens eram escolhidas, quais acontecimentos consideravam importantes e que sentidos esperavam comunicar aos seguidores do perfil. Um desses diálogos foi registrado na fotografia apresentada a seguir.

Imagem 53 – Pesquisador dialogando com acampada do Emília Maria sobre as postagens publicadas no Instagram



Fonte: Compilação do autor (2024)

A Imagem 53 registra um diálogo entre o pesquisador e uma moradora no interior de uma pequena mercearia situada no Emília Maria. Ambos estão de pé, separados e, ao mesmo tempo, aproximados pelo balcão do estabelecimento. A moradora encontra-se na parte interna, olhando para o celular que segura com as duas mãos, enquanto o pesquisador, do lado externo do balcão, sustenta outro aparelho e se dirige a ela. A interação não se organiza em torno de uma única tela compartilhada, mas do uso simultâneo de dois celulares, por meio dos quais as postagens podem ser localizadas, visualizadas, comparadas e comentadas.

A estrutura da mercearia integra materiais simples e diferentes soluções construtivas. O telhado é formado por chapas onduladas sustentadas por peças de madeira, enquanto as laterais e as divisões internas combinam tábuas, prateleiras e superfícies improvisadas para acomodar os produtos. Uma lâmpada exposta encontra-se suspensa no teto, e a abertura frontal permite a entrada de luz natural no estabelecimento. O balcão demarca a área de atendimento e apresenta um revestimento composto por padrões geométricos e florais em tons claros e acinzentados. À frente dele, uma cadeira de madeira integra a organização cotidiana do espaço.

Ao fundo, prateleiras de madeira e metal sustentam diferentes mercadorias. Garrafas, caixas, pacotes, recipientes e pequenos gêneros alimentícios encontram-se distribuídos de acordo com as possibilidades oferecidas pelo espaço. Na parte superior, sacos maiores são armazenados sobre uma estrutura elevada, aproveitando verticalmente a área disponível. A disposição dos produtos revela uma forma prática de organização, construída a partir das necessidades do comércio e das condições materiais existentes no território. A mercearia aparece, assim, como espaço simultaneamente econômico, doméstico e relacional.

Esses elementos não devem ser tratados apenas como cenário da conversa. A estrutura da mercearia informa sobre as formas pelas quais os moradores produzem condições de trabalho, circulação de mercadorias e atendimento às necessidades cotidianas no interior do Emília Maria. O estabelecimento reduz a necessidade de deslocamentos para a compra de determinados produtos e constitui um ponto de encontro entre os moradores. O balcão, além de organizar as trocas comerciais, torna-

se superfície de apoio para conversas, circulação de informações e interações que ultrapassam a compra e a venda.

É nesse espaço de sociabilidade cotidiana que ocorre o diálogo sobre as postagens do Instagram. A presença dos celulares entre mercadorias, prateleiras, sacos armazenados e objetos de uso diário demonstra que as tecnologias digitais não constituem uma dimensão separada da vida social. Elas são acionadas nos lugares em que os moradores trabalham, comercializam produtos, conversam e constroem relações. A etnografia digital, nesse sentido, não conduziu o pesquisador para fora do território, mas permitiu perceber como as redes digitais se encontram incorporadas aos seus espaços mais ordinários.

A fotografia evidencia que o conteúdo publicado no Instagram não foi analisado como um conjunto autônomo de imagens retiradas de seu contexto social. As postagens foram retomadas em diálogo com os sujeitos que vivem no território, permitindo compreender aspectos que não poderiam ser apreendidos apenas pela observação do perfil. Uma fotografia publicada apresenta aquilo que foi selecionado para aparecer, mas não revela automaticamente as razões da escolha, os acontecimentos que antecederam o registro ou as expectativas envolvidas em sua circulação. A interlocução etnográfica possibilitou acessar parte dessas camadas de sentido.

Na cena, pesquisador e moradora consultam seus próprios aparelhos. A existência de duas telas chama atenção para o caráter distribuído da experiência digital: cada participante acessa o conteúdo a partir de seu dispositivo, de sua trajetória e de sua relação particular com as postagens. Embora observem aparelhos distintos, a conversa cria um campo compartilhado de interpretação. O conteúdo digital circula entre as telas e a fala, sendo localizado, mostrado, explicado e relacionado às experiências vividas no Emília Maria.

O celular deixa, portanto, de funcionar apenas como dispositivo de acesso à plataforma e passa a mediar a própria situação de pesquisa. As postagens retornam ao território como tema de conversa e instrumento de evocação. Aquilo que havia sido registrado e colocado em circulação no Instagram pode ser novamente observado a partir do lugar em que parte dessas experiências ocorreu. Terra e tela aproximam-se não apenas como dimensões do objeto investigado, mas como espaços articulados na construção do conhecimento antropológico.

A cena também permite refletir sobre a posição ocupada pelo pesquisador. Ele não aparece como observador distante nem como intérprete soberano das publicações. Sua postura junto ao balcão, com o celular em uma das mãos, situa-o em uma relação concreta de interlocução. A moradora, por sua vez, não aparece apenas como pessoa observada ou fonte de informações. Ao acessar seu próprio aparelho e participar da conversa, ela contextualiza acontecimentos, recupera experiências e apresenta interpretações acerca dos conteúdos que circulam nas redes.

Essa interlocução não elimina as diferenças de posição entre pesquisador e moradora. Ambos participam da situação a partir de trajetórias, interesses e responsabilidades distintas. A redação da dissertação, a seleção dos conceitos e a responsabilidade pelas interpretações permanecem sob a condução do pesquisador. Entretanto, a análise é atravessada pelas explicações, pelos silêncios, pelas concordâncias e pelos possíveis deslocamentos produzidos durante o diálogo. A colaboração manifesta-se na construção relacional dos sentidos, e não na suposição de uma igualdade absoluta entre os participantes.

O espaço comercial onde a conversa acontece acrescenta outra camada à análise. Ao mesmo tempo que mercadorias circulam fisicamente pela mercearia, fotografias, informações e narrativas circulam digitalmente pelos celulares. O estabelecimento reúne, dessa forma, diferentes circuitos de troca. Produtos são comprados e vendidos, notícias são compartilhadas, postagens são consultadas e interpretações são elaboradas. A vida econômica e a vida comunicacional aparecem articuladas em um mesmo espaço cotidiano.

As publicações também funcionam como elementos de evocação da memória. Ao localizar, rever ou comentar uma postagem, a interlocutora não apresenta necessariamente uma explicação pronta sobre o acontecimento registrado. O contato com a imagem pode suscitar lembranças, recuperar detalhes e produzir novas interpretações a partir das circunstâncias do presente. A postagem participa da conversa e interfere nos caminhos assumidos pela narrativa, conectando o momento do registro, sua circulação digital e sua retomada durante o trabalho de campo.

Nesse sentido, o Instagram não foi acompanhado somente à distância, mediante a navegação individual do pesquisador. O conteúdo digital foi reinscrito nas relações presenciais construídas no Emília Maria. A etnografia passou a acompanhar

os movimentos entre acontecimento, registro, publicação, circulação e interpretação, observando não apenas o que as imagens apresentam, mas também os sentidos produzidos ao redor delas. A mercearia converteu-se, naquele momento, em parte do campo etnográfico no qual território físico e ambiente digital se encontraram.

A Imagem 53 explicita, portanto, que o conhecimento apresentado nesta dissertação não resulta de uma contemplação solitária das telas. Ele foi construído por meio da convivência, da observação, dos registros fotográficos, do acompanhamento das redes e dos diálogos estabelecidos nos espaços cotidianos da comunidade. Ao participar da interpretação das postagens, a moradora contribui para sua contextualização e pode tensionar leituras inicialmente formuladas pelo pesquisador. Essa interlocução não elimina a responsabilidade autoral da análise, mas torna visíveis as relações sociais por meio das quais o conhecimento etnográfico foi produzido.

As práticas comunicacionais observadas no Emília Maria não surgem separadas das atividades materiais desenvolvidas pelos moradores. Elas se alimentam do cotidiano construído no território, transformando acontecimentos, objetos, produtos e formas de trabalho em conteúdos passíveis de registro e circulação. As imagens digitais não antecedem essa realidade nem a substituem. Sua produção depende da existência concreta dos barracos, das áreas cultivadas, dos mutirões, dos alimentos, dos equipamentos e das relações sociais que dão sentido à vida comunitária.

As cenas apresentadas ao longo desta dissertação permitem compreender parte do repertório material do qual podem se alimentar as narrativas digitais do Emília Maria. Esses elementos foram inicialmente apresentados nos capítulos anteriores como evidências das práticas de moradia, produção, cooperação e permanência no território. Retomá-los nesta seção possibilita perceber que as mesmas materialidades também podem ser selecionadas, fotografadas e convertidas em narrativas públicas.

É necessário distinguir, contudo, as fotografias produzidas durante o trabalho de campo daquelas efetivamente publicadas no Instagram. Nem todas as imagens inseridas nesta dissertação circularam no perfil da comunidade, e sua presença no texto não permite afirmar que tenham sido convertidas em postagens. Elas funcionam, antes, como registros etnográficos de práticas e objetos que integram o universo social a partir do qual as narrativas digitais são construídas. A relação entre essas

fotografias e o Instagram não decorre de uma correspondência automática, mas da continuidade existente entre a vida material do território e os temas privilegiados na comunicação da comunidade.

Quando determinadas práticas são escolhidas para registro e publicação, o cotidiano deixa de permanecer restrito àqueles que presenciaram o acontecimento e passa a circular entre outros sujeitos, espaços e temporalidades. A construção de um barraco pode tornar-se narrativa sobre permanência; a mandioca beneficiada pode comunicar trabalho e cooperação; as sementes e os equipamentos da horta podem anunciar preparação e projetos de futuro; o mel acondicionado pode apresentar a capacidade produtiva e comercial da comunidade. A postagem reorganiza esses elementos em uma narrativa visual, atribuindo-lhes sentidos que ultrapassam sua utilização imediata.

Essa passagem da prática para a imagem envolve seleção. Nem tudo o que acontece no território é fotografado, assim como nem toda fotografia é publicada. Entre o acontecimento vivido e sua aparição no Instagram existem decisões sobre o que registrar, qual enquadramento utilizar, que fotografia escolher, como escrever a legenda e em que momento compartilhar o conteúdo. As narrativas digitais são, portanto, recortes situados da experiência coletiva. Elas tornam certos aspectos visíveis, enquanto outros permanecem fora do campo da câmera ou dos critérios de publicação.

A seletividade não diminui o valor dessas imagens como registros da memória coletiva. Ao contrário, permite compreender que toda memória é produzida mediante escolhas, atualizações e enquadramentos. Quando publicadas, as fotografias deixam de registrar apenas um instante e passam a integrar uma sequência narrativa formada por diferentes momentos da trajetória comunitária. Reunidas no perfil, elas constituem um arquivo público, seletivo e continuamente atualizado do Emília Maria, no qual práticas ordinárias são preservadas e apresentadas como partes significativas da história do território.

Esse arquivo não deve ser confundido com uma reprodução integral da vida comunitária. O Instagram apresenta determinadas versões do cotidiano, organizadas segundo os interesses, as expectativas e as estratégias comunicacionais dos sujeitos responsáveis pelo perfil. A plataforma oferece condições de armazenamento e circulação, mas também interfere na visibilidade dos conteúdos por meio de seus

formatos, temporalidades e mecanismos de engajamento. A memória digital resulta, assim, da relação entre as escolhas da comunidade e as condições técnicas de circulação oferecidas pela própria plataforma.

As fotografias analisadas ao longo da dissertação ajudam a compreender o que está em jogo nessa passagem entre terra e tela. Antes de se tornarem imagens, os barracos, os alimentos, as sementes, os equipamentos e os produtos participam de relações de trabalho, sociabilidade e pertencimento. Quando registrados, não perdem inteiramente essa materialidade, mas são reorganizados para comunicar determinados sentidos. A imagem da colheita, por exemplo, não transporta fisicamente o alimento, mas pode tornar visíveis o trabalho investido, a produtividade da terra e o orgulho daqueles que participaram de sua produção.

O Instagram atua, nesse processo, como espaço de prolongamento do território. As práticas continuam ocorrendo materialmente no Emília Maria, mas seus registros passam a circular para além de seus limites geográficos. Seguidores que não estiveram presentes na construção, no plantio, na colheita ou na preparação dos alimentos entram em contato com fragmentos dessas experiências por meio das fotografias e legendas. A circulação digital amplia a presença pública da comunidade e permite que o cotidiano seja mobilizado na disputa pelas representações acerca do MST.

A retomada dessas cenas também impede que as fotografias permaneçam isoladas como simples ilustrações dos temas abordados. No capítulo II, elas oferecem evidências visuais das formas pelas quais os moradores constroem moradia, produzem alimentos, organizam instrumentos e estabelecem relações com agentes externos. Na seção 4.3, essas mesmas materialidades são reposicionadas como parte do repertório narrativo disponível à comunicação digital. Dessa maneira, as imagens participam de dois movimentos analíticos articulados: primeiro, ajudam a interpretar a produção cotidiana do território; depois, permitem compreender como essa experiência pode ser selecionada, registrada e transformada em autorrepresentação.

Entre o acontecimento, a fotografia e a postagem não existe uma passagem neutra. Existe um trabalho comunicacional realizado por sujeitos que reconhecem determinados momentos como dignos de registro e que constroem formas de apresentá-los publicamente. É nesse movimento que o cotidiano se converte em memória digital e em recurso de disputa simbólica. Ao fazer circular imagens do

trabalho, da produção e da organização comunitária, os moradores não apenas informam o que acontece no Emília Maria, mas participam ativamente da elaboração dos sentidos atribuídos ao território e à própria luta pela reforma agrária.

Ao acompanhar continuamente as publicações da página, tornou-se evidente que o Instagram exercia um papel político importante. Ele aproximava consumidores das feiras agroecológicas, divulgava campanhas, fortalecia redes de solidariedade, documentava conquistas, ampliava a circulação das atividades do acampamento e dialogava com outros perfis vinculados ao MST e a diferentes movimentos sociais. As hashtags utilizadas, as marcações em outras páginas e as interações nos comentários demonstravam que o território extrapolava seus limites geográficos e passava a existir também nas redes digitais.

Ao final dessa etapa do trabalho de campo, compreendi que o Acampamento Emília Maria não constrói sua presença apenas pela ocupação física da terra. Ele também ocupa espaços comunicacionais. A terra, os barracos, as hortas, as assembleias e as místicas permanecem fundamentais para a existência da comunidade, mas suas imagens também circulam diariamente pelas redes sociais, produzindo reconhecimento, fortalecendo vínculos e disputando representações sobre o próprio movimento.

Percebi, então, que acompanhar o Instagram do assentamento não significava apenas observar uma ferramenta de comunicação, mas compreender uma dimensão cada vez mais importante da vida social contemporânea: a produção cotidiana de autorrepresentações por sujeitos historicamente silenciados, que passam a narrar a si mesmos sem depender exclusivamente da mediação dos grandes veículos de comunicação.

As análises desenvolvidas neste capítulo permitem compreender que as práticas comunicacionais do Assentamento Emília Maria constituem dimensões centrais da própria organização política do território. O Instagram não atua apenas como plataforma de divulgação institucional, mas como espaço onde memórias são preservadas, identidades coletivas são continuamente produzidas e a visibilidade pública do movimento é estrategicamente construída. Ao selecionar acontecimentos, registrar experiências e compartilhar narrativas sobre a vida cotidiana, os próprios assentados assumem a produção de sua representação pública, convertendo a comunicação em parte constitutiva da luta pela reforma agrária.

Essa compreensão permite avançar para uma questão ainda mais ampla. Se as práticas comunicacionais analisadas neste capítulo evidenciam que o Instagram produz memória, identidade coletiva e visibilidade pública, torna-se necessário investigar como essas narrativas digitais se convertem em estratégias de reconhecimento social e enfrentamento às representações historicamente construídas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É justamente essa passagem da produção cotidiana de imagens para a disputa pública por legitimidade que orienta o Capítulo V, dedicado à análise da autorrepresentação como estratégia de reconhecimento e disputa simbólica na sociedade em rede.

CAPÍTULO V

DA AUTORREPRESENTAÇÃO À LEGITIMIDADE: COMUNICAÇÃO, RECONHECIMENTO E DISPUTAS SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO EMÍLIA MARIA

5.1 Autorrepresentação e produção de legitimidade social

A disputa pela terra nunca se restringiu ao domínio material do território. Ela também se desenvolve no plano simbólico, onde diferentes atores disputam os significados atribuídos à reforma agrária, ao campesinato e ao próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As representações produzidas sobre o movimento influenciam não apenas sua imagem pública, mas também as condições de reconhecimento de suas reivindicações, interferindo na forma como ocupações, assentamentos e sujeitos políticos são percebidos pela sociedade. Nesse contexto, a comunicação constitui um campo estratégico de disputa, no qual diferentes narrativas buscam produzir legitimidade ou reforçar processos de deslegitimação.

Como argumenta Pierre Bourdieu (1997), o poder simbólico manifesta-se na capacidade de definir quais interpretações da realidade serão reconhecidas como legítimas. Mais do que impor ideias, ele opera pela naturalização de classificações que passam a ser percebidas como evidentes. No caso da questão agrária brasileira, expressões como "invasão", "desordem" e "ameaça à propriedade" foram historicamente incorporadas aos discursos políticos e midiáticos, contribuindo para consolidar representações que deslocam a luta pela terra do campo dos direitos sociais para o da criminalidade. Essa produção de sentidos constitui uma forma de violência simbólica, pois transforma interpretações historicamente situadas em aparentes verdades universais.

A imagem pública do MST pode ser compreendida como resultado de disputas em torno da produção de significados, uma vez que, conforme argumenta Stuart Hall (2016), as representações não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente de sua construção. Os sentidos atribuídos aos sujeitos sociais são produzidos em meio a disputas entre diferentes regimes de representação, nos quais determinados discursos se tornam hegemônicos enquanto outros permanecem marginalizados. Nesse contexto, a mídia comercial frequentemente associou o MST a conflitos fundiários, ocupações e episódios de violência, relegando a segundo plano

suas práticas cotidianas de organização comunitária, produção agrícola, formação política e construção de formas coletivas de vida.

Entretanto, a expansão das plataformas digitais alterou parcialmente as condições dessa disputa simbólica. A possibilidade de produzir e difundir narrativas sem depender exclusivamente dos grandes meios de comunicação permitiu que movimentos sociais ampliassem suas formas de autorrepresentação. Conforme Castells (2005), a sociedade em rede fortalece processos de autocomunicação de massa, possibilitando que sujeitos historicamente representados por discursos externos passem a produzir suas próprias interpretações sobre a realidade. Essa transformação não elimina as relações de poder que estruturam a esfera pública, mas amplia as possibilidades de confrontar representações hegemônicas e disputar reconhecimento social.

É nesse cenário que as práticas comunicacionais desenvolvidas pelo Assentamento Emília Maria adquirem relevância antropológica. Ao registrar assembleias, mutirões, práticas agroecológicas, atividades formativas, celebrações e experiências cotidianas, o Instagram deixa de constituir apenas um espaço de divulgação institucional para converter-se em um dispositivo de produção de legitimidade social. As imagens compartilhadas não apenas tornam visível o cotidiano do assentamento, mas confrontam representações historicamente cristalizadas sobre o MST, produzindo narrativas fundamentadas na cooperação, na democracia participativa, no trabalho coletivo e na defesa da função social da terra. A disputa pela terra, nesse sentido, também se realiza pela disputa dos significados atribuídos à própria experiência camponesa.

Ao analisar as representações sociais sobre o MST, torna-se evidente que elas não são homogêneas nem produzidas de maneira espontânea. Diferentes instituições disputam permanentemente a definição pública do movimento, mobilizando discursos que refletem interesses econômicos, políticos e ideológicos distintos. Enquanto organizações vinculadas aos movimentos populares apresentam a reforma agrária como um direito constitucional e um instrumento de democratização do acesso à terra, setores do agronegócio, parte da grande imprensa e determinados agentes estatais frequentemente associam o MST à ilegalidade, ao conflito e à instabilidade social. Essas narrativas não apenas descrevem acontecimentos, mas produzem

enquadramentos que condicionam a forma como a sociedade interpreta a luta pela terra.

Bourdieu (1997) observa que a eficácia do poder simbólico reside precisamente na capacidade de fazer com que determinadas classificações sejam percebidas como naturais. Quando expressões como "invasão de terras", "desordem" ou "ameaça à propriedade privada" passam a ocupar lugar privilegiado na cobertura jornalística, constrói-se uma leitura específica da realidade agrária brasileira, na qual o conflito fundiário aparece desvinculado de suas causas históricas. Invisibilizam-se a concentração fundiária, a função social da propriedade e as desigualdades estruturais que motivam a organização dos trabalhadores rurais, deslocando o debate para uma perspectiva centrada exclusivamente na preservação da ordem.

Essa dinâmica aproxima-se do que Hall (2016) denomina de luta pela significação. Para o autor, as representações constituem arenas de disputa nas quais diferentes grupos procuram estabilizar sentidos sobre pessoas, instituições e acontecimentos. Não existe neutralidade na produção das imagens ou das narrativas sociais, pois toda representação envolve escolhas, silenciamentos e hierarquizações. No caso do MST, a recorrência de determinadas imagens — cercas rompidas, confrontos policiais ou operações de reintegração de posse — produz um repertório visual que tende a eclipsar outras dimensões igualmente constitutivas da experiência camponesa, como o trabalho coletivo, a produção de alimentos, os processos educativos e a organização democrática dos assentamentos.

É justamente diante desse cenário que a autorrepresentação assume centralidade política. Ao produzir suas próprias imagens e narrativas, o Assentamento Emília Maria deixa de depender exclusivamente dos enquadramentos construídos por agentes externos e passa a disputar diretamente os significados atribuídos à sua existência. A produção cotidiana de fotografias, vídeos, legendas e registros das atividades desenvolvidas pela comunidade representa, nesse sentido, um movimento de deslocamento do lugar tradicionalmente ocupado pelos movimentos sociais: de objetos das representações produzidas por terceiros para sujeitos capazes de elaborar, selecionar e difundir suas próprias narrativas.

Essa transformação não elimina as relações desiguais que estruturam o campo da comunicação, mas amplia as possibilidades de reconhecimento social. Conforme Castells (2005), a autocomunicação de massa permite que coletividades

historicamente marginalizadas construam redes próprias de circulação de informações, reduzindo parcialmente a dependência dos meios tradicionais de comunicação. No Assentamento Emília Maria, essa dinâmica manifesta-se na utilização estratégica do Instagram para registrar experiências que dificilmente alcançariam espaço na mídia comercial. As publicações priorizam o cotidiano da comunidade, evidenciando práticas de cooperação, produção agroecológica, formação política, celebrações culturais e parcerias institucionais, compondo uma narrativa que confronta diretamente os estereótipos historicamente associados ao MST.

Mais do que apresentar uma imagem positiva do assentamento, essas práticas comunicacionais produzem um processo contínuo de legitimação social. Cada fotografia publicada, cada relato compartilhado e cada atividade registrada reafirmam publicamente que o território não se organiza em torno da violência ou da desordem, mas do trabalho coletivo, da produção de alimentos, da participação democrática e da construção de formas solidárias de existência. A legitimidade, portanto, não decorre apenas da legalidade das reivindicações pela reforma agrária, mas também da capacidade de tornar visíveis experiências concretas que desafiam as representações hegemônicas historicamente produzidas sobre o movimento.

Essa produção de legitimidade pode ser observada na forma como o Assentamento Emília Maria seleciona os acontecimentos considerados dignos de registro e circulação pública. Diferentemente das narrativas que reduzem o MST aos momentos de conflito, as publicações analisadas privilegiam cenas do cotidiano, como mutirões, assembleias, plantios, colheitas, atividades formativas, celebrações religiosas, encontros culturais e ações desenvolvidas em parceria com universidades e instituições públicas. Essa escolha editorial não é aleatória. Ao conferir visibilidade a essas experiências, o assentamento disputa quais aspectos da vida coletiva devem ocupar o centro das representações sobre a reforma agrária.

A recorrência dessas imagens evidencia que a comunicação produzida pelo assentamento não se limita à divulgação de eventos. Trata-se de um processo contínuo de elaboração simbólica por meio do qual determinados valores são reiteradamente associados à identidade coletiva. A solidariedade aparece nas ações comunitárias; a democracia manifesta-se nas assembleias; a sustentabilidade é evidenciada pelas práticas agroecológicas; e a educação torna-se visível nas

atividades de formação política e nas parcerias com instituições de ensino superior. A repetição desses elementos produz uma narrativa coerente que apresenta o assentamento como um espaço de produção da vida, contrapondo-se às representações centradas na violência e na ilegalidade.

Antropologicamente, essas práticas comunicacionais podem ser compreendidas como formas de construção pública da identidade coletiva. Conforme Hall (2016), as identidades não constituem essências fixas, mas processos continuamente produzidos por meio das representações. Ao selecionar quais imagens circularão nas plataformas digitais, o Assentamento Emília Maria não apenas registra sua trajetória, mas também define como deseja ser reconhecido socialmente. A autorrepresentação transforma-se, assim, em uma prática política de afirmação identitária, na qual comunicar significa também reivindicar o direito de existir segundo categorias produzidas pelos próprios sujeitos da experiência.

Esse processo dialoga igualmente com a noção de reconhecimento desenvolvida por Axel Honneth (2003). Para o autor, o reconhecimento constitui uma condição fundamental para a construção da autoestima coletiva e para a participação igualitária na vida social. Grupos historicamente estigmatizados enfrentam não apenas desigualdades materiais, mas também formas permanentes de desrespeito que comprometem sua legitimidade pública. Nesse sentido, as estratégias comunicacionais do Assentamento Emília Maria extrapolam a função informativa ao produzir condições simbólicas para o reconhecimento da comunidade como sujeito político, produtivo e portador de direitos.

Não se trata, contudo, de substituir uma representação negativa por outra exclusivamente positiva. A análise etnográfica demonstra que as publicações não ocultam o caráter político da luta pela terra nem procuram dissociar o assentamento do MST. Ao contrário, reafirmam constantemente o pertencimento ao movimento, às suas bandeiras, à Reforma Agrária Popular e à defesa da função social da propriedade. O que se transforma é o enquadramento dessa identidade política. Em vez de associá-la ao conflito permanente, as narrativas produzidas pelos próprios assentados evidenciam que a luta também se materializa na produção de alimentos, na educação, na organização comunitária, na preservação ambiental e na construção cotidiana de formas solidárias de convivência.

Essa mudança de enquadramento revela que a disputa simbólica não ocorre apenas em torno da imagem do movimento, mas dos próprios significados atribuídos à reforma agrária. Ao apresentar o território como espaço de produção agrícola, cooperação social e cidadania, o Assentamento Emília Maria desloca o debate da lógica da ocupação para a lógica da permanência. A terra deixa de aparecer exclusivamente como objeto de conflito para tornar-se território vivido, onde relações de parentesco, trabalho, memória, espiritualidade e pertencimento são continuamente produzidas. É justamente essa dimensão da vida cotidiana que tende a permanecer invisibilizada quando prevalecem narrativas centradas apenas nos conflitos fundiários.

Desse modo, a comunicação desenvolvida pelo assentamento pode ser compreendida como uma forma de resistência simbólica. Ao ocupar a esfera pública digital com imagens produzidas pelos próprios sujeitos, a comunidade confronta processos históricos de silenciamento e reivindica autoridade para narrar sua própria experiência. Essa autorrepresentação não elimina as assimetrias de poder existentes no campo comunicacional, mas amplia significativamente a capacidade do movimento de disputar reconhecimento social, produzindo sentidos alternativos sobre o campesinato, a reforma agrária e o próprio MST. É nesse movimento que a comunicação deixa de representar apenas um instrumento de divulgação para constituir uma dimensão inseparável da luta política contemporânea.

Essa dinâmica evidencia que a disputa simbólica não ocorre apenas pela circulação de informações, mas pela definição daquilo que merece ser visto. Como observa Jacques Rancière (2005), toda ordem social estabelece uma "partilha do sensível", delimitando quem pode aparecer, quem possui voz pública e quais experiências são reconhecidas como politicamente relevantes. Durante décadas, a presença do MST na mídia esteve predominantemente associada a conflitos fundiários, operações policiais e disputas judiciais, restringindo a visibilidade do movimento a acontecimentos excepcionais. Permanecer invisíveis em suas práticas cotidianas significava, em certa medida, permanecer excluídos do próprio campo do reconhecimento público.

As publicações do Assentamento Emília Maria operam precisamente na direção oposta. Ao registrar momentos ordinários da vida coletiva, as imagens deslocam o foco do acontecimento extraordinário para a permanência da experiência comunitária. O plantio, a colheita, a construção de espaços coletivos, as atividades

educativas, as celebrações religiosas e os encontros culturais deixam de constituir acontecimentos privados para tornarem-se elementos da narrativa pública do assentamento. A rotina, frequentemente ausente das representações hegemônicas sobre o MST, transforma-se em linguagem política capaz de demonstrar que a reforma agrária produz territórios vivos, organizados e socialmente produtivos.

Sob essa perspectiva, a fotografia assume um papel que ultrapassa sua dimensão documental. Conforme argumenta Freedberg (1989), as imagens não apenas representam o mundo, mas produzem efeitos sociais sobre aqueles que as observam. Fotografias de famílias cultivando a terra, crianças participando de atividades educativas ou trabalhadores reunidos em assembleias não funcionam apenas como registros visuais; elas mobilizam afetos, aproximam experiências e favorecem processos de identificação entre diferentes públicos. A construção da legitimidade passa, portanto, também pela capacidade das imagens de produzir empatia e reconhecimento.

Essa dimensão afetiva torna-se particularmente relevante quando se observa a circulação dessas publicações nas redes sociais. Curtidas, comentários, compartilhamentos e republicações não representam apenas indicadores quantitativos de alcance, mas expressam formas contemporâneas de validação simbólica. Cada interação amplia a circulação da narrativa produzida pelo assentamento e contribui para romper o isolamento comunicacional historicamente imposto aos movimentos do campo. A esfera digital transforma-se, assim, em um espaço de mediação entre o território físico e diferentes públicos urbanos, universidades, organizações sociais e apoiadores da reforma agrária.

A análise etnográfica permite compreender que esse processo não é resultado de uma estratégia exclusivamente técnica de comunicação. As imagens compartilhadas refletem práticas sociais anteriormente constituídas no cotidiano do assentamento. Não se fotografa para inventar uma realidade inexistente, mas para tornar visível uma experiência efetivamente vivida pelos sujeitos que habitam aquele território. A comunicação digital emerge como continuidade das relações comunitárias, das formas de organização coletiva e das práticas de solidariedade construídas ao longo da história do movimento. Nesse sentido, as plataformas digitais não substituem a experiência social; elas ampliam sua capacidade de circulação e reconhecimento.

Essa constatação afasta interpretações que compreendem as redes sociais apenas como instrumentos de marketing institucional. No Assentamento Emília Maria, comunicar não significa construir uma imagem artificialmente positiva do movimento, mas disputar os critérios pelos quais a própria realidade será interpretada. Ao selecionar determinados acontecimentos para circulação pública, os assentados reivindicam autoridade sobre a narrativa de sua história, confrontando versões produzidas por agentes externos e afirmando que a experiência da reforma agrária somente pode ser compreendida a partir das práticas concretas desenvolvidas no território.

É justamente nesse ponto que a autorrepresentação assume seu caráter político mais profundo. Ao produzir suas próprias narrativas, o assentamento rompe parcialmente com uma longa tradição na qual populações rurais foram descritas quase sempre por intelectuais, jornalistas, agentes estatais ou proprietários de terra. A produção das imagens deixa de ser monopólio de observadores externos para tornar-se um exercício cotidiano de autodeterminação simbólica. Não se trata apenas do direito de aparecer, mas do direito de definir como aparecer. É nessa passagem da representação para a autorrepresentação que a comunicação se converte em uma prática de reconhecimento, legitimidade e resistência, reafirmando que a disputa pela terra é também uma disputa permanente pelo poder de narrar a própria existência.

Essa legitimidade, entretanto, não decorre exclusivamente da circulação das imagens, mas da relação estabelecida entre aquilo que é comunicado e as práticas sociais efetivamente vivenciadas pela comunidade. A etnografia realizada no Assentamento Emília Maria permitiu observar que as publicações no Instagram não constituem eventos isolados produzidos para o ambiente digital. As fotografias registram assembleias que efetivamente aconteceram, mutirões realizados pelos próprios assentados, atividades de formação, celebrações religiosas, feiras, plantios e colheitas acompanhados durante o trabalho de campo. Existe, portanto, uma continuidade entre a experiência social e sua representação pública, conferindo credibilidade às narrativas produzidas pela comunidade.

Essa constatação aproxima-se da reflexão de Geertz (2008), para quem a cultura deve ser compreendida como uma teia de significados continuamente produzida pelos próprios sujeitos sociais. As imagens compartilhadas pelo assentamento não apenas ilustram acontecimentos, mas comunicam valores

coletivamente construídos. A cooperação observada nos mutirões, a participação democrática nas assembleias, a valorização da agroecologia e a presença constante de crianças, jovens e idosos nas atividades revelam uma forma específica de organização social que se torna inteligível por meio da comunicação. As fotografias, nesse sentido, funcionam como textos culturais capazes de condensar símbolos, práticas e formas de pertencimento.

A dimensão performática das práticas coletivas do MST pode ser compreendida à luz das contribuições de Victor Turner (1982), para quem determinados acontecimentos sociais constituem performances por meio das quais grupos tornam visíveis seus valores, identidades e formas de organização. Sob essa perspectiva, as assembleias, celebrações, encontros formativos, jornadas de trabalho coletivo e manifestações públicas realizadas no Assentamento Emília Maria extrapolam funções meramente administrativas ou produtivas, configurando-se como espaços simbólicos de reafirmação da memória coletiva, fortalecimento dos vínculos comunitários e atualização permanente da identidade política do movimento. Ao serem registradas e compartilhadas nas plataformas digitais, essas performances ultrapassam os limites do território físico do assentamento, ampliam sua visibilidade pública e passam a disputar novos espaços de reconhecimento, nos quais a autorrepresentação desafia narrativas estigmatizantes historicamente produzidas sobre o MST.

Esse movimento evidencia que o Instagram não atua como um espaço separado da vida social do assentamento, mas como uma extensão das relações construídas no território. As práticas comunicacionais analisadas durante a pesquisa revelam que a plataforma digital participa da própria produção do território, uma vez que amplia a circulação das experiências vividas, fortalece vínculos com apoiadores externos e projeta a comunidade para além de seus limites geográficos. O território deixa de ser definido apenas por sua dimensão física para incorporar também os espaços digitais onde sua existência passa a ser narrada, reconhecida e disputada.

Nessa perspectiva, o território comunicacional não substitui o território conquistado pela luta social. Ambos constituem dimensões complementares de um mesmo processo político. Se a ocupação da terra representa a materialização do direito constitucional à reforma agrária, a ocupação da esfera pública digital representa a reivindicação do direito de produzir significados sobre essa conquista. A permanência do assentamento depende não apenas da posse da terra, mas também

da capacidade de construir reconhecimento social suficiente para enfrentar discursos que procuram deslegitimar sua existência.

É justamente por essa razão que a comunicação desenvolvida pelo Assentamento Emília Maria pode ser compreendida como uma prática de resistência simbólica. Resistir não significa apenas contestar discursos produzidos por agentes externos, mas elaborar narrativas capazes de deslocar os próprios critérios pelos quais a realidade é interpretada. Ao evidenciar trabalho, solidariedade, produção agroecológica, educação e organização coletiva, o assentamento confronta a redução do MST à imagem do conflito permanente e reivindica o reconhecimento de outras formas de existência camponesa. A comunicação deixa de responder às acusações formuladas pelos discursos hegemônicos para afirmar positivamente uma identidade construída pelos próprios sujeitos da experiência.

Essa mudança revela uma transformação significativa nas formas contemporâneas de atuação dos movimentos sociais. Se, durante grande parte do século XX, a disputa política concentrava-se na ocupação dos espaços institucionais e das ruas, a expansão das plataformas digitais incorporou uma nova arena de confrontação simbólica. A luta pelo reconhecimento passou a incluir a produção cotidiana de imagens, narrativas e memórias capazes de disputar interpretações sobre a realidade social. No caso do Assentamento Emília Maria, essa disputa demonstra que a comunicação não representa uma atividade complementar ao projeto político da reforma agrária, mas uma dimensão constitutiva da própria permanência e legitimidade do movimento na sociedade contemporânea.

As evidências produzidas ao longo da pesquisa permitem afirmar que as práticas comunicacionais desenvolvidas pelo Assentamento Emília Maria não podem ser compreendidas como iniciativas isoladas de divulgação institucional. Elas constituem mecanismos permanentes de produção de legitimidade social, por meio dos quais a comunidade disputa publicamente os significados atribuídos ao MST e à própria reforma agrária. A comunicação torna-se, assim, uma dimensão constitutiva da organização política do assentamento, integrando o conjunto de estratégias voltadas à permanência no território, ao fortalecimento da identidade coletiva e à ampliação das redes de solidariedade.

A análise etnográfica evidencia ainda que a legitimidade produzida pelo assentamento não resulta de discursos abstratos, mas da visibilização das práticas

concretas que estruturam a vida cotidiana da comunidade. As imagens publicadas reiteram valores como trabalho coletivo, participação democrática, sustentabilidade ambiental, educação, solidariedade e cooperação, produzindo uma narrativa que confronta representações historicamente marcadas pela criminalização. Ao invés de responder exclusivamente aos discursos hegemônicos, o assentamento desloca o foco da disputa ao construir uma representação fundamentada na experiência vivida pelos próprios sujeitos que habitam o território.

Essa dinâmica demonstra que a autorrepresentação constitui um processo político de longa duração. Cada publicação integra uma narrativa mais ampla, continuamente atualizada, que reafirma perante diferentes públicos a existência de um território organizado, produtivo e socialmente reconhecido. A legitimidade não decorre apenas da frequência das postagens ou do alcance obtido nas plataformas digitais, mas da coerência entre as práticas sociais observadas no cotidiano e as representações compartilhadas publicamente. É essa coerência que fortalece a credibilidade das narrativas produzidas pelo assentamento e amplia sua capacidade de disputar reconhecimento na esfera pública.

Com base nas evidências produzidas durante o trabalho de campo e na análise das publicações realizadas pelo Assentamento Emília Maria, foi elaborado o quadro a seguir. Longe de constituir um manual prescritivo de comunicação, ele sistematiza estratégias observadas empiricamente que contribuem para fortalecer a autorrepresentação, ampliar a legitimidade social do assentamento e confrontar narrativas historicamente produzidas sobre o MST.

Quadro 2 – Estratégias comunicacionais para fortalecimento da legitimidade social do Assentamento Emília Maria

Estratégia comunicacional	Objetivo	Narrativa hegemônica confrontada	Potencial de produção de legitimidade
Divulgação do cotidiano do assentamento	Potencializar a comunidade	"O MST vive apenas de conflitos."	Evidencia a vida cotidiana, o trabalho e as relações comunitárias.
Registro da produção agroecológica	Demonstrar capacidade produtiva	"Assentamentos são improdutivos."	Associa a reforma agrária à produção de alimentos e à sustentabilidade.
Divulgação de assembleias e reuniões	Tornar visível a organização democrática	"O movimento é desorganizado."	Reforça transparência, participação e gestão coletiva.
Publicação de atividades educativas	Evidenciar processos formativos	"O assentamento é espaço de atraso."	Valoriza educação popular e produção de conhecimento.

Divulgação de parcerias com universidades	Fortalecer reconhecimento institucional	"O MST está isolado da sociedade."	Aproxima movimento, ciência e instituições públicas.
Registro da participação de mulheres, jovens e crianças	Demonstrar diversidade social	"O movimento possui liderança homogênea."	Humaniza o assentamento e evidencia pluralidade geracional e de gênero.
Cobertura de eventos culturais e religiosos	Valorizar práticas culturais	"O assentamento resume-se à luta política."	Evidencia dimensões simbólicas, culturais e comunitárias da vida coletiva.
Uso de depoimentos dos próprios assentados	Produzir autorrepresentação	Narrativas produzidas exclusivamente por agentes externos.	Confere protagonismo aos sujeitos da experiência.
Divulgação de feiras e comercialização	Demonstrar inserção econômica	"A reforma agrária não produz desenvolvimento."	Evidencia geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.
Utilização de hashtags e redes colaborativas	Ampliar circulação das narrativas	Invisibilidade do movimento na esfera pública.	Expande redes de apoio, reconhecimento e solidariedade.

Fonte: Elaborado pelo autor

A sistematização apresentada no quadro evidencia que as estratégias comunicacionais observadas durante a pesquisa ultrapassam preocupações relacionadas ao alcance das publicações ou à frequência das postagens. Em conjunto, elas revelam um projeto político de comunicação fundamentado na produção de reconhecimento social. Mais do que informar acontecimentos, essas práticas reorganizam simbolicamente a forma como o assentamento deseja ser percebido, deslocando o olhar do conflito para a vida cotidiana, da criminalização para a cidadania e da excepcionalidade da ocupação para a permanência de um território socialmente organizado.

Nesse sentido, esse conjunto de estratégias pode ser compreendido como um processo de ressignificação das fronteiras simbólicas que historicamente separaram os movimentos sociais rurais dos espaços considerados legítimos de produção de conhecimento e de representação pública. Ao compartilhar suas próprias narrativas, o Assentamento Emília Maria reivindica não apenas visibilidade, mas autoridade para definir os significados de sua experiência coletiva. Essa mudança de posição altera profundamente a relação entre observador e observado, rompendo com uma tradição na qual os sujeitos do campo apareciam predominantemente como objetos do discurso produzido por instituições externas.

É precisamente essa inversão que constitui uma das principais contribuições das práticas comunicacionais analisadas nesta pesquisa. A legitimidade deixa de depender exclusivamente do reconhecimento concedido por agentes estatais, meios

de comunicação ou instituições acadêmicas e passa a ser continuamente produzida pelos próprios assentados, que transformam a comunicação em uma prática cotidiana de resistência, memória e afirmação política. A disputa pela terra, portanto, revela-se inseparável da disputa pelo direito de narrar, interpretar e tornar pública a própria existência.

5.2 As disputas simbólicas na sociedade em rede: potencialidades e limites da autorrepresentação

Embora as estratégias comunicacionais desenvolvidas pelo Assentamento Emília Maria ampliem significativamente sua capacidade de produzir reconhecimento social, elas não eliminam as relações desiguais que estruturam o campo da comunicação. A disputa simbólica em torno da reforma agrária permanece atravessada por profundas assimetrias entre os diferentes agentes que produzem representações sobre o campo brasileiro. Enquanto grandes conglomerados midiáticos, setores do agronegócio e determinadas instituições políticas dispõem de recursos econômicos, tecnológicos e ampla capacidade de difusão, movimentos sociais como o MST constroem sua comunicação a partir do trabalho militante, da colaboração coletiva e do uso cotidiano das plataformas digitais.

Essa desigualdade evidencia que o crescimento das redes sociais não significou, necessariamente, uma democratização da esfera pública. Conforme argumentam Couldry e Hepp (2017), embora as plataformas ampliem as possibilidades de participação, elas permanecem organizadas por estruturas de poder que condicionam quais vozes alcançam maior circulação. A lógica algorítmica privilegia conteúdos de elevado engajamento, monetização e permanência dos usuários, tornando a visibilidade um recurso disputado e constantemente regulado pelas empresas responsáveis pelas plataformas.

Na prática, essa dinâmica torna-se evidente quando o assentamento precisa manter uma rotina permanente de produção de conteúdo para continuar visível. Fotografias das colheitas, registros das assembleias, vídeos de mutirões, comemorações do Dia da Mulher, atividades com crianças ou encontros de formação política não são publicados apenas para informar seguidores. Cada postagem responde também à necessidade de manter ativa a presença digital da comunidade

diante de algoritmos que tendem a invisibilizar perfis com baixa frequência de atualização.

Essa realidade modifica o próprio cotidiano organizativo do movimento. Se antes a comunicação concentrava-se em jornais impressos, boletins internos, rádios comunitárias e atos públicos, hoje ela exige planejamento permanente, produção audiovisual, edição de imagens, elaboração de legendas e acompanhamento das interações nas redes sociais. Jovens assentados passam a assumir funções relacionadas à fotografia, ao vídeo e à gestão das páginas institucionais, incorporando competências comunicacionais que se somam às atividades produtivas e organizativas já desenvolvidas no território.

Ao mesmo tempo, as redes sociais tornam-se espaços privilegiados para responder rapidamente às narrativas produzidas por veículos tradicionais de comunicação. Em situações de ocupações, despejos, mobilizações estaduais ou conflitos fundiários, o Instagram do assentamento permite divulgar imagens produzidas pelos próprios participantes, apresentar versões construídas a partir da experiência dos sujeitos envolvidos e registrar acontecimentos que, muitas vezes, chegam à imprensa convencional de forma fragmentada ou marcada por enquadramentos criminalizantes. A autorrepresentação, nesse contexto, transforma-se em estratégia política de disputa pelo significado dos acontecimentos.

Essas práticas revelam que o território contemporâneo não se restringe à sua dimensão física. A permanência na terra continua dependendo da organização coletiva, da produção agrícola, da cooperação entre as famílias e da consolidação de vínculos comunitários. Contudo, passa igualmente a depender da capacidade de construir legitimidade pública diante de uma sociedade fortemente mediada pelas tecnologias digitais. Defender o território significa também ocupar espaços comunicacionais capazes de tornar visíveis as experiências, os conflitos e os projetos políticos desenvolvidos pelo movimento.

Entretanto, a experiência digital não substitui a vida cotidiana que lhe dá origem. A pesquisa de campo demonstrou que a força das narrativas produzidas pelo Assentamento Emília Maria decorre precisamente de sua estreita relação com práticas efetivamente vividas. As imagens analisadas registram mutirões de plantio, reuniões organizativas, cursos de formação, festas comunitárias, atividades culturais e momentos de convivência entre as famílias. Não se trata de conteúdos produzidos

exclusivamente para as redes sociais, mas de registros que emergem das próprias experiências coletivas desenvolvidas no assentamento.

Essa correspondência entre experiência e representação fortalece a credibilidade das publicações e diferencia a autorrepresentação de estratégias estritamente promocionais. Conforme observa Geertz (2008), a cultura manifesta-se nos significados produzidos pelos próprios sujeitos em suas práticas sociais. Assim, as fotografias e os vídeos compartilhados pelo assentamento não apenas documentam acontecimentos, mas expressam formas específicas de interpretar o trabalho coletivo, a solidariedade, a luta pela terra e a construção cotidiana do território.

Sob essa perspectiva, o Instagram passa a operar menos como vitrine institucional e mais como um arquivo vivo da memória coletiva. Cada publicação incorpora fragmentos da trajetória da comunidade, registrando conquistas, dificuldades, celebrações, processos formativos e experiências de resistência que, reunidos ao longo do tempo, constituem um patrimônio simbólico do assentamento. As imagens deixam de possuir apenas função informativa para assumir relevância histórica, preservando memórias que poderão ser revisitadas por futuras gerações de assentados, pesquisadores e militantes.

É justamente nessa articulação entre comunicação, memória e reconhecimento que reside uma das principais contribuições antropológicas desta pesquisa. A experiência do Assentamento Emília Maria demonstra que a luta pela terra ultrapassa a conquista do espaço físico e envolve, igualmente, a disputa pelo direito de narrar essa experiência. Em diálogo com Hall (2016), pode-se afirmar que produzir representações sobre si mesmo constitui também uma forma de disputar hegemonias simbólicas. Ocupar a esfera digital significa, portanto, ocupar um território de produção de sentidos, no qual diferentes projetos de sociedade confrontam suas narrativas sobre reforma agrária, cidadania, democracia e direitos sociais.

VI OCUPANDO A TERRA E A TELA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há terras que se ocupam com enxadas, lonas e sementes. Outras são ocupadas por palavras, imagens, memórias e narrativas. Ao longo desta pesquisa, tornou-se evidente que o Acampamento Emília Maria habita simultaneamente esses dois mundos. Enquanto seus sujeitos cultivam a terra, constroem moradias, realizam assembleias e organizam coletivamente a vida cotidiana, também produzem fotografias, registram acontecimentos, compartilham experiências e disputam publicamente os significados de sua própria existência. Entre a terra e a tela não existe separação; há continuidade. O território não termina onde se encerram os limites físicos do assentamento, mas prolonga-se nas narrativas, nas imagens e nas redes de relações que sustentam sua presença na esfera pública.

Foi justamente essa continuidade que orientou esta investigação. Mais do que compreender o uso de uma plataforma digital por um movimento social, esta dissertação buscou interpretar como as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria participam da produção do território, da construção de identidades coletivas e das disputas simbólicas em torno da luta pela terra. Ao deslocar o foco das tecnologias para os sujeitos que lhes atribuem sentido, a pesquisa procurou compreender a comunicação como prática social, política e cultural, inseparável das formas pelas quais homens e mulheres organizam a vida coletiva, preservam memórias, produzem pertencimentos e reivindicam reconhecimento.

A convivência etnográfica revelou que o cotidiano do Acampamento Emília Maria não pode ser reduzido às imagens historicamente difundidas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O território observado durante o trabalho de campo apresentou uma realidade marcada por relações de solidariedade, organização coletiva, produção agrícola, celebrações, formação política, práticas educativas e experiências comunitárias que conferem sentido à permanência das famílias na terra. Essas práticas constituem o território como espaço vivido, continuamente produzido pelas relações sociais, pelos afetos e pelas memórias compartilhadas entre aqueles que dele fazem parte.

Ao acompanhar essas experiências, tornou-se igualmente evidente que elas não permanecem restritas ao espaço físico do assentamento. As fotografias, os vídeos, os relatos e as publicações compartilhadas pelos próprios assentados

prolongam essas práticas nos ambientes digitais, produzindo novas formas de circulação da memória, do pertencimento e da ação política. A comunicação emerge, assim, não como uma atividade acessória da luta pela reforma agrária, mas como dimensão constitutiva da própria experiência coletiva, por meio da qual o território continua sendo narrado, interpretado e socialmente reconhecido.

A questão que orientou esta pesquisa perguntava como as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria participam da produção do território, da construção de identidades coletivas e das disputas simbólicas em torno da luta pela terra no contexto contemporâneo. Ao longo da investigação, tornou-se possível compreender que essas práticas extrapolam a função de informar ou divulgar acontecimentos. Comunicar, para os sujeitos da pesquisa, constitui uma forma de produzir território, organizar a memória coletiva, fortalecer vínculos de pertencimento e disputar reconhecimento público. A comunicação revelou-se, portanto, uma prática constitutiva da experiência social do assentamento, articulando dimensões materiais e simbólicas da luta pela reforma agrária.

O primeiro objetivo específico consistiu em caracterizar os processos de constituição do Acampamento Emília Maria, evidenciando sua organização coletiva, as memórias da ocupação e as práticas cotidianas que produzem o território como espaço de pertencimento e resistência. A etnografia demonstrou que o território não pode ser reduzido ao espaço físico conquistado pelas famílias. Ele é permanentemente produzido nas assembleias, nos mutirões, nas celebrações, nas práticas agrícolas, nas relações de solidariedade e nas memórias compartilhadas pelos sujeitos que fazem daquele espaço um lugar de existência coletiva. A ocupação da terra mostrou-se, antes de tudo, um processo contínuo de territorialização, no qual pertencimento, organização política e produção da vida tornam-se dimensões inseparáveis.

O segundo objetivo buscou analisar como a reconfiguração da esfera pública e os processos de criminalização dos movimentos sociais transformaram as plataformas digitais em arenas de disputa política. A pesquisa evidenciou que a emergência das redes sociais ampliou significativamente as possibilidades de produção de narrativas pelos próprios movimentos sociais, sem eliminar, contudo, as assimetrias que estruturam o campo comunicacional. As plataformas digitais constituem espaços de disputa, nos quais diferentes projetos de sociedade procuram estabilizar sentidos

sobre a reforma agrária, o campesinato e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse contexto, a comunicação digital emerge como uma dimensão estratégica da ação política contemporânea.

O terceiro objetivo permitiu interpretar as práticas comunicacionais desenvolvidas no Acampamento Emília Maria, compreendendo o Instagram como espaço de produção de memória, identidade coletiva e visibilidade pública. A investigação demonstrou que as publicações realizadas pelos próprios assentados não se restringem ao registro de acontecimentos cotidianos. Fotografias, vídeos, legendas e narrativas constituem formas de organizar a experiência coletiva, preservar memórias da luta, fortalecer identidades e ampliar redes de solidariedade. O Instagram revelou-se menos como uma plataforma tecnológica e mais como um território comunicacional, onde o assentamento continua sendo produzido simbolicamente para além de seus limites geográficos.

O quarto objetivo examinou as disputas simbólicas em torno das representações do MST, evidenciando como as estratégias comunicacionais do Acampamento Emília Maria produzem legitimidade social e confrontam narrativas hegemônicas. Os resultados demonstram que a autorrepresentação constitui um importante mecanismo de enfrentamento aos processos históricos de criminalização do movimento. Ao conferir visibilidade ao trabalho coletivo, à produção agroecológica, às práticas educativas, às assembleias, às manifestações culturais e às experiências de solidariedade, os próprios assentados deslocam o foco das representações centradas exclusivamente no conflito fundiário. Em vez de responder às narrativas produzidas por agentes externos, constroem outras formas de narrar sua existência, reivindicando o direito de definir os significados atribuídos ao território, à reforma agrária e ao próprio movimento.

Uma das principais contribuições desta pesquisa consiste justamente em compreender a comunicação como uma dimensão constitutiva da territorialização. Diferentemente de abordagens que tratam as mídias digitais apenas como instrumentos de divulgação ou mobilização, esta investigação demonstrou que as práticas comunicacionais integram os próprios processos de construção do território, da memória coletiva e da identidade política. As narrativas produzidas pelos sujeitos não apenas descrevem o assentamento; elas participam ativamente da sua produção

social, ampliando sua presença na esfera pública e fortalecendo sua legitimidade perante diferentes públicos.

No âmbito da Antropologia Social, esta dissertação também contribui ao articular etnografia presencial, etnografia digital e Antropologia Visual na compreensão das formas contemporâneas de organização dos movimentos sociais. Ao acompanhar simultaneamente as práticas desenvolvidas no cotidiano do assentamento e aquelas produzidas nos ambientes digitais, tornou-se possível compreender que o campo etnográfico não se limita ao espaço físico da pesquisa. O território investigado estende-se às redes digitais, onde memórias, afetos, conflitos e estratégias políticas continuam sendo produzidos, compartilhados e reinterpretados pelos próprios interlocutores.

A pesquisa evidencia, portanto, que as disputas em torno da reforma agrária são igualmente disputas em torno da produção de sentidos. Se a ocupação da terra representa a reivindicação concreta do direito ao território, a ocupação da esfera pública representa a reivindicação do direito de produzir narrativas sobre essa conquista. O Acampamento Emília Maria ensina que resistir não significa apenas permanecer na terra, mas também permanecer visível, narrável e socialmente reconhecido. Ocupar, nesse sentido, é também disputar quem pode falar, quem pode representar e quem possui legitimidade para contar sua própria história.

Como toda pesquisa, esta investigação apresenta limites. O trabalho concentrou-se em um único assentamento e privilegiou, entre as diferentes plataformas digitais, a análise do Instagram, considerando sua centralidade nas práticas comunicacionais observadas durante a etnografia. A delimitação permitiu acompanhar com maior profundidade as relações entre território, memória, autorrepresentação e disputa simbólica, mas não contempla a diversidade de experiências comunicacionais desenvolvidas em outros territórios organizados pelo MST. Outros contextos, movimentos sociais e ambientes digitais podem revelar dinâmicas distintas, ampliando ou tensionando as interpretações aqui construídas.

As discussões realizadas durante a defesa e as provocações apresentadas pela banca examinadora contribuíram para explicitar esses limites e indicar novos caminhos analíticos. Algumas considerações puderam ser incorporadas à versão final, particularmente o aprofundamento da memória como categoria antropológica e a ampliação da análise sobre o uso cotidiano do Instagram pelos próprios sujeitos do

Acampamento Emília Maria. Essas alterações fortaleceram a articulação entre as experiências vividas no território, seus registros fotográficos e as formas pelas quais os moradores selecionam, produzem e fazem circular suas próprias narrativas.

Outras questões suscitadas pela banca, entretanto, exigiriam a ampliação do *corpus*, a realização de novos campos etnográficos ou o desenvolvimento de discussões teóricas que ultrapassariam a delimitação desta dissertação. Por essa razão, aquilo que não pôde ser incorporado integralmente não será abandonado, mas retomado em artigos científicos, capítulos de livros e pesquisas futuras. Entre os possíveis desdobramentos estão a comparação entre as práticas comunicacionais de diferentes assentamentos do MST, a análise de outras plataformas digitais, o acompanhamento das mudanças no perfil do Emília Maria ao longo do tempo e a investigação das transformações provocadas por novos recursos tecnológicos nas formas de participação política, memória e produção de visibilidade.

Esses desdobramentos permitirão observar se as relações identificadas entre comunicação e territorialização se reproduzem em outros contextos ou se assumem configurações específicas conforme a história, a organização e as condições materiais de cada comunidade. Também poderão aprofundar questões que esta pesquisa tornou visíveis sem pretender esgotá-las, como a distribuição das responsabilidades pela comunicação, as diferenças geracionais no uso das plataformas, a participação das mulheres na produção dos conteúdos, as relações entre circulação digital e comercialização dos produtos e os efeitos dos algoritmos sobre o alcance das narrativas do movimento. As questões que permanecem abertas constituem, assim, uma agenda de investigação produzida a partir dos próprios limites e encontros que tornaram esta dissertação possível.

Ao concluir esta dissertação, permanece a convicção de que o maior aprendizado produzido pela pesquisa não se encontra apenas nas páginas aqui escritas, mas nas experiências compartilhadas pelos homens e mulheres do atual Assentamento Emília Maria. Ao abrirem suas casas, suas memórias e seus cotidianos ao trabalho etnográfico, ensinaram que a luta pela terra é, sobretudo, uma luta pela possibilidade de existir com dignidade, de construir coletivamente o futuro e de narrar a própria história. Entre a terra cultivada e a tela iluminada por imagens que circulam nas redes, descobriu-se que comunicar também é semear. E que cada fotografia,

cada narrativa e cada memória compartilhada constituem sementes lançadas sobre outro território igualmente disputado: o dos sentidos.

É nesse gesto de ocupar a terra e, simultaneamente, ocupar os significados produzidos sobre ela que o Acampamento Emília Maria continua afirmando sua existência, sua legitimidade e sua permanente esperança.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Tomo Editorial, 2004.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Saberes**: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação, Natal, v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acesso em: 22 jul. 2026.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Monaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução: João Ferreira. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/sobre_a_televisao.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n.º 5.574/SP**. Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro. Sexta Turma. Julgado em 28 out. 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19777/18237>. Acesso em: 22 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://expressaopopular.com.br/wp-content/uploads/2022/04/A-pedagogia-do-MST_web.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Especial luta pela terra: o massacre de Eldorado do Carajás (05'47"). **Rádio Câmara**, Brasília, DF, 17 abr. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270046-especial-luta-pela-terra-o-massacre-de-eldorado-do-carajas-0547/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoaregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 17-30. Disponível em: <https://gedai.ufpr.br/wp-content/uploads/2025/03/livro-Castells.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAVES, Christine de Alencar. Rituais da mística: a mística do MST e as aporias da ação coletiva. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 3, e197973, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/197973>. Acesso em: 15 jul. 2026.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The Mediated Construction of Reality**. Cambridge: Polity Press, 2017. Disponível em: <https://download.e-bookshelf.de/download/0010/8804/28/L-G-0010880428-0026716188.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento. **Hawò**: Revista do Museu Antropológico, Goiânia, v. 1, p. 1-52, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/63521>. Acesso em: 22 jul. 2026.

EDWARDS, Elizabeth. **Raw Histories**: Photographs, Anthropology and Muse Oxford: Berg, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

FIKOTA, Marina Mendes. **Ausências que encarceram: sobre quem pune e quem é punido no Brasil**. 2025. 236 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/24173/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marina%20Mendes%20Fikota%20-%202025%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FREEDBERG, David. **The Power of Images: Studies in the History and Theory of Response**. Chicago: University of Chicago Press, 1989. Disponível em: <https://archive.org/details/powerofimagesstu0000free>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **ANAI DO XXIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (LASA)**, 2001, Washington, DC. Washington, DC: Latin American Studies Association, 2001. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani Ludmila. Territorialidades virtuais: identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **MATRIZES**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 211-225, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38317>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAHYVA, Helga. Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 299–320, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p299>. Acesso em: 22 jul. 2026.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIBSON, James J. The theory of affordances. In: GIBSON, James J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979. p. 127-143.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: https://books.google.com/books/about/O_mito_da_desterritorializa%C3%A7%C3%A3o.html?hl=pt-BR&id=sEkSAQAIAAJ. Acesso em: 22 jul. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. Publicado originalmente em 1950.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 jul. 2026.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001. Disponível em: https://ufabcpoliticacultural.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/08/kellner_a-cultura-da-mc3addia_2001.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

LANCE SE. **Página inicial**. Aracaju, [s.d.]. Disponível em: <https://www.lancese.com.br/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MACHADO, Jones; RONSONI, Raquel. Estratégias de comunicação política digital no Instagram: uma análise da campanha eleitoral da chapa Boulos/Erundina à Prefeitura de São Paulo. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 26, n. 3, p. 2-23, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/70405>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec, 1991. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000832167>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399–422.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nosso hino**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 6 jul. 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/06/nosso-hino/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental Org.; Editora 34, 2005.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28-41, dez. 1999.

RIFIOTIS, Theophilos. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 566-578, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/13016>. Acesso em: 22 jul. 2026.

ROCHA, Marcos Andrade. **Movimentos sociais de ocupação da Grande Aracaju**: ritos, símbolos e místicas. 2021. 166 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15215>. Acesso em: 22 jul. 2026.

SOJA, Edward W. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda (1960-1980). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; COSTA, Maria Aparecida Baccega. Fronteiras do ciberespaço. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1/3, p. 105-114, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20050010>. Acesso em: 22 jul. 2026.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradução de Iracema Dulley, Jamille Pinheiro Dias e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8891633/mod_resource/content/0/Efeito_ografico_Strathern.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

TORRES, Díjina; LUIZ FERNANDO. **Terra de resistência**: Emília Maria, um marco de esperança e soberania no SE. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 15 mar. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/03/15/terra-de->

resistencia-emilia-maria-um-marco-de-esperanca-e-soberania-no-se/. Acesso em: 22 jul. 2026.

TURNER, Victor. **The ritual process**: structure and anti-structure. Chicago: Aldine Publishing Company, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/ritualprocessstr0000turn>. Acesso em: 22 jul. 2026.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. **From ritual to theatre**: the human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982.

VAIDHYANATHAN, Siva. **Antisocial media**: how Facebook disconnects us and undermines democracy. New York: Oxford University Press, 2018. Disponível em: <https://archive.org/details/antisocialmediah0000void>. Acesso em: 22 jul. 2026.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity**: A Critical History of Social Media. Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://archive.org/details/the-culture-of-connectivity-a-critical-history-of-social-media>. Acesso em: 22 jul. 2026.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Autorização para Uso de Imagem e Som

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E ÁUDIO

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, autorizo, de forma livre, gratuita e esclarecida, a utilização e a divulgação de minha imagem e dos áudios obtidos por meio de entrevistas gravadas durante a realização da pesquisa de mestrado intitulada “ENTRE A TERRA E A TELA: PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E DISPUTAS SIMBÓLICAS NO ACAMPAMENTO DO MST EMÍLIA MARIA EM SÃO CRISTÓVÃO/SE”, de autoria de Felipe Farias da Silva, inscrito sob matrícula 202411001234, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Sergipe (PPGAS/UFS).

Declaro estar ciente de que as imagens, os registros de áudio, as falas e os trechos das entrevistas poderão ser utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, podendo constar na versão impressa e digital da dissertação, bem como em artigos, apresentações, eventos e demais produções decorrentes da pesquisa, desde que preservados o contexto e a finalidade do estudo.

Esta autorização é concedida sem qualquer ônus, pagamento ou finalidade comercial.

São Cristóvão/SE, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador